

Saber Humano

Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti

E-ISSN 2446-6298
v. 14, n. 24, p. 01-04, jan./jun. 2024
Restinga Sêca, RS.



Saber Humano – Revista Científica da Faculdade Antonio Meneghetti
Estrada Recanto Maestro, nº 338 | Distrito Recanto Maestro | Restinga Sêca- RS Cep: 97200-000
Tel. (55) 3289-1141 | (55) 3289-1139
saberhumano@faculdadeam.edu.br www.saberhumano.emnuvens.com.br/sh

Licença Creative Commons



Esta obra está licenciada com uma Licença Creative Commons
Atribuição-NãoComercial-CompartilhaIgual 4.0 Internacional.
É permitida a reprodução dos artigos desde que citada a fonte.
Os conceitos emitidos em cada artigo são de responsabilidade de seus respectivos autores.

APOIO:



Corpo Editorial

Editor-Chefe

Dr. Bruno Fleck da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Camp, Campinas-SP, Brasil; Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Editora Adjunta

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Editor de Layout

Breno Prado da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Consultoria SEER/OJS

Lepidus Tecnologia, Brasil.

Conselho Editorial

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Bruno Fleck da Silva, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil;
Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Camp, Campinas-SP, Brasil;
Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Constança Terezinha Marcondes Cesar, Universidade Federal de Sergipe-UFS;
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo-PUC-SP, São Paulo-SP, Brasil.

Dr. Élsio José Corá, Universidade Federal da Fronteira Sul-UFFS; Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul-PUCRS, Porto Alegre-RS, Brasil.

Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Esp. Horácio Chikota, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Dra. Lisandra Manzoni Fontoura, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dra. Lisiane Pellini Faller, Faculdade Metodista de Santa Maria-FAMES, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Lúcio André Müller Lorenzon, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil;
Universidade Luterana do Brasil-ULBRA, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Marcos Cordeiro D'Ornellas, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Mario Fernando de Mello, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália;
Universidade Estatal de São Petersburgo-SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia;
Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS,
Porto Alegre-RS, Brasil

Dr. Renato Kirchner, Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP;
Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Dr. Ricardo Schaefer, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Siegfried Muñoz van Lamoén, Universidade de Playa Ancha de Ciencias de la Educación-UPLA,
Valparaíso, Chile.

Me. Tais Andrade, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Dr. Tommy Akira Goto, Universidade Federal de Uberlândia-UFU, Uberlândia-MG; Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP, Brasil.

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

Assessores Científicos/Avaliadores

Dra. Ana Marli Bulegon, Antonio Meneghetti Faculdade-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dra. Andrea Ad Reginatto, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Ariane Simioni, Universidade Federal de Pelotas-UFPel, Pelotas-RS, Brasil.

Dra. Clarissa Mazon Miranda, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Elita Maria Bianchi Tessari, Faculdade América Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil.

Me. Felipe Dalenogare Alves, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Dr. Felipe da Veiga Dias, Faculdade Meridional-IMED, Passo Fundo-RS, Brasil.

Dr. Fernando do Nascimento Lock, Universidade Federal de Santa Maria-UFSM, Santa Maria-RS, Brasil.

Me. Grasiela Lourenzon de Lima, Faculdades Santo Augusto-FAISA, Santo Augusto-RS, Brasil.

Dr. Jonábio Barbosa dos Santos, Universidade Federal da Paraíba-UFPB, Campina Grande, PB; Universidade Federal de Campina Grande-UFCG, Campina Grande-PB; UNIFACISA, Campina Grande-PB, Brasil.

Dra. Leticia Lassen Petersen, Faculdade America Latina-FAL, Ijuí-RS, Brasil; Fundação Educacional Machado de Assis-FEMA, Santa Rosa-RS, Brasil.

Me. Marcia Zilio, Universidade Regional do Noroeste do Estado do RS-Unijuí, RS, Brasil.

Dra. Patrícia Wazlawick, Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Paulo André Nogueira Lima, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Me. Rafael Gomiero Pitta, Faculdade de Balsas-UNIBALSAS, Balsas-MA, Brasil.

Dr. Rafael Padilha dos Santos, Università degli Studi di Perugia-UNIPG, Perugia-PG, Itália; Universidade Estatal de São Petersburgo-SPBU, São Petersburgo-Distrito Federal do Noroeste, Rússia; Faculdade Antonio Meneghetti-AMF, Restinga Sêca-RS, Brasil.

Me. Renato Preigschadt de Azevedo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS, Porto Alegre-RS, Brasil.

Dr. Renato Kirchner, Pontifícia Universidade Católica de Campinas-PUC Campinas, Campinas-SP; Universidade Federal do Rio de Janeiro-UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil.

Me. Rosane Maria Neves, Instituto Federal de Santa Catarina-IFSC-Campus Gaspar, Gaspar-SC, Brasil.

Me. Vinícios Gonchoroski de Oliveira, Universidade de Santa Cruz do Sul-UNISC, Santa Cruz do Sul-RS, Brasil.

Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti
Faculdade – v. 14, n. 24, p. 01-04, jan./jun. 2024 –
Restinga Sêca: Antonio Meneghetti Faculdade, 2024. 202 p.:
il.

Semestral

A partir de 2014, a Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade publicada de 2011, Vol. 1, n. 1 até o ano de 2013, Vol. 13, n. 23, em formato impresso, passou a publicar apenas na versão On-line.

Modo de acesso World Wide Web:
<<http://saberhumano.emnuvens.com.br/sh/index>>.

ISSN: 2178-7689
E-ISSN: 2446-6298

Qualis B2. 1. Ontopsicologia 2. Administração 3. Sistema de informação
4. Direito 5. Educação I. 6. Interdisciplinar. 7. Filosofia. Faculdade
Antonio Meneghetti Bibliotecário Responsável: Pietra Gomes
Ramires. CRB- 10/2755



Editorial

Prezado leitor,

Com satisfação, a *Saber Humano: Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade* tem a satisfação de apresentar à comunidade acadêmica e público em geral sua edição de **volume 14 e número 24** (2024.1).

A seção de Direito abre esta edição trazendo a publicação, em língua italiana, do artigo intitulado: *O cúmulo de sanções sob a ótica do ilícito administrativo despenalizado: uma análise do modelo punitivo italiano* de autoria de Adriano Farias Puerari. O artigo examina a cumulatividade das sanções sob a ótica do ilícito administrativo despenalizado no modelo punitivo italiano, trazendo um histórico sobre a passagem da caracterização penal para a administrativa.

A segunda seção da presente edição é da área da Educação. A seção é aberta com o artigo intitulado: *Mudanças da gestão de projetos em educação e desenvolvimento social em tempos de pandemia: experiência da extensão universitária na UERN* de autoria de Emanuella Rodrigues Veras da Costa Paiva, Maria Naftally Dantas Barbosa e Laís Karla da Silva Barreto. A pesquisa qualitativa do tipo relato de experiência evidencia que a manutenção das ações de extensão em pleno momento de pandemia foi desenvolvida sem prejuízos impactantes aos resultados propostos e desenvolvimento dos discentes, salientando assim o papel de ações educativas em momentos de dificuldades. O segundo artigo da seção, de autoria de Andréia Saidelles Rossi e Estela Maris Giordani está intitulado: *As Práticas de Turismo Pedagógico e os espaços educacionais em uma escola do campo*. O artigo propõe uma reflexão sobre as práticas de Turismo Pedagógico na escola do campo Municipal do Ensino Fundamental José Paim de Oliveira (JPO) localizada em Santa Maria, RS. O objetivo da pesquisa foi compreender os espaços educacionais das práticas de Turismo Pedagógico nos anos iniciais. Os resultados apontam que o Turismo Pedagógico é uma prática educativa que alia a teoria da sala de aula com as experiências vivenciadas perto e longe da escola, gerando conhecimentos significativos e seres ativos, dispostos a descobrir ambientes naturais e culturais. O último artigo da seção de Educação está intitulado: *Um estudo sobre a ressignificação do currículo escolar em tempos de crise* de autoria de Cássia Aparecida Sales Magalhães Kirchner. O artigo apresenta resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica e teve como objetivo apresentar as reflexões realizadas sobre as relações entre escola, currículo e os modos como os formadores, gestores e professores constroem e ressignificam os saberes dentro da escola em tempos de crise. Foram analisados documentos curriculares no período de 2016 a 2021 e registros produzidos pela coordenação pedagógica e professores nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) de uma escola de Educação Infantil localizada em uma cidade do interior de São Paulo. Conclui que, apesar do período de suspensão do

atendimento presencial por consequência da disseminação do vírus SARS-CoV-2, responsável por ocasionar a pandemia de COVID-19, o currículo foi ressignificado e adaptado às adversidades apresentadas em um momento de crise.

A terceira seção desta edição é a de Administração, que traz o artigo intitulado: ***Economia circular: uma proposta de modelo para a remanufatura*** de autoria de Flaviani Souto Bolzan Medeiros e Eugênio de Oliveira Simonetto. O estudo aponta uma proposta de modelo para a atividade de remanufatura. Como resultados do estudo, listaram-se os elementos vinculados à remanufatura que servirão como um suporte inicial para as organizações que desejam ingressar, ou então, que há pouco tempo começaram a atuar no setor ao conhecer melhor como a atividade se organiza no mercado independentemente do segmento de produto remanufaturado.

A quarta seção desta edição é a de Ciências Contábeis. A seção traz o artigo intitulado: ***Efeitos da tecnologia na prestação dos serviços contábeis: um estudo na percepção dos gestores*** de autoria de Genailda Nascimento Rodrigues, Josaias Santana dos Santos, Florisvaldo Cunha Cavalcante Junior e Lavoisiene Rodrigues de Lima. O estudo teve como objetivo analisar a percepção dos gestores empresariais sobre os efeitos da tecnologia na prestação dos serviços profissionais de contabilidade. Os resultados obtidos indicaram que 10 fatores impactam nos serviços contábeis sugerindo que os profissionais contábeis, ao investirem em ferramentas tecnológicas, agregam valor pela maior qualidade percebida e satisfação dos clientes na prestação dos serviços profissionais de contabilidade.

Por fim, a última seção desta edição é a de Filosofia. O primeiro artigo está intitulado: ***Fenomenologia da Vida e Orixalidade: aspectos ontológicos do pensamento de matriz Yorùbá*** de autoria de Arthur de Oliveira Machado. O artigo aponta que diferente da filosofia ocidental clássica, a expressão narrativo-cultural e a interpretação existencial preservada na experiência religiosa de culto de Orixá guarda em suas práticas aspectos aléticos fundamentais da natureza fenomenológica da Vida Subjetiva. O segundo artigo, de autoria de Leonardo Ferreira Almada está intitulado: ***Do mal como vivência subjetiva ao sentido ontológico da conversão a partir de Santo Agostinho***. O artigo aborda a problematização do sentido do mal na esfera da consciência em Agostinho de Hipona. Sua visão do mal como falta, erro ou pecado é decisiva para a compreensão do problema da ação moral no mundo moderno. O terceiro artigo da seção, de autoria de Jan Clefferson Costa de Freitas, está intitulado: ***Demarcações Epistemológicas: a Fronteira entre Ciência e Metafísica na Obra de Karl Popper***. O artigo apresenta uma análise e descrição das deliberações de Karl Popper para a demarcação epistemológica entre ciência e metafísica, com foco particular sobre a relevância metodológica do seu princípio de falseabilidade consistindo na demonstração teórico/empírica das importantes contribuições do pensador contemporâneo à filosofia da ciência. Por fim, o último artigo da seção está intitulado: ***O fenômeno do morrer na novela “A morte de Ivan Ilitch” de Lev Tolstói: uma análise fenomenológico-psicológica das vivências psíquicas*** de autoria de Heitor Henrique Nunes Silva e Tommy Akira Goto. O artigo aborda a relação entre a Psicologia e

a Literatura, destacando a influência mútua entre essas disciplinas desde o final do século XIX até os dias atuais. O estudo identificou as vivências psíquicas de dor física, sofrimento psíquico afetivo e a consciência de uma vida sem sentido. A fundamentação teórica baseou-se na Fenomenologia e na Psicologia Fenomenológica de Husserl. O estudo contribui para a compreensão das vivências psíquicas relacionadas à morte e destaca a importância da interdisciplinaridade entre a Psicologia e a Literatura na análise dos aspectos humanos mais profundos.

Desejamos ao leitor uma profícua leitura, bem como, agradecemos o contínuo trabalho de excelência realizado pelos avaliadores e toda a equipe editorial da Saber Humano: *Revista Científica da Antonio Meneghetti Faculdade*, e endereçamos nosso especial agradecimento aos autores que aqui tiverem seus textos publicados.

Cordiais Saudações!

Prof. Dr. Bruno Fleck da Silva, **editor-chefe**.



O cúmulo de sanções sob a ótica do ilícito administrativo despenalizado: uma análise do modelo punitivo italiano

Adriano Farias Puerari¹

Resumo: O presente artigo examina a cumulatividade das sanções sob a ótica do ilícito administrativo despenalizado no modelo punitivo italiano. Inicia-se a partir de uma abordagem da evolução histórica do Direito Administrativo Sancionador e sua relação com o Direito Penal, destacando como ambos derivam do *jus puniendi* estatal, através da análise da teoria diferenciadora, unitária, e mista em relação aos ilícitos penais e administrativos. Avança para tratar da Lei nº 689/81, marco desse processo na Itália, que converteu várias infrações penais em ilícitos administrativos e estabeleceu um regime autônomo paralelo ao direito penal. No país europeu, através da Circular de 1983 da Presidência do Conselho de Ministros, orienta-se a escolha entre sanções com base nos princípios da proporcionalidade e subsidiariedade. O modelo italiano, conhecido como *doppio binario*, abrange, assim, um grau de comunicabilidade entre as distintas esferas punitivas, evitando a sobreposição de sanções para o mesmo fato. A conclusão é a de que a distinção entre ilícitos penais e administrativos deve ser orientada pela proporcionalidade, com uma zona cinzenta intermediária que requer ponderação legislativa, destacando a complementaridade entre os sistemas sancionatórios.

Palavras-chave: Sanções Penais e Administrativas; cúmulo sancionatório; Modelo Italiano; ilícito administrativo despenalizado.

Il cumulo delle sanzioni dal punto di vista dell'illecito amministrativo depenalizzato: un'analisi del modello punitivo italiano

Abstract: Il presente articolo esamina la cumulatività delle sanzioni dal punto di vista dell'illecito amministrativo depenalizzato nel modello punitivo italiano. Si inizia con un approccio all'evoluzione storica del Diritto Amministrativo Sanzionatorio e al suo rapporto con il Diritto Penale, sottolineando come entrambi derivino dal *jus puniendi* statale attraverso l'analisi della teoria differenziatrice, unitaria e mista in relazione agli illeciti penali e amministrativi. Si prosegue con la Legge n. 689/81, punto di riferimento in questo processo in Italia, che ha convertito diverse infrazioni penali in illeciti amministrativi e ha stabilito un regime autonomo parallelo al diritto penale. Nel paese europeo, attraverso la Circolare del 1983 della Presidenza del Consiglio dei Ministri, si orienta la scelta tra le sanzioni sulla base dei principi di proporzionalità e sussidiarietà. Il modello italiano, noto come *doppio binario*, comprende così un grado di comunicabilità tra le diverse aree punitive, evitando la sovrapposizione delle sanzioni per lo stesso fatto. La conclusione è che la distinzione tra illeciti penali e amministrativi deve essere guidata dalla proporzionalità, con una zona grigia intermedia che richiede una ponderazione legislativa, evidenziando la complementarità tra i sistemi sanzionatori.

Parole-chiave: Sanzioni Penali e Amministrative; cumulo sanzionatorio; Modello Italiano; illecito amministrativo depenalizzato.

The accumulation of sanctions from the perspective of decriminalized administrative offenses: an analysis of the italian punitive model

Abstract: This article examines the cumulative nature of sanctions from the perspective of the administrative offense decriminalized in the Italian punitive model. It begins with

¹ Doutorando em Ciência Jurídica (UNIVALI - Brasil, UNIPG - Itália). E-mail: adriano@csmadv.br.

an approach to the historical evolution of Sanctioning Administrative Law and its relationship with Criminal Law, highlighting how both derive from the state *jus puniendi*, through the analysis of the differentiating, unitary, and mixed theory in relation to criminal and administrative offenses. It moves forward to address Law No. 689/81, a milestone in this process in Italy, which converted several criminal offenses into administrative offenses and established an autonomous regime parallel to criminal law. In the European country, through the 1983 Circular of the Presidency of the Council of Ministers, the choice between sanctions is guided based on the principles of proportionality and subsidiarity. The Italian model, known as *doppio binario*, thus encompasses a degree of communicability between the different punitive spheres, avoiding overlapping sanctions for the same fact. The conclusion is that the distinction between criminal and administrative offenses must be guided by proportionality, with an intermediate gray area that requires legislative consideration, highlighting the complementarity between sanctioning systems.

Keywords: Criminal and Administrative Sanctions; cumulation of sanctions; Italian Model; administrative offense decriminalized.

1 Introduzione

L'evoluzione del pensiero riguardo al cumulo sanzionatorio è collegata all'analisi dell'espansione dell'amministrazione e del suo potere punitivo, caratteristica delle configurazioni dello Stato di diritto di orientamento liberale.

La stessa strutturazione dello Stato moderno, che ha consentito l'emergere dell'amministrazione come soggetto, ha promosso la formazione del diritto amministrativo e delle sue sfaccettature sanzionatorie, conferendogli prerogative per tipificare le infrazioni amministrative e applicare le rispettive sanzioni. A partire dagli anni '60, le Corti costituzionali dei paesi europei hanno avviato un movimento di equiparazione tra sanzioni penali e amministrative, soprattutto per estendere i principi penali ai procedimenti amministrativi punitivi².

In questo contesto, si osservano movimenti di avvicinamento tra diritto amministrativo e diritto penale, risultando in ciò che può essere definito come amministrativizzazione del diritto penale e/o penalizzazione del diritto amministrativo. Paesi come Germania, Francia, Italia e Portogallo hanno iniziato a depenalizzare le infrazioni considerate di minore entità, derivanti da semplici inadempienze, spostandole nell'ambito del diritto amministrativo sanzionatorio.

² PUERARI, A. F. **O Direito de Mera Ordenação Social português como rumo de criação de um espaço próprio ao Direito Administrativo Sancionador brasileiro**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Administrativo) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. p. 12.

Questo spostamento, tuttavia, non è avvenuto in modo uniforme tra gli Stati europei. Germania³ e Portogallo⁴ hanno seguito il cosiddetto modello contravvenzionale, mentre Austria e Svizzera hanno mantenuto il potere sanzionatorio attraverso uno sviluppo dei sistemi di garanzie rispettate per l'imposizione di sanzioni amministrative⁵. In Francia è stato preservato il modello di tripartizione delle infrazioni penali in crimini, delitti e contravvenzioni, senza aderire alla creazione di un sistema legale di sanzionamento pubblico sotto la responsabilità dell'amministrazione⁶.

In Spagna, il diritto amministrativo sanzionatorio ha seguito un percorso proprio, dotato di caratteristiche originali che non sono state influenzate dal diritto straniero⁷. La transizione verso lo Stato sociale ha portato all'ampliamento delle norme penali e al rafforzamento delle sanzioni amministrative contemporaneamente, motivo per cui è stata prestata particolare attenzione alle caratteristiche e ai limiti della sanzione amministrativa, preoccupazione alimentata dalla riluttanza nel concedere poteri sanzionatori all'amministrazione pubblica. In Italia, come in Portogallo, si osserva l'influenza tedesca a partire dalla legislazione di depenalizzazione.

Pertanto, l'obiettivo di questo articolo è, innanzitutto, analizzare l'evoluzione del diritto amministrativo sanzionatorio e la sua relazione con il diritto penale, in particolare attraverso l'identificazione delle relazioni tra gli illeciti penali e amministrativi. In secondo luogo, si cerca di esaminare l'evoluzione del modello italiano di illecito amministrativo depenalizzato, confrontandolo alla luce del cumulo sanzionatorio.

³ La culla della teoria del diritto delle illeciti amministrativi si trova in Germania. La sua evoluzione attraversa il pensiero di autori come James Goldschmidt, Erik Wolf, Eberhard Schmidt, fino a culminare nella sua normazione attraverso le leggi quadro del regime delle illeciti amministrativi (Gesetz über Ordnungswidrigkeiten) - OwiG, del 1952 e 1968. Per un approfondimento di questa evoluzione, così come dei modelli qualitativo, quantitativo e misto tra sanzioni penali e amministrative, vedi: BRANDÃO, N. F. R. A. **Crimes e Contra-Ordenações**: da Cisão à Convergência Material. Ensaio para uma recompreensão da relação entre o direito penal e o direito contra-ordenacional. Coimbra: Coimbra Editora, 2016, p. 21-108. Nello stesso senso: VILELA, A. **O Direito de Mera Ordenação Social – Entre a Ideia de “Recorrência” e a de “Erosão” do Direito Penal Clássico**. Coimbra: Coimbra Editora, 2013, p. 54-114.

⁴ Per un'analisi dell'emergere e del consolidamento del modello delle illeciti amministrativi portoghese PUERARI, A. F. **O Direito de Mera Ordenação Social português como rumo de criação de um espaço próprio ao Direito Administrativo Sancionador brasileiro**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Administrativo) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016. p. 53-88.

⁵ LOZANO CUTANDA, B. Panorámica general de la potestad sancionadora de la administración en Europa: “despenalización” y garantía. In: **Revista de Administración Pública**, 121, 1990, p. 395.

⁶ BRANDÃO, N. F. R. A. **Crimes e Contra-Ordenações**: da Cisão à Convergência Material. Ensaio para uma recompreensão da relação entre o direito penal e o direito contra-ordenacional. Coimbra: Coimbra Editora, 2016, p. 202.

⁷ NIETO, A. **Derecho administrativo sancionador**. 5. ed. Madrid: Tecnos, 2012, p. 144.

L'approccio scelto per lo sviluppo della presente ricerca è stato quello di Pasold⁸, utilizzando il metodo induttivo nella fase di investigazione e il metodo cartesiano nella fase di trattamento dei dati.

2 La relazione tra le sanzioni penali e amministrative

L'analisi della cumulatività tra sanzioni penali e amministrative presuppone l'affrontare la questione dell'inasprimento dei poteri sanzionatori dell'amministrazione pubblica. Le sfaccettature sanzionatorie dell'amministrazione pubblica costituiscono una delle sue attribuzioni più autentiche. Oltre a non rappresentare una novità, sono, sin dalle loro origini, comprese come derivanti dalla *ratio* amministrativa, concretizzata dalla perseguimento dell'interesse pubblico attraverso il potere di polizia⁹.

Sul potere di polizia, tradizionalmente identificato come la prima fase del potere amministrativo, Cretella Júnior spiega che si tratta di tutto il sistema di protezione che opera negli Stati di diritto e che deve *“satisfazer a triplíce objetivo, qual seja, o de assegurar a tranquilidade, a segurança e a salubridade públicas, é a competência para impor medidas que visem a tal desideratum”*¹⁰. Pertanto, il potere di polizia rappresenta uno strumento per soddisfare gli interessi generali della collettività.

Pertanto, la delimitazione che si può attribuire al potere di polizia risiede nella capacità di comprendere la supremazia dell'interesse pubblico come fondamento dell'attività sanzionatoria dell'amministrazione, poiché, in ultima analisi, si tratta della protezione predominante degli interessi pubblici a scapito degli interessi privati.

La seconda fase dell'evoluzione del potere di polizia è associata alle costruzioni di James Goldschmidt nel diritto tedesco¹¹, e viene definita diritto penale amministrativo. La terza fase riguarda l'emergere del cosiddetto diritto amministrativo sanzionatorio, il cui punto di riferimento storico è la Legge sulle illeciti amministrativi Tedesca del 1968, a

⁸ PASOLD, C. L. *Metodologia da Pesquisa Jurídica*. Teoria e Prática. 12. ed. rev. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

⁹ SABOYA, K. *Dimensões do princípio do ne bis in idem*. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 103.

¹⁰ In traduzione libera: “satisfare il triplice obiettivo, ovvero quello di garantire la tranquillità, la sicurezza e la salute pubblica, è la competenza per imporre misure che mirano a tale *desideratum*”, di CRETELLA JÚNIOR, J. *Direito Administrativo do Brasil: poder de polícia*. Volume IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961, p. 21.

¹¹ Per un approfondimento in tal senso, si veda: VILELA, A. *O Direito de Mera Ordenação Social – Entre a Ideia de “Recorrência” e a de “Erosão” do Direito Penal Clássico*. Coimbra: Coimbra Editora, 2013, p. 43-65.

causa del movimento di depenalizzazione avvenuto nel paese, trasferendo varie condotte dal diritto penale al potere amministrativo¹².

Nel corso dei decenni, tuttavia, a causa del movimento di costituzionalizzazione degli ordinamenti giuridici, in particolare del Diritto Pubblico, il diritto amministrativo sanzionatorio è passato da un modello di giustificazione sanzionatorio basato sulla supremazia dell'interesse pubblico a un nuovo paradigma punitivo che tiene conto, prima di tutto, della supremazia dei diritti fondamentali¹³.

Indipendentemente da ciò che fonda l'esercizio sanzionatorio dell'amministrazione pubblica, è innegabile che la crescente complessità delle relazioni sociali a partire dallo Stato moderno autorizza il crescente riconoscimento dell'intervento e/o regolamentazione del potere pubblico nel mantenimento di un ordine globale.

Questo protagonismo dell'amministrazione nell'esercizio punitivo deriva dallo *jus puniendi* dello Stato, poiché il potere sanzionatorio amministrativo deriva dall'ideale di sovranità statale, rappresentato dalla relazione giuridica che la commissione di un illecito stabilisce tra lo Stato e il cittadino trasgressore¹⁴. Il potere sanzionatorio amministrativo non è, pertanto, considerato autonomo, né può rappresentare un fine a sé stante, in quanto è uno strumento che deriva dallo *jus puniendi* generale dello Stato e serve a reprimere comportamenti che violano l'ordine sociale¹⁵.

Come il potere amministrativo, anche il diritto penale è considerato una manifestazione dello *jus puniendi* statale, il che consente di riconoscere che entrambi originano dall'estensione dello stesso potere immanente dello Stato. In tal senso:

faz-se pertinente mencionar que, na formação primitiva do direito, não havia qualquer distinção no domínio das regulações jurídicas até então exercidas. E essa situação perdurou até o século XVIII, época em que ocorreu tanto o processo de autonomização do direito penal como o do direito administrativo. Estes foram construídos em oposição ao direito civil, como decorrência, em grande parte, da criação do Estado de Direito e da transformação do direito

¹² NIETO, A. **Derecho administrativo sancionador**. 5. ed. Madrid: Tecnos, 2012, p. 175.

¹³ Per quanto riguarda la costituzionalizzazione del diritto amministrativo e la necessità di ridefinire istituti classici come la supremazia dell'interesse pubblico, la legalità e il potere discrezionale dell'amministrazione pubblica, si veda: BINENBOJM, G. **Uma teoria do direito administrativo: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização**. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

¹⁴ SABOYA, K. **Dimensões do princípio do ne bis in idem**. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012. p. 108.

¹⁵ LEÓN VILLALBA, F. J. **Acumulación de sanciones penales y administrativas**. Sentido y alcance del principio *ne bis in idem*. Barcelona: Bosch, 1998, p. 177.

*natural em positivo, como também da fragmentação do pensamento científico, tão característico do método cartesiano que revolucionou essa época*¹⁶.

La realtà è che, nell'esercizio del suo potere punitivo, lo Stato utilizza il diritto penale per imporre pene attraverso il potere giudiziario e, inoltre, applica, tramite l'amministrazione pubblica, sanzioni amministrative provenienti dal diritto amministrativo sanzionatorio.

In tal senso, è importante affrontare l'interrelazione tra gli illeciti penali e gli illeciti amministrativi, al fine di riflettere sui confini tra diritto penale e diritto amministrativo sanzionatorio, identificandone le differenze e le somiglianze.

I movimenti di avvicinamento tra diritto amministrativo e diritto penale seguono percorsi distinti nei paesi europei, ma l'identificazione delle caratteristiche distintive e delle somiglianze tra le illecitudini penali e amministrative si è consolidata, essenzialmente, attraverso due correnti di pensiero: da un lato, la teoria differenziatrice o qualitativa, e dall'altro, la teoria unitaria o quantitativa.

La teoria qualitativa, sviluppata a partire dal pensiero di Goldschmidt¹⁷ e approfondita da Erik Wolf ed Eberhard Schmidt, stabilisce una distinzione essenziale tra diritto penale e diritto amministrativo sanzionatorio, basandosi sul fondamento delle sanzioni in entrambe le aree. Secondo questa teoria, il disvalore etico-sociale è inerente al diritto penale, poiché le condotte protette da questo ramo sarebbero *mala in se*, ovvero condannabili indipendentemente dalla loro inclusione nell'elenco dei comportamenti punibili¹⁸. Le infrazioni amministrative, a loro volta, sarebbero semplici violazioni delle disposizioni statali.

Per questo modello, la sovrapposizione di sanzioni penali e amministrative sarebbe possibile senza violare il principio del *ne bis in idem*, poiché entrambe le sanzioni

¹⁶ In traduzione libera: “È pertinente menzionare che, nella formazione primitiva del diritto, non esisteva alcuna distinzione nel dominio delle regolamentazioni giuridiche allora esercitate. E questa situazione è perdurata fino al XVIII secolo, epoca in cui avvenne sia il processo di autonomizzazione del diritto penale che quello del diritto amministrativo. Questi furono costruiti in opposizione al diritto civile, come conseguenza, in gran parte, della creazione dello Stato di diritto e della trasformazione del diritto naturale in positivo, nonché della frammentazione del pensiero scientifico, così caratteristico del metodo cartesiano che rivoluzionò quell'epoca”. SABOYA, K. **Dimensões do princípio do *ne bis in idem***. Tese de Doutorado. Faculdade de Direito, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012, p. 109.

¹⁷ GOLDSCHMIDT, J. **Derecho, derecho penal y proceso**. I. Problemas fundamentales del derecho. Barcelona: Marcial Pons, 2010.

¹⁸ BRANDÃO, N. **Crimes e Contra-ordenações: da Cisão à Convergência Material**. Ensaio para uma recompreensão da relação entre o direito penal e o direito contra-ordenacional. Coimbra: Coimbra Editora, 2016, p. 21-60.

proteggerebbero beni giuridici distinti, consentendo al legislatore di sanzionare lo stesso soggetto più di una volta per lo stesso fatto¹⁹.

La teoria unitaria o quantitativa, d'altro canto, emerge dal pensiero di Heinz Mattes²⁰. Basandosi sull'esperienza della legislazione tedesca del periodo post-Seconda Guerra Mondiale, che ha depenalizzato diverse condotte, trasferendo al diritto amministrativo comportamenti meno lesivi precedentemente tutelati dal diritto penale, la teoria comprende che, data la possibilità di transito tra le sfere penale e amministrativa, vi sarebbe un principio comune tra le sanzioni. Tale principio autorizzerebbe il legislatore a scegliere tra una o l'altra area giuridica per regolamentare determinate condotte²¹.

La tesi quantitativa si basa sull'idea che, dal punto di vista ontologico, non vi sia distinzione tra gli illeciti penali e amministrativi, in modo tale che la tutela delle condotte antiggiuridiche sia sotto la giurisdizione del legislatore, guidato da strategie di politica criminale²².

Esiste, tuttavia, una via intermedia tra le due teorie – differenziatrice e unitaria – nota come la teoria quantitativo-qualitativa, che adotta un criterio misto. Secondo questa teoria, vi è una differenza ontologica tra gli illeciti penali e amministrativi solo nei comportamenti estremi che collegano le due aree. In altre parole, vi sono condotte vietate dal nucleo classico del diritto penale, che mirano a proteggere beni giuridici fondamentali, come la vita, l'integrità fisica, la dignità sessuale e la libertà, che non possono essere paragonate, nemmeno dal punto di vista ontologico, con le sanzioni di polizia amministrativa, destinate a punire violazioni quotidiane all'amministrazione pubblica²³.

Tuttavia, esiste una zona di transizione tra le infrazioni penali meno gravi e le infrazioni più gravi del diritto amministrativo sanzionatorio, in cui non si può identificare una differenza ontologica tra le condotte, se non dal punto di vista normativo.

¹⁹ GRECO FILHO, V.; RASSI, J. D. A corrupção e o direito administrativo sancionador. In: **Direito Administrativo Sancionador**. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 328.

²⁰ MATTES, H. **Problemas del derecho penal administrativo, historia y derecho comparado**. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1979.

²¹ GRECO FILHO, V.; RASSI, J. D. A corrupção e o direito administrativo sancionador. In: **Direito Administrativo Sancionador**. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 329.

²² GRECO FILHO, V.; RASSI, J. D. A corrupção e o direito administrativo sancionador. In: **Direito Administrativo Sancionador**. São Paulo: Quartier Latin, 2014, p. 329.

²³ In determinate circostanze la quantità può trasformarsi in qualità, poiché sarebbe impossibile immaginare che un omicidio potesse essere punito nell'ambito del diritto amministrativo sanzionatorio. ROXIN, C. **Derecho penal**: parte general. La estructura de la teoría del delito. Traducción de la 2. ed. alemana. Madrid: Civitas, 2007, p. 71-72.

Nonostante altre teorie²⁴ cerchino anch'esse di comprendere le distinzioni tra illeciti penali e amministrativi, è innegabile che il dibattito rimanga rilevante ai giorni nostri, soprattutto nel contesto dell'identificazione della portata del *ne bis in idem* tra diritto amministrativo e diritto penale. Tale dibattito mira a verificare la legittimità del cumulo del potere sanzionatorio statale.

3 L'illecito amministrativo depenalizzato nel modello italiano

Il punto di partenza del sistema giuridico italiano per la creazione di un nuovo sistema sanzionatorio autonomo, parallelo al sistema penale, è avvenuto attraverso la Legge n. 689 del 24 novembre 1981²⁵. Più che semplicemente creare un ramo sanzionatorio amministrativo, tale legge ha influenzato l'intero sistema penale, modificando il Codice Penale, il Codice di Procedura Penale e la legislazione speciale²⁶, convertendo numerose infrazioni penali in infrazioni amministrative.

Inoltre, la legge ha introdotto un corpo normativo di carattere generale, stabilendo principi e regole, sia di natura sostanziale che processuale, applicabili agli illeciti amministrativi da essa previsti e anche alle future infrazioni amministrative. Per questa ragione, è considerata un autentico regime generale del nuovo sistema sanzionatorio amministrativo²⁷, poiché la conformazione di questo nuovo regime legale è avvenuta mediante l'incorporazione di principi penali, come la rigorosa legalità e la responsabilità soggettiva, strutturando l'illecito amministrativo attraverso gli elementi del fatto tipico, antiggiuridico e colpevole, come accade nel diritto penale²⁸.

Inizialmente, le categorie create dalla legge erano denominate “illeciti amministrativi depenalizzati”²⁹, ma, con il graduale consolidamento della legislazione, ha

²⁴ È importante menzionare, tra queste, la teoria dell'integrazione normativa. Si tratta della posizione di Alejandro Nieto secondo cui gli illeciti penali e amministrativi non sono né uguali né diversi per il fatto di essere concetti rigorosamente normativi. Pertanto, sostiene che il processo di scelta del legislatore tra l'applicazione di una sanzione penale o amministrativa non si basi sull'“essere” o sulla “natura delle cose”, ma si riferisca a etichette che il legislatore impone in ragione dei principi di politica criminale. NIETO, A. **Derecho administrativo sancionador**. 5. ed. Madrid: Tecnos, 2012, p. 160.

²⁵ ITALIA. **Legge 24 novembre 1981, n. 689**. Modifiche al sistema penale.

²⁶ VANNINI, A. R. **Illecito Depenalizzato-Amministrativo**. Ambito di Applicazione. Milano: Giuffrè, 1990.

²⁷ MANTOVANI, F. **Diritto Penale**: parte generale. 3. ed. Padova: Cedam, 1992. E, VANNINI, A. R. **Illecito Depenalizzato-Amministrativo**. Ambito di Applicazione. Milano: Giuffrè, 1990, p. 4.

²⁸ PALIERO, C. E.; TRAVI, A. **La Sanzione Amministrativa. Profili Sistemati**. Milano: Giffè, 1988, p. 217-226.

²⁹ VANNINI, A. R. **Illecito Depenalizzato-Amministrativo**. Ambito di Applicazione. Milano: Giuffrè, 1990.

prevalso la designazione “diritto punitivo amministrativo”³⁰, espressione considerata la più appropriata per l'uso corrente.

Per quanto riguarda la conversione dei reati e delle contravvenzioni in illeciti amministrativi, la riforma è stata attuata dalla sezione III della Legge n. 689/81, in particolare all'articolo 32³¹, che ha previsto la sostituzione della multa o dell'ammenda³². Nel contesto del sistema amministrativo, la sanzione pecuniaria occupa una posizione di rilievo, essendo considerata la “regina”, mentre nel sistema penale è relegata al ruolo di “Cenerentola”³³.

Anche se il regime della Legge Italiana del 1981, che ha modificato il sistema penale, si basa sul principio dell'autonomia, si ammette l'esistenza di una stretta relazione di interconnessione con il diritto penale. Per questo motivo, si ritiene che i due sistemi sanzionatori, quello amministrativo e quello penale, si relazionino a partire da un'unità sostanziale³⁴.

Pertanto, il sistema sanzionatorio italiano può essere considerato un sistema di *doppio binario*³⁵, che include sia il diritto penale che il diritto amministrativo punitivo. Quest'ultimo è classificato come intermedio tra il diritto penale classico e il diritto amministrativo, identificandosi come un vero e proprio illecito para-penale³⁶. Questa

³⁰ Nonostante la terminologia utilizzata nell'esperienza italiana, non si può concludere che questo sistema sanzionatorio rientri propriamente nel diritto amministrativo, né che le sue infrazioni siano considerate intrinsecamente amministrative. Al contrario, vi è una tendenza predominante nella dottrina ad avvicinare questo diritto punitivo amministrativo al diritto penale, senza collocarlo nei confini del diritto amministrativo. Si ammette, in tal senso, anche la denominazione alternativa di diritto penale amministrativo. MANTOVANI, F. **Diritto Penale**: parte generale. 3. ed. Padova: Cedam, 1992.

³¹ “Non costituiscono reato e sono soggette alla sanzione amministrativa del pagamento di una somma di denaro tutte le violazioni per le quali è prevista la sola pena della multa o dell'ammenda, salvo quanto disposto, per le violazioni finanziarie, dell'art. 39”. ITÁLIA. **Legge 24 novembre 1981, n. 689**. Modifiche al sistema penale.

³² Nel diritto italiano, l'ammenda si riferisce alla sanzione pecuniaria relativa alle contravvenzioni (contravvenzioni), come previsto dagli articoli 17, 26 e 39 del Codice Penale. La “multa”, prevista anch'essa all'articolo 17 del diploma penale, si riferisce invece alla sanzione pecuniaria derivante dalla pratica di un delitto. Tale spiegazione è fondamentale per evitare problemi di traduzione. Nel portoghese del Brasile, non si presenterebbe un problema di traduzione poiché la terminologia “multa” si riferisce, senza distinzioni, sia alle sanzioni pecuniarie derivanti dal diritto penale che da quello amministrativo sanzionatorio, non esistendo un termine specifico per riferirsi a sanzioni pecuniarie specificamente di questo ramo, come avviene con l'espressione “coima” nel diritto delle contraordinazioni portoghese.

³³ PALIERO, C. E.; TRAVI, A. **La Sanzione Amministrativa. Profili Sistemati**. Milano: Giffre, 1988, p. 231.

³⁴ PALAZZO, F. I criteri di riparto tra sanzioni penali e sanzioni amministrative. *In: L'Illecito Penale Amministrativo*: Verifica di un Sistema. Padova: CEDAM, 1987, p. 13.

³⁵ PADOVANI, T. Tutela di beni e tutela di funzioni nella scelta fra delitto, contravvenzione e illecito amministrativo. **Cassazione Penale**. 1987, p. 672.

³⁶ VANNINI, A. R. **Illecito Depenalizzato-Amministrativo. Ambito di Applicazione**. Milano: Giuffrè, 1990, p. 128.

concezione è rafforzata da Paliero³⁷, che difende che: “Tale modello assurge ora a dignità di categoria, ponendosi sullo stesso piano – quanto a ossatura sistematica e a funzionalità politico-giuridica – delle altre due, più consolidate, figure principale di illecito: il reato e il torto civile”.

Nel confrontare le discussioni avvenute in Germania e in Portogallo sui criteri materiali che distinguono l'illecito penale dall'illecito amministrativo depenalizzato, il diritto italiano e la sua dottrina non hanno dedicato particolare attenzione al tema, limitandosi ad affrontare la questione principalmente sotto la prospettiva dei criteri legislativi di depenalizzazione. Dolcini³⁸ sottolinea che, così come il diritto penale, il diritto amministrativo sanzionatorio ha la vocazione di proteggere beni giuridici, essendo vincolato al potere legislativo, che, subito dopo l'approvazione della Legge 689/81, emise, il 19 dicembre 1983, una Circolare della Presidenza del Consiglio dei Ministri per definire i criteri che orientano la scelta tra sanzioni penali e amministrative³⁹.

La Circolare stabilì che la scelta tra sanzioni penali e amministrative deve essere guidata principalmente dai principi della proporzionalità e della sussidiarietà, concludendo quindi che la sanzione penale deve essere scartata quando risulti sproporzionata rispetto alla gravità potenziale dell'illecito, o quando possa essere sostituita da una sanzione amministrativa di efficacia equivalente. La rilevanza costituzionale dei beni giuridici tutelati serve come criterio di definizione, poiché la protezione penale deve essere indirizzata a beni giuridici di importanza costituzionale, mentre la protezione degli interessi privi di dimensione costituzionale deve essere attribuita esclusivamente al diritto punitivo amministrativo⁴⁰.

³⁷ PALIERO, C. E.; TRAVI, A. **La Sanzione Amministrativa. Profili Sistemati**. Milano: Giffre, 1988, p. 307.

³⁸ DOLCINI, E. Sanzione penale o sanzione amministrativa: problemi di scienza della legislazione. **RIDPP**, 1984.

³⁹ La circolare è stata redatta da una commissione composta da professori di diritto penale, professori di diritto amministrativo e magistrati, rivolgendosi agli uffici ministeriali per offrire indicazioni legislative sulla scelta tra la sfera penale e la sfera del diritto punitivo amministrativo. La premessa generale del documento è stata che sia i reati che le infrazioni amministrative sono strumenti di prevenzione per la tutela dei beni giuridici, anche se le relative sanzioni assumono diverse gravità. Il punto centrale per differenziare le sanzioni penali da quelle amministrative risiederebbe nel criterio della libertà personale, poiché solo la misura afflittiva penale avrebbe il potere di imporre restrizioni di questa natura. **CIRCOLARE 5 febbraio 1986. Criteri Orientativi per la scelta tra delitti e contravvenzioni e per la formulazione delle fattispecie penali**. Disponibile em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1986/03/18/086A1789/sg>. Accesso em: 13 fev. 2024.

⁴⁰ **CIRCOLARE 5 febbraio 1986. Criteri Orientativi per la scelta tra delitti e contravvenzioni e per la formulazione delle fattispecie penali**. Disponibile em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1986/03/18/086A1789/sg>. Accesso em: 13 fev. 2024.

In sintesi, la Circolare stabilisce che la distinzione tra il dominio penale e quello amministrativo si basa sulle categorie di dignità penale e carenza di tutela penale, e che il principio della proporzionalità determina il riconoscimento di tre aree in cui interverrà l'intervento punitivo, sia penale che amministrativo. La prima, la “zona superiore”, comprende gravi violazioni ai beni giuridici di rilevanza costituzionale, in cui il diritto penale sarà chiamato a intervenire. La seconda, la “zona inferiore”, si riferisce a violazioni dei beni giuridici secondari, corrispondenti a infrazioni meno gravi, che rientrano sotto la giurisdizione del diritto amministrativo sanzionatorio. La terza, la “zona intermedia grigia”, si trova tra le due precedenti, dove permane un margine irriducibile di dubbio anche alla luce del principio della proporzionalità⁴¹⁻⁴².

In questa terza area, denominata “zona intermedia grigia”, il principio della proporzionalità si basa sul principio della sussidiarietà come criterio di decisione legislativa. Pertanto, l'applicazione del diritto penale è giustificata solo in assenza di altre tecniche di controllo sociale, e si deve valutare comparativamente l'applicazione della sanzione penale o amministrativa come strumento di tutela preventiva e repressiva nel caso in questione. Si deve anche considerare il regime legale previsto per ciascun ramo punitivo, sia dal punto di vista sostanziale che processuale⁴³.

Il legame tra le violazioni derivanti dal diritto amministrativo sanzionatorio italiano e la funzione di tutela dei beni giuridici è ampiamente accettato dalla dottrina di quel paese. Ciò ha implicazioni dirette negli scopi delle sanzioni amministrative, che non servono alla protezione di interessi puramente amministrativi, né hanno lo scopo di ripristinare o reintegrare gli interessi della pubblica amministrazione⁴⁴.

Nonostante la Legge 689/81 abbia già compiuto quattro decenni, è possibile notare che la caratterizzazione del diritto punitivo amministrativo italiano è rimasta relativamente stabile nella sua essenza. L'unica modifica degna di nota è stata l'espansione dei movimenti di depenalizzazione in altre aree⁴⁵. Un esempio di ciò è il Decreto Legge 507, del 30

⁴¹ Le espressioni “zona superiore”, “zona inferiore” e “zona intermedia grigia” sono presenti nel testo stesso della Circolare.

⁴² CIRCOLARE 5 febbraio 1986. **Criteria Orientativi per la scelta tra delitti e contravvenzioni e per la formulazione delle fattispecie penali.** Disponível em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1986/03/18/086A1789/sg>. Acesso em: 13 fev. 2024.

⁴³ DOLCINI, E. Sanzione penale o sanzione amministrativa: problemi di scienza della legislazione. **RIDPP**, 1984, p. 618.

⁴⁴ DOLCINI, E. Sanzione penale o sanzione amministrativa: problemi di scienza della legislazione. **RIDPP**, 1984, p. 602.

⁴⁵ Sulla evoluzione di questo percorso inaugurato dalla Legge 689/81, vedere RUFFO, M. A. **Diritto Penale Amministrativo**. 2. ed. Milano: CEDAM, 2004.

dicembre 1999, che ha affrontato temi come alimentazione, traffico, infrazioni finanziarie, navigazione, tra gli altri.

È essenziale osservare il contenuto dell'articolo 9 della Legge 689/81⁴⁶, che tratta dei casi di sovrapposizione tra la legislazione penale e amministrativa, cercando di evitare che l'agente risponda più volte per la stessa condotta nelle situazioni in cui lo stesso fatto sia punito sia dalle norme penali che da quelle amministrative. A tale scopo, si fa ricorso al principio della specialità nel trattamento del concorso. Merita anche attenzione il contenuto dell'articolo 24 della stessa Legge⁴⁷, che riguarda il collegamento oggettivo tra l'infrazione amministrativa e il reato.

In questo contesto, se l'esistenza del reato dipende dalla constatazione di un'infrazione amministrativa, a eccezione dell'ipotesi di pagamento ridotto⁴⁸, la competenza per trattare sia il reato che la sanzione amministrativa sarà del giudice penale. L'infrazione amministrativa, tuttavia, deve costituire il presupposto logico necessario per la configurazione dell'infrazione penale.

Così, la giurisprudenza italiana⁴⁹ si è consolidata nell'interpretazione secondo cui, quando il giudice verifica che l'accertamento del reato mantiene un collegamento oggettivo di natura pregiudiziale con l'infrazione amministrativa, deve limitarsi a rinviare la

⁴⁶ “Quando uno stesso fatto è punito da una disposizione penale e da una disposizione che prevede una sanzione amministrativa, ovvero da una pluralità di disposizioni che prevedono sanzioni amministrative, si applica la disposizione speciale”. ITALIA. **Legge 24 novembre 1981, n. 689**. Modifiche al sistema penale.

⁴⁷ “Qualora l'esistenza di un reato dipenda dall'accertamento di una violazione non costituente reato, e per questa non sia stato effettuato il pagamento in misura ridotta, il giudice penale competente a conoscere del reato è pure competente a decidere sulla predetta violazione e ad applicare con la sentenza di condanna la sanzione stabilita dalla legge per la violazione stessa. Se ricorre l'ipotesi prevista dal precedente comma, il rapporto di cui all'art. 17 è trasmesso, anche senza che si sia proceduto alla notificazione prevista dal secondo comma dell'art. 14, alla autorità giudiziaria competente per il reato, la quale, quando invia la comunicazione giudiziaria, dispone la notifica degli estremi della violazione amministrativa agli obbligati per i quali essa non è avvenuta. Alla notifica decorre il termine per il pagamento in misura ridotta. Se l'autorità giudiziaria non procede a istruzione, il pagamento in misura ridotta può essere effettuato prima dell'apertura del dibattimento. La persona obbligata in solido con l'autore della violazione deve essere citata nella istruzione o nel giudizio penale su richiesta del pubblico ministero. Il pretore ne dispone di ufficio la citazione. Alla predetta persona, per la difesa dei propri interessi, spettano i diritti e le garanzie riconosciuti all'imputato, esclusa la nomina del difensore d'ufficio. Il pretore, quando provvede con decreto penale, con lo stesso decreto applica, nei confronti dei responsabili la sanzione stabilita dalla legge per la violazione. La competenza del giudice penale in ordine alla violazione non costituente reato cessa se il procedimento penale si chiude per estinzione del reato o per difetto di una condizione di procedibilità”. ITALIA. **Legge 24 novembre 1981, n. 689**. Modifiche al sistema penale.

⁴⁸ Il pagamento ridotto è previsto dall'articolo 16 della Legge 689/81, e rappresenta l'ipotesi in cui: “E'ammesso il pagamento di una somma in misura ridotta pari alla terza parte del massimo della sanzione prevista per la violazione commessa, o, se più favorevole e qualora sia stabilito il minimo della sanzione edittale, pari al doppio del relativo importo, oltre alle spese del procedimento, entro il termine di sessanta giorni dalla contestazione immediata o, se questa non vi è stata, dalla notificazione degli estremi della violazione”. ITALIA. **Legge 24 novembre 1981, n. 689**. Modifiche al sistema penale.

⁴⁹ In questo contesto: Cass. Civ. Sez. II (ord.) 27.02.2023 n. 5846.

questione al giudice competente in materia penale, che sarà anche responsabile di decidere sull'infrazione di natura amministrativa.

Questo funzionamento rivela un meccanismo legislativo di comunicabilità tra le istanze penale e amministrativa, che riconosce, nonostante il *doppio binario* punitivo del sistema italiano, l'incidenza di un aspetto processuale del principio del *ne bis in idem*, attribuendogli un carattere trasversale per impedire la sovrapposizione di processi tra diverse sfere.

4 Considerazioni Finali

L'articolo attuale ha trattato del modello sanzionatorio italiano e del suo rapporto con l'accumulo delle sanzioni dal punto di vista dell'illecito amministrativo depenalizzato. È stata delineata una breve evoluzione storica del potere sanzionatorio dello Stato, dimostrando come l'emergere del Diritto Amministrativo Sanzionatorio e le sue relazioni con il Diritto Penale siano conseguenze dell'espansione dell'azione dell'Amministrazione Pubblica. Si è identificato che tale relazione è caratterizzata dall'interazione tra i concetti di amministrativizzazione del diritto penale e penalizzazione del diritto amministrativo.

Per quanto riguarda la vicinanza delle sanzioni penali e amministrative, l'articolo ha esplorato le due principali teorie che le distinguono. La teoria differenziatrice, che adotta un approccio qualitativo, e quella unitaria, che le considera ontologicamente uguali. Si è inoltre menzionata la teoria mista, o quantitativo-qualitativa, che propone una combinazione tra le due approcci. Il fatto è che sia il diritto penale che quello amministrativo derivano da un medesimo potere sanzionatorio dello Stato. Tuttavia, ogni ramo ha le proprie peculiarità, il che comporta la necessità di criteri chiari per determinare l'applicazione di una o dell'altra sanzione.

A partire da lì, il testo si concentra sul modello italiano, analizzando la Legge n. 689 del 24 novembre 1981, identificata come un punto di svolta nel diritto sanzionatorio italiano, stabilendo un regime sanzionatorio autonomo e parallelo al sistema penale. La legge ha convertito numerose violazioni penali in violazioni amministrative e ha creato un corpus normativo proprio, con principi e regole sostanziali e processuali. In questo contesto, è stata affrontata la Circolare della Presidenza del Consiglio dei Ministri del 1983, che orienta la scelta tra sanzioni penali e amministrative basandosi sui principi della proporzionalità e della sussidiarietà. Le sanzioni penali devono essere riservate per le

violazioni gravi ai beni giuridici costituzionali, mentre le violazioni di minore gravità sono trattate dal diritto punitivo amministrativo.

In questo modo, il modello sanzionatorio italiano è descritto come *doppio binario*, includendo sia il diritto penale che il diritto amministrativo sanzionatorio. La comunicabilità tra le due sfere è mantenuta dal riconoscimento del *ne bis in idem* processuale, evitando sovrapposizioni di sanzioni per lo stesso fatto, come previsto dalla Legge 689/1981.

Riferimenti

BINENBOJM, G. **Uma teoria do direito administrativo**: direitos fundamentais, democracia e constitucionalização. Rio de Janeiro: Renovar, 2006.

BRANDÃO, N. **Crimes e Contra-ordenações**: da Cisão à Convergência Material. Ensaio para uma recompreensão da relação entre o direito penal e o direito contra-ordenacional. Coimbra: Coimbra Editora, 2016.

CEREZO MIR, J. **Curso de Derecho penal**. Parte General. Tomo I: introducción. Madrid: Tecnos, 2004.

CIRCOLARE 5 febbraio 1986. **Criteri Orientativi per la scelta tra delitti e contravvenzioni e per la formulazione delle fattispecie penali**. Disponibile em: <https://www.gazzettaufficiale.it/eli/id/1986/03/18/086A1789/sg>. Accesso em: 13 fev. 2024.

COSTA, H. R. L. **Direito penal econômico e direito administrativo sancionador**: *ne bis in idem* como medida de política sancionadora integrada. 2013. Tese (Livre Docência) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.

CRETELLA JÚNIOR, J. **Direito Administrativo do Brasil**: poder de polícia. Volume IV. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1961.

DOLCINI, E. Sanzione penale o sanzione amministrativa: problemi di scienza della legislazione. **RIDPP**, 1984.

GOLDSCHMIDT, J. **Derecho, derecho penal y proceso**. I. Problemas fundamentales del derecho. Barcelona: Marcial Pons, 2010.

GRECO FILHO, V.; RASSI, J. D. A corrupção e o direito administrativo sancionador. *In*: **Direito Administrativo Sancionador**. São Paulo: Quartier Latin, 2014.

ITÁLIA. **Legge 24 novembre 1981, n. 689**. Modifiche al sistema penale.

LEÓN VILLALBA, F. J. **Acumulación de sanciones penales y administrativas**. Sentido y alcance del principio *ne bis in idem*. Barcelona: Bosch, 1998.

LOZANO CUTANDA, B. Panorámica general de la potestade sancionadora de la administración em Europa: “despenalización” y garantía. *In*: **Revista de Administración Pública**, 121, 1990.

MANTOVANI, F. **Diritto Penale**: parte generale. 3. ed. Padova: Cedam, 1992.

MATTES, H. **Problemas del derecho penal administrativo, historia y derecho comparado**. Madrid: Editoriales de Derecho Reunidas, 1979.

NIETO, A. **Derecho administrativo sancionador**. 5. ed. Madrid: Tecnos, 2012.

OLIVEIRA, A. C. C. **Hassemer e o Direito Penal Brasileiro**: Direito de Intervenção, sanção penal e administrativa. São Paulo: IBCCRIM, 2013.

PADOVANI, T. Tutela di beni e tutela di funzioni nella scelta fra delitto, contravvenzione e illecito amministrativo. **Cassazione Penale**. 1987.

PALAZZO, F. I critério di riparto tra sanzioni penali e sanzioni amministrative. *In*: **L'Illecito Penale Amministrativo**: Verifica di um Sistema. Padova: CEDAM, 1987.

PALIERO, C. E.; TRAVI, A. **La Sanzione Amministrativa. Profili Sistemati**. Milano: Giuffrè, 1988.

PASOLD, C. L. **Metodologia da Pesquisa Jurídica**. Teoria e Prática. 12. ed. rev. São Paulo: Conceito Editorial, 2011.

PUERARI, A. F. **O Direito de Mera Ordenação Social português como rumo de criação de um espaço próprio ao Direito Administrativo Sancionador brasileiro**. 2016. 135 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Jurídico-Políticas/Menção em Direito Administrativo) – Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, Universidade de Coimbra, Coimbra, 2016.

ROXIN, C. **Derecho penal**: parte general. La estructura de la teoria del delito. Traducción de la 2. ed. alemana. Madrid: Civitas, 2007.

RUFFO, M. A. **Diritto Penale Amministrativo**. 2. ed. Milano: CEDAM, 2004.

SABOYA, K. **Dimensões do princípio do *ne bis in idem***. 2012. 294 f. Tese (Doutorado em Direito Civil Constitucional; Direito da Cidade; Direito Internacional e Integração Econômica; Direi) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

SILVA SÁNCHEZ, J.-M. **A expansão do Direito Penal – aspectos da política criminal nas sociedades pós-industriais**. Tradução da 2ª edição espanhola, Luiz Otávio Oliveira Rocha. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2002.

VANNINI, A. R. **Illecito Depenalizzato-Amministrativo**. Ambito di Applicazione. Milano: Giuffrè, 1990.

VILELA, A. **O Direito de Mera Ordenação Social – Entre a Ideia de “Recorrência” e a de “Erosão” do Direito Penal Clássico**. Coimbra: Coimbra Editora, 2013.



Mudanças da gestão de projetos em educação e desenvolvimento social em tempos de pandemia: experiência da extensão universitária na UERN

Emanuella Rodrigues Veras da Costa Paiva¹
Maria Naftally Dantas Barbosa²
Lais Karla da Silva Barreto³

Resumo: O presente artigo é ensaio teórico, que realiza uma análise sobre a gestão e acompanhamento dos projetos de extensão em momento pandêmico, refletindo a continuidade das atividades. Foi utilizada uma pesquisa qualitativa de estudo descritivo do tipo relato de experiência, aprofundando dados coletados. Confirmando a realização e manutenção das ações de extensão em pleno momento de pandemia, sem prejuízos impactantes os resultados propostos e desenvolvimento dos discentes.

Palavras-chave: gestão de projetos; extensão; pandemia; desenvolvimento social.

Project management movements in education and social development in pandemic times: university extension experience in UERN

Abstract: This article is a theoretical essay, which analyzes the management and monitoring of extension projects during the pandemic, reflecting the continuity of activities. A qualitative descriptive study of the experience report type was used, deepening the collected data. Confirming the implementation and maintenance of extension actions in the midst of a pandemic, without impacting the proposed results and student development.

Keywords: project management; extension; pandemic; social development.

Cambios en la gestión de proyectos en educación y desarrollo social en tiempos de pandemia: experiencia de extensión universitaria en la UERN

Resumen: El presente artículo es un ensayo teórico que realiza un análisis sobre la gestión y el acompañamiento de dos proyectos de extensión en un momento pandémico, reflejando la continuidad de las actividades. Se utilizó una investigación de tipo estudio descriptivo cualitativo del tipo relato de experiencia, profundizando en los datos recolectados. Confirma la implementación y mantenimiento de acciones de extensión en medio de una pandemia, sin daños a los resultados propuestos y el desarrollo estudiantil.

Palabras clave: gestión de proyectos; extensión; pandemia; desarrollo social.

1 Introdução

O contexto de crise humanitária que o mundo está vivenciando coloca novos desafios para as instituições públicas e privadas. No Brasil, a conjuntura que a Covid-19 trouxe gerou um novo cenário de discussão, particularmente sobre o papel das instituições públicas na sua

¹ Doutoranda em Administração (UNP). Atua na UERN. E-mail: emanuellaveras@uern.br.

² Doutoranda em Administração (UFPB). E-mail: naftallydantas2@gmail.com.

³ Doutora em Estudos da Linguagem (UFRN). Professora (UNP). E-mail: laisbarreto@gmail.com.

contribuição pelo bem-estar da população.

As Universidades públicas conseguiram dar algumas respostas no sentido de enfrentar essa conjuntura. De forma geral, tiveram uma atuação forte contribuindo nas atividades de atendimento em hospitais universitários e de difusão da informação e formas de enfrentamento sobre o novo vírus. Muitos projetos e população conseguiram contribuir na produção de máscaras de proteção, de álcool em gel e álcool líquido para a comunidade em geral e apoio às redes de saúde pública. A Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), a partir da ação de seus servidores, estava envolvida em vários desses momentos através de nossos projetos. Nesse contexto também continuaram os projetos sociais que buscavam o desenvolvimento da sociedade em forma de cultura, formação artística, entretenimento como forma de proporcionar interação e saúde mental aos envolvidos (população, docentes, técnicos e discentes).

Apesar dessa contribuição de grande importância, em parte significativa dos espaços acadêmicos, a crise da pandemia e o isolamento social teve como consequência uma certa paralisia. Para além da incerteza e insegurança que acometeu a todos e todas, a distância que há entre a Universidade e a sociedade foi um limitante fundamental para que o corpo social da Universidade pudesse ter uma atuação mais efetiva diante da crise.

A Extensão Universitária é, sem dúvida, uma das bases acadêmicas das instituições de ensino superior que perdeu mais fôlego com a situação de pandemia. A necessidade do isolamento social tirou dos aglomerados da periferia, das escolas públicas, dos centros de saúde, das organizações sociais, milhares de estudantes que estavam em campo cumprindo uma importante função da Universidade: colocar o conhecimento a serviço dos problemas da sociedade e trazer ao universo acadêmico novas perguntas aos pesquisadores e equipes dos projetos de extensão. Desde março de 2020, as Universidades suspenderam muitas atividades, respeitando as orientações da OMS e dos cientistas brasileiros, o que resultou em paralisação de muitos projetos de extensão. Ainda assim, muitos professores e estudantes envolvidos em pesquisa e extensão não pararam de pensar como manter o vínculo com suas questões de pesquisa, com seus experimentos em laboratório e com as instituições e comunidades que atendiam por meio dos projetos sociais.

Na extensão, a suspensão de atividades em campo não significou a quebra de vínculos com os públicos atendidos externamente às Universidades. De forma rápida e eficiente muitas instituições de ensino superior responderam a esses desafios propondo ações remotas e canais virtuais que poderiam, ainda que de forma limitada, continuar com suas atividades.

Exemplo disso são os encontros de extensão por todo o país. Centenas de jornadas, seminários e simpósios marcados pelas Universidades foram readequados para plataformas virtuais, permitindo as discussões temáticas da extensão e a circulação de propostas sobre os questionamentos de como fazer a extensão em tempos de pandemia. Pró-reitores de extensão das Universidades do país, em conjunto com suas equipes de coordenadores por cursos e técnicos da extensão, propuseram editais para fomentar propostas que pudessem atender estudantes e a comunidade externa de forma virtual. A Extensão Universitária não parou!

Na UERN não foi diferente, vários projetos de extensão cadastrados na Pró-Reitoria de Extensão continuaram suas atividades, tendo que se reinventar e proporcionar a maior participação dos discentes e da comunidade em geral de forma segura.

Neste sentido, este artigo traz dados que somente através de mudanças na gestão de projetos de extensão se conseguiria analisar e quantificar o envolvimento e continuidade das ações de extensão, sendo realizadas mesmo em tempos de pandemia, promovendo a educação e o desenvolvimento social a partir da experiência da extensão dos envolvidos.

2 Fundamentação Teórica

2.1 A importância da gestão de projetos extensão

A gestão de projetos abrange conhecimento, habilidades, ferramentas e técnicas aplicadas ao planejamento; além de organização, supervisão e controle que auxiliam na avaliação do desempenho e contribuem para o alcance do sucesso (Carvalho; Rabechini Jr., 2011). Nesse aspecto, Veras (2014, p. 36) ressalta que o sucesso do gerenciamento de projetos pode ser medido por parâmetros como custo, prazo e qualidade e que a obtenção do sucesso deve considerar as expectativas e os objetivos das partes interessadas.

No âmbito das Universidades, os projetos estão presentes de várias maneiras: infraestrutura, expansão e interiorização da rede pública de ensino, abertura de novos cursos, em atendimento às demandas do Ministério da Educação (MEC), projetos de pesquisa e extensão etc. As Universidades também devem ofertar e fomentar o ensino, a pesquisa e a extensão em favor do desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania (Pacheco, 2010).

Diante disso, os projetos de extensão possuem uma função importante para que esse desenvolvimento ocorra (FORPROEX, 2012). Desse modo, estudar a gestão de projetos de

extensão torna-se relevante, pois requer que o gestor possua conhecimentos, técnicas e habilidades para gestão desses projetos, assim como ocorre em outras organizações (Landgraf, 1996).

A literatura mostra que a utilização das boas práticas é um fator preponderante para que um projeto obtenha sucesso. Além disso, é preciso atentar para outros aspectos organizacionais que contribuem para aumentar a frequência com que os projetos alcançam o sucesso, tais como: informatização, processos internos, relações interpessoais, alinhamento estratégico dentre outros (Carvalho; Rabechini Jr., 2011).

Nesse sentido, e considerando a indissociabilidade das boas práticas entre os três pilares universitários (ensino, pesquisa e extensão), faz-se necessário trabalhar a gestão de projetos dentro de instituições de ensino e estar aberto às mudanças quando o mundo e as práticas pedem revisões para que a segurança de todos se mantenha.

2.2 Extensão Universitária

A Extensão Universitária sob o princípio constitucional da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, é um processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a interação entre a Universidade e outros setores da sociedade (FORPROEX, 2010). As formas de participação na Extensão Universitária envolvem desde a participação em atos públicos, palestras, cursos e eventos diversos, até intervenções mais diretas, como a formulação e execução de programas e projetos que atendam às necessidades percebidas (Santos; Lisboa, 2005). Como bem explicado por Brasil (s.d.):

A extensão é parte de um processo que visa melhorar a qualidade de vida do grupo social. Nesse sentido, é fundamental que este grupo seja demandante das ações a serem trabalhadas; caso contrário há grande probabilidade de retorno à condição inicial após o final do trabalho de extensão. Esta condição coloca o primeiro pressuposto a ser considerado: a intensa preocupação com o estabelecimento de um processo participativo. Propomos ações com base conceitual em formato de rede como forma de otimizar o processo participativo. Este formato favorece também abordagens de natureza holística, sistêmica, multidisciplinar, interdisciplinar e transdisciplinar.

Segundo Rodrigues (1999), na prática da extensão é importante ressaltar que, no contexto que envolve as funções da Universidade, em especial, a extensão poderá contribuir, em muito, para sua nova perspectiva de colocação de seus trabalhos a serviço dos interesses da grande maioria da população. Nesse ponto, práticas associadas ao bem-estar e qualidade

de vida das pessoas é justamente a contribuição que procura satisfazer os interesses de uma grande maioria dos beneficiados.

Para Hennington (2005), os programas de Extensão Universitária mostram a importância de sua existência na relação estabelecida entre instituição e sociedade. Acontece por meio da aproximação e troca de conhecimentos e experiências entre professores, alunos e população, pela possibilidade de desenvolvimento de processos de ensino-aprendizagem, a partir de práticas cotidianas, juntamente com o ensino e pesquisa e, especialmente, pelo fato de propiciar o confronto da teoria com o mundo real de necessidade e desejos. Define e possibilita a apreensão dos conteúdos absorvidos entre professor e aluno e beneficia-se com isso a partir do momento em que há o contato com o mundo real.

De acordo com os autores, podemos dizer que a Universidade promove a extensão de forma assistencial, em que permite atender as necessidades das camadas populares, facilitando, assim, a integração entre ensino e pesquisa, o qual é um dos seus principais objetivos.

Paulo Freire nos aponta os riscos desta extensão assistencialista, na qual a Universidade se julga detentora de um saber superior, que tem de ser transmitida sem indagações e confronto:

Educar e educar-se, na prática da liberdade, não é estender algo desde a “sede do saber” a “sede da ignorância” “para salvar, com este saber, os que habitam nesta”. (Freire, 1977 *apud* Calipo, 2009, p. 4).

Assim como Paulo Freire, Calipo, mostra os riscos existentes no projeto de extensão assistencialista quando entra em contato com a sociedade de modo que os acadêmicos não se sobreponham a comunidade, mas, se igualar a ela para que o contato seja mais proveitoso.

Calipo (2009, p. 4) diz que “[...] [os] projetos de Extensão Universitária crítica facilitam uma aprendizagem de saberes recíprocos e devem agregar integrantes da Universidade e da comunidade popular, sob uma linha horizontal do conhecimento [...]”. Sobre essa análise, o autor nos mostra que a Extensão Universitária deve se agregar à comunidade de forma prática e evolutiva a fim de expor os conhecimentos aprendidos durante a vida acadêmica. No que favorece, segundo Serrano, os parâmetros da vida social:

[...] o conhecimento é transmitido e não construído pelos partícipes da ação, esta transmissão é verticalizada e parte do pressuposto de que há uma superioridade e messianismo de quem estende que escolhe o que transmitir, como transmitir e que desconhece a visão de mundo dos que vão receber [...] (Serrano, [s.d], p. 3).

Um resultado importante da Extensão Universitária é relacionar os diversos saberes, ou seja, o contato íntimo com a comunidade e com a realidade social que promove um conhecimento mais amplo e permite um domínio maior sobre o assunto. A formação e a produção de conhecimento que envolve professores e alunos de forma dialógica é um grande e importante resultado da Extensão Universitária, em que permite que o aluno tenha sua própria opinião e que possa questionar sempre que necessário.

Os princípios da integração ensino-pesquisa, teoria e prática que embasam a concepção de extensão como função acadêmica da Universidade revela um novo pensar e fazer, que se consubstancia em uma postura de organização e intervenção na realidade, em que a comunidade deixa de ser passiva no recebimento das informações/conhecimentos transmitidos pela Universidade e passa a ser, participativa, crítica e construtora dos possíveis modos de organização e cidadania (Jenize, 2004, [n.p]).

Na perspectiva de inovar os conhecimentos, há a necessidade de aprimorar instantaneamente o antigo e aprender, imediatamente, o novo. No momento em que a Extensão Universitária acontece, os acadêmicos saem da sua rotina em sala de aula passando a praticar o que foi nela proposto e se aproximando das pessoas, objetivando qualidade na assistência prestada. A mudança social é um dos principais objetivos da extensão, que promove melhoria na qualidade de vida das pessoas que com ela travam contato. Trata-se de um progresso da academia com as comunidades.

Portanto, pode-se afirmar que a Extensão Universitária é de suma importância tanto para a Universidade, que ganha mais credibilidade, quanto para o aluno, que aprende muito mais realizando extensão (transmitindo e confrontando conhecimentos); e, também, para a sociedade que adquire benefícios. Na pandemia, essa engrenagem complexa foi afetada, mas não parou jamais.

3 Método

Enquanto pesquisa descritiva, este artigo objetiva discorrer sobre as mudanças para manter o gerenciamento dos projetos de extensão da Universidade do Estado do Rio Grande do Norte (UERN), na Pró-Reitoria de Extensão – PROEX, através de dados, acontecimentos (Sampieri; Collado; Lucio, 2006), de forma a relatar experiência gerencial na execução de projeto de Extensão Universitária. Para tanto, a investigação parte da observação na concepção efetiva dos dados extencionistas.

A estratégia metodológica adotada foi de caráter qualitativo e descritivo. Revisões narrativas são publicações amplas e apropriadas que objetivam descrever e discutir o estado da arte de um determinado tema, sob o ponto de vista teórico e/ou contextual. Essa categoria de artigos tem papel fundamental para a educação continuada, pois eles permitem ao leitor adquirir e atualizar o conhecimento sobre uma temática específica em curto espaço de tempo (Cordeiro *et al.*, 2007).

Uma vez que os aspectos apresentados se baseiam nos dados do sistema que gerencia os projetos de extensão, registros de novas ações através do Edital Simplificado de Fluxo Contínuo – Ações Imediatas 2020, das percepções dos gestores do setor, a abordagem utilizada para pesquisa é qualitativa. Segundo Sampieri, Collado e Lucio (2006), tal enfoque tem como objetivo o aprofundamento nas questões que envolvem um fenômeno, buscando o entendimento do objeto sem, necessariamente, apresentar um resultado mensurado.

4 Análise e Discussão dos Resultados

A Extensão Universitária apresenta papel fundamental na sociedade. É uma forma de disseminar conhecimento produzido dentro das Universidades perante as realidades e necessidades sociais (Nunes, 2011). É nesta ponte gerada pela troca de conhecimento que a Universidade pode entender conjunturas sociais da comunidade, especialmente em seu entorno, para assim aplicar programas e projetos de extensão que possam contribuir com mudanças sociais de curto, médio e longo prazo. Dessa maneira, a Extensão Universitária busca produzir novos conhecimentos para gerar soluções diante de problemas atuais visando à transformação das áreas mais carentes, assim como uma diminuição da desigualdade nos setores mais vulneráveis da sociedade (Silva *et al.*, 2020).

A Educação é um direito fundamental que ajuda não só no desenvolvimento de um país, mas também de cada indivíduo. Sua importância vai além do aumento da renda individual ou das chances de se obter um emprego. Por meio da Educação, garantimos nosso desenvolvimento social, econômico e cultural, e a Extensão Universitária veicula essa ação de forma dinâmica e atuante através das ações realizadas por seus coordenadores e envolvidos.

A magnitude da pandemia de Covid-19 implantou inúmeros problemas, incluindo os sociais e de educação. O isolamento social foi a medida adotada e aconselhada pela Organização Mundial de Saúde, comunidade científica e diversos governos ao redor do mundo como principal recomendação em defesa e combate na disseminação do SARS-CoV-2

(World Health Organization, 2020; Ministério da Saúde, 2020). A pandemia da Covid-19 desafia as Universidades a darem respostas à sociedade, e um concreto caminho é através das ações de Extensão Universitária. Contudo, o isolamento social potencializou o desafio, pois a extensão é estratégia para a criação de redes de conhecimento, para a inclusão de atores sociais nas políticas institucionais, bem como para a própria inserção e o acompanhamento dos estudantes na comunidade de forma articulada com o mundo do trabalho.

A PROEX, em sua gestão de projetos de extensão, tem como maior foco de atuação contribuir com o avanço da qualidade das ações executadas por seus envolvidos e a realização de atividades que possam levar aos professores, alunos, famílias, e às escolas, informações que sirvam de reflexão a esses públicos, com o fim de evolução das práticas pedagógicas, incentivo das ações democráticas na educação, e máxima circulação das atividades realizadas na Universidade. Além disso, numa via de mão dupla, trazer para dentro da Universidade os desafios da educação pública que possam ser transformados em novos projetos de extensão, em pesquisas, em acervo histórico e, principalmente, em questões que possam ser debatidas por professores, alunos e técnicos para a produção de novos conhecimentos e metodologias de ação.

Essas trocas em circulação de conhecimento sobre a educação, incluindo arte, cultura, direitos humanos, comunicação, ética, permaneceram eficientes nesse período de pandemia devido à natureza mesma da maioria das ações cadastradas em nossa Pró-Reitoria.

Através da abertura do Edital Simplificado de Fluxo Contínuo – Ações Imediatas 2020, houve aumento de ações cadastradas e realizadas em tempos da pandemia, subsidiando a formação de discentes, bem como ajudando comunidades, hospitais, fornecimento de produtos e máscaras para se proteger do vírus sem qualquer ônus para a comunidade. Esse formato favoreceu a continuidade das ações já institucionalizadas pelo Edital de Carga Horária da PROEX e o surgimento de novas ações. A realização e divulgação através de meios de comunicação em massa como: redes sociais, seminários, jornais, site institucional, fizeram a força propagando as ações e incluindo a sociedade a participar dos projetos de forma segura, considerando que a população está mais voltada a essas redes estando à disposição dentro de suas residências.

Durante a pandemia houve 49 ações cadastradas no Edital Simplificado de Fluxo Contínuo – Ações Imediatas 2020, e das 218 ações aprovadas no Edital de Carga Horária 39 passaram por adaptações para continuarem executando suas atividades através de plataformas digitais, redes sociais, reuniões remotas, fazendo o uso das tecnologias para chegar a

sociedade envolvida e manter o elo e laços por eles iniciados, gerando sentimento de pertencimento e cuidado por parte da população envolvida. Dentre as ações cadastradas e adaptadas para realização nos primeiros seis meses da pandemia, quarenta e quatro foram da área temática da educação, dezoito na área da saúde, treze da área de cultura, sete da área de direitos humanos e justiça, três da área de tecnologia e produção, duas na área de comunicação e uma na área de meio ambiente. Cabe ressaltar que após o início do semestre letivo de 2020.1, que ocorreu em 31 de agosto de 2020, a PROEX solicitou informações aos coordenadores e coordenadoras de programas e projetos de extensão aprovados no Edital de Carga Horária quanto a adaptações, alterações ou cancelamento das propostas e apenas três ações de extensão foram canceladas, significando que as demais estão se adaptando para realização nesse período de pandemia.

Dentre as atividades executadas pelas ações cadastradas destacam-se a confecção de máscaras de tecido laváveis para distribuição junto a comunidades em vulnerabilidade social e comunidade de saúde; realização de oficina formativa sobre a produção de sabão líquido para uso geral, e destinação da produção de sabão líquido a instituições filantrópicas, cooperativas e comunidades em situação de vulnerabilidade social; produção e distribuição de álcool gel e líquido 70% e solução saneante para UPAs e Hospitais da cidade de Mossoró; realização de debates acerca de temas contemporâneos relevantes ao meio acadêmico e à sociedade civil como um todo; realização de *lives* nas diversas áreas temáticas da extensão; disseminação de informações acerca da pandemia de Covid-19 publicados nas mídias sociais para orientar e ajudar a população; orientações de atividades físicas em espaços domésticos; e capacitações para uso de tecnologias digitais.

Como forma de contribuir com a qualidade de vida das pessoas que estão em isolamento social e que de alguma forma desenvolveram fobias, ansiedades etc., a UERN, por meio de suas ações de extensão, em específico na área de cultura, tem atuado fortemente na realização de ações que promovam o bem-estar e entretenimento das pessoas que precisam e que conseguiram ficar em casa. Semanalmente são realizadas ações nas mais diversas linguagens artísticas buscando minimizar os efeitos do confinamento.

Museus, cinemas, casas de shows, teatros, entre outros, apesar de estarem fechados, e/ou estarem recebendo visitas em quantidades bem inferiores às suas reais capacidades, viraram espaços virtuais como meio de substituir o contato presencial a esses locais, ao mesmo tempo em que os artistas também estão se reinventando, utilizando a cadeia de

ferramentas digitais como espaço de interação, produção, divulgação e às vezes até de conseguir cachês.

Neste sentido, destacamos aqui algumas das ações na área de artes e que foram cadastradas por decorrer do Edital de ações imediatas da Pró-Reitoria de extensão da UERN no período de março a outubro de 2020.

Quadro 1 – Ações cadastradas na Pró-Reitoria de Extensão em 2020

AÇÃO	OBJETIVOS
Camerata de Violão	Manter contato com os alunos da Escola de Música da UERN por meio de aulas remotas, contribuindo para o desenvolvimento técnico dos participantes da oficina.
Música Brasileira Popular: reflexões e diálogos a respeito de movimentos musicais na segunda metade do século XX.	Promover um curso de curta duração não presencial, a respeito da Música Brasileira Popular através do Ambiente Virtual de Aprendizagem e Ensino AVAE e outras ferramentas, identificando as principais características de alguns momentos da música brasileira popular; favorecendo discussões e entendimentos em torno de transformação da música brasileira, buscando estimular um espírito crítico; conhecer músicos brasileiros e suas respectivas obras, compreendendo inclusive o contexto social dos movimentos culturais investigados.
Yoga no cuidado do ser: práticas remotas de Hatha-Yoga	Promover práticas de Hatha-Yoga de forma remota, a partir de transmissão ao vivo pelo aplicativo Instagram. Desenvolver um conjunto de ações processuais contínuas, de caráter educativo, social e cultural, sobre a consciência corporal e respiratória através de diversas técnicas e atividades.
Concertando em Casa	Promover interações musicais na área de concertos, através de plataformas digitais, com participações de convidados atuantes no cenário musical nacional e internacional.
Curso de Prática Instrumental - Metais	Realizar encontros virtuais com os alunos dos instrumentos de metal com o intuito de manter o contato com os alunos e a prática instrumental.
Iniciação à Teoria Musical	Realizar um curso que proporcionará a Iniciação à Teoria Musical para a comunidade externa e alunos ingressantes no primeiro período do curso de Música da UERN.
Arte em casa	Promover atividades artísticas (mostras, performances, apresentações musicais, discussões e demais ações) sobre a arte produzida por artistas da cidade de Mossoró e região, com a realização de lives semanais no Instagram.
Oficina de Flauta transversal	Oficinas de iniciação e prática da flauta transversal.

Diálogos em Rede - 'Educação Literária: é preciso transver o mundo'	Ampliar o debate acerca da Educação Literária, refletindo sobre a literatura e suas nuances no cenário atual.
---	---

Fonte: Elaborado pelas autoras (2020).

Nos dias 17 e 18 de novembro de 2020 a Pró-Reitoria de Extensão da UERN realizou o VI Salão de Extensão, em formato remoto, como atividade da programação da VIII Semana de Ciência, Tecnologia e Inovação da UERN. O Salão de Extensão da UERN é uma oportunidade para os extensionistas apresentarem trabalhos a partir das ações de extensão institucionalizadas na Pró-Reitoria de Extensão, tendo como foco a divulgação e mostrar a relevância dessas ações para a comunidade externa beneficiada por essas.

O VI Salão teve trinta e oito trabalhos apresentados. Dentre esses, vinte e dois foram da área temática da saúde os quais apresentaram resultados de ações extensionistas, realizadas no período de pandemia e de maneira remota, voltadas para a saúde e bem-estar de idosos; à saúde LGBT; ao ensino de aspectos de higiene para crianças; ao uso de plataforma virtual para intervenções extensionistas remotas; ao uso de redes sociais na promoção de informação segura durante a pandemia; entres outros.

5 Considerações Finais

Mesmo com avanços científicos para o entendimento da Covid-19, ainda há muitas perguntas sobre a nova infecção e suas inúmeras consequências. Diante das inúmeras incertezas impostas pela doença, só há uma certeza – a existência da sobreposição de problemas de saúde e agravos nos direitos básicos como educação, cultura, esporte e lazer gerados pelo isolamento social.

Acreditamos que as respostas para todas as perguntas neste horizonte com milhares de mortes, colapso no sistema de saúde e agravos na economia só serão possíveis por meio das ciências, sendo a Universidade figura de excelência na prestação de serviços para toda a nação. Logo, percebemos os esforços da Universidade para continuar comprometendo-se em sustentar seu valor social e atentar para o delicado momento histórico que passamos nesta pandemia, que oportunidades em ações sociais, bem como estrutura para a promoção da Extensão Universitária possam ser ampliadas e que novas ações estejam comprometidas e enquadradas com o futuro pós-pandemia.

É fato que a Extensão Universitária com atuação de estudantes e professores em campo faz muita falta e não será substituída! A troca cultural, política e de conhecimentos perde muito de sua riqueza sem o contato presencial. Principalmente para os universitários que têm a oportunidade de experienciar a vida de comunidades mais vulneráveis do país, as dinâmicas das juventudes nas escolas públicas e nas periferias, as relações humanas e éticas de atividades em cooperativas e projetos de economia solidária, a situação de infraestrutura nos bairros e distritos visitados, enfim, uma enorme quantidade de paisagens que se confrontam com a realidade de vários dos estudantes e que fomentam reflexões de várias ordens e colocam o desafio do compromisso de cada aluno em formação com a resolução dos problemas sociais de nossa sociedade.

Mas a extensão pode atingir ainda mais territórios e públicos se utilizar as tecnologias a seu favor e evoluir na gestão de projetos extencionistas da UERN. A extensão, o ensino e a pesquisa universitária podem ampliar e dinamizar a sua comunicação de conhecimento se buscarem o equilíbrio entre o presencial e o virtual, atendendo ainda às exigências da vida contemporânea, que é uma situação sem volta!

O desafio da nossa sociedade para o futuro próximo será, a partir do ponto pós-pandemia, aprender a fazer o trabalho, a Universidade, o encontro com os amigos, a escola, o clube, um espaço de aprendizado e de encontros presenciais e virtuais. Esse desafio será uma nova forma de aprendizado, e com essas mudanças seguem também as novas práticas da gestão de projetos de extensão.

Não há dúvidas que o período está sendo bastante desafiador, e são nesses tempos que ocorrem as mudanças, renovação, práticas de execução para a melhoria dos serviços e gestão dos projetos envolvidos, subsidiando os docentes e técnicos coordenadores que se envolvem com vários discentes e toda uma sociedade, seja na formação desses alunos de forma que leva a experiência da prática de sua formação, seja nos benefícios trazidos e realizadas as comunidades, aos órgãos de saúde, ao proporcionar a interação de maneira leve através de cultura, seja informando e ajudando as pessoas a se proteger. Enfim, uma infinidade de maneiras que a extensão vai se movimentando e mudando para que não pare, pois essa difusão de informações e atividades é o que torna a Extensão tão importante como é, se difundindo em tempos de pandemia, as boas práticas de gerenciar os projetos de extensão na UERN.

Referências

CALIPO, D. **Projetos de Extensão Universitária crítica**: Uma ação educativa transformadora. Campinas, 2009. Base de dados do Scielo. Disponível em: http://www.itcp.unicamp.br/drupal/files/Projetos%20de%20extensao%20universitaria_%20Daniel%20Bortolotti.pdf.

CARVALHO, M. M.; RABECHINI JR., R. **Fundamentos em gestão de projetos**: construindo competências para gerenciar projetos. 3. ed. São Paulo: Atlas. 2011.

CORDEIRO, A. M. *et al.* Revisão sistemática: uma revisão narrativa. **Rev. Col. Bras. Cir.**, v. 34, n. 6, p. 428-431, 2007.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). **Política Nacional da Extensão Universitária**. Brasília, MEC/SESu; Manaus/AM, maio, 2012. Disponível em: <http://www.renex.org.br/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>.

FÓRUM DE PRÓ-REITORES DE EXTENSÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO SUPERIOR BRASILEIRAS (FORPROEX). Gráfica da UFRGS. Porto Alegre, RS, 2010 (Coleção Extensão Universitária; v. 7).

HENNINGTON, É. **Acolhimento como prática interdisciplinar num programa de Extensão Universitária**. Rio de Janeiro, 2004. Base de dados do Scielo. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2005000100028.

JENIZE, E. **As Práticas Curriculares e a Extensão Universitária**. 2004. Disponível em: <http://br.monografias.com/trabalhos-pdf901/as-praticas-curriculares/as-praticas-curriculares.pdf>.

LANDGRAF, F. J. G. Gerenciamento de Projetos de P&D via uso de metas técnicas quantitativas. *In: XIX Simpósio de Gestão da Inovação da Tecnologia*, São Paulo, 1996.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Ministério da Saúde declara transmissão comunitária nacional**. Brasília: Ministério da Saúde. 2020. Disponível em: <https://www.saude.gov.br/noticias/agencia-saude/46568-ministerio-da-saude-declara-transmissao-comunitaria-nacional>.

NUNES, ANA LUCIA DE PAULA FERREIRA; DA CRUZ SILVA, MARIA BATISTA. A Extensão Universitária no ensino superior e a sociedade. **Mal-Estar e Sociedade**, v. 4, n. 7, p. 119-133, 2011.

PACHECO, E. **Os institutos federais**: uma revolução na educação profissional e tecnológica. Brasília: MEC/Setec. 2010.

RODRIGUES, M. **Universidade, extensão e mudanças sociais**. Uberlândia, 1999. Base de dados do google acadêmico. Disponível em:

http://scholar.googleusercontent.com/scholar?q=cache:2TfjhE29cJ:scholar.google.com/&hl=pt-BR&as_sdt=0.

SAMPIERI, R. H.; COLLADO, C. F.; LUCIO, P. B. **Metodologia de pesquisa**. 3. ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2006.

SANTOS, E. T.; LISBOA, T. K. Um mundo sem violência contra a mulher é possível. **Extensio: Revista Eletrônica de Extensão**, n. 03, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/extensio/article/view/5479/4912>.

SERRANO, M. **Conceitos de Extensão Universitária**: um diálogo com Paulo Freire. Base de dados do Scielo. Disponível em: http://www.prac.ufpb.br/copac/extelar/atividades/discussao/artigos/conceitos_de_extensao_universitaria.pdf.

SILVA, M. R. F. *et al.* Reflexões sobre as ações extensionistas e de pesquisa no combate à COVID-19 na Universidade do estado do Rio Grande do Norte. **Brazilian Journal of Health Review**, v. 3, n. 2, p. 3622-3646, 2020.

TURBAN, E. **Tecnologia da Informação para Gestão**: em busca do melhor desempenho estratégico e operacional. 8. ed. Porto Alegre: Bookman, 2013.

VERAS, M. **Gerenciamento de projetos**: Project Model Canvas (PMC). Rio de Janeiro: Brasport, 2014.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO). **Timeline of WHO's response to COVID-19**, Last updated 30 July 2020. Disponível em: <https://www.who.int/news-room/detail/29-06-2020-covidtimeline>.



As práticas de turismo pedagógico e os espaços educacionais em uma escola do campo

Andréia Saidelles Rossi¹
Estela Maris Giordani²

Resumo: O turismo pedagógico (TP) contempla aulas-passeio intencionais curtas e longas em espaços educacionais na e para além da escola. A pesquisa analisou práticas de TP na escola do campo Municipal do Ensino Fundamental José Paim de Oliveira (JPO) localizada em Santa Maria. O objetivo da pesquisa foi compreender os espaços educacionais das práticas de Turismo Pedagógico nos anos iniciais. Viagens reais e virtuais, com ou sem/dentro ou fora do meio de transporte, em tempos e em espaços no e para além do próprio município são considerados locais educativos contextualizados que trazem sentido às situações cotidianas ou não e a docência rumo à formação cidadã. A metodologia é de abordagem qualitativa, do tipo estudo de caso. A coleta de dados foi com entrevistas semiestruturadas, com dez professores. Os dados foram analisados com a técnica de análise de conteúdo. Os resultados apontam para o impacto destes projetos de trabalho na vida pessoal e profissional de vários protagonistas pertencentes a esta escola. Evidenciou-se que o TP é uma prática educativa que alia a teoria da sala de aula com as experiências vivenciadas perto e longe da escola, gerando conhecimentos significativos e seres ativos, dispostos a descobrir ambientes naturais e culturais. Estas práticas contribuem para formação de cidadãos conscientes do dever de agir na própria comunidade e escola em que vivem de forma humana com pessoas de diferentes idades e formas de viver e reviver suas histórias de vida para ficar na memória de cada viajante infantil, adolescente ou adulto.

Palavras-chave: educação cidadã; Práticas de Turismo Pedagógico; espaços educativos.

Pedagogical tourism practices and educational spaces in a countryside school

Abstract: Pedagogical tourism (TP) includes short and long intentional tour classes in educational spaces in and beyond the school. The research analyzed TP practices at the José Paim de Oliveira Municipal Elementary School (JPO) located in Santa Maria. The objective of the research was to understand the educational spaces of Pedagogical Tourism practices in the initial years. Real and virtual trips, with or without/inside or outside the means of transport, in times and spaces in and beyond the municipality itself are considered contextualized educational places that bring meaning to everyday situations or not and teaching towards citizenship training. The methodology is a qualitative approach, of the case study type. Data collection was through semi-structured interviews, with ten teachers. The data were analyzed using the content analysis technique. The results point to the impact of these work projects on the personal and professional lives of several protagonists belonging to this school. It was evident that TP is an educational practice that combines classroom theory with experiences lived near and far from school, generating significant knowledge and active beings, willing to discover natural and cultural environments. These practices contribute to the formation of citizens aware of the duty to act in the community and school in which they live in a human way with people of different ages and ways of living and relive their life stories to remain in the memory of each child, adolescent or adult traveler.

Keywords: citizen education; Pedagogical Tourism Practices; educational spaces.

¹ (UFSM). E-mail: deiasaidelles@gmail.com.

² Doutora em Educação (UNICAMP). Professora (UFSM). E-mail: estela.giordani@ufsm.br.

Prácticas de turismo pedagógico y espacios educativos en una escuela de campo

Resumen: El turismo pedagógico (TP) incluye clases guiadas intencionales de corta y larga duración en espacios educativos dentro y fuera de la escuela. La investigación analizó las prácticas de TP en la Escuela Primaria Municipal José Paim de Oliveira (JPO) ubicada en Santa María. El objetivo de la investigación fue comprender los espacios educativos de las prácticas de TP en los años iniciales. Los viajes reales y virtuales, con o sin/dentro o fuera del medio de transporte, en tiempos y espacios dentro y fuera del propio municipio, se consideran lugares educativos contextualizados que aportan significado a situaciones cotidianas o no y enseñanza para la formación ciudadana. La metodología es un enfoque cualitativo, del tipo estudio de caso. La recolección de datos se realizó a través de entrevistas semiestructuradas, con diez docentes. Los datos fueron analizados mediante la técnica de análisis de contenido. Los resultados apuntan al impacto de estos proyectos de trabajo en la vida personal y profesional de varios protagonistas pertenecientes a esta escuela. Se evidenció que la TP es una práctica educativa que combina la teoría del aula con experiencias vividas cerca y lejos de la escuela, generando conocimientos significativos y seres activos, dispuestos a descubrir ambientes naturales y culturales. Estas prácticas contribuyen a la formación de ciudadanos conscientes del deber de actuar en la comunidad y escuela en la que conviven de manera humana con personas de diferentes edades y formas de vivir y revivir sus historias de vida para permanecer en la memoria de cada niño, viajero adolescente o adulto.

Palabras clave: educación ciudadana; Prácticas de Turismo Pedagógico; espacios educativos.

1 Introdução

Turismo pedagógico (TP) pode ser considerado toda prática educativa que acontece nas escolas ou universidades, capaz de trabalhar a teoria das áreas do conhecimento por meio da experiência da realidade do cotidiano em vários espaços educacionais fora das quatro paredes de sala de aula. É importante destacar que o início e o final destes projetos de trabalho geralmente ocorrem em sala de aula, pois envolvem o planejamento e a avaliação dos professores juntamente com os alunos. Do ponto de vista de muitos autores, essas práticas de TP são chamadas de visitas escolares, viagens de estudos, saídas ou aulas de campo, aulas-passeio, acampamentos (atividades de férias), estudo do meio e excursões pedagógicas. São trabalhos extraclases, que podem ser realizados dentro ou fora do pátio da escola e até mesmo da própria cidade, o que possibilita o respeito pela diversidade de cultura, por meio da convivência com diferentes seres humanos e espaços educativos sociais.

A problemática da pesquisa gira em torno da seguinte questão: quais os espaços educacionais das práticas de TP nos anos iniciais do ensino fundamental na escola do campo? Nesta pesquisa, debateu-se sobre como é a atuação profissional dos professores na

organização das aulas-passeio relacionadas ao estudo do meio escolar e extraescolar através de projetos com TP que potencializam o processo de ensino e aprendizagem.

Atendendo a problemática desta pesquisa, se pretende alcançar o seguinte objetivo geral: compreender os espaços educacionais das práticas de turismo pedagógico nos anos iniciais. Partindo do objetivo geral da pesquisa, estabeleceram-se os seguintes objetivos específicos: 1) analisar quais os espaços educacionais visitados com as turmas; 2) identificar os motivos das escolhas pelos espaços educacionais; 3) perceber quais os espaços educacionais visitados mais de uma vez com outras turmas.

Entende-se que essas práticas de TP podem contribuir para a auto (formação) de estudantes/turistas pedagógicos e trazer uma maior conexão do saber teórico com o saber prático, bem como a transform(ação) na vivência de conteúdos de diversas disciplinas em diversos espaços educacionais urbanos e rurais. Há uma necessidade de elaboração de estudos em torno dessa problemática ainda não suficientemente trabalhada no curso de graduação em Pedagogia. Percebe-se que existem professores que ainda não conhecem o termo “turismo pedagógico” que engloba os trabalhos educacionais que estimulam os estudantes a novas descobertas diárias de forma diferente para além da sala de aula.

Esta pesquisa tem sua utilidade nos ambientes universitários e escolares, pois o TP busca agregar ao processo de ensino e aprendizagem vivências e experiências transformadoras que estejam mais próximas à realidade dos alunos, de modo mais leve, levando em conta seus conhecimentos em relação aos estudos e à vida. Acredita-se que esses projetos de trabalho favoreçam a construção de ações pedagógicas interdisciplinares que despertem o desejo de experimentar e conhecer mais sobre tudo e toda(o)s. Assim, o TP pode contribuir não só para despertar o interesse em aprender, mas também motivar os discentes e os docentes a ensinar.

Continuadamente, apresenta-se o caminho da fundamentação teórica e define-se o percurso metodológico das práticas de turismo pedagógico. Logo, relatam-se os dados e a discussão de cada objetivo da pesquisa. Por fim, desenvolvem-se as considerações finais.

2 Os diferentes espaços educacionais como possibilidades formativas do TP

Os espaços territoriais onde acontecem os processos educacionais vão muito além da sala de aula na escola. Segundo Gohn (2006), é possível falar em educação formal, não formal e informal e a autora faz uma distinção entre as três modalidades, demarcando seus

campos de atuação, quais sejam a educação: a) formal; b) informal; e c) não formal. Desse modo, essas modalidades da educação que podem ser complementares ocorrem em espaços diferentes, mas possuem objetivos semelhantes referentes à formação integral do ser humano. Pois a educação formal é organizada por séries, idade e conteúdos de disciplinas que formam o currículo da escola. A educação informal pode envolver valores culturais e acontecer em vários espaços educativos, além de desenvolver o senso comum dos indivíduos, orientando suas formas de agir, ser e pensar. Já na educação não formal há o desenvolvimento do trabalho em grupo, formação para a vida e não apenas para o mercado de trabalho.

E afinal, quem são os educadores nestes espaços educacionais formais, informais e não formais? De acordo com Gohn (2006, p. 29), na educação formal são os professores. Na não formal, o grande educador é o “outro”, aquele com quem é possível interagir ou integrar-se. Na educação não formal os agentes educadores são famílias, amigos, vizinhos, colegas de escolas, redes sociais etc. Em diversos momentos, a aprendizagem de determinados conteúdos requer além de vivências escolares, vivências comunitárias, a fim de que haja aprendizagens e ensinamentos mais amplos e dinâmicos entre a turma.

E afinal onde se educa? Segundo a educadora Gohn, a educação formal é aquela desenvolvida nas escolas, nas instituições de ensino básico, médio e superior. A educação não formal é aquela desenvolvida nos espaços educativos que acompanham as trajetórias de vida das pessoas e dos grupos sociais, fora das escolas, em locais onde há processos interativos intencionais. E essa intencionalidade a torna diferente dos outros espaços educativos. Já a educação informal envolve a própria casa, rua, comunidade e escola e outros espaços educativos abertos ao público. Os espaços existentes fora da sala de aula também podem ser aproveitados para promover atividades com foco educativo. Entre os mais diversos locais para a realização dos projetos de TP, podem-se citar os parques temáticos, praças, museus, fábricas, teatros, cinemas, postos de saúde, áreas verdes, zoológicos, indústrias, supermercados etc.

Em relação à finalidade ou aos objetivos de cada um dos campos de educação, segundo Gohn, na educação formal, destacam-se objetivos relativos ao ensino e à aprendizagem de conteúdos normalizados por leis, pois ela objetiva formar o indivíduo como um cidadão ativo em sociedade, desenvolver diversas habilidades e competências, promover o desenvolvimento da criatividade, imaginação, coordenação motora etc. A educação informal socializa os indivíduos, desenvolve hábitos diários, atitudes,

comportamentos sociais, modos de pensar sobre a vida e de se expressar no uso da linguagem humana, segundo valores de grupo que se convive desde a existência a este universo. A educação não formal capacita os indivíduos a se tornarem cidadãos do/no mundo.

Segundo Gohn (2006, p. 36), “Articular a educação, em seu sentido mais amplo, com os processos de formação dos indivíduos como cidadãos, ou articular a escola com a comunidade educativa de um território é um sonho, mas também uma urgência e uma demanda da sociedade atual”. E segue comentando a respeito do nosso trabalho: “Por isso trabalhamos com um conceito amplo de educação que envolve campos diferenciados, da educação formal, informal e não formal”. Desse modo, é preciso pensar de forma ampla na educação e articulá-la aos processos formativos dos alunos.

Comenta-se que o TP, que engloba aulas-passeio com maior ou menor duração de tempo, permite uma interação com os diversos espaços culturais da sociedade e com diferentes histórias de vida. O TP pode contribuir para dar continuidade nessa comunicação entre o passado e o presente, além de deixar sua contribuição no futuro, pois aproxima o consumo do lazer, bem como do prazer em aprender a desenvolver cidadania. Além disso, proporciona uma forma diferente de tratar a realidade dos alunos. Isso os leva a gerarem sentimento de pertencimento a um espaço educativo, reconhecerem sua identidade enquanto povo, e sentirem-se integrantes de seu próprio ambiente, capazes de ter voz e vez e perceber as necessidades de sua comunidade ao tentar achar soluções para os problemas sociais. Isto facilita a construção de uma formação cidadã em trabalhos escolares e não escolares.

No turismo pedagógico, o “material didático” passa a ser o ambiente cultural e natural; e o aluno, como turista, é quem experiencia, questiona e aprende com os elementos desse ambiente. Nesse sentido, observa-se que uma atividade turística de cunho educativo, pode propiciar momentos essenciais à aprendizagem ao despertar no sujeito a curiosidade por diferentes grupos locais e relações sociais que serão analisadas em paisagens naturais, urbanas e rurais (Andrade, 2022, s/p).

Em uma pesquisa de campo, o próprio espaço educacional acaba sendo a bibliografia para o estudo. E os indivíduos aprendem, assim, a estar em diversos espaços educacionais, aprendendo a ler as realidades naturais, rurais e urbanas.

3 Metodologia

Ao ter em vista os objetivos e a problemática de pesquisa, como trajeto metodológico, produziu-se uma pesquisa de campo na Escola Municipal do Ensino Fundamental José Paim de Oliveira, localizada na localidade de Alto das Palmeiras, no distrito de São Valentim do município de Santa Maria. Segundo Gonçalves (2001, p. 67), “a pesquisa de campo é aquela que exige do pesquisador um encontro mais direto. Nesse caso, o pesquisador precisa ir ao espaço onde o fenômeno ocorre - ou ocorreu - e reunir um conjunto de informações a serem documentadas”. Nesse sentido, o pesquisador pretende buscar a informação diretamente com os pesquisados durante a pesquisa.

Aderiu-se ao método de pesquisa qualitativa, do tipo estudo de caso, com a intenção de analisar quais os espaços educacionais das práticas de TP nos Anos Iniciais do ensino fundamental na escola do campo. Flick (2009, p. 17) relata que a pesquisa qualitativa é um estudo das relações sociais devido à multiplicidade das esferas da vida. Esta pesquisa trata-se de um estudo de caso que, segundo Yin, (2005, p. 32): “[...] é uma investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”.

Os sujeitos participantes da pesquisa, neste estudo, foram dez professores de uma escola do campo. Utilizaram-se números naturais em ordem crescente de 1 a 10 para selecionar os professores da pesquisa: professor 1 (P1), professor 2 (P2), professor 3 (P3), e assim sucessivamente até professor 10 (P10). P1: 59 anos de idade e 33 anos de experiência nos anos iniciais (AI), magistério, graduado em pedagogia, pós-graduado em coordenação pedagógica; P2: 69 anos de idade, magistério, formado em ciências físicas e biológicas, especialista na área da Educação para ciência na UFSM; P3: 64 anos de idade e 18 anos de experiência nos AI, magistério, especialista em português e em gestão escolar, em psicopedagogia e supervisão escolar; P4: 60 anos de idade e 32 anos de experiências nos AI, licenciado em Educação física com especialização em treinamento Físico Desportivo; P5: 52 anos de idade e 16 anos de experiência nos AI, formado em técnico agrícola, em pedagogia, pós-graduado em educação infantil e em gestão escolar; P6: 54 anos de idade e 4 anos de experiências nos AI com a turma do 1º ano do Ensino Fundamental, formado em Pedagogia, Educação Infantil e pós-graduado em informática; P7: 43 anos de idade e 20 anos de experiência nos AI, magistério, graduado em matemática, especialista em ensino de matemática e em gestão escolar, mestre em ensino

de matemática; P8: 56 anos de idade e 31 anos de experiência nos AI, pedagoga e mestre em ensino, humanidades e linguagens pela UFN (Universidade Franciscana); P9: 59 anos de idade e 35 anos de experiência nos AI, formado em Pedagogia e pós-graduado em educação religiosa; P10: 60 anos de idade e 10 anos de experiência nos AI, formado em estudos sociais, área de história e geografia.

No sentido da construção dos dados da pesquisa, realizaram-se entrevistas semiestruturadas, com os professores de uma escola do campo. Escolheu-se este instrumento de coleta de dados para a pesquisa, pois esse tipo de entrevista é baseado em um roteiro mais flexível para o entrevistador dialogar com seus entrevistados. Minayo (2009, p. 65) define a entrevista como uma conversa a dois ou entre vários interlocutores, realizada por iniciativa do entrevistador e não do entrevistado, sendo uma forma privilegiada de interação social. As entrevistas foram produzidas diretamente na escola ou via ligações por telefone, com somente um roteiro de perguntas para conseguir respostas dos professores da escola do campo. Primeiramente, foi uma conversa, tentando “quebrar o gelo” relacionando os questionamentos com os objetivos do trabalho de pesquisa. Cada entrevista durou por volta de 30 minutos à 1h, e foi aumentando conforme persistia a curiosidade da entrevistadora com os entrevistados durante o trabalho. No fim das entrevistas, os registros orais ficaram gravados em áudio para em seguida serem transcritos para organizar os discursos dos professores.

Algumas inquietações surgiram referentes à área de estudo. Procurou-se saber os lugares que já foram visitados com as turmas, o porquê da escolha destes lugares e se os professores buscam retornar com as turmas em lugares já visitados anteriormente com outras turmas. Diante disso, para que as respostas dos professores estivessem interligadas aos objetivos da pesquisa, foi preciso ter um bom planejamento do roteiro de entrevista.

Após a construção dos dados por meio das entrevistas, foi sugerida a análise de conteúdo como forma de análise de dados. Sobre a análise de conteúdo, apresenta-se uma citação de Bardin (2011, p. 8), a qual explica a referida dimensão de pesquisa e comenta que é “um conjunto de técnicas de análise das comunicações visando obter por procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens indicadores (quantitativos ou não)”. Bardin também dá destaque para três etapas no processo de análise de conteúdo: pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados (inferência e interpretação). Sendo assim, após o retorno das entrevistas, foi observado o método da análise de conteúdo.

4 Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Espaços educacionais visitados com as turmas

Nas entrevistas realizadas com os dez professores dos anos iniciais a respeito de projetos de TP desenvolvidos ao longo de suas práticas, os professores se manifestaram sobre: os espaços educacionais visitados com as turmas, motivos das escolhas pelos espaços educacionais e espaços educacionais visitados mais de uma vez com outras turmas.

Da análise dos dados, emergiu uma temática sobre os espaços educacionais extraescolares que foram muito destacados pelos professores: espaços rurais e urbanos como espaços educacionais. Em relação aos espaços educativos trabalhados, muitos deles manifestaram que geralmente, por facilidade de acesso, planejam as atividades em espaços mais próximos à escola. A P1 comenta que “[...] a gente saía na estrada, ia para o campo, pra horta escolar [...] tava um calorão, a gente [...] ia trabalhar na sombra. E se tava muito frio, a gente saía pra realizar alguma atividade no sol”. E continua: “[...] City Tour [...] conhecer os pontos turísticos de Santa Maria. [...] Vila Belga, Monumento do Ferroviário, o parque da Medianeira, a Igreja da Catedral, Museu Vicente Pallotti, Fábrica da Coca-Cola, no Zoológico São Brás [...]”. Acrescenta ao seu depoimento: “viagens também pra fora da cidade [...] no autódromo [...]. Geralmente quando a gente fazia a viagem ao planetário [...] fazia a viagem no Jardim Botânico da UFSM”.

Todos os professores visitam com os estudantes várias propriedades rurais localizadas no próprio distrito onde se encontra a escola, o chamado distrito de São Valentim. O P2 relata que “Teve algumas feiras de ciências [...], cinema do Praça Nova [...], Museu da PUC”. E acrescenta à sua fala: “também em várias propriedades no Alto das Palmeiras em São Valentim [...] pra conhecer e ver por onde passava todo esse povo. [...] visitar as lavouras [...], propriedade rural sustentável [...]”. Finaliza ao dizer que “E, essa ida, a interação, a sociabilidade deles no ônibus é muito bom!”

A escola trabalha não apenas em ambientes fechados, mas em ambientes abertos, como, por exemplo, em espaços que envolvem a horta escolar, que é considerado, por alguns professores, um dos espaços educacionais que abraça a chamada aula-passeio. P4 informa que realizou experiências em “lugares bem relacionados com a natureza perto da escola”. Já o P5 alega que: “Uma caminhada ecológica ou de estudos. [...] De longa

duração, com os anos iniciais, não". E continua: "[...] caminhadas aqui perto da escola, os balneários, o CTG, visitas no pessoal da comunidade [...]. Nas visitas nas famílias, vão só os professores, os alunos não vão [...]". Enfatiza que "*Quando as viagens são feitas no distrito, no CTG, as famílias são convidadas a participar, tem várias que vão. [...] A escola sempre participa todos os anos com um grupo de alunos nos dois desfiles, no dia da independência do Brasil e no dia do Gaúcho*".

Percebe-se, também, que são feitas visitas na casa das famílias dos estudantes e que, muitas vezes, elas também são convidadas a participarem dos projetos de TP. O P6 comenta: "[...] piquenique nas casas das famílias [...], a gente passava o dia lá [...] para trabalhar com eles né, conhecer [...] a propriedade delas, a realidade deles [...]". E complementa: "*piquenique nas Dores, e no campo [...] Teatro Treze de Maio*". Finaliza ao dizer que "*Com o 1º ano, fora de Santa Maria, não*".

Grande parte dos entrevistados realizam caminhadas pela estrada próxima à escola para observar o que tem na própria comunidade escolar. A P7 informa que "*Um momento vivenciado ali na horta não deixa de ser uma aula-passeio, acho que tudo aquilo que sai da sala de aula, sai das quatro paredes né é considerado uma aula-passeio né, tanto dentro ou fora da escola*". Informa que "[...] a gente caminhou pela [...] estrada da escola [...] para a gente ver o que tem [...] na nossa comunidade [...], pátio da escola [...], um momento de aprendizagem [...]". E salienta a importância de "*trabalhar a questão das memórias, da tecnologia e inovação do campo [...]*". Finaliza sua fala ao dizer que "*Durante o ônibus também é um momento de aprendizagem, de troca de conversas entre eles*".

Observa-se, a partir dos relatos das professoras que trabalham com turmas do 1º ano, que elas não levam suas turmas para além de Santa Maria. Mas também, que os passeios ou as viagens acontecem dentro do próprio distrito onde localiza-se a escola ou apenas na própria cidade. O P9 comenta que "[...] a gente visita a sede do próprio distrito onde se localiza a escola [...], as visitas nas propriedades rurais [...]". Relata que "*fomos no centro de Santa Maria, visitar [...] o museu Gama D'êça, a praça Saldanha Marinho, tivemos contato com os indígenas que trabalham na rua [...] a gente visitou, passeou, foi na igreja, fomos no supermercado [...]*". E finaliza ao dizer que "*Não saímos pra fora da cidade*".

Os entrevistados consideraram o próprio ônibus como um espaço educativo, pois durante o caminho pode-se levar em conta além do diálogo entre a turma, a educação para

a paisagem, por exemplo. Além disso, um dos professores lembrou as visitas de fim de ano que não eram tanto de estudos, pois eram mais recreativas, mas que não deixavam de ser educativas. A P10 diz “[...] a Estação Férrea [...]”. Comenta que “[...] a gente ia em outras escolas, apresentar o nosso trabalho de teatro [...] na Mata, em São Miguel das Missões em Santo Ângelo [...], na Câmara dos Vereadores [...], na praça do Malé [...]”. Informa que “as viagens e os passeios de fim de ano que já não eram tanto de estudos [...], era mais recreativa, era um prêmio para o aprendizado do ano [...] isso aí também é conhecimento, também é experiência, é cultura [...]”. E finaliza sua fala, dizendo “O próprio trajeto que a gente acompanha dentro do ônibus já é também uma aprendizagem, de troca de diálogo e fora a observação [...] mudança da paisagem”. O entrevistado P5 conta que “[...] naquele matagal cercado pelo campo perto da escola [...] parei porque colocaram caixas de abelhas, é perigoso”. A entrevistada P9 fazia passeios ao redor da escola e, mesmo sendo próximo à escola, a professora justifica não realizar mais por conta da segurança das crianças. Esta professora ainda revela que “Lá no início, a gente realizava mais caminhadas ao redor da escola, mas com o desenvolvimento da zona rural, isso a gente parou de fazer, porque [...] tem movimentos de caminhões, de máquina, de trator e as turmas hoje são de crianças mais desinquietas né”. E continua: “são mais ativas e isso dificulta, a gente fazer esse tipo de atividade sem ter uma monitoria maior, só um professor é complicado. [...] Nunca fiz um passeio com as crianças, sozinha, uma que é necessária pela organização das turmas, é muito importante pela segurança [...]”.

A P9 também relata que nunca sai da escola sozinha com suas turmas de crianças e destaca a impossibilidade disso acontecer durante os projetos de TP. O P4 disse: “Já fui com duas turmas de 3º ano para o balneário sozinho e não deu problema nenhum! Chamei todo mundo e disse: óh é assim, e assado: o primeiro fato que acontecer nós vamos voltar para casa e pronto!”. Já o P5, comenta que já realizou visitas de estudo com a criança sozinha, mas apenas com uma turma, pois com duas ou mais turmas é preciso receber acompanhamento da direção, vice-direção, supervisão escolar, professores, monitores, estagiários ou até mesmo alguém da família durante as aulas-passeio. O P5 comunica que “Esses passeios [...] nos balneários, eu fui sozinho [...]”. E que “Quando é viagem com duas turmas, sempre vai alguém da direção, vice-direção ou supervisão [...], vão mais professores ou monitor ou estagiário se a escola tem no momento pra poder acompanhar alunos mais hiperativos, com necessidades especiais [...]”. Pois, “dependendo do aluno, a gente pede para família ir junto”. Notou-se que vários

professores realizam com as crianças visitas em diversos pontos turísticos na e fora da Santa Maria em ambientes rurais e urbanos. E percebeu-se, que alguns deles visitam diversas escolas dos distritos da cidade. A P3 relata que *“No José Paim eram passeios mais próximos à escola com a finalidade de escrever e produzir textos. [...] passeios turísticos [...] lá na feira do livro [...] todos os anos, com a intenção de adquirirem livros e aí envolvia bastante a leitura. [...] eles ficam lendo naquele ônibus [...]”*. Anuncia que *“aproveitávamos os torneios de futebol que aconteciam com outras escolas. [...] passeios que envolviam além do Meio Rural, o Meio Urbano [...]”*. A P10 relata que *“Quando é esse estudo de campo [...], pesquisa mais in loco, o próprio local acaba sendo a tua bibliografia para estudar [...], o próprio ambiente natural acaba sendo teu local de trabalho”*. Pode-se dizer que é possível criar uma conexão com o ambiente.

Pensar em uma educação fora dos muros da escola seria um estudo do meio, onde os alunos participam de atividades ao ar livre e possuem um contato direto com o patrimônio, o que é de suma importância para o desenvolvimento físico, intelectual e social dos alunos [...]. Essa relação entre o turismo e a educação faz com que muitos dos alunos construam uma consciência em relação a diversos fatores, como questões de preservação ambiental e manutenção do patrimônio cultural (Moraes, 2016, p. 108).

O TP faz parte da metodologia ativa, pois é uma prática educativa que alia a teoria da sala de aula com as experiências vivenciadas perto e longe da escola, o que geram conhecimentos significativos para seres vivos dispostos a descobrir o mundo!

4.2 Motivos das escolhas pelos espaços educacionais

No decorrer da pesquisa descobriu-se a partir das entrevistas os motivos das escolhas pelos espaços educacionais que os professores visitam juntamente com a escola para aprimorar seus projetos de trabalho a partir das aulas-passeio. A seguir mostra-se e analisam-se algumas informações que surgiram nas entrevistas. Nesta seção encontram-se três temáticas sobre a escolha destes espaços educacionais de projetos de TP considerados pelos professores: a) a relação teoria e prática em projetos de TP; b) o patrimônio cultural como ferramenta para impulsionar o TP; c) a promoção da educação ambiental por meio da criatividade nas aulas-passeio.

No que convém a primeira temática “A relação teoria e prática em projetos de TP”, a P7 salienta que escolheu estes lugares porque *“tem a ver com o conteúdo, [...] eles*

enriquecem o currículo da escola [...] e tudo que a gente vivencia dá sentido, forma uma aprendizagem com significado [...], não apenas ficam naquela decoreba". E a P6 comenta que fez a escolha destes espaços educacionais para *"trabalhar o que a gente tava trabalhando em sala de aula, relacionar a teoria com a prática e deixar as crianças também mais à vontade"*. A P9 argumenta que a escolha destes lugares em que são feitas estas práticas educativas *"sempre é feita em grupo, porque essa visitação [...] tem que t  ligada   nossa proposta pedagógica"*. A rela o teoria e prática nestes projetos de trabalho potencializa o processo de ensino e aprendizagem. Para Moraes (2016, p. 90) *"[...] Célestin Freinet foi um dos primeiros educadores a defender a amplia o de olhares dos alunos para fora do ambiente escolar"*. Torna-se necessário enfatizar o patrimônio cultural como ferramenta para impulsionar o TP, a fim de conhecer o passado, compreender melhor o presente e projetar bem o futuro.

Quanto   segunda temática "patrimônio cultural como ferramenta para impulsionar o turismo pedagógico", P1 revela que escolheu os espaços educacionais a fim de construir um projeto de aula-passeio que trabalhasse a educa o financeira, por exemplo. Mas também, com o intuito de produzir mais conhecimento a respeito de diversos lugares da cidade, bem como da história e da cultura de Santa Maria. Além de aproximar as vivências escolares com as vivências comunitárias, por meio do projeto "Conhecendo o Meu Distrito".

Esse lugar da Feisma [...] tinha esse objetivo que era a constru o de um projeto [...] eles poderiam conquistar esse dinheiro através do trabalho deles e que não era trabalho escravo de explora o de menores de idade, [...] tinham que fazer um orçamento, não podiam sair gastando por aí sem controle do dinheiro, comprando tudo [...], era pra fazer eles pensarem "eu tenho tanto dinheiro. Então, só posso gastar esse tanto de dinheiro". E os outros lugares era para conhecer mesmo as fontes históricas, a cultura. [...] para eles conhecerem lugares que nem sabiam que tinham na cidade [...] visitando as comunidades, conhecendo o distrito que pertencia à escola, que era um projeto "Conhecendo o Meu Distrito" (Entrevista P1).

A P10 escolheu estes lugares, pois *"Cada momento, cada saída da sala de aula, cada saída da escola tinha um foco pedagógico [...]. Nunca era sair só por sair"*. E enfatiza que *"Ter uma convivência com outras realidades, conviver com outras pessoas, presenciar outras histórias de vida, acrescentar cada vez mais a sua cultura e o seu conhecimento... isso só engrandece ao aluno, ao estudante"*. Além do mais explana que ao conhecer as culturas materiais e imateriais, pode-se dizer que *"tudo isso é estudo do patrimônio histórico, que promove a percep o e a reflexão das crianças"*, além de

“incentivar o aluno para que ele seja um bom observador [...], que seja um bom cidadão e principalmente que ele se interesse, valorize e preserve a sua própria história, a história local e sinta orgulho do seu próprio espaço”. De mais a mais, lembra que *“no início os alunos tinham vergonha de dizer que eram de uma escola do campo, hoje isso já é bem diferente, os alunos têm orgulho em sair e dizer que estudaram no José Paim de Oliveira”*. Desse modo, os projetos de TP possibilitam a valorização dos espaços educacionais globais e locais. A partir disso, nota-se a necessidade da promoção da educação ambiental por meio da criatividade nas aulas-passeio a fim de preservar os patrimônios culturais e construir projetos de vida em diversos ambientes sociais. Segundo Moraes (2016, p. 82), *“Turismo Pedagógico? Mas o que seria isso? Nesta nova segmentação do turismo há uma ampliação dos espaços escolares, extrapolando os muros da escola para a construção de conhecimento. Mas qual é o sentido dessa modalidade de turismo?”* As vivências e experiências proporcionadas por estes projetos de trabalho permitem expandir conhecimentos em meio a vários espaços educativos.

No que concerne à terceira temática *“A promoção da educação ambiental por meio da criatividade nas aulas-passeio”*, a P2 relata que escolheu certos lugares para visitar, porque eles estavam de acordo com os estudos das aulas ao longo do seu trabalho e destaca que todas as disciplinas científicas são favorecidas pelo meio ambiente: *“Era dentro daquilo que a gente estava estudando, né? O meio ambiente favorece as ciências, tanto parte de vegetais quanto de animais, essa relação mútua de dependência que há entre eles [...] que vejam na prática o que tem nesses lugares”*. Enfatiza assim, a importância da educação ambiental na prática do Turismo Rural Pedagógico.

A P3 argumenta que a escolha destes locais acontecia pela possibilidade de estarem abertos à visita, a fim de receberem visitas das escolas: *“[...] eram locais possíveis de serem visitados e onde se dispunham de receber escolas, porque às vezes, não se consegue, não é permitido que a escola possa fazer uma visita lá”*. O P4 destaca que *“O professor de educação física sempre tem essa criatividade, tem que ser criativo para envolver ao máximo o aluno em atividades físicas”*, mas também que *“essas aulas-passeio, de caminhada, de brincadeiras e jogos ao ar livre a gente realizava pra aproveitar bastante os espaços em volta da escola”*. A P6, relata que a escolha desses espaços educativos era a fim de *“ter um espaço para as crianças brincar [...]”* mas, também, para *“não ficar o dia inteiro entre quatro paredes, deixar explorar bastante a natureza [...] mostrar que existem outros lugares, outras realidades, não só a escola”*. E

recorda-se de “ficar [...] atrás das árvores, colocando roupa de palhaço (risos)”.

Já que TP também é denominado Aula-passeio e esta é considerada Estudo do Meio, pode-se dizer que, segundo Moraes (2016, p. 134), “[...] o Estudo do Meio é uma modalidade educacional, que engloba atividades com as excursões e visitas técnicas, às quais se pretende conceituar, de modo consensual, como turismo pedagógico”. Torna-se cada vez mais necessário pensar na r(evolução) de uma educação para além da sala de aula. Afinal, por meio de tudo que é experienciado e vivido de forma educativa no e fora do ambiente escolar, também complementa a prática pedagógica que pode ser trabalhada em outros lugares.

4.3 Espaços educacionais visitados mais de uma vez com outras turmas

Ao longo da pesquisa, localizaram-se a partir das entrevistas os espaços educacionais visitados mais de uma vez pelos professores com outras turmas, a fim de reviver momentos já vividos por eles com diferentes alunos por meio das aulas-passeio. A seguir exibe-se e analisam-se alguns comentários que foram relatados nas entrevistas. Nesta seção encontram-se quatro temáticas sobre espaços educacionais de projetos de TP visitados mais de uma vez com as turmas: a) experiências antigas revisitadas que deixaram de existir em projetos de TP, b) ideias vindas da visita no mesmo lugar com a mesma turma, c) espaços perto e longe da escola para visitar com outro foco pedagógico, d) viagens virtuais rumo a cultura dos lugares do mundo.

No que se refere à primeira temática “experiências antigas revisitadas que deixaram de existir em projetos de turismo pedagógico”, a P1 afirma que já buscou retornar com suas turmas em lugares que já foram visitados com outras turmas de crianças. E destaca que “*Conhecendo meu Distrito, a gente fazia todos os anos com os alunos e depois começou a ficar difícil em função do transporte [...] aí a gente começou a fazer só com os professores [...] eles fazem a visita na casa das famílias uma vez ao mês*”. Comenta que os alunos não vão junto para visitar as famílias de seus colegas de turma: “*antes quando iam com os professores, conheciam onde seu colega morava, a distância que ele percorria da casa dele até a escola, o tempo que ele gastava viajando para ir até a escola*”. A P8 afirma que “*tinha um transporte do programa, um ônibus envelopado com o PROMSAC que levava os estudantes nessas localidades da região. Ele vigorou no município de 2017 até agosto de 2021*”. E finaliza, dizendo que “*Isso depende muito do planejamento do*

professor, se o professor achasse interessante retornar para ver como estava o agora, o antes e, o depois, ele retornava para esses locais". A P9 relata que *"A gente já fez passeios [...] com até quatro turmas quando íamos para cidade"*. Depois desta experiência negativa concluiu que: *"é muito mais proveitoso e mais seguro sair no máximo com duas turmas, porque eles têm diferentes interesses [...]"*. E complementa: *"Então, aquelas experiências positivas e que agregaram no desenvolvimento dos planos de estudos em ação, a gente sempre quer vivenciar novamente"*. Diante disso, percebe-se que na atualidade tudo se transforma à medida que se reflete sobre os desafios diários escolares, ao mesmo tempo em que evolui a sociedade. Entretanto, felizmente é possível aprender com a realidade tanto na quanto fora da escola. Quando as aulas-passeio em determinados espaços educacionais são mais do que aprovadas pelas crianças, vale a pena ir de novo para viver e reviver outra história.

É preciso que a educação esteja em seu conteúdo, em seus programas e em seus métodos-adaptada ao fim que se persegue: permitir ao homem chegar a ser sujeito, construir-se como pessoa, transformar o mundo, estabelecer com os outros homens relações de reciprocidade, fazer a cultura e história (Freire, 2006, p. 45).

Diante do desejo de transformação na vida dos discentes e docentes, se observou durante a entrevista, ideias vindas da possibilidade de visitas de estudo no mesmo lugar com a mesma turma e não apenas com turmas diferentes em lugares diferentes.

No que tange a segunda temática *"ideias vindas da visita no mesmo lugar com a mesma turma"*, o P5 comenta que *"tem o costume de ir caminhar com a mesma turma em outros espaços e não no mesmo espaço. Eu nunca fui, até poderia fazer para ver se foi alterado ou não o ambiente [...] é uma boa ideia"*. Durante a entrevista, o P5 ficou surpreso com a ideia de caminhar novamente no mesmo lugar com a mesma turma, pois ideou o seguinte: *"Uma caminhada no mesmo espaço que dá pra ir percebendo as mudanças climáticas das estações do ano, na primavera, no inverno, no outono e no verão, como tá a paisagem?"*. E exemplifica: *"nessa caminhada ecológica, posso ir caminhar quatro vezes com a turma, para eles perceberem a diferença na paisagem dependendo da estação do ano, porque às vezes eles transitam no transporte, mas eles não se dão conta do que veem"*. E justifica o porquê *"eles estão vendo sempre aquilo ali, até no próprio ciclo das lavouras. Agora está plantado o quê? Estão fazendo o que com a lavoura? Já foi colhido, não foi colhido? Tá sendo plantado, não tá? É uma boa!"* Por

fim, liga sua disciplina ao TP: *“Até para minha disciplina de técnicas agrícolas dá também, porque a gente pode conversar sobre as mudanças da lavoura, da época de plantio e da época de colheita das culturas”*. Daí a importância de desenvolver projetos articulados em parceria com diferentes áreas do conhecimento e com a participação das culturas escolares, familiares e infantis, gerando um envolvimento maior da comunidade escolar.

As novas perspectivas sobre as culturas da infância, as culturas familiares e a cultura escolar podem, certamente, nos auxiliar a pensar em um novo modelo de escolarização de qualidade para as crianças brasileiras, que entretença culturas e não as negue (Barbosa, 2007, p. 1079).

Na escola do campo, contemplam-se espaços perto e longe da escola para revisitar com outro foco pedagógico. Pois cada visita nos mesmos ou em diferenciados espaços educacionais com as mesmas ou com outras crianças, é realizada com outro olhar pedagógico, ou seja, com outra visão docente sobre os discentes durante o espaço a ser trabalhado com eles.

No que diz respeito à terceira temática “espaços perto e longe da escola para revisitar com outro foco pedagógico”, a P6 lembra que *“Às vezes, a gente ia no mesmo teatro, no mesmo lugar durante o ano se tivesse oportunidade da gente assistir né com a mesma turma”*. A P7 salienta que *“já fomos nos mesmos lugares, com turmas diferentes. [...] com a mesma turma no mesmo lugar[...] apenas na horta da escola”*, pois diz que: *“a gente foi no mesmo ambiente, porém com outro olhar, com outro foco pedagógico”*. Ainda relata que: *“ir fazer uma viagem no mesmo lugar com a mesma turma [...] daria porque tem sessões diferentes no Planetário [...] a gente vai ver outro filme, outra história, outro assunto”*. A P 10 salienta que *“a gente sempre procurava retornar a esses lugares, [...] muitas vezes, com outra visão, porque eram crianças diferentes, a gente ia cada vez aprofundando mais esse trabalho”*. O P2 argumenta que não retornava com suas turmas em lugares distantes: *“a gente acabava retornando para esses lugares quando era perto da escola”*.

O entrevistado P4 revelou que retornava perto da escola *“tinha o lugar [...] das frutas, um açude que nós tomávamos até banho, [...] o lugar das árvores que a gente brincava nos cipós e tinha a estrada em si, onde a gente tinha um relacionamento até com as pessoas [...] da comunidade”*. Mas também, *“No momento assim, que eles voltavam pra sala de aula, não digo cansados, mas mais tranquilos e mais dispostos a prestarem*

atenção nas aulas”. A P3 comenta que buscava sempre retornar a estes locais, “devido à importância, o interesse do aluno em conhecer e aprimorar seus conhecimentos, enriquecer mais os estudos sobre determinado tema. Esse, às vezes, era o pedido deles mesmos que queriam retornar nesses locais”. A P9 diz que: “Acho muito importante as nossas crianças lá da escola rural conhecerem o centro da cidade, tá? [...] porque nós temos crianças na escola José Paim, que não conhecem a história da cidade. Então, tenho vontade de voltar sim”.

Nesse contexto educativo, as crianças são capazes de se tornarem autônomas e decidirem os espaços educacionais em que desejam criar e recriar, consumir e produzir cultura.

[...] é decidindo que se aprende a decidir. Tomar decisões é, portanto, fundamental para o desenvolvimento da autonomia do aluno. Dessa forma é interessante que a viagem proposta pelo (a) professor (a) seja opcional. Assim, o aluno já poderia começar exercitando a sua autonomia. Ele provavelmente irá querer participar da viagem [...] um dos meios mais prazerosos para se aprender (Moraes, 2016, p. 131).

O movimento do TP põe alunos em contato com muitos lugares e, certamente, muitas pessoas, diferentes histórias de vida registradas na memória, o que os possibilita valorizar o que cada um é, tem e faz.

Por fim, “as viagens virtuais rumo à cultura dos lugares do mundo”, foi sobre a quarta, última temática encontrada. Vários espaços educacionais extraescolares sejam reais ou virtuais geram um imenso aprendizado e um círculo de relações sociais, naturais e culturais. Torna-se válido destacar que a P10 trouxe um olhar diferente para o turismo pedagógico que envolve as viagens virtuais, devido ao período pandêmico. E estas, por exemplo, possibilitam o conhecimento da cultura de diversos lugares do mundo.

[...] várias vezes viagens virtuais durante a pandemia, um trabalho que eles tiveram que apresentar a viagem que fizeram em alguns lugares do mundo e na hora da apresentação, eles mostravam vídeos e fotos, curiosidades [...] eles amaram [...] fizemos antes um trabalho em aula, preparamos esse roteiro e eles saíram para a viagem em casa e procuraram pontos turísticos de cada região, a comida, a vestimenta, a religião, a arquitetura, a cultura de cada lugar. [...] quando a gente estuda história, a gente acaba fazendo também uma viagem no tempo! (Entrevista P10).

É possível viajar virtualmente pelo Google, por exemplo, no próprio aconchego da casa, fazendo uma viagem no tempo a partir de cada momento rumo ao conhecimento da realidade dos vários espaços educacionais existentes na própria comunidade ou até mesmo

na cidade. A visita de estudo estimula os estudantes a serem cidadãos livres e autônomos, capazes de pensar em melhorar suas vidas pessoais e em meio à sociedade.

[...] o Turismo Pedagógico contribui para formar cidadãos, ou seja, pessoas conscientes de seus direitos e deveres e que querem contribuir da melhor maneira possível com as transformações de sua cidade (ou comunidade). A inserção do turismo no currículo escolar, portanto, permitiria ao aluno desenvolver a sua autonomia através do conhecimento das diversas realidades que o cercam e assim, ser capaz de utilizar sua liberdade, tomando decisões quanto às necessidades e melhorias de sua sociedade, e quanto aos mais adequados caminhos a seguir para o seu desenvolvimento pessoal (Moraes, 2016, p. 134).

Torna-se necessário reforçar que os projetos de TP agregam valor à educação na medida em que são capazes de transformar o processo de ensino e aprendizagem dos diversos protagonistas da escola, além de dar um sentido novo aos mais diversificados espaços sociais.

5 Considerações Finais

Esta pesquisa buscou compreender “As Práticas de Turismo Pedagógico e os espaços educacionais em uma escola do campo” por meio de um estudo de caso na Escola M.E.F. José Paim de Oliveira. Analisou-se a compreensão dos espaços educacionais das práticas de turismo pedagógico nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental. Definiram-se três objetivos específicos, sendo que a pesquisa de campo foi através da metodologia qualitativa, com entrevista semiestruturada com dez professores da escola.

Verificou-se que foi possível compreender, com o primeiro objetivo, quais os espaços educacionais visitados com as turmas. Os professores estão familiarizados com a variedade de aulas-passeios em espaços educacionais rurais e urbanos na e para além da escola. Com o segundo objetivo referente aos motivos das escolhas pelos espaços educacionais, notou-se que os professores pontuaram tópicos que envolvem a relação teoria e prática em projetos de TP, o patrimônio cultural como ferramenta para impulsionar este tipo de trabalho, bem como a promoção da educação ambiental por meio da criatividade nas aulas-passeio. Com o terceiro objetivo, que toca os espaços educacionais visitados mais de uma vez com outras turmas, os entrevistados relembram experiências antigas em projetos de TP, sendo que algumas deixaram de existir na escola. Eles trouxeram ideias que foram suscitadas pela visita no mesmo lugar com a mesma turma e

comentaram sobre espaços perto e longe da escola que podem ser revisitados com outro foco pedagógico.

Quanto à finalização deste artigo, é pertinente analisar como estes projetos de trabalho impactam na vida de muitos protagonistas da escola. No decorrer da pesquisa, percebeu-se que há uma diversidade de espaços educacionais dentro e fora da escola e que práticas de TP integram o currículo da escola JPO. Visitas de curta ou longa duração com a mesma ou diferentes turmas nos mesmos ou em diferenciados espaços urbanos e rurais perto ou longe do ambiente escolar e até mesmo a horta e o próprio meio de transporte ou o pátio da escola, viagens reais e virtuais, passeios em espaços locais e globais na ou fora da cidade de Santa Maria, são considerados espaços educativos contextualizados que trazem sentido à vida e levam em conta atividades integradas à realidade de situações cotidianas. Nesse sentido, com práticas de TP significativas com flexibilidade e intencionalidade nas propostas de trabalho, bem como no planejamento de aula (que reflete o antes, agora e depois), pode-se dizer que elas estão ligadas à interdisciplinaridade. Isso se dá devido à articulação entre a teoria e a prática de diversos estudos de temas, conteúdos, disciplinas científicas e áreas do conhecimento da escola com vivências e experiências fora dela.

Através da inclusão destes espaços educacionais que são revisitados com diferentes objetivos pedagógicos por meio das práticas de TP, é possível explorar lugares sociais abertos e fechados e desenvolver ação cidadã em cada uma delas: capacidade de conviver de forma humana com outros indivíduos e atuar de forma sustentável na sociedade ao pensar de maneira crítica em como melhorá-la, bem como na solução para os problemas sociais; possibilidade de agir de forma responsável em equipe (gestão escolar, professores, estagiários, monitores, familiares, estudantes), pois cada ato reflete na comunidade; vivência de experiências positivas e negativas; grupo de debate a respeito da história do potente distrito da escola e dos distritos de Santa Maria; cultura do campo e da cidade; cultura escolar e comunitária; integração das famílias, brincadeiras e jogos ao ar livre; incentivo à solidariedade e valorização das pessoas de todas as idades; trabalho da nossa identidade enquanto povo; respeito aos direitos dos outros de experimentar e conhecer; exploração do meio ambiente e da natureza e de diversos espaços na universidade (UFSM); inserção da tecnologia para descobrir o mundo; promoção da educação financeira, da educação patrimonial e da educação ambiental. Cita-se ainda, viagens em diferentes espaços, uma viagem no tempo.

No que está relacionado às limitações desta pesquisa, sentiu-se dificuldade de

encontrar materiais informativos recentes em livros sobre o assunto durante o processo da construção deste artigo. Em referência às contribuições da pesquisa para o campo da educação destaca-se a que a educação contempla a dimensão do exercício da cidadania, a qual é essencial para a vida na escola e na sociedade. O turismo, aliado à educação, oportuniza aos estudantes o estudo na prática da teoria das disciplinas curriculares contextualizadas ao promover a interação entre diferentes pessoas e diversos espaços educacionais por meio da experiência e do conhecimento *in loco*. Espera-se ter contribuído para promover a pesquisa qualitativa no contexto das práticas escolares referente a um tema voltado para práticas não escolares.

No que corresponde às aprendizagens da autora durante a construção deste artigo, evidencia-se que um dos motivos para a escolha do tema é a leitura de mundo, pois é através dela que é possível ter conhecimentos prévios sobre o assunto por meio de experiências vivenciadas no ambiente escolar e universitário. Aprende-se que é necessário pegar a mochila, acreditar que dependendo do meio de transporte e da conexão do ponto de partida até o destino, é possível embarcar em diversos espaços educacionais. Tanto externos (de onde viemos, onde estamos e para onde vamos) quanto internos (quem somos e o que fazemos).

Referências

ANDRADE, V. L. Turismo Pedagógico: A sala de aula da contemporaneidade. *In: Ecodebate*, ISSN 2446-9394, 2022. Disponível em: <https://www.ecodebate.com.br/2022/03/28/turismo-pedagogico-a-sala-de-aula-da-contemporaneidade>. Acesso em: 07 jun. 2022.

BARBOSA, M. C. S. Culturas escolares, culturas de infância e culturas **familiares**: as socializações e a escolarização no entretecer destas culturas. *Educ. Soc.*, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1059-1083, out. 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/KsN57fkpqH35MtdpqcHfmZL/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 de ago. 2022.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto; Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2011.

FLIK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. Tradução por Joice Elias Costa. 3. ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FREIRE, P. **Pedagogia da esperança**: um reencontro com a pedagogia do oprimido. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2006.

GONÇALVES, E. P. **Iniciação à pesquisa científica**. Campinas: Editora Alínea, 2001.

MINAYO, M. C. S.; DESLANDES, S. F. **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2009.

MORAES, C. M. S. **Turismo Pedagógico**. V. único. Rio de Janeiro: Cederj, 2016.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. 3. ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.



Um estudo sobre a ressignificação do currículo escolar em tempos de crise

Cássia Aparecida Sales Magalhães Kirchner¹

Resumo: O presente artigo apresenta resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica e teve como objetivo apresentar as reflexões realizadas sobre as relações entre escola, currículo e os modos como os formadores, gestores e professores constroem e ressignificam os saberes dentro da escola em tempos de crise. Foram analisados documentos curriculares no período de 2016 a 2021 e registros produzidos pela coordenação pedagógica e professores nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) de uma escola de Educação Infantil localizada em uma cidade do interior de São Paulo. Para tal, utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental pautada no referencial teórico de Laurence Bardin, seguindo as etapas de pré-análise, tratamento dos resultados, inferência e interpretação. A partir dos indícios deixados nos registros, foi possível concluir que, apesar do período de suspensão do atendimento presencial por consequência da disseminação do vírus SARS-CoV-2, responsável por ocasionar a pandemia de COVID-19, o currículo foi ressignificado e adaptado às adversidades apresentadas em um momento de crise.

Palavras-chave: escola; currículo; saber docente; crise na educação; pandemia.

A study on the re-signification of the school curriculum in times of crisis

Abstract: This article presents the results of a Scientific Initiation research and aimed to present the reflections made on the relations between school, curriculum and the ways in which trainers, managers and teachers construct and re-signify knowledge within the school in times of crisis. The curricular documents in the period from 2016 to 2021 were analyzed, the analysis was developed from the records produced in the Collective Pedagogical Work Schedules (HTPC) of an Early Childhood Education school located in a city in the interior of São Paulo. To this end, the methodology of bibliographic and documentary research was used, based on Bardin's theoretical framework, following the stages of pre-analysis, exploration and treatment of results, inference and interpretation. Based on the evidence left in the records, it was possible to conclude that despite the period of suspension of in-person services due to the spread of the SARS-CoV-2 virus, responsible for causing the COVID-19 pandemic, the curriculum was redefined and adapted to the adversities presented in a time of crisis.

Keywords: school; curriculum; teaching knowledge; crisis in education; pandemic.

Un estudio sobre la redefinición del currículum escolar en tiempos de crisis

Resumen: Este artículo presenta los resultados de una investigación de Iniciación Científica y tuvo como objetivo presentar las reflexiones realizadas sobre las relaciones entre escuela, currículo y las formas en que formadores, gestores y docentes construyen y resignifican el conocimiento en el seno de la escuela en tiempos de crisis. Se analizaron documentos curriculares de 2016 a 2021 y registros producidos por la coordinación pedagógica y los docentes en los Horarios de Trabajo Pedagógico Colectivo (HTPC) de una escuela de Educación Infantil ubicada en una ciudad del interior de São Paulo. Para ello se utilizó la metodología de la investigación bibliográfica y documental basada en el marco teórico de Laurence Bardin, siguiendo las etapas de preanálisis, tratamiento de resultados, inferencia e interpretación. A partir de la evidencia dejada en los registros, se pudo concluir que, a pesar del período de suspensión de los servicios presenciales por la propagación del virus SARS-CoV-2,

¹ Doutora em Educação (Unicamp). Professora (UNIFAAT). E-mail: cassiasallesmk@gmail.com.

responsable de provocar la pandemia de COVID-19, el plan de estudios se le dio un nuevo significado y se adaptó a las adversidades que se presentan en un momento de crisis.

Palabras clave: escuela; plan de estudios; enseñar conocimientos; crisis en educación; pandemia.

1 Introdução

A escola enquanto instituição passou por diferentes momentos em que lhe atribuíam estar em crise, fosse na sua organização, na escolha do conhecimento a ser oferecido aos estudantes, nas metodologias adotadas, na formação de professores ou relacionada à sua função. É possível compreender esse aparente estado permanente de crise por ser – a escola – uma instituição que não fica à parte das mudanças e turbulências do seu tempo.

Os pesquisadores Guy Vincent, Bernard Lahire e Daniel Thin (2001) dedicaram-se à compreensão do diagnóstico de uma possível crise da escola através de uma análise sócio-histórica publicada no artigo “Sobre a história e a teoria da forma escolar”. Os autores consideram que a crise em si não afeta a forma escolar enquanto “configuração histórica particular, surgida em determinadas formações sociais, em certa época” (2001, p. 9). Os autores também destacam que a forma escolar atualmente conhecida surgiu entre os séculos XVI e XVII e conviveu ao longo do tempo com “polêmicas e posições exacerbadas”, encontrando-se, assim, sempre “em crise” (Vincent; Lahire; Thin, 2001, p. 10).

No artigo são indicadas cinco características das formas escriturais-escolares, que auxiliam na compreensão desse estado de crise: 1) a escola como lugar próprio e à parte de outras práticas sociais resulta em saberes objetivados; 2) o processo de escolarização das relações sociais de aprendizagem leva a uma escrituração-codificação própria, presente na gramática das práticas; 3) ao contrário da transmissão de experiências, a transferência de saberes produz efeitos de socialização duradouros; 4) as relações sociais que ocorrem em lugar específico, baseadas na objetivação e codificação, possibilitam a aprendizagem de formas de poder; 5) a forma escolar das relações sociais está relacionada à forma social constitutiva de uma relação escriturário-escolar. Assim, a escola é apontada como uma instituição na qual se fazem presentes formas de relações sociais baseadas em um enorme trabalho de objetivação e de codificação, ou seja, “é o lugar da aprendizagem de formas de

exercício do poder” (Vincent; Lahire; Thin, 2001, p. 30). Dentro dessa perspectiva, a escola foi se constituindo num lugar de socialização por excelência e igualmente alvo de críticas e reformas ao longo dos tempos.

Ao ser convidada para escrever sobre educação, a filósofa Hannah Arendt (1906-1975) alerta que não é uma especialista da área, mesmo assim, seu texto “A crise da educação” causou impacto quando publicado e traz apontamentos sobre a perda da autoridade dos adultos sobre a educação das crianças, tecendo questionamentos sobre a pedagogia, seus métodos e linhas de pensamento². De acordo com a autora, a crise vivida pela educação a tornava mais difusa e compromete a formação das crianças. Apesar disso, também considera que toda crise traz a oportunidade de investigar e retomar questões que exigem novas respostas. Para tal, é preciso romper com juízos pré-formados. Para Arendt (2011), uma atitude pautada em conceitos estabelecidos pode acentuar a crise e privar a oportunidade que é oferecida para a reflexão.

Através do artigo intitulado “Para que servem as escolas?”, Michael Young (2007) apresenta um questionamento feito de forma recorrente às escolas, especialmente em tempos de crise. Mesmo com uma pergunta que interroga a função da escola, Young (2007) traz a afirmação de que, mesmo com críticas, sem as escolas “cada geração teria que começar do zero ou, como as sociedades que existiram antes das escolas, permaneceria praticamente inalterada durante séculos” (Young, 2007, p. 1288)³ e adverte que existem motivos mais específicos para permanecer o questionamento sobre a serventia das instituições escolares. Ao longo do artigo, Young (2007) discorre sobre tais motivos e finaliza com três argumentos:

² O texto “A crise da educação” é o quinto capítulo do livro *Entre o passado e o futuro (Between Past and Future)*, que é uma antologia de oito ensaios escritos por Hannah Arendt entre 1954 e 1968, quando já estava nos Estados Unidos. Os textos tratam de uma variedade de assuntos, mas interligados. Os ensaios partilham a ideia central de que o ser humano vive entre o passado e o futuro incerto. O ser humano tem de pensar permanentemente para existir, mas tem de aprender a pensar. O ser humano recorreu à tradição, mas está abandonando o respeito por essa tradição e cultura.

³ Esta é também a posição do filósofo espanhol José Ortega y Gasset (1883-1955): “Estudar e ser estudante é sempre, e sobretudo hoje, uma necessidade inexorável do homem. Quer queira quer não, o homem tem que assimilar o saber acumulado, sob pena de sucumbir individual e coletivamente. *Se uma geração deixasse de estudar, nove décimos da humanidade atual morreria fulminantemente*. O número de homens que hoje estão vivos só pode subsistir mercê da técnica superior de aproveitamento do planeta que as ciências tornam possível. É certo que as técnicas podem ensinar-se mecanicamente. Mas, as técnicas vivem do saber e, se este não puder ser ensinado, chegará a hora em que também as técnicas sucumbirão” (Pombo, 2000, p. 99, grifos nossos). Juntamente com o texto do filósofo espanhol “Sobre o estudar e o estudante”, Olga Pombo selecionou, prefaciou e traduziu outros três, sendo justamente o primeiro “A crise na educação”, de Hannah Arendt (Pombo, 2000, p. 21-53).

O primeiro é que [...] os professores no serviço ativo e os pesquisadores educacionais precisam tratar dos propósitos específicos das escolas. Meu segundo argumento é que há uma ligação entre as expectativas emancipatórias associadas à expansão da escolaridade e a oportunidade que as escolas dão aos alunos de adquirir o “conhecimento poderoso”, ao qual eles raramente têm acesso em casa. Em terceiro lugar, eu apresento o conceito de que a diferenciação do conhecimento é uma forma baseada em princípios de se fazer a distinção entre conhecimento escolar e não-escolar. Formas contemporâneas de responsabilidade estão ameaçando enfraquecer as fronteiras entre o conhecimento escolar e o não-escolar, com a alegação de que essas fronteiras inibem um currículo mais acessível e economicamente mais relevante. [...] Resolver os problemas dessa tensão entre demandas políticas e realidades educativas, eu diria, é uma das maiores questões educativas dos nossos tempos (Young, 2007, p. 1301).

Ao fazer tais apontamentos, no ano de 2007, Michael Young não poderia prever que a escola passaria por outros desafios além das formas contemporâneas de responsabilidade que naquele momento poderiam “enfraquecer as fronteiras entre o conhecimento escolar e o não-escolar”. De fato e como é sabido, no início de 2020, a escola precisou enfrentar uma crise que não estava diretamente ligada às escolhas feitas por professores, pesquisadores educacionais ou políticos. A pandemia provocada pela disseminação do vírus SARS-CoV-2, responsável por causar a COVID-19, foi um momento ímpar que não possibilitou tempo para questionar a realidade, uma vez que apenas trouxe e impôs a urgência de manter a escola funcionando fora da sua forma tão conhecida e tão questionada. Em momentos assim, a crise instalada força o regresso às próprias questões, exige respostas e ação (Arendt, 2011, p. 23).

Considerando a escola como o local privilegiado para construção de saberes que são organizados e sistematizados através do currículo escolar e uma instituição acostumada a passar por tantas situações de crise, a presente pesquisa se propôs investigar como o currículo e o fazer docente foram reconfigurados e/ou ressignificados para oferecer respostas à crise trazida pela pandemia de COVID-19. A suspensão ao atendimento presencial dos estudantes ocorreu em 2020, durante a implementação do currículo municipal da cidade investigada, sendo que o documento foi construído coletivamente nos anos de 2018 e 2019 a partir da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), homologada em 2017.

Na tentativa de compreender como formadores, gestores e professores organizaram e ressignificaram os diferentes tipos de saberes presentes no ambiente escolar durante o período de pandemia – considerado um momento de crise –, no presente trabalho foram analisados documentos curriculares no período de 2016 a 2021 e registro composto por

258 atas produzidas pela coordenação pedagógica e professores nos Horários de Trabalho Pedagógico Coletivo (HTPC) de uma escola de Educação Infantil localizada em uma cidade do interior de São Paulo.

Para tal, utilizou-se a metodologia da pesquisa bibliográfica e documental pautada no referencial teórico de Laurence Bardin, seguindo as etapas de pré-análise, tratamento dos resultados e interpretação. Os resultados apresentados neste artigo integram o projeto de pesquisa “O ‘saber’ e o ‘saber fazer’ de professores que atuam na educação básica investigados a partir da cultura escolar”, do Centro de Estudos e Pesquisas (CEPE) do Centro Universitário Unifaat.

Sendo assim, o presente artigo foi organizado em três tópicos com o objetivo de apresentar os resultados encontrados e reflexões realizadas sobre as relações entre escola, currículo e os modos como os formadores, gestores e professores constroem e ressignificam os saberes dentro da escola em tempos de crise. Os tópicos foram organizados em: 1) O currículo prescrito e a organização dos documentos escolares; 2) O currículo legislado e a construção do discurso; 3) O currículo ressignificado em tempos de crise, seguido por algumas considerações finais.

2 O currículo prescrito e a organização dos documentos escolares

As reformas curriculares trazem mudanças estruturais e conceituais que nem sempre são aprovadas e adotadas por todos envolvidos no processo educativo. Contudo, após serem homologadas, passam a prescrever os modos de organização das instituições escolares e seus currículos como ocorreu com a aprovação da BNCC:

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento (Brasil, 2018, p. 7).

Mesmo a BNCC sendo normativa, não ocupa o lugar de currículo, uma vez que sua função é estabelecer um conjunto de orientações para orientar estados e municípios na elaboração dos currículos locais e deve ser seguida tanto por escolas públicas quanto particulares. No município em que foram produzidos os documentos analisados, os estudos

para elaboração do currículo municipal ocorreram em 2018 e 2019, com a sua publicação em 2020, ou seja, coincidiu com o início da pandemia de COVID-19.

Os conceitos sobre o que é o currículo e quais são as funções desse elemento estruturante, bem como as opiniões de como deve ser organizado e gerenciado nas escolas, transformam-se nas práticas vigentes no cotidiano escolar. Compreender quais são essas concepções é uma maneira de criar caminhos para articular as discussões e implementações que se apresentam no cenário de reformas e para organizar atividades de formação continuada. Para este estudo, o entendimento de currículo pauta-se nos estudos e conceitos propostos por Tomaz Tadeu da Silva, no livro *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo* (2017).

O currículo, em todas as suas formas, é um espaço crítico onde mecanismos de reprodução social e cultural são instituídos, e mais, a verdadeira realidade do currículo como conquista de poder, como podemos ler:

[...] podemos dizer que o currículo é também uma questão de poder e que as teorias do currículo, na medida em que buscam dizer o que o currículo deve ser, não podem deixar de estar envolvidas em questões de poder. Selecionar é uma operação de poder. Privilegiar um tipo de conhecimento é uma operação de poder. Destacar, entre as múltiplas possibilidades, uma identidade ou subjetividade como sendo a ideal é uma operação de poder (Silva, 2017, p. 16).

O ano de 2016 foi estabelecido como marco inicial do recorte temporal e os documentos foram organizados e analisados seguindo as etapas propostas por Bardin (2016), a saber: pré-análise; tratamento dos dados e interpretação. A investigação foi desenvolvida a partir das seguintes categorias de análise: a) participantes (professores, coordenadora pedagógica e diretora); b) assunto abordado durante o HTPC; c) planejamento (espaço, rotina, evento e outros); d) pauta de reunião formativa ou informativa.

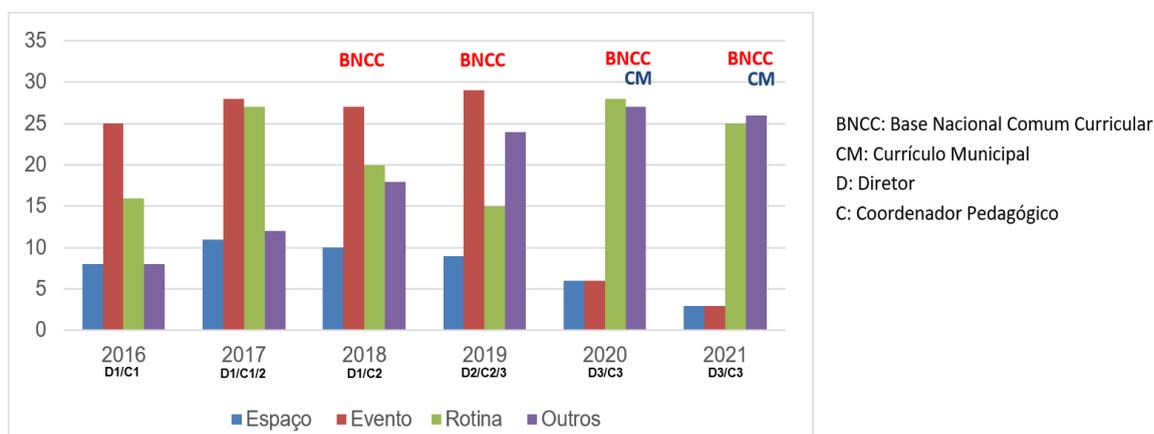
Cabe ressaltar que nesse período são mencionados como documentos curriculares o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI⁴ (1998) e as Diretrizes

⁴ Documento constituído por um conjunto de referências e orientações pedagógicas visando contribuir com a implantação ou implementação de práticas educativas de qualidade que possam promover e ampliar as condições necessárias para o exercício da cidadania das crianças brasileiras. Sua função é contribuir com as políticas e programas de educação infantil, socializando informações, discussões e pesquisas, subsidiando o trabalho educativo de técnicos, professores e demais profissionais da educação infantil e apoiando os sistemas de ensino estaduais e municipais (Brasil, 1998, p. 13).

Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI⁵ (2010), visto que a BNCC seria promulgada no ano seguinte.

O grupo de professores apresenta pouca rotatividade, indicando estabilidade durante o período pesquisado. Ocorreram mudanças na direção da escola em 2019 e 2020 e troca do professor coordenador em 2017 e 2019. Essas mudanças são perceptíveis na estrutura do registro que, mesmo seguindo uma possível orientação da Rede Municipal de Ensino, são identificáveis características pessoais na forma da redação das atas e descrição do cotidiano, que o registro é adaptado às características apresentadas por quem ocupa a função.

Gráfico 1 - Planejamento (espaço, rotina, evento e outros)



Fonte: As autoras (2022).

Entre 2016 e 2019, há maior recorrência nos registros sobre eventos escolares e registros isolados sobre rotina, indicando a fragmentação do planejamento em detrimento do planejamento do dia-a-dia. Os registros são curtos e descrevem, de forma generalizada, os resultados da reunião, indicando certa mecanicidade e uma prática docente arraigada em afazeres e tarefas.

A prática docente é marcada por demandas, o “monumento escola” se torna maior que o próprio “ser escola”, sendo que por “monumento escola” se entendem as estruturas e demandas da instituição e o “ser escola”, a alma da escola, o que a torna viva e relevante, o fator que a torna uma instituição orgânica e particular.

⁵ As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil (Brasil, 2010, p. 11).

Em 2020 e 2021, com o aumento das notificações de óbitos causados pela Covid-19, instaura-se uma situação de crise e foram iniciadas medidas para evitar o aumento do contágio. Entre essas medidas estava a suspensão de aulas na rede pública e privada e, na sequência, outras atividades de atendimento ao público também tiveram suas atividades suspensas. Sem a possibilidade do encontro presencial, foi preciso encontrar alternativas para garantir o HTPC. Foram experimentadas algumas opções como, por exemplo, até mesmo o uso recorrente do *Google Meet* para as reuniões e o *Google Drive* para compartilhamento de orientações e organização da documentação pedagógica.

A suspensão do atendimento presencial nas escolas impôs uma mudança nos modos de ser, estar e agir num espaço concreto muito conhecido e agora deslocado para um lugar virtual e pouco confortável para a maioria dos alunos e professores e, também, aos familiares. Esse deslocamento alterou a importância dada aos eventos e espaço para a rotina e outros assuntos. Realmente, os assuntos eram outros e grande parte deles nunca tinham sido abordados num ambiente dedicado à infância, como a morte e a fragilidade da existência humana.

3 O currículo legislado e a construção do discurso

Como já mencionado, o recorte temporal do trabalho da presente pesquisa inicia tendo como documentos orientadores o RCNEI e as DCNEI. O *Referencial* inova ao defender a importância da Educação Infantil para o desenvolvimento integral da criança, garantindo o direito ao brincar, ao protagonismo e à construção de sua autonomia (Brasil, 1998). As *Diretrizes* reforçam essa perspectiva, colocando como eixos estruturantes do currículo para a infância as interações e as brincadeiras. São destacados igualmente os princípios éticos, políticos e estéticos para a produção do conhecimento nas escolas de educação infantil. O marco conceitual trazido por estes documentos está relacionado à indissociabilidade do cuidar e o educar (Brasil, 2010).

Nos registros das atas de 2016, são mencionados textos para formação de professores voltados para a educação matemática, porém, não foi possível identificar se as interações e brincadeiras eram um tema esgotado para a formação desse grupo de professores. Os momentos de estudo ocorrem de forma ocasional, cedendo espaço para as orientações de preenchimento de documentos, planejamento de reuniões com as famílias, eventos e datas comemorativas. Não foi localizada referência aos documentos curriculares

durante a análise das atas. Assim, mesmo com documentos curriculares de referência, por vezes “a escola parece perdida, inadaptada às circunstâncias do tempo presente” (Nóvoa, 2019, p. 3) ou prefere manter as práticas já conhecidas e que trazem alguma segurança.

Em 2017, os documentos permanecem atrelados ao planejamento de datas comemorativas e eventos. Contudo, a proposta de estudo sobre o desenvolvimento do desenho infantil passa a ser regular – geralmente uma vez ao mês –, onde uma professora do grupo apresenta uma prática desenvolvida com as crianças. Relatos, por vezes mecânicos, giram em torno dos recados, orientações da Secretaria de Educação e a legislação vigente. A necessidade de adequação dos professores é assunto recorrente ao longo do ano. Contudo, embora grande parte das formações fornecidas fossem de cunho geral para todas as escolas da rede, foi possível identificar o desejo de trazer uma reflexão ao HTPC, pois, por vezes, frases geradoras são colocadas no início das atas e, a partir do mês de setembro, o texto se torna mais descritivo, ainda que atrelado às demandas externas.

No início de 2018, é mencionado que se dará início aos estudos sobre a BNCC e são iniciadas as formações oferecidas pela Secretaria de Educação Municipal, com ênfase na leitura escrita. Também é solicitado com frequência que os professores estabeleçam uma relação entre a rotina e os campos de experiência da BNCC.

Fica evidente uma mudança nas propostas de pauta e registro nas atas do ano de 2019. Passa a ser mantida a regularidade de estudos sobre avaliação diagnóstica, recursos didáticos e documentação pedagógica. São mencionados encontros para a construção do Currículo Municipal a partir da BNCC. Para a compreensão do ano de 2019, é preciso ter em mente dois aspectos: a legislação recentemente homologada e normativa e a necessária adequação dos currículos das escolas e municípios. Desse modo, o ano de 2019 foi um ano de investimento na formação dos professores, buscando adequar o discurso e a prática à nova legislação vigente.

Conforme defende Tomaz Tadeu da Silva (2017), falar de currículo é falar de uma seleção cultural de conhecimentos, saberes e práticas produzidos em contextos históricos determinados. E essa seleção, que passa por um lugar de poder, precisa ser ensinada pela escola, sendo a formação de professores um dos modos de garantir que o que foi legislado seja incorporado ao discurso docente e se torne dominante no campo da educação.

4 O currículo ressignificado em tempos de crise

O ano letivo de 2020 inicia como tantos outros anos com a reunião de acolhimento de funcionários e professores pela equipe gestora, isto é, com a apresentação do cronograma e planejamento do ano. Em meio aos encaminhamentos relacionados ao trabalho, também acontece o reencontro com colegas de trabalho e a expectativa por receber alunos já conhecidos e possivelmente alunos novos, ou seja, é iniciada uma rotina de trabalho já conhecida. Contudo, toda essa previsibilidade é interrompida no mês de março e ao longo de todo ano de 2020, pois o impensável tinha acontecido: o mundo passou pela pandemia da COVID-19 e a escola precisou lidar com uma crise que não era previsível e que, dessa vez, mudou a sua “forma” de ser e acontecer na prática cotidiana (Vincent; Lahire; Thin, 2001).

Hannah Arendt (2011, p. 28) alertara que “em todas as crises é destruída uma parcela do mundo, algo portanto que nos é comum a todos”. A educação, acostumada a passar por diferentes crises, precisou lidar com a falta do espaço físico, a falta do toque, a falta de um começo, meio e fim. Não havia mais a certeza para defender, o ponto polêmico para divergir, uma norma para contestar. Curiosamente, quando a incerteza é a única certeza presente, os registros nas atas ganham presença e identidade. Ou seja, segundo a filósofa, foi possível compreender que:

Uma crise apenas se torna um desastre quando respondemos a ela com juízos pré-formados, isto é, com preconceitos. Uma atitude dessas não apenas aguça a crise como nos priva da experiência da realidade e da oportunidade por ela proporcionada à reflexão (Arendt, 2011, p. 223).

Ao contrário das atas anteriores, nos anos de 2020 e 2021, os registros passam a ser “da e para a escola”. Não houve o rompimento com o compromisso em atender às orientações, cobrança de resultados e métricas vindas de órgãos superiores, mas foi agregada personalidade às discussões. Também havia a preocupação com situação individual de cada criança. Os eventos escolares não drenavam as reuniões e o coletivo surgiu das individualidades, possibilitando um currículo possível e construído a partir daqueles que formam a escola. As propostas não eram planejadas “simplesmente como resultado de um processo, mas como o processo mesmo pelo qual tanto a identidade quanto a diferença (compreendida, aqui, como resultado) são produzidas” (Silva, 2000, p. 76).

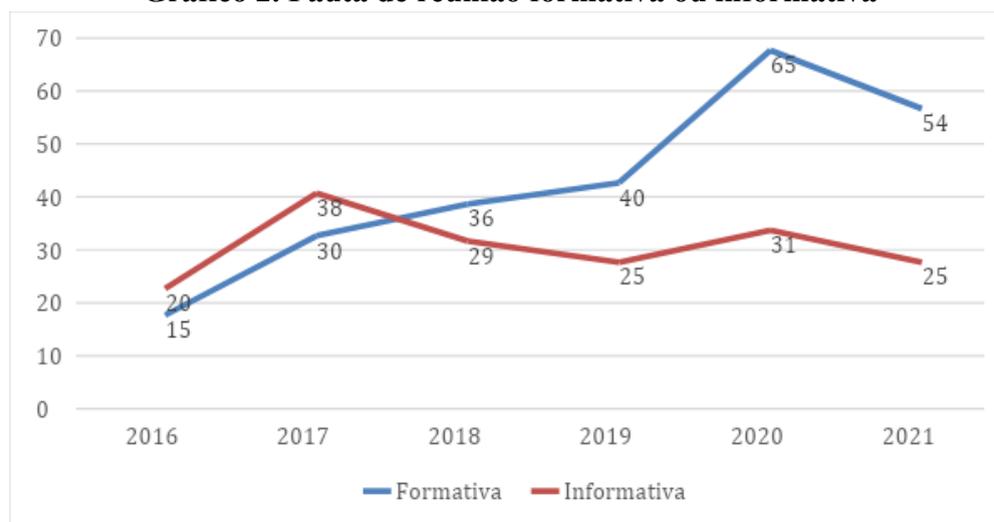
É importante ser dito e salientar que, no presente trabalho, não há a intenção em minimizar as consequências trazidas pela pandemia ocorrida no período pesquisado. O propósito foi apresentar os resultados encontrados e reflexões realizadas sobre as relações entre escola, currículo e os modos como os formadores, gestores e professores constroem e ressignificam os saberes dentro da escola em tempos de crise. Sendo igualmente importante não generalizar tais resultados por pertencerem a determinada escola e território.

O que pôde ser verificado foi a possibilidade de momentos formativos que orientaram a prática educativa, acolheram professores fragilizados pela situação e possibilitaram a reconstituição da identidade dos professores. Isso significa que, “a formação de professores pode desempenhar um papel importante na configuração de uma nova personalidade docente” (Nóvoa, 1995, p. 24). Ou seja, como o mesmo autor escreveu no artigo “Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola”:

No meio de muitas dúvidas e hesitações, há uma certeza que nos orienta: a metamorfose da escola acontece sempre que os professores se juntam em coletivo para pensarem o trabalho, para construírem práticas pedagógicas diferentes, para responderem aos desafios colocados pelo fim do modelo escolar. [...] é no lugar da escola que ela se define, enriquece-se e, assim, pode cumprir o seu papel no desenvolvimento profissional dos professores (Nóvoa, 2019, p. 11).

A importância desse momento pôde ser verificada a partir da categoria de análise “pauta de reunião formativa ou informativa”. Enquanto nos anos anteriores predominam pautas informativas, durante os anos de 2020 e 2021 houve, infelizmente por uma situação de crise, a possibilidade dos professores se juntarem em coletivo e repensarem o trabalho. É evidenciado o estudo e discussão sobre conceitos essenciais presentes nos documentos curriculares, como: infância, brincar, cuidar, autonomia, interação, afetividade, rotina. São observados relatos do grupo de professores sobre como a compreensão que tinham sobre esses conceitos interferia em suas práticas.

Gráfico 2. Pauta de reunião formativa ou informativa



Fonte: As autoras (2022).

Desse modo, os marcos legais e institucionais indicam mudanças nos assuntos tratados nos HTPCs. Contudo, os resultados indicam a permanência de práticas conhecidas, sendo que a ruptura ocorre com o impacto da pandemia, alterando significativamente a proposta de formação continuada.

5 Considerações Finais

Os resultados indicam que a prática vivenciada e experimentada no cotidiano escolar resiste às inovações se tais formações não trouxerem contribuições relevantes aos olhos dos professores. A presente pesquisa possibilitou compreender os processos de continuidades, resistências e rupturas que pautam o cotidiano dos professores que atuam na educação básica. Em suma, não se pode negar as marcas deixadas pela crise trazida pela pandemia.

As diversas prescrições de leis, normas, diretrizes não traduzem a organicidade do movimento escolar e não deveriam ser determinantes para conduzir o currículo escolar. Estruturas rígidas e atemporais não comportam mais tudo que abrange o ensino e a aprendizagem, pois os afetos e outras peculiaridades transbordam e demandam reflexão, mudanças e a participação de todos para o “fazer escola”, sobretudo, em tempos ou momentos de crise educacional.

Segundo Hannah Arendt, o “[...] conservadorismo no sentido de conservação”, de conservar algo necessário, “[...] faz parte da essência educacional, cuja tarefa é sempre

abrigar e proteger alguma coisa – a criança contra o mundo, o mundo contra a criança, o novo contra o velho, o velho contra o novo” (Arendt, 2011, p. 242). Os tempos de crise possibilitam a escolha do que e como conservar. Ainda segundo a mesma filósofa:

A educação é o ponto em que decidimos se amamos o mundo o bastante para assumirmos a responsabilidade por ele e, com tal gesto, salvá-lo da ruína que seria inevitável não fosse a renovação e a vinda dos novos e dos jovens. A educação é, também, onde decidimos se amamos nossas crianças o bastante para não expulsá-las de nosso mundo e abandoná-las a seus próprios recursos, e tampouco arrancar de suas mãos a oportunidade de empreender alguma coisa nova e imprevista para nós, preparando-as em vez disso com antecedência para a tarefa de renovar o mundo comum (Arendt, 2011, p. 247).

Para a autora, essa responsabilidade não é arbitrária e sim implícita na tarefa dos adultos e educadores (Kirchner; Albuquerque, 2016, p. 65-72)⁶. A atuação do gestor, coordenador pedagógico e professor consiste em conhecer o mundo e ser capaz de instruir os outros acerca deste, porém, sua autoridade se assenta na responsabilidade que ele assume por este mundo: “Face à criança, é como se ele fosse um representante de todos os habitantes adultos, apontando os detalhes e dizendo à criança: – Isso é o nosso mundo” (Arendt, 2011, p. 239), mesmo sendo um mundo em estado de crise.

Os documentos curriculares ancoram o modo como essa “apresentação do mundo” pode ser feita para a criança e, para isso, os adultos educadores precisam ter condições para compreender esse mundo em contante mudança. O estado de crise vivenciada no período da pandemia demonstrou, no estudo aqui apresentado, que a perda dessa responsabilidade e autoridade na educação acarreta – não apenas para as crianças, mas para os próprios responsáveis – o desencorajamento e desqualificação dos adultos, causando o esvaziamento de sentido e significado do cotidiano escolar.

Referências

ARENDDT, H. **Entre o passado e o futuro**. São Paulo: Perspectiva, 2011.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Edição revista e ampliada. Lisboa: Edições 70, 2016.

⁶ Numa pesquisa também de Iniciação Científica, realizada por Renato Kirchner e Diogo Rodrigues dos Santos Albuquerque, sob o título “A criança como arquétipo originário de toda ação responsável”, os autores concluem que: “Em suma, podemos concluir que a criança é o arquétipo originário de toda ação responsável, porque ela é um ser em devir. Por sua fragilidade e necessidade de cuidado, por ser um ‘ser em potência’, que precisa ter seu presente assistido em sua ‘totalidade’, de modo ‘contínuo’, para que seu ‘futuro’ seja garantido, e através da novidade que traz em si por ser um ser singular e, assim, conseguir inaugurar um novo mundo, uma nova humanidade” (Kirchner; Albuquerque, 2016, p. 71).

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: Ministério da Educação, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil**. Brasília: MEC/SEB, 2010. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/diretrizescurriculares_2012.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF, 1998. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/rcnei_vol1.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

CHERVEL, A. História das disciplinas escolares: reflexões sobre um campo de pesquisa. **Teoria & Educação**, v. 2, p. 177-229, 1990. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/3986904/mod_folder/content/0/Chervel.pdf. Acesso em: 10 mai. 2024.

KIRCHNER, R.; ALBUQUERQUE, D. R. S. A criança como arquétipo originário de toda ação responsável. *In*: LISBOA, M. J. A.; GASPAR, R. A. **Direito globalizado, ética e cidadania**. Belo Horizonte: Arraes, 2016.

NÓVOA, A. **Vidas de professores**. 2. ed. Porto: Porto Editora, 1995.

NÓVOA, A. Os professores e a sua formação num tempo de metamorfose da escola. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 3, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/84910>. Acesso em: 10 mai. 2024.

POMBO, O. (seleção, tradução e prefácio). **Quatro textos excêntricos**: Filosofia da educação (Hannah Arendt, Eric Weil, Bertrand Russell e Ortega y Gasset). Lisboa: Relógio d'Água, 2000.

SILVA, T. T. **Documentos de identidade**: uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

VINCENT, G; LAHIRE, B.; THIN, D. Sobre a história e a teoria da forma escolar. *In*: **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, jun. 2001. Disponível em: <https://periodicos.ufmg.br/index.php/edrevista/article/view/44459/36436>. Acesso em: 10 mai. 2024.

YOUNG, M. Para que servem as escolas? **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 28, n. 101, p. 1287-1302, set./dez. 2007. Disponível em: <http://www.cedes.unicamp.br>. Acesso em: 25 jun. 2024.



Economia circular: uma proposta de modelo para a remanufatura

Flaviani Souto Bolzan Medeiros¹
Eugênio de Oliveira Simonetto²

Resumo: A economia circular é uma estratégia que surge como um contraponto à economia linear. Com essa proposta e em busca de alternativas por práticas mais sustentáveis, a remanufatura se destaca como um importante processo de recuperação de produtos ao invés de descartá-los no final da sua vida útil. Sendo assim, o objetivo deste artigo é desenvolver uma proposta de modelo para a atividade de remanufatura. Para tanto, adotou-se a *Design Science Research* numa abordagem qualitativa, cujas técnicas de coleta de dados consistiram numa revisão da literatura (a fim de elencar aqueles itens julgados como importantes para este setor de atividade) e entrevista semiestruturada com os responsáveis pela remanufatura nas empresas selecionadas, com o intuito de avaliar o modelo construído. Como resultados do estudo, listaram-se os elementos vinculados à remanufatura que servirão como um suporte inicial para as organizações que desejam ingressar, ou então, há pouco tempo começaram a atuar no setor ao conhecer melhor como a atividade se organiza no mercado independentemente do segmento de produto remanufaturado.

Palavras-chave: economia circular; remanufatura; modelo.

Circular economy: a model proposal for remanufacturing

Abstract: The circular economy is a strategy that appears as a counterpoint to the linear economy. With this proposal and in search of alternatives for more sustainable practices, remanufacturing stands out as an important process of recovering products instead of discarding them at the end of their useful life. Therefore, the objective of this article is to develop a model proposal for the remanufacturing activity. To this end, a Design Science Research in qualitative approach was adopted, whose data collection techniques consisted of a review of the literature (in order to list those items considered important for this sector of activity) and semi-structured interview with those responsible for remanufacturing in the selected companies, in order to evaluate the built model. As a result of the study, the elements related to remanufacturing that will serve as an initial support for the organizations that wish to enter were listed, or, recently, they started to act in the sector to know better how the activity is organized in the market regardless of the segment remanufactured product.

Keywords: circular economy; remanufacturing; model.

Economía circular: una propuesta modelo para la remanufactura

Resumen: La economía circular es una estrategia que aparece como contrapunto a la economía lineal. Con esta propuesta y en busca de alternativas de prácticas más sustentables, la remanufactura se destaca como un proceso importante de recuperación de productos en lugar de desecharlos al final de su vida útil. Por lo tanto, el objetivo de este artículo es desarrollar una propuesta de modelo para la actividad de remanufactura. Para ello, se adoptó un enfoque cualitativo en la Investigación en Ciencias del Diseño, cuyas técnicas de recolección de datos consistieron en una revisión de la literatura (para enumerar aquellos elementos considerados importantes para este sector de actividad) y entrevistas semiestructuradas con los responsables de la remanufactura. en las empresas

¹ Doutora em Administração (UFSM). Professora (UNIPAMPA). E-mail: flavianimedeiros@unipampa.edu.br.

² Doutor em Administração (UFRGS). Professor (UFSM). E-mail: eosimonetto@ufsm.br.

seleccionadas, con el objetivo de evaluar el modelo construido. Como resultados del estudio, se enumeraron los elementos vinculados a la remanufactura que servirán como apoyo inicial para las organizaciones que deseen ingresar o que recientemente hayan comenzado a actuar en el sector, al comprender mejor cómo se organiza la actividad en el mercado, independientemente del segmento. de producto remanufacturado.

Palabras clave: economía circular; remanufactura; modelo.

1 Introdução

O esgotamento dos recursos naturais e os impactos causados ao meio ambiente mostram que os atuais modos de produção e de consumo se distanciam da sustentabilidade. Logo, a preocupação com as questões ambientais, em específico com a gestão dos resíduos, tem motivado o desenvolvimento de novas iniciativas no intuito de reduzir os impactos provenientes do descarte do produto ao final da sua vida útil (Saavedra *et al.*, 2013).

Mukherjee, Mondal e Chakraborty (2017) explicam que a vida útil de um produto pode ser compreendida como o período em que este permanece útil para o consumidor e, de modo geral, após essa duração o produto é descartado no meio ambiente. Wang *et al.* (2017) sinalizam que o avanço das tecnologias faz com que uma quantidade crescente de produtos usados e seus componentes sejam muito rapidamente descartados. Conforme Jesus e Mendonça (2018), a economia circular desponta como uma abordagem chave na transição para um modelo econômico mais sustentável.

Este novo conceito altera o de economia tradicional – o qual tem o sistema econômico como o centro de um sistema aberto onde os recursos naturais que entram são julgados como ilimitados – da mesma maneira, o meio ambiente que, em tese, seria capaz de receber e processar os resíduos e desperdícios oriundos deste tipo de modelo (Nannetti, 2015). Deste modo, a economia circular refere-se a um modelo oposto ao atual de produção – o linear – que tem como dinâmica de funcionamento a extração de matérias-primas, a produção, o uso e o descarte (Nery; Freire, 2017). Ou seja, a economia circular, na visão de Ferreira, Silva e Ferreira (2017), encoraja novas práticas de gestão e altera o conceito vigente da relação entre a sociedade e a produção de bens de consumo.

Sob este enfoque, Nasr e Thurston (2006) afirmam que o fechamento do ciclo do fluxo de materiais relacionados a produtos ou serviços é um importante passo que se dá na busca de uma sociedade industrial mais sustentável e a remanufatura sendo um elemento

de estratégia global do ciclo de vida do produto pode contribuir no alcance deste objetivo. A remanufatura encerra o ciclo de uso de materiais e cria um sistema de manufatura de ciclo fechado (Guide Jr., 2000), assim, reduzindo o impacto ambiental ao longo do ciclo de vida de um produto (Haziri; Sundin, 2019).

Liu *et al.* (2017) e Wahab *et al.* (2018) destacam que a remanufatura pode vir a solucionar os problemas envolvendo a escassez de recursos e a deterioração ambiental, pois requer o uso de menos matéria-prima, energia e outros insumos se comparados à produção de produtos novos, reduzindo assim as emissões de resíduos poluentes nas operações. Diante do exposto, o objetivo deste artigo é desenvolver uma proposta de modelo para a atividade de remanufatura. Justifica-se este estudo pelo fato de que numa busca prévia realizada na literatura apurou-se nos materiais consultados que as pesquisas consideraram algum elemento da remanufatura como problema a ser analisado.

Destarte, salienta-se que o propósito deste trabalho é organizar um modelo que seja uma base inicial para as empresas que pretendem ingressar no setor, ou auxiliar aquelas que começaram a operar há pouco tempo, como uma orientação no desempenho da atividade independentemente do produto remanufaturado, sem investigar nenhum item em específico e muito menos um segmento em particular. Logo, este trabalho servirá como um suporte para os gestores no mercado e para os pesquisadores interessados na temática. Ademais, além desta introdução, este artigo é constituído pelas seguintes seções: referencial teórico, metodologia, análise e discussão dos resultados e considerações finais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Remanufatura

Na literatura são fornecidas as mais diversas visões, definições e descrições sobre a temática (Parkinson; Thompson, 2003), logo, conceitualmente, a remanufatura tem sido entendida de inúmeras maneiras (Thierry *et al.*, 1995; Michaud; Llerena, 2010; Naeem *et al.*, 2013; Kafuku *et al.*, 2016). Assim, para alguns autores, a remanufatura significa transformar um produto na fase de fim-de-vida em um produto com a condição de novo (Seitz, 2007; Bagherpour; Pourghannad; Shahraki, 2009; Toke; Lokhande; Fegade, 2015; Jiang *et al.*, 2016; Gan *et al.*, 2017; Shakourloo, 2017; Hong; Zhang, 2019).

Dito de outro modo, como um conjunto de processos que visam recuperar produtos usados através da restauração dos seus componentes a tal ponto de alcançar o estado funcional de um novo (Matsumoto; Ijomah, 2013; Xu; Feng, 2014; Kafuku *et al.*, 2016), com garantia igual à de produtos equivalentes recém-fabricados (Ijomah *et al.*, 2007; Tan *et al.*, 2014; Yenipazarli, 2016) e com o mínimo de desperdício (Statham, 2006; Karvonen *et al.*, 2015). A remanufatura é uma estratégia de fim de vida que recupera um produto usado atendendo as mesmas especificações que um produto novo em termos de qualidade, funcionalidade e garantia (Nakajima *et al.*, 2019; Sitcharangsie; Ijomah; Wong, 2019).

Saavedra *et al.* (2011) afirmam que esta recuperação de produtos e componentes tem como propósito agregar além de valores econômicos também valores ambientais na fase de descarte dos referidos itens. De acordo com Ruschival (2012), como estratégia de fim de vida, a remanufatura possibilita aumentar a vida útil dos produtos e reutilizar materiais, viabilizando ao mesmo tempo a prevenção de resíduos e a gestão de materiais.

Adicionalmente, dentre os benefícios desta atividade, Liu, Chen e Diallo (2018) listam a conservação de materiais, a diminuição do consumo de energia durante a (re)fabricação, a redução de resíduos e um preço menor, dotado de qualidade melhor ou comparável a um produto novo. Nos últimos anos, é uma prática que também tem recebido atenção crescente devido ao seu grande potencial de redução no consumo de materiais e energia, bem como nas emissões de poluentes (Zhang *et al.*, 2015; Jiang *et al.*, 2019). O próximo tópico dedica-se aos estudos anteriores sobre a temática.

2.2 Estudos anteriores sobre remanufatura

Em uma busca na literatura, dentre os estudos encontrados, destaca-se o de Ruschival (2012) que desenvolveu em sua tese uma proposta de sistemática para o *redesign* de produtos para a remanufatura, cujo trabalho ilustra os componentes e os fluxos do processo de *redesign*, como também, as principais atividades executadas neste âmbito. Mais um trabalho oriundo de uma tese é o de Lage Junior (2012) e nela o pesquisador relata que pelas características específicas da remanufatura isso faz com que a mesma seja bastante complexa o que, por sua vez, exige um bom desempenho das atividades que envolvem o Planejamento e Controle da Produção (PCP).

Com o objetivo de analisar como se davam os ganhos relacionais na remanufatura dentro da sua estratégia competitiva no relacionamento interorganizacional – também na

modalidade de tese – Cutovoi (2019) realizou um estudo qualitativo com três organizações *Original Equipment Manufacturer* (OEM) e umas das conclusões encontradas é que as remanufatureiras se posicionam de maneira competitiva por meio dos seus recursos e capacidades internas, com suas competências estratégicas sendo desenvolvidas para a aquisição da matéria-prima alcançada através dos esforços internos e *expertise* das empresas.

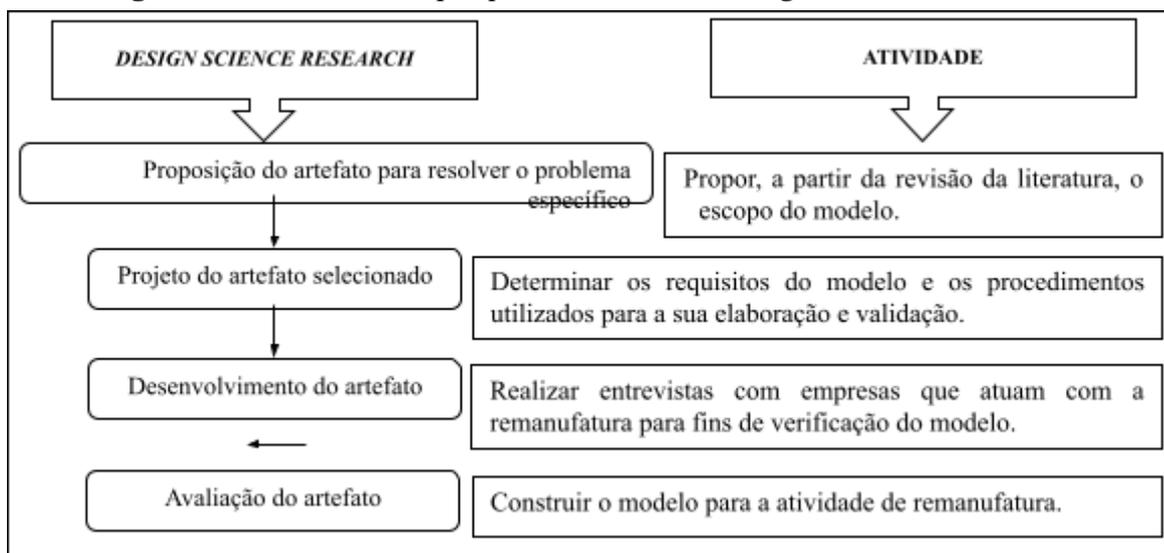
Em nível de mestrado, Barquet (2010) constatou que, em muitos casos, as empresas não implementam a remanufatura ou se deparam com dificuldades nesta etapa por falta de conhecimento e de orientações, sendo assim, o seu estudo consistiu na identificação destas barreiras e na proposição de diretrizes para a implementação do referido sistema. Na mesma modalidade, Salis (2011) abordou em sua dissertação a manufatura e a remanufatura – a intenção foi avaliar se o processo de remanufatura de um componente automotivo pode ser visto como uma solução para certas questões atreladas à sustentabilidade do respectivo processo de manufatura tradicional – e propõe um método para tomada de decisão entre estes dois modos de fabricação.

Outro trabalho proveniente de uma dissertação é o de Paiva (2013), cujo objetivo foi avaliar a estratégia da remanufatura de refrigeradores domésticos no Brasil como contribuição para o desenvolvimento sustentável. Em seu estudo, entre outras questões, o pesquisador discute acerca da busca por padrões de desenvolvimento sustentável e sobre o aumento dos produtos eletroeletrônicos no mercado e, conseqüentemente, dos resíduos que serão gerados pelo descarte destes itens no futuro. O próximo capítulo contempla metodologia adotada.

3 Método

Para o desenvolvimento de qualquer pesquisa científica a escolha metodológica é uma parte essencial para a condução do trabalho (Senger; Cunha; Senger, 2004). Destarte, neste estudo adotou-se a *Design Science Research* e o artefato proposto foi um modelo para a atividade de remanufatura. Logo, as empresas que almejam ingressar ou começaram a operar recentemente no setor poderão contar com o modelo como um suporte inicial na atividade, independentemente do segmento de remanufaturado. Na Figura 1 ilustram-se as etapas realizadas na pesquisa obedecendo aos direcionamentos da *Design Science Research*.

Figura 1 – Atividades da pesquisa com base na *Design Science Research*



Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Em síntese, verifica-se na Figura 1 que os direcionamentos da *Design Science Research* conduziram para uma revisão da literatura; logo depois, foram definidos os requisitos e os procedimentos para sua elaboração e validação; na sequência, as empresas foram contatadas para a verificação do modelo inicialmente proposto e, após as entrevistas, resultou na construção do modelo atualizado. No mais, a respeito do instrumento de coleta dos dados, optou-se pela entrevista semiestruturada – alinhada por um roteiro –, portanto, na sequência, apresenta-se o roteiro de entrevista usado no trabalho.

3.1 Instrumento de coleta dos dados

Para a pesquisa desenvolvida neste artigo, como instrumento de coleta dos dados, utilizou-se o roteiro de entrevista. Lenzi, Kiesel e Zucco (2010) explicam que o roteiro se refere a um tipo de questionário não estruturado que possibilita o acréscimo de questões pelo pesquisador no decorrer da entrevista ou em razão do interesse no tópico que está sendo abordado. Além disso, Pádua (2017) alerta que, no momento da construção do roteiro de entrevista, se faz necessário ponderar alguns itens, tais como:

- A organização do tempo para cada campo ou tópico;
- a concepção de questões que permitam respostas descritivas e analíticas evitando dicotomias (como sim/não); e

- o devido cuidado para o controle dos objetivos que pretendem ser alcançados, a fim de impedir que o entrevistado extrapole o tema principal.

Dado o exposto, salienta-se que o roteiro de entrevista apresentado no Quadro 1 foi elaborado observando tais preceitos.

Quadro 1 – Roteiro de entrevista

N.	Perguntas
01	- Como ocorreu o planejamento da remanufatura na empresa? - Como a remanufatura está integrada à estratégia da empresa?
02	- Quais fatores influenciaram na decisão de atuar na atividade de remanufatura? - Como o processo de remanufatura em si é organizado (fases/etapas)?
03	- Como o sistema de remanufatura está organizado (ambiente interno e externo)? - Como os subsistemas de remanufatura estão estruturados?
04	- Quais os custos relacionados à atividade de remanufatura? - Com a remanufatura houve uma redução de custos na empresa?
05	- Como o <i>design</i> do produto influencia na remanufatura? - Como a remanufatura faz parte do ciclo de vida do produto?
06	- Como é feito o gerenciamento da cadeia de suprimentos direta e reversa? - Como a remanufatura reflete na cadeia de suprimentos de ciclo fechado?
07	- Como está estruturado o fluxo de informações na remanufatura? - Como é a gestão e a organização do fluxo de materiais?
08	- Qual a importância dos colaboradores na remanufatura? - Como ocorre o treinamento dos colaboradores para a atividade?
09	- Qual a percepção do cliente acerca do remanufaturado? - Como é a relação da empresa com o cliente?
10	- Qual a política de preços usada para fins ajuste na demanda entre um produto novo e remanufaturado? - Como a empresa trata a venda de remanufaturados para que não acarretem em um efeito negativo na venda de novos (canibalização)?
11	- Qual o efeito da garantia do produto remanufaturado para a indústria/empresa de remanufatura? - Qual o papel da garantia na fase de pós-consumo (retorno do produto para o ciclo produtivo)?
12	- O quanto a legislação, os acordos internacionais e/ou as pressões do governo e dos seus respectivos órgãos ambientais motivaram/incentivaram a implementação da remanufatura? - Quais as ações da empresa em relação à Responsabilidade Estendida do Produtor (REP)?
13	- Quais os <i>stakeholders</i> (internos e externos) inter-relacionados com a remanufatura? - Como é a relação da empresa com os <i>stakeholders</i> ?

Fonte: Elaborado pelos autores com base na revisão da literatura adotada (2024).

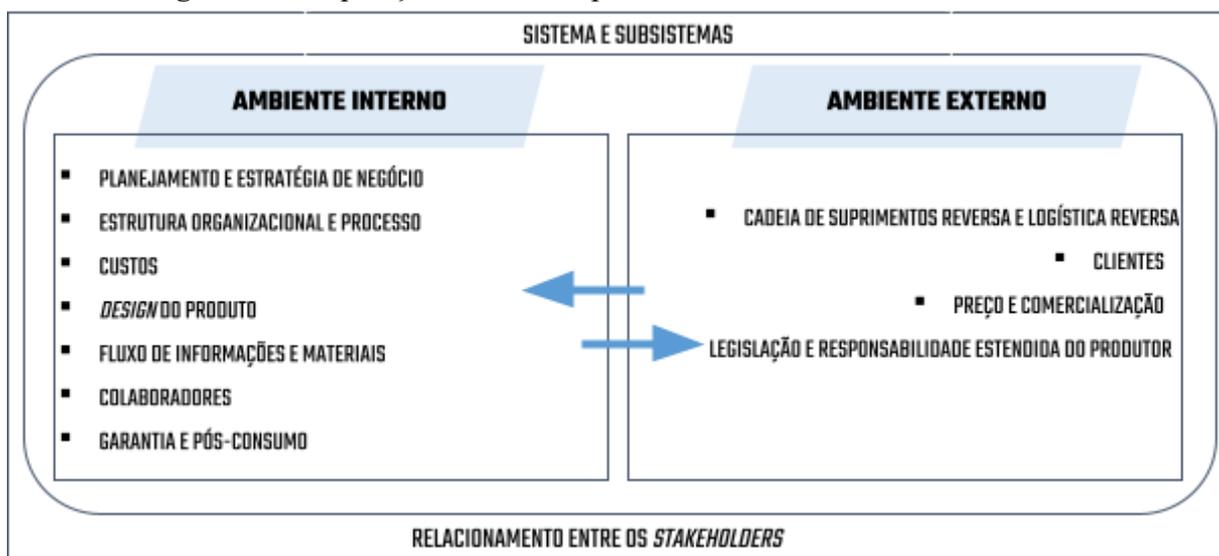
Salienta-se que o Quadro 1 – composto pelos 13 (treze) itens elencados na proposta de modelo para a atividade de remanufatura apresentada neste artigo – foi organizado a partir de uma revisão da literatura em diferentes bases de dados, revisitando os mais variados tipos de estudos que abordavam a remanufatura em suas discussões e pesquisas acadêmicas. Na sequência, o próximo capítulo ocupa-se da divulgação dos resultados desta pesquisa.

4 Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Proposição do escopo do modelo

Uma das etapas da *Design Science Research*, segundo Dresch, Lacerda e Antunes Júnior (2015), é a proposição de artefatos. A esse respeito, os autores supracitados comentam que esta etapa do método compete ao pesquisador pensar acerca da situação atual na qual ocorre o problema, vislumbrando possíveis soluções para alterar e melhorar tal contexto, por isso, este processo é algo essencialmente criativo. Posto isto, esta etapa da pesquisa foi propor, a partir da revisão de literatura realizada, o escopo do modelo, disposto na Figura 2.

Figura 2 – Proposição do modelo para a atividade de remanufatura



Fonte: Elaborado pelos autores com base na revisão de literatura adotada (2024).

Com base na literatura, nota-se na Figura 2 que se identificaram 13 (treze) itens para a composição do modelo. Destes, 07 (sete) pertencentes ao ambiente interno, 04 (quatro) itens relacionados com o ambiente externo e 02 (dois) itens como mistos, isto é, pelas suas características possuem elementos tanto vinculados ao ambiente interno como ao ambiente externo de uma empresa (“sistema e subsistemas”; e “relacionamento entre os stakeholders”).

Observa-se que o referido modelo não analisa nenhum item de forma individual, dado que cada produto vai demandar um campo específico de atuação que, por sua vez,

conta com suas próprias particularidades e diferenças entre si, tais como: grupos de interesse, mercados atendidos, fornecedores, subsistemas, entre outros. Portanto, cada item terá uma descrição que vai variar em conformidade com o domínio requerido para o produto remanufaturado em questão. Imediatamente após a proposição do escopo apresentam-se os requisitos do modelo e os procedimentos utilizados para a sua elaboração e validação.

4.2 Requisitos do modelo e os procedimentos utilizados

Quando se discute sobre o projeto do artefato selecionado, esta etapa da pesquisa consiste em determinar os requisitos do modelo e os procedimentos utilizados para a sua elaboração e validação. Sendo assim, o artefato construído possui ao todo 13 (treze) itens e com a obtenção destes elementos vinculados à remanufatura, almeja-se operacionalizar este setor de atividade no mercado, pois com as tarefas organizadas é possível obter eficiência nas operações internas, definir metas a serem alcançadas pela empresa e adaptar-se às possíveis mudanças do ambiente externo.

Embora a remanufatura seja uma prática cercada de inúmeros desafios e incertezas, um ambiente interno e externo com os principais itens delineados auxilia a empresa no melhor entendimento do contexto em que atua, dos elementos envolvidos e suas interações, bem como suas atividades centrais e necessárias para que consiga desempenhar suas funções, cumprir com suas obrigações e ter o sucesso desejado independentemente do tipo de produto usado (núcleo) ser remanufaturado. Ademais, em um estudo, o enquadramento metodológico não deve ser entendido como um procedimento burocrático, mas como algo que reside na escolha e na justificativa de um método (Lacerda *et al.*, 2013).

Sob esse enfoque, Dresch (2013) descreve que na *Design Science Research* a abordagem pode ser qualitativa e/ou quantitativa. No presente artigo, optou-se pela adoção da *Design Science Research* numa abordagem qualitativa, logo, tanto a pesquisa como o modelo foram validados qualitativamente. Para isso, das múltiplas estratégias em termos de validação Creswell (2014) sugere o exame ou questionamento dos pares, que proporciona um exame externo do processo de pesquisa, onde um indivíduo realiza indagações ao pesquisador acerca dos métodos, dos significados e das interpretações atribuídas ao trabalho, e também, a verificação dos membros, onde o pesquisador requisita a visão dos pesquisados e, numa versão ampliada, isso implica no retorno dos dados,

análises, interpretações e conclusões de modo que eles possam avaliar a precisão e credibilidade do relato.

Sendo assim, como estratégia de validação deste estudo foi utilizado o exame ou questionamento dos pares. Na ocasião, os autores deste artigo realizaram a exposição do trabalho para um grupo composto por 04 (quatro) pessoas – 02 (dois) doutores e 02 (dois) discentes em fase de doutoramento – todos vinculados ao Curso de Pós-Graduação em Administração. Valendo-se desta discussão, as dúvidas foram sanadas e os ajustes sugeridos pelos pares foram realizados, tais como: a reorganização dos tópicos ao longo do trabalho, complementos na parte introdutória e ajuste no objetivo do estudo. Posteriormente, foi usada a verificação dos membros para que os entrevistados tivessem um *feedback* do que foi transcrito e avaliassem se estava em conformidade com o que foi informado por eles na entrevista realizada. Na sequência, será explanada a avaliação do modelo construído.

4.3 Avaliação do modelo

Para a avaliação do artefato apresentado neste artigo, esta etapa da pesquisa ocorreu junto a empresas que atuam com a remanufatura por meio de entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pelo setor nas respectivas organizações para fins de verificação do modelo. A seguir, consta a descrição das unidades selecionadas com o intuito de avaliar o modelo desenvolvido.

4.3.1 Unidades de análise

Para avaliar se o modelo desenvolvido neste estudo apresenta uma solução satisfatória para o problema, após uma busca on-line por organizações que atuam com a remanufatura no Brasil, realizou-se um contato preliminar com as empresas encontradas. Destaca-se que em alguns casos este contato inicial ocorreu por meio de e-mail e em outros casos via telefone e isso se deve à modalidade disponibilizada por cada instituição na plataforma consultada.

Na comunicação através do e-mail, das 07 (sete) empresas contatadas, 03 (três) não retornaram o contato; 02 (duas) se manifestaram informando que não poderiam ajudar no estudo; e outras 02 (duas) se colocaram à disposição para contribuir com a pesquisa. Já via

telefone, 15 (quinze) empresas foram listadas e dessas, 03 (três) relataram na ligação possuírem atividade no setor, porém, como revendedores de produtos remanufaturados.

Em vista disso, considerando que a proposta de modelo desenvolvido é para a atividade de remanufatura contemplando todos os elementos envolvidos – desde o processo de remanufatura em si, seus subsistemas etc. – tais empresas não atendiam aos requisitos necessários. Ademais, outras 04 (quatro) organizações também não puderam ser arroladas no trabalho, uma vez que pelo processo previamente mencionado a prática realizada não se caracterizava como remanufatura, e ainda, outras 02 (duas) alegaram indisponibilidade de tempo para se envolver com a pesquisa.

Logo, no contato telefônico somente 06 (seis) empresas foram escolhidas, pois além de aceitarem participar do estudo também estavam em conformidade com a atividade de remanufatura. Portanto, somadas, das 22 (vinte e duas) empresas contabilizadas no contato via e-mail e telefone, ao todo, 08 empresas foram selecionadas: 06 (seis) compõem as unidades para a avaliação do modelo desenvolvido neste artigo e 02 (duas) participaram do trabalho como entrevista-piloto conforme estão discriminadas no Quadro 2.

Quadro 2 – Relação das empresas selecionadas

Entrevistado	Empresa	Atuação	Produto remanufaturado	Ano de início
Entrevista-piloto	A	Regional	Embreagem	2007
Entrevista-piloto	B	Regional	Toner	2000
Entrevistado 1 (E1)	Alfa	Multinacional	Embreagem e Caixa de Transmissão (Câmbio)	1997
Entrevistado 2 (E2)	Beta	Nacional	Amortecedor	1999
Entrevistado 3 (E3)	Gama	Nacional	Embreagem	2000
Entrevistado 4 (E4)	Delta	Regional	Toner	2004
Entrevistado 5 (E5)	Sigma	Multinacional	Injetor e Bomba de Combustível	2008
Entrevistado 6 (E6)	Ômega	Regional	Toner	2008

Fonte: Elaborado pelos autores (2024).

Ressalta-se que se optou por realizar 02 (duas) entrevistas-piloto – empresas A (toner) e B (embreagens) – levando em conta que os casos analisados são compostos por organizações que atuam no mercado com produtos remanufaturados diferentes (Quadro 2), o que se julgou como sendo o mais apropriado, já que a intenção da pesquisa era obter os elementos vinculados à remanufatura sem particularizá-los, a fim de desenvolver o modelo para a atividade. Assim, a entrevista-piloto foi uma forma de vivenciar o diálogo com os entrevistados, verificar qual seria a melhor maneira de conduzir a conversa e como organizar as perguntas no momento das entrevistas definitivas para a avaliação do modelo. Em continuidade, encontra-se exposta a análise de conteúdo das entrevistas semiestruturadas.

4.3.2 Análise de conteúdo

Em posse dos dados obtidos através das entrevistas semiestruturadas, como técnica de análise empregou-se a análise de conteúdo obedecendo para tal as orientações trazidas por Bardin (2016), a saber: a pré-análise, a exploração do material, e ainda, o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Na primeira fase – pré-análise – efetuou-se a transcrição das entrevistas semiestruturadas realizadas acompanhada de uma leitura flutuante nos arquivos gerados como forma de contato com o texto a ser analisado para a escolha do plano de análise.

Depois, o plano de análise escolhido contou com a revisão da literatura dos itens listados para o modelo como meio de organização do material, também foram utilizados textos científicos adicionais que serviram como conteúdo de apoio na análise das entrevistas semiestruturadas. Salienta-se que foi nesta fase, logo após a transcrição das entrevistas, que elas foram encaminhadas aos entrevistados para a verificação dos membros, conforme a estratégia de validação apresentada por Creswell (2014). Destarte, em casos de ajustes todos foram feitos nesta primeira fase e, a propósito, enfatiza-se que apenas 01 (um) dos entrevistados realizou pequenas alterações no texto apresentado (complementos ao depoimento dado).

Em seguida, a segunda fase (exploração do material) corresponde à análise propriamente dita. Desta forma, Bardin (2016) aponta que tratar o material quer dizer codificá-lo e isso compreende três escolhas: o recorte (unidade de registro), a enumeração (regras de contagem) e classificação e agregação (categorias). Concernente à unidade de registro, Bardin (2016) clarifica que esta se refere à unidade de significação de forma codificada e remete ao segmento de conteúdo que se mostra como unidade base.

Dentre as unidades de registro mais usadas para a análise de conteúdo neste artigo optou-se pelo tema. Nas palavras de Bardin (2016, p. 135) uma análise temática reside “em descobrir os ‘núcleos de sentido’ que compõem a comunicação e cuja presença, ou frequência de aparição, podem significar alguma coisa para o objetivo analítico escolhido”. Ademais, é necessário que se identifique a unidade de contexto. Tal unidade auxilia na codificação da unidade de registro, e ainda, representa o segmento da mensagem que facilita a sua compreensão (Bardin, 2016). Isto posto, apresenta-se no Quadro 3 a categorização temática e a unidade de contexto correspondente.

Quadro 3 – Análise temática com base na revisão da literatura

Categoria temática	Unidade de contexto
Planejamento e estratégia de negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Direcionamento de esforços e recursos (tomada de decisão) ▪ Melhoria da qualidade ▪ Estratégia de negócio (permanência no mercado)
Estrutura organizacional e processo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Posições e papéis (divisão dos setores e tarefas) ▪ Ordenação das atividades (atendimento das necessidades operacionais) ▪ Estabelecimento das etapas do processo
Sistema e subsistemas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ambiente interno e externo ▪ Visão sistêmica dos gestores ▪ Sincronização
Custos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Custo dos materiais ▪ Custo da mão de obra ▪ Relação custo-benefício
<i>Design</i> do produto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ciclo de vida do produto ▪ Projetistas ▪ Projeto para Remanufatura
Cadeia de suprimentos reversa e logística reversa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Recuperação de produtos ▪ Criação de valor ▪ Cadeia de suprimentos de ciclo fechado
Fluxos de informação e materiais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fios condutores (elemento de comunicação) ▪ Caminho percorrido pelos materiais ▪ Incertezas relacionadas ao núcleo (gerenciamento das informações)
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Atividade intensiva em mão de obra ▪ Treinamento dos funcionários ▪ Conhecimentos e habilidades dos funcionários
Cliente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Consumo mais sustentável ▪ Duplo papel: fonte do produto usado e usuário final ▪ Baixa aceitação em relação à remanufaturados
Preço e comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Oferta de produtos com valores mais acessíveis ▪ Nichos de mercado ▪ Canibalização
Garantia e pós-consumo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desconfiança sobre o desempenho do produto remanufaturado ▪ Efeito positivo na venda de remanufaturados ▪ Qualidade do produto (equivalente a um novo)
Legislação e Responsabilidade Estendida do Produtor	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Impactos ambientais ▪ Modos de produção mais sustentáveis ▪ Sustentabilidade nas empresas (práticas mais sustentáveis)
Relacionamento entre os <i>stakeholders</i>	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Campo de atividade complexo ▪ Diversas partes interessadas e suas inter-relações ▪ Cadeia de valor

Fonte: Elaborado pelos autores com base na revisão da literatura (2024).

É pertinente frisar dois pontos: (a) as unidades de contexto veiculadas no Quadro 3 foram obtidas com base na revisão da literatura que norteou o desenvolvimento do modelo e o critério utilizado para a sua inclusão foi, no mínimo, 03 (três) trabalhos fazerem menção ao tópico; e (b) na análise categorial temática das entrevistas as unidades de contexto (Quadro 4) reportam-se às práticas organizacionais relatadas e, neste caso, a regra de adição foi identificar, no mínimo, 03 (três) empresas que possuíam a mesma iniciativa/postura e/ou impasse nos seus respectivos segmentos de atuação no mercado.

Quadro 4 – Análise temática com base nas entrevistas

Categoria temática	Unidade de contexto
Planejamento e estratégia de negócio	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Previsão dos recursos ▪ Estratégia de negócio (permanência no mercado) ▪ Direcionamento de esforços e recursos (tomada de decisão)
Estrutura organizacional e processo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Ordenação das atividades (atendimento das necessidades operacionais) ▪ Estabelecimento das etapas do processo ▪ Posições e papéis (divisão dos setores e tarefas)
Sistema e subsistemas	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Partes envolvidas no processo ▪ Interações ao longo da atividade ▪ Ambiente interno e externo
Custos	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Custo do produto remanufaturado ▪ Redução de custos ▪ Custos ambientais
<i>Design</i> do produto	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fase de fim-de-vida do produto ▪ Concepção do produto ▪ Projetos especiais
Cadeia de suprimentos reversa e logística reversa	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Acesso aos produtos usados (logística reversa) ▪ Recebimento de produtos para o descarte ▪ Dificuldade de retorno do produto usado
Fluxos de informação e materiais	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Fluxo do processo de remanufatura ▪ Fluxo dos procedimentos para a atividade ▪ Fluxo informal (não documentado)
Colaboradores	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Treinamento (especialistas da área, cursos etc.) ▪ Conhecimentos e habilidades ▪ Experiência e comprometimento
Cliente	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Desconhecimento sobre a remanufatura ▪ Baixa aceitação em relação à remanufaturados ▪ Expectativas e necessidades
Preço e comercialização	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Canibalização ▪ Oferta de produtos com valores mais acessíveis ▪ Análise de mercado e do produto
Garantia e pós-consumo	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Efeito positivo na venda de remanufaturados ▪ Qualidade do produto (equivalente a um novo) ▪ Garantia estendida
Legislação e Responsabilidade Estendida do Produtor	<ul style="list-style-type: none"> ▪ Leis ambientais ▪ Certificações e/ou normas de qualidade ▪ Sustentabilidade nas empresas (práticas mais sustentáveis)

Fonte: Elaborado pelos autores após a realização das entrevistas semiestruturadas (2024).

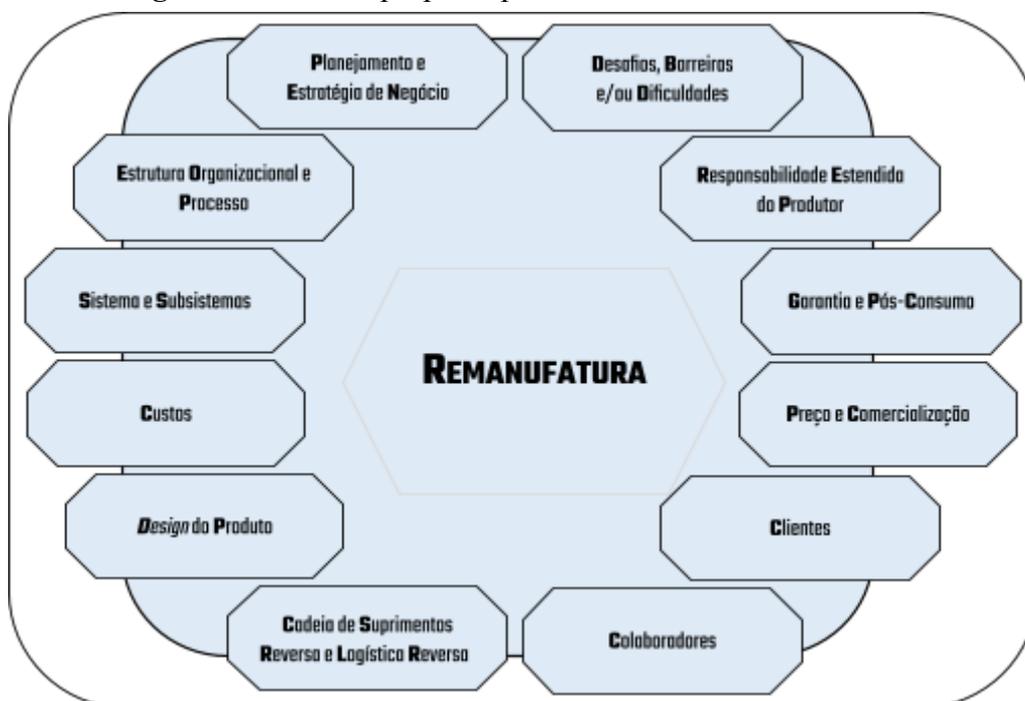
Com relação à enumeração, a regra de contagem escolhida foi a frequência. Bardin (2016) relata que este tipo de medida é a mais adotada e se assenta no seguinte pressuposto: quanto mais um item de sentido ou de expressão se repetir, mais significativo ele será. Deste modo, levando em conta que foram realizadas 06 (seis) entrevistas semiestruturadas com os responsáveis pela remanufatura, a inclusão e exclusão de itens do modelo tiveram como parâmetro 03 (três) ou mais empresas terem em comum o referido item nas suas operações no mercado. A respeito da classificação e agregação – definição das categorias – Bardin (2016) explica que as categorias são rubricas ou classes as quais unem um determinado conjunto de elementos sob um título genérico, cujo agrupamento ocorre em virtude das características comuns que se fazem presentes nesses elementos.

Quanto ao critério escolhido para a categorização utilizou-se o semântico e o procedimento adotado foi o que Bardin (2016) denomina como sendo por “caixas”, em que é fornecido o sistema de categorias e dividem-se os elementos da melhor forma possível assim que vão sendo encontrados. Nesta pesquisa, o sistema de categorias é oriundo da revisão da literatura, desta maneira, é formado pelos 13 (treze) itens propostos para o modelo. A terceira fase da análise de conteúdo se concentra no polo do tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação. Bardin (2016) enfatiza que nesta fase os dados coletados são tratados, assim, o pesquisador consegue propor inferências e adiantar interpretações em torno dos objetivos previstos. Nesse sentido, na presente pesquisa o tratamento, a inferência e a interpretação dos resultados obtidos estabeleceram-se num constante diálogo entre a teoria – via estudiosos que tratam do assunto – e a prática (por meio das entrevistas semiestruturadas). O tópico seguinte trata da construção do modelo.

4.4 Construção do modelo

Na *Design Science Research*, depois de concluído o projeto do artefato selecionado, parte-se para o seu desenvolvimento e nesta pesquisa o modelo proposto segue na Figura 3.

Figura 3 – Modelo proposto para a atividade de remanufatura



Fonte: Elaborado pelos autores após a realização das entrevistas semiestruturadas (2024).

Cabe ressaltar que, após a realização das entrevistas semiestruturadas, ocorreram alterações no escopo do modelo inicialmente proposto a partir da revisão da literatura realizada – como a exclusão dos itens “fluxos de informação e materiais”, “legislação” e “relacionamento entre os *stakeholders*” e a inclusão dos itens “desafios, barreiras e/ou dificuldades” – portanto, tais modificações resultaram numa estrutura atualizada composta por 12 (doze) itens, conforme exposto na Figura 3.

5 Considerações Finais

O agravamento dos problemas ambientais, tais como: a poluição do ar, dos rios e lagos, a degradação do solo etc. e a escassez de recursos (energia, matéria-prima, entre outros) mostra que o atual sistema de produção – linear – é algo que precisa ser (re)pensado pela sociedade como um todo e o quão necessário é que iniciativas sustentáveis sejam colocadas em movimento, visando a preservação do meio ambiente para a atual e as futuras gerações.

Nesse sentido, em uma proposta de economia circular, a remanufatura se sobressai como um modo de produção que pode conciliar o desenvolvimento sustentável e o desenvolvimento econômico. Sendo assim, como uma maneira de contribuir para o êxito da atividade, a pesquisa aqui apresentada centrou-se no desenvolvimento de um modelo para esta atividade.

Concernente ao modelo desenvolvido, o estudo listou os elementos vinculados à remanufatura que servirão como um suporte inicial para as organizações que desejam ingressar, ou então, que há pouco tempo começaram a atuar no setor ao conhecer melhor como a prática se organiza no mercado independentemente do segmento de produto remanufaturado. Portanto, os resultados obtidos demonstram que o referido modelo apresenta uma solução satisfatória para o problema abordado nesta pesquisa.

Entretanto, neste artigo nem todas as extensões e domínios acerca da remanufatura foram contemplados. Logo, uma limitação a ser exposta remete ao parâmetro usado para a inclusão e exclusão de itens do modelo. A esse respeito, como o número de organizações entrevistadas foi pequeno (06 (seis) no total) e o trabalho se configura como uma abordagem qualitativa, então, a interpretação dada foi admitir 03 (três) ou mais empresas terem em comum o referido item na sua atuação no mercado.

Por conseguinte, essa regra adotada deixou o modelo suscetível à exclusão de itens que poderiam ser importantes para a atividade e, por sua vez, alterou a sua composição final. Porém, cabem 02 (duas) ressalvas:

- Outras empresas não foram arroladas no estudo, sendo contabilizados apenas 06 (seis) casos analisados, pelo fato de que, apesar das mesmas serem de segmentos diferentes, os itens elencados na teoria não se distanciaram do que foi apurado na prática por meio das entrevistas nos seus respectivos segmentos e vice-versa. Ou seja, a prática que foi verificada junto aos entrevistados em cada uma não contou com nenhum elemento discrepante, apontando que seria necessário valer-se de uma nova procura por organizações no país para aumentar o número de empresas para fins de análise; e
- a realização das entrevistas em número menor de empresas possibilitou o acesso a uma maior riqueza de detalhes que não seria possível se fosse utilizada uma abordagem quantitativa. A escolha da entrevista semiestruturada como técnica de coleta de dados permitiu contatar diretamente os responsáveis pela atividade em cada organização e assim, ter uma visão do ambiente de operação interno e externo a partir da vivência deles com a remanufatura no dia a dia de mercado.

No mais, ponderando que neste trabalho nem todos os aspectos foram explanados ao longo da elaboração do modelo apresentado, como proposta de pesquisa futura, recomenda-se a análise e o respectivo detalhamento de cada item listado no modelo. Para isso, sugere-se que já seja feito considerando algum segmento em particular (cuja escolha deixa-se a critério do pesquisador). Tal observação deve-se ao fato de que a remanufatura conta com inúmeras variáveis envolvidas e peculiaridades que lhe são próprias. Destarte, cada segmento no mercado vai exigir algo diferente em termos de estrutura organizacional e processo, dos colaboradores, da cadeia de suprimentos reversa e logística reversa e isso irá se repetir ao longo dos demais itens elencados no modelo.

Referências

BAGHERPOUR, M.; POURGHANNAD, B.; SHAHRAKI, N. A new approach for an inventory model of a remanufacturing system with stochastic decomposition process. *In*: VOSS, S.; PAHL, J.; SCHWARZE, S. (Eds.). **Logistik management**: systeme, methoden, integration. Heidelberg: Physica-Verlag, 2009.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARQUET, A. P. B. **Barreiras e diretrizes para a implementação de um sistema de remanufatura**. 2010. 246 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens**. 3. ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

CUTOVOI, I. T. M. **Análise do posicionamento estratégico competitivo na remanufatura**. 2019. 158 f. Tese (Doutorado em Administração de Empresas) – Escola de Administração de Empresas – Fundação Getúlio Vargas, São Paulo, 2019.

DRESCH, A. **Design Science e Design Science Research como artefatos metodológicos para Engenharia de Produção**. 2013. 184 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção e Sistemas) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, 2013.

DRESCH, A.; LACERDA, D. P.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. **Design Science Research: método de pesquisa para avanço da ciência e tecnologia**. Porto Alegre: Bookman, 2015.

FERREIRA, P. G.; SILVA, F. C.; FERREIRA, V. F. A importância da química para a economia circular. **Revista Virtual de Química**, Niterói, v. 9, n. 1, p. 452-473, 2017.

GAN, S. S.; PUJAWAN, I. N.; SUPARNO, S.; WIDODO, B. Pricing decision for new and remanufactured product in a closed-loop supply chain with separate sales-channel. **International Journal of Production Economics**, v. 190, p. 120-132, ago. 2017.

GUIDE JR., V. D. R. Production planning and control for remanufacturing: industry practice and research needs. **Journal of Operations Management**, v. 18, n. 4, p. 467-483, jun. 2000.

HAZIRI, L. L.; SUNDIN, E. Supporting design for remanufacturing - a framework for implementing information feedback from remanufacturing to product design. **Journal of Remanufacturing**, p. 1-20, dez. 2019.

HONG, Z.; ZHANG, H. Innovative crossed advertisement for remanufacturing with interactive production constraints. **Journal of Cleaner Production**, v. 216, p. 197-216, abr. 2019.

IJOMAH, W. L.; MCMAHON, C. A.; HAMMOND, G. P.; NEWMAN, S. T. Development of robust design-for-remanufacturing guidelines to further the aims of sustainable development. **International Journal of Production Research**, v. 45, n. 18-19, p. 4513-4536, set. 2007

JESUS, A.; MENDONÇA, S. Lost in transition? Drivers and barriers in the eco-innovation road to the circular economy. **Ecological Economics**, v. 145, p. 75-89, 2018.

JIANG, Z.; DING, Z.; ZHANG, H.; CAI, W.; LIU, Y. Data-driven ecological performance evaluation for remanufacturing process. **Energy Conversion and Management**, v. 198, p. 1-12, out. 2019.

JIANG, Z.; ZHOU, T.; ZHANG, H.; WANG, Y.; CAO, H.; TIAN, G. Reliability and cost optimization for remanufacturing process planning. **Journal of Cleaner Production**, v. 135, p. 1602-1610, nov. 2016.

KAFUKU, J. M.; SAMAN, M. Z. M.; YUSOF, S. M.; MAHMOOD, S. A holistic framework for evaluation and selection of remanufacturing operations: an approach. **International Journal of Advanced Manufacturing Technology**, v. 87, n. 5-8, p. 1571-1584, nov. 2016.

KARVONEN, I.; JANSSON, K.; TONTERI, H.; VATANEN, S.; UOTI, M. Enhancing remanufacturing - studying networks and sustainability to support finnish industry. **Journal of Remanufacturing**, v. 5, n. 5, p. 1-16, dez. 2015.

LACERDA, D. P.; DRESCH, A.; PROENÇA, A.; ANTUNES JÚNIOR, J. A. V. Design Science Research: método de pesquisa para a Engenharia de Produção. **Gestão & Produção**, São Carlos, v. 20, n. 4, p. 741-761, 2013.

LAGE JUNIOR, M. **Proposta de um modelo de programa mestre de desmontagem de produtos em um sistema de manufatura com roteiros estocásticos**. 2012. 161 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.

LENZI, F. C.; KIESEL, M. D.; ZUCCO, F. D. (Orgs.). **Ação empreendedora: como desenvolver e administrar o seu negócio com excelência**. São Paulo: Editora Gente, 2010.

LIU, W.; WU, C.; CHANG, X.; CHEN, Y.; LIU, S. Evaluating remanufacturing industry of China using an improved grey fixed weight clustering method-a case of Jiangsu Province. **Journal of Cleaner Production**, v. 142, part 4, p. 2006-2020, jan. 2017

LIU, Z.; CHEN, J.; DIALLO, C. Optimal production and pricing strategies for a remanufacturing firm. **International Journal of Production Economics**, v. 204, p. 290-315, out. 2018.

MATSUMOTO, M.; IJOMAH, W. Remanufacturing. *In*: KAUFFMAN, J.; LEE, K. M. (Eds). **Handbook of sustainable engineering**. Dordrecht: Springer, 2013.

MICHAUD, C.; LLERENA, D. Green consumer behaviour: an experimental analysis of willingness to pay for remanufactured products. **Business Strategy and the Environment**, v. 20, n. 6, p. 408-420, jan. 2010.

MUKHERJEE, K.; MONDAL, S.; CHAKRABORTY, K. Impact of various issues on extending the useful life of a product through product recovery options. **Journal of Remanufacturing**, v. 7, n. 1, p. 77-95, jul. 2017.

NAEEM, M. A.; DIAS, D. J.; TIBREWAL, R.; CHANG, P. C.; TIWARI, M. K. Production planning optimization for manufacturing and remanufacturing system in stochastic environment. **Journal of Intelligent Manufacturing**, v. 24, n. 4, p. 717-728, ago. 2013.

NAKAJIMA, K.; MATSUMOTO, M.; MURAKAMI, H.; HAYAKAWA, M.; MATSUNO, Y.; TAKAYANAGI, W. Development of multi-value circulation based on remanufacturing. **Matériaux & Techniques**, v. 107, n. 1, p. 1-8, mar. 2019.

NANNETTI, E. G. La Ingeniería de ecosistemas. **Revista de Ingeniería**, Bogotá, n. 42, p. 60-66, jan./jun. 2015.

NASR, N.; THURSTON, M. Remanufacturing: a key enabler to sustainable product systems. *In: LIFE CYCLE ENGINEERING*, 13., Leuven, 2006. **Proceedings...** Leuven: LCE, 2006.

NERY, S. M.; FREIRE, A. S. A economia circular e o cenário no Brasil e na Europa. *In: ENCONTRO NACIONAL DE ENGENHARIA DE PRODUÇÃO*, 37., Joinville, 2017. **Anais...** Joinville: ENEGEP, 2017.

PÁDUA, E. M. M. **Metodologia da pesquisa**: abordagem teórico-prática. 18. ed. Campinas: Papirus, 2017.

PAIVA, L. M. **A remanufatura de equipamentos eletroeletrônicos como contribuição para o desenvolvimento sustentável: uma avaliação do caso dos refrigeradores**. 2013. 126 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Ambiental) – Programa de Engenharia Ambiental – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

PARKINSON, H. J.; THOMPSON, G. Analysis and taxonomy of remanufacturing industry practice. **Journal of Process Mechanical Engineering**, v. 217, n. 3, p. 243-256, ago. 2003.

RUSCHIVAL, C. B. **Proposta de uma sistemática para o redesign de produtos para a remanufatura**. 2012. 262 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia de Produção – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

SAAVEDRA, Y. M. B.; BARQUET, A. P. B.; OMETTO, A. R.; ROZENFELD, H.; FORCELINI, F. A. A remanufatura como opção na recuperação de produtos no pós-consumo: um olhar em empresas brasileiras. *In: INTERNATIONAL WORKSHOP ADVANCES IN CLEANER PRODUCTION*, 3., São Paulo, 2011. **Anais...** São Paulo: International Workshop, 2011.

SAAVEDRA, Y. M. B.; BARQUET, A. P. B.; ROZENFELD, H.; FORCELLINI, F. A.; OMETTO, A. R. Remanufacturing in Brazil: case studies on the automotive sector. **Journal of Cleaner Production**, v. 53, n. 15, p. 267-276, ago. 2013.

SALIS, J. I. **Método de apoio à tomada de decisão entre processos de manufatura e remanufatura de componentes dos sistemas de suspensão veiculares automotivos**.

2011. 116 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia Automobilística) – Programa de Pós-Graduação em Engenharia Mecânica – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

SEITZ, M. A. A critical assessment of motives for product recovery: the case of engine remanufacturing. **Journal of Cleaner Production**, v. 15, n. 11-12, p. 1147-1157, 2007.

SENGER, I.; CUNHA, E. P.; SENGHER, C. M. O estudo de caso como estratégia metodológica de pesquisas científicas em administração: um roteiro para o estudo metodológico. **Revista de Administração**, Frederico Westphalen, v. 3, n. 4, p. 1-12, 2004.

SHAKOURLOO, A. A multi-objective stochastic goal programming model for more efficient remanufacturing process. **International Journal of Advanced Manufacturing Technology**, v. 91, n. 1-4, p. 1007-1021, jul. 2017.

SITCHARANGSIE, S.; IJOMAH, W.; WONG, T. C. Decision makings in key remanufacturing activities to optimise remanufacturing outcomes: a review. **Journal of Cleaner Production**, v. 232, p. 1465-1481, set. 2019.

STATHAM, S. **Remanufacturing towards a more sustainable future**. Loughborough: Pera Knowledge, 2006.

TAN, Q.; ZENG, X.; IJOMAH, W. L.; ZHENG, L.; LI, J. Status of end-of-life electronic product remanufacturing in China. **Journal of Industrial Ecology**, v. 18, n. 4, p. 577- 587, abr. 2014.

THIERRY, M.; SALOMON, M.; NUNEN, J. V.; WASSENHOVE, L. V. Strategic issues in product recovery management. **California Management Review**, v. 37, n. 2, p. 114-135, jan. 1995.

TOKE, L. K.; LOKHANDE, A. D.; FEGADE, P. V. Optimization of demand based remanufacturing cost estimation model. **International Research Journal of Engineering and Technology**, v. 2, n. 3, p. 1687-1696, jun. 2015.

WAHAB, D. A.; BLANCO-DAVIS, E.; ARIFFIN, A. K.; WANG, J. A review on the applicability of remanufacturing in extending the life cycle of marine or offshore components and structures. **Ocean Engineering**, v. 169, p. 125-133, dez. 2018.

WANG, W.; WANG, Y.; MO, D.; TSENG, M. M. Managing component reuse in remanufacturing under product diffusion dynamics. **International Journal of Production Economics**, v. 183, part B, p. 551-560, jan. 2017.

XU, Y.; FENG, W. Develop a cost model to evaluate the economic benefit of remanufacturing based on specific technique. **Journal of Remanufacturing**, v. 4, n. 4, p. 1-12, dez. 2014.

YENIPAZARLI, A. Managing new and remanufactured products to mitigate environmental damage under emissions regulation. **European Journal of Operational Research**, v. 249, n. 1, p. 117-130, fev. 2016.

ZHANG, R.; ONG, S. K.; NEE, A. Y. C. A simulation-based genetic algorithm approach for remanufacturing process planning and scheduling. **Applied Soft Computing**, v. 37, p. 521-532, dez. 2015.



Efeitos da tecnologia na prestação dos serviços contábeis: um estudo na percepção dos gestores

Genailda Nascimento Rodrigues¹
Josaias Santana dos Santos²
Florisvaldo Cunha Cavalcante Junior³
Lavoisiene Rodrigues de Lima⁴

Resumo: Este estudo teve como objetivo analisar a percepção dos gestores empresariais sobre os efeitos da tecnologia na prestação dos serviços profissionais de contabilidade. A pesquisa caracteriza-se quanto aos objetivos como descritiva, quanto aos procedimentos como do tipo *survey* e quanto à abordagem como quantitativa. A amostra caracteriza-se como não probabilística e se deu por acessibilidade de 100 gestores empresariais. A coleta de dados foi através de questionário estruturado em escala de 10 (dez) pontos e elaborado pela plataforma *Google Forms*. O método utilizado para a análise da estatística foi através da análise fatorial exploratória. Os resultados obtidos indicaram que 10 fatores impactam nos serviços contábeis considerando o ambiente tecnológico na percepção dos gestores empresariais, sendo eles: a confiabilidade e a segurança; a agilidade e aprimoramento; a integração proporcionada; o tempo economizado; a comunicação instantânea; resolução de imprevistos; o crescimento da empresa; o marketing; a efetividade das atividades e os diferenciais competitivos que são diretamente impactados pelo meio tecnológico em relação aos serviços contábeis ofertados. Esse estudo sugere que os profissionais contábeis, ao investirem em ferramentas tecnológicas, agregam valor pela maior qualidade percebida e satisfação dos clientes na prestação dos serviços profissionais de contabilidade.

Palavras-chave: serviços contábeis; tecnologia da informação; gestores; empresários.

Effects of technology on the provision of accounting services: a study on the perception of managers

Abstract: This study aimed to analyze the perception of business managers about the effects of technology on the provision of professional accounting services. The research is characterized in terms of objectives as descriptive, in terms of procedures as survey type and in terms of approach as quantitative. The sample is characterized as non-probabilistic and was made accessible to 100 business managers. Data collection was through a structured questionnaire on a 10 (ten) point scale and prepared using the Google Forms platform. The method used to analyze statistics was through exploratory factor analysis. The results obtained indicated that 10 factors impact accounting services considering the technological environment in the perception of business managers, which are: reliability and security; agility and improvement; the integration provided; the time saved; instant communication; resolving unforeseen events; the company's growth; marketing; the effectiveness of activities and competitive differences that are directly impacted by the technological environment in relation to the accounting services offered. This study suggests that accounting professionals, when investing in technological tools, add value through greater perceived quality and customer satisfaction in the provision of professional accounting services.

Keywords: accounting services; information technology; managers; businesspeople.

¹ Graduada em Ciências Contábeis (FACAPE). E-mail: genailda54@gmail.com.

² Doutorando em Ciências Contábeis (UnB). Professor (FACAPE). E-mail: josaias@yahoo.com.br.

³ Mestre em Controladoria (UFRPE). Professor (IFBA). E-mail: junior.cavalcante@yahoo.com.br.

⁴ Doutora em Ciências Contábeis (UnB). Professora (Uninassau-Caruaru). E-mail: lavoisiene@gmail.com.

Efectos de la tecnología en la prestación de servicios contables: un estudio sobre la percepción de los directivos

Resumen: Este estudio tuvo como objetivo analizar la percepción de los directivos de empresas sobre los efectos de la tecnología en la prestación de servicios contables profesionales. La investigación se caracteriza en cuanto a objetivos como descriptiva, en cuanto a procedimientos como tipo *survey* y en cuanto a enfoque como cuantitativa. La muestra se caracterizó como no probabilística y fue puesta a disposición de 100 directivos de empresas. La recolección de datos se realizó a través de un cuestionario estructurado en una escala de 10 (diez) puntos y elaborado mediante la plataforma Google Forms. El método utilizado para analizar la estadística fue mediante análisis factorial exploratorio. Los resultados obtenidos indicaron que 10 factores impactan los servicios contables considerando el entorno tecnológico en la percepción de los directivos de empresas, y son: confiabilidad y seguridad; agilidad y superación; la integración proporcionada; el tiempo ahorrado; comunicación instantánea; resolver imprevistos; el crecimiento de la empresa; marketing; la efectividad de las actividades y las diferencias competitivas que se ven impactadas directamente por el entorno tecnológico en relación con los servicios contables ofrecidos. Este estudio sugiere que los profesionales contables, al invertir en herramientas tecnológicas, agregan valor a través de una mayor calidad percibida y satisfacción del cliente en la prestación de servicios contables profesionales.

Palabras clave: servicios de contabilidad; tecnología de la información; directivos; empresarios.

1 Introdução

Na atualidade, a tecnologia tem se tornado cada vez mais responsável por potencializar as gerações de informações e assim suprir as demandas da sociedade. Conforme Almeida (2020), o mundo dos negócios atualmente vem se transformando e se adaptando com as revoluções tecnológicas, e assim revolucionando as ocupações profissionais pelo uso das ferramentas e as modernizações dos computadores; com isso os profissionais devem desenvolver habilidades para o manuseio e comportamento das massas de dados apresentados.

As intensivas e rápidas mudanças têm feito com que os serviços contábeis adotem novos modelos para se reinventarem no mundo dos negócios; o profissional contábil deve sempre estar atento às mudanças que ocorrem e o que pode deixar o seu negócio mais atrativo, diversificado e atualizado (Pontes; Genuíno, 2019).

Assim os profissionais contábeis estão sujeitos a mudanças de forma contínua para atender as necessidades de informação de um público cada vez mais amplo e difuso, o que tem tornado o contexto profissional mais complexo do que o anteriormente vivenciado; justamente por essa razão que os serviços contábeis enfrentam a dificuldade de sempre

estar ofertando uma mais alta qualidade e uma cultura de melhoria contínua em seus processos (Carmona *et al.*, 2018).

Diante disso, os vários avanços tecnológicos advindos da globalização fazem com que o mercado se torne cada vez mais competitivo, forçando assim que os profissionais fiquem atentos e atualizados para utilizar, criar ou buscar os seus diferenciais nesse amplo mercado.

Segundo Santos e Konzen (2020), a era digital trouxe grandes melhorias para os profissionais contábeis como na produtividade, agilidade e eficiência; tudo passou a ser eletrônico, digital e virtual, provocando assim vários efeitos nos profissionais que devem acompanhar essas mudanças do mercado.

De acordo com Silva *et al.* (2020), as atualizações da tecnologia e sistema são importantes para a atuação dos profissionais contábeis no mercado futuro, sendo possível até que esses profissionais percam oportunidades de atuação caso não se adequem a essas modernizações; e com isso através dessas atualizações disponibilizar maior qualidade nos serviços prestados. Diante disto surge a seguinte problemática: **Qual a percepção dos gestores empresariais sobre os efeitos da tecnologia na prestação dos serviços profissionais de contabilidade?**

O estudo tem como objetivo analisar a percepção dos gestores empresariais sobre os efeitos da tecnologia na prestação dos serviços profissionais de contabilidade. O estudo visa contribuir para uma melhor compreensão dos profissionais acerca dos seus serviços prestados, junto com a inserção do ambiente tecnológico para com isso mensurar se existe uma relação de satisfação com o serviço prestado.

A pesquisa se justifica em decorrência do processo de modernização que tem despertado o interesse dos profissionais a dar mais ênfase à adoção das ferramentas tecnológicas, e assim disponibilizar um serviço de melhor qualidade e que satisfaça ainda mais o seu cliente.

Conforme exposto, através dessa pesquisa será possível analisar o uso dessas ferramentas tecnológicas pelos profissionais de contabilidade, se agrega na qualidade ou satisfação do cliente. Essa pesquisa está estruturada da seguinte forma: primeiro capítulo, apresenta os aspectos introdutórios; no segundo é apresentado o referencial; no terceiro são apresentados os procedimentos metodológicos; no quarto são apresentadas a análise e a discussão dos dados; e por último, foram postas as considerações finais.

2 Fundamentação Teórica

2.1 Serviços profissionais de contabilidade

A contabilidade é antiga, e passou por diversas transformações ao longo dos anos, desde as tábuas de Uruk utilizadas para a contabilização, passando para as máquinas de datilografias, processadores e depois o surgimento dos computadores e *softwares* que atualizaram o sistema de contabilização que anteriormente era feito manualmente (Silva *et al.*, 2020).

De acordo com Marion (2009, p. 28) “a Contabilidade é o instrumento que fornece o máximo de informações úteis para a tomada de decisões dentro e fora da empresa”.

Por isso, a contabilidade ganha cada vez mais espaço no tocante às decisões empresariais que necessitam da mesma para a tomada de decisões, ações de planejamento e controle do patrimônio (Santos; Konzen, 2020).

Desde então, o profissional contábil passa por desafios da constante atualização e modernização em que o mercado se encontra, deve sempre estar atualizado e dispor de ferramentas que o possibilite desenvolver informações em tempo hábil, melhorando a sua qualidade de serviço prestado (Shigunov; Shigunov, 2003).

Diante da nova realidade, percebemos que o profissional está assumindo mais funções, se tornando assim um agente integrador entre o fisco e o contribuinte, e ao mesmo tempo buscando sempre suprir todas as necessidades existentes e sempre se adequando às novas mudanças (Filipin *et al.*, 2016)

Nota-se que o profissional contábil desempenha um importante papel na gestão de riqueza; vê-se hoje em dia que maior parte das empresas, utiliza-se dos serviços contábeis na gestão dos seus patrimônios, havendo então a abertura de vários escritórios prestadores de serviços e assim surgindo um acirramento na concorrência principalmente no que diz respeito à captação e fidelização dos clientes (Filho; Santos, 2013).

Justamente pelo alto número de escritórios de contabilidade, que deter de vantagens competitivas acaba se tornando um diferencial frente a seus concorrentes, podemos citar como exemplo: o bom atendimento, a qualidade e a inovação na prestação dos serviços ofertados (Eckert *et al.*, 2013).

2.2 Serviços contábeis no ambiente tecnológico

Que a tecnologia está presente em todo o campo atual não é novidade, porém é importante abordarmos o conceito da tecnologia a partir de dois aspectos: a física, onde são considerados os aparelhos tecnológicos que dispõem de várias funcionalidades e que são atualizados constantemente, e a tecnologia imaterial, onde são guardadas todas as informações, arquivos, dados para futuros acessos (Santos; Konzen, 2020).

Atualmente é vivenciada a transformação digital que é a ligação de várias inovações tecnológicas que complementam ou alteram os padrões e regras existentes nas organizações; vale destacar que a inovação digital nada mais é do que a atualização nos processos como a adoção de novos produtos, serviços ou novos modelos de negócio em um novo contexto (Pérez-Grau, 2019).

Percebe-se que as inovações são uma realidade vivenciada pelo profissional contábil, que é visto através das atualizações, mudanças nas leis, os seus diferenciais no mercado; para assim proporcionar um atendimento às demandas dos clientes com menores custos (SILVA *et al.*, 2020). Esses profissionais de contabilidade devem sempre estar atentos às inovações tecnológicas, pois as mesmas estão cada vez mais rápidas trazendo consigo técnicas modernas para a sua execução, surgindo então a necessidade de os escritórios estarem em constante aperfeiçoamento de suas tarefas para assim disporem de informações mais seguras e objetivas para seus clientes (Zwirtes; Alves, 2014).

Partindo desse ponto, é possível notar que a inovação tecnológica se tornou crucial para se obter uma vantagem competitiva e assim ofertar sempre novos serviços. Tanto as inovações internas da organização como as inovações do mercado externo interferem no contexto econômico de toda empresa; sendo que a inovação está ligada com a inovação nacional do país em produzir um fluxo de inovações relevantes (Pontes; Genuíno, 2019).

Segundo Faria e Almeida (2004), os avanços tecnológicos estão cada vez mais abrindo portas e possibilitando maior automação dos processos contábeis, possibilitando um maior envolvimento aos gestores, e dando suporte para uma tomada de decisão mais adequada e eficiente.

Silva *et al.*, (2020) abordam que a tecnologia se tornou tão essencial que hoje é vista como de extrema importância para o desenvolvimento das atividades. Vale destacar que os profissionais contábeis devem reconhecer que essa tecnologia é essencial para o desenvolvimento e aprimoramento das suas atividades e não deve ser vista como uma

ameaça de extinção da sua profissão, mas sim como uma aliada para facilitar, otimizar e proporcionar eficácia nos seus resultados.

É notável que a era digital impactou fortemente o profissional contábil, que foi um dos mais atingidos, forçando-o a acompanhar as gerações de informações, se tornando uma necessidade que antes não era vista de tal forma (Staats; Macedo, 2021).

A competitividade no mundo empresarial pode ser comparada com a evolução das espécies, no tocante em que devem lutar pela sua sobrevivência, para que assim se possa conquistar o seu diferencial para se perpetuar e com isso conseguir maiores retornos (Negrão *et al.*, 2021).

Percebe-se que o mercado está em constante mudança, então para obter uma boa vantagem competitiva é necessário sempre estar investindo na inovação dos seus serviços ofertados, para assim deter de um diferencial que atraia mais clientes, decorrentes das suas atualizações e modernizações (Turra *et al.*, 2017).

A competitividade deve ser aliada com as ações das organizações para atender aos anseios dos clientes, o que pode ser conquistado quando o profissional conhece e satisfaz suas expectativas e dispõe de um bom relacionamento, proporcionando assim a sua fidelização (Negrão *et al.*, 2021).

De acordo com Shigunov e Shigunov (2003), a qualidade fornece ao cliente mais confiança e credibilidade nos seus serviços prestados, que se realizados em tempo hábil atendendo as necessidades dos clientes, é possível a geração de honorários justos aos profissionais.

Percebe-se então que dispor de cenários estratégicos coloca a empresa a um passo à frente de seus concorrentes, já que ela vai estar preocupada em sempre estar traçando metas e analisando as situações do mercado no decorrer do tempo (Oliveira *et al.*, 2017).

Diante da realidade a tecnologia é uma aliada e proporciona mais qualidade nas operações, como também obtém um melhor fluxo de informações dentro da empresa; assim o desenvolvimento tecnológico pode proporcionar a integração de várias atividades com foco na eficiência (Santos, 2019).

Vale ressaltar que as inovações tecnológicas proporcionam diversas melhorias na qualidade do seu serviço prestado pelo profissional contábil; como, por exemplo, a diminuição das atividades executadas manuais, dando mais foco à eficiência e proporcionando acesso aos dados com mais facilidade (Andrade; Mehlecke, 2020).

Conforme exposto, a identificação e satisfação do cliente em relação à qualidade do serviço prestado é essencial para um melhor funcionamento do negócio, acarretando a diminuição da concorrência, visto que o cliente não irá procurar outros meios para satisfação dos seus anseios.

2.3 Estudos anteriores

Foi abordada em estudos anteriores a qualidade dos serviços contábeis oferecidos; no quadro a seguir apresenta-se o detalhamento do tema, e os periódicos em que os estudos foram publicados.

Quadro 1- Pesquisas anteriores

Autor	Título	Resultados	Revista
Silva <i>et al.</i> (2018)	Determinantes da qualidade e da satisfação nos serviços contábeis: Um estudo sobre a percepção dos empresários e gestores empresariais da atividade comercial do polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA	A participação do contabilista e a elaboração de relatórios úteis e compreensíveis se mostraram positivamente relacionados à percepção da qualidade e os relatórios gerenciais apresentados impactam na satisfação geral do cliente.	Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI
Reis (2018)	Qualidade na Prestação de Serviço e a Satisfação dos Clientes de Escritórios de Contabilidade	A construção de soluções, confiança, aspectos físicos e as políticas internas foram as variáveis que explicaram a satisfação dos clientes com os escritórios de contabilidade.	EnANPAD 2018
Maciel e Martins (2018)	Percepção da qualidade em Serviços Contábeis: Estudo de caso em um Escritório Contábil em Foz do Iguaçu/PR	A confiabilidade e a segurança foram as variáveis encontradas que explicam a qualidade percebida pelos clientes.	Revista Evidenciação Contábil & Finanças
Carvalho e Tomaz (2010)	Qualidade em Serviços Contábeis: Um estudo nas empresas do setor de comércio varejista de material de construção	O interesse, agilidade, competência, ética, atualização, os honorários e informações prestados são variáveis que interferem nessa qualidade.	Revista Alcance - Eletrônica
Carvalho <i>et al.</i> (2008)	Requisitos de qualidade em serviços contábeis no setor de comércio	Os resultados encontrados foram 3 fatores: imagem e credibilidade do Escritório; pontualidade na prestação dos serviços e agilidade; e a percepção dos funcionários e desempenho.	Revista UnB Contábil

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Silva *et al.* (2018) se preocuparam em analisar os fatores determinantes da qualidade percebida e satisfação com os serviços recebidos das organizações e profissionais contábeis; a pesquisa foi aplicada nas cidades de Petrolina-PE e Juazeiro-BA e se justificou pela necessidade de analisar as variáveis que impactam nessa qualidade e satisfação dos serviços contábeis. Como resultado sob o ponto de vista da percepção da

qualidade, a participação ativa do contabilista no planejamento e condução dos trabalhos e a elaboração de relatórios úteis e compreensíveis para a tomada de decisão se mostraram positivamente associados a essa variável. Já em relação à satisfação geral do cliente foi encontrado que os relatórios gerenciais impactaram fortemente nessa variável.

O estudo de Reis (2018) embasa sobre a qualidade na prestação de serviço e a satisfação dos clientes de escritórios de contabilidade e como resultados foram encontrados que a construção de soluções, confiança, aspectos físicos e as políticas internas foram as variáveis que explicaram a satisfação dos clientes com os escritórios de contabilidade.

O Artigo de Maciel e Martins (2018) aborda a percepção da qualidade em serviços contábeis, sendo um estudo de caso sobre um escritório contábil em Foz do Iguaçu/PR; tendo como objetivo principal a análise da qualidade percebida pelos clientes; como resultado foram encontrados a confiabilidade e a segurança. Ainda foram encontradas variáveis que podem ser melhoradas como o cumprimento dos prazos, registros sem erros e atualizados, precisão de informação e atendimento imediato.

Carvalho e Tomaz (2010) realizaram um estudo para identificar os requisitos de qualidade em relação ao serviço contábil ofertado ao setor de comércio varejista de material de construção; para a sua análise foi utilizada a técnica fatorial, e como resultado foi encontrado que o interesse, a agilidade em ofertar o serviço contábil, a competência, a ética, a atualização e, por último, os honorários e as informações prestados são variáveis que interferem nessa qualidade por eles percebida, sendo relevantes nos serviços contábeis.

A literatura, como exposta, tem grandes trabalhos que analisaram a qualidade e satisfação dos clientes em relação aos serviços prestados e tiveram como objetivo distinguir tais variáveis que mais interferem nesse ponto de vista. A seguir será exposta a metodologia do presente trabalho conduzindo aos resultados da questão problema abordada.

3 Método

A presente pesquisa é de natureza aplicada; em relação ao alcance dos objetivos utilizou-se a pesquisa de caráter descritiva, pois os fatos foram observados, analisados, classificados e interpretados sem a interferência do pesquisador. Quanto à abordagem da pesquisa, classifica-se como uma pesquisa quantitativa, utilizando o método da análise fatorial exploratória.

A pesquisa foi executada através de revisão bibliográfica, com a utilização de artigos científicos; o instrumento utilizado para a coleta de dados foi mediante questionário, estruturado em escala de 10 (dez) pontos e elaborado pela plataforma *Google Forms*. O questionário foi estruturado em 5 (cinco) questões para a identificação dos respondentes e 19 (dezenove) questões assertivas, medindo em 1 para nenhuma compreensão e 10 para muita compreensão.

O questionário foi aplicado aos gestores empresariais que recebem os serviços dos escritórios de contabilidade na cidade de Petrolina-PE; foram enviados para um universo de 350 (trezentos e cinquenta) e-mails e foram obtidas 100 (cem) respostas, com as quais foi possível uma análise sobre as variáveis que impactam nos serviços contábeis junto com o meio tecnológico, e analisando sua satisfação e a qualidade com os serviços recebidos dos escritórios de contabilidade.

Os dados foram consolidados no *Stata Statistical Software*®. Foi utilizada a técnica de análise fatorial exploratória para o tratamento dos referidos dados. De acordo com Fávero e Belfiore (2017, p. 379), a análise fatorial “é uma técnica multivariada que procura identificar uma quantidade relativamente pequena de fatores que representam o comportamento conjunto de variáveis originais interdependentes”.

4 Análise e Discussão dos Resultados

4.1 Características descritivas da amostra

A amostra é do tipo não probabilística e se deu por acessibilidade, foi composta a partir de 100 (cem) questionários aplicados aos gestores empresariais na cidade de Petrolina-PE no período de junho de 2021. Quanto às características dos respondentes em relação ao nível de formação acadêmica, este é representado por: 28% que possuem ensino médio; 61% com nível superior; 8% com Especialização; 2% que possuem Mestrado; e 1% com Doutorado.

Em relação ao tempo que a empresa recebe os serviços contábeis do escritório atual obteve-se: 33% no período de até 2 anos; 19% no período de 2 a 4 anos; 24% no período de 4 a 6 anos; e 24% no período acima de 6 anos. Em seguida, abordou-se o nível de compreensão sobre o uso das ferramentas tecnológicas mais utilizadas pelo prestador de serviços contábeis, em escala de 10 pontos, conforme a Tabela 1 apresentada:

Tabela 1 - Nível de compreensão sobre o uso das ferramentas tecnológicas

Nível	Frequência Absoluta	Frequência Relativa
1	0	0%
2	1	1%
3	1	1%
4	2	2%
5	6	6%
6	7	7%
7	14	14%
8	24	24%
9	18	18%
10	27	27%
Total	100	100%

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

Verifica-se que 27% dos respondentes têm muita compreensão sobre o uso das ferramentas tecnológicas (nível 10), 18% optaram pelo nível 9, 24% para o nível 8 e 14% para o nível 7, subentendendo-se que a maior parte dos respondentes tem uma boa compreensão das ferramentas tecnológicas utilizadas pelos prestadores dos serviços contábeis e que, assim, tem entendimento dos serviços recebidos. Os outros respondentes que representam 17%, optando pelo nível 6 (7%), nível 5 (6%), nível 4 (2%) e pelos níveis 3 e 2 (1%), apesar de ser um demonstrativo relativamente baixo em relação aos demais respondentes, representa pouca compreensão sobre o uso das ferramentas tecnológicas dos serviços que são ofertados.

4.2 Percepções sobre os Serviços Contábeis, sobre a Qualidade e a Satisfação dos Gestores

Diante da assertiva “as ferramentas tecnológicas proporcionaram agilidade na execução dos serviços”, 74% dos respondentes concordaram plenamente, o que mostra que os serviços ofertados através da tecnologia são executados com rapidez. No que diz respeito à modernização proporcionada pelo aparato tecnológico na assertiva “as ferramentas tecnológicas aprimoram e atualizam as oportunidades para atuação no mercado de trabalho”, 64% dos respondentes concordam plenamente, com isso reafirmando sobre a tecnologia nas modernizações dos processos.

Em relação à comunicação instantânea proporcionada pela tecnologia, as afirmativas “as ferramentas tecnológicas proporcionaram uma comunicação rápida e instantânea” e “as ferramentas tecnológicas proporcionam um atendimento com mais

praticidade e agilidade”, respectivamente, 65% e 62% dos respondentes concordaram plenamente.

No que diz respeito às melhorias dos processos executados e aos prazos de entrega das obrigações que são impactados positivamente pelo uso das ferramentas tecnológicas, têm-se as seguintes questões: “a transmissão em tempo hábil das obrigações acessórias é decorrente do meio tecnológico” e “a transmissão das informações através das ferramentas tecnológicas torna o processo mais efetivo”, respectivamente, cerca de 54% e 63% concordaram plenamente com as assertivas.

Dessa maneira, na assertiva “a tecnologia impacta na imagem, integridade e a confiabilidade da empresa de contabilidade”, em que 62% concordaram plenamente, entende-se que o meio tecnológico é essencial para os profissionais contábeis, impactando em várias partes na prestação dos serviços, enquanto na assertiva “a tecnologia contribui para o crescimento da empresa de contabilidade, atraindo mais espaço e clientes”, 68% concordaram plenamente, reafirmando então o papel que o meio tecnológico tem para o crescimento da empresa na prestação dos seus serviços.

Na referida pesquisa, foi explanado sobre a satisfação e a qualidade dos serviços ofertados aos gestores empresariais. Na assertiva “os serviços de contabilidade contratados pela minha empresa são ofertados com qualidade”, do total de 100 respostas, 64% responderam concordando plenamente com a assertiva; isso reflete que pouco mais de 50% da amostra acredita que os serviços contábeis ofertados a sua empresa são de qualidade com a utilização das ferramentas tecnológicas.

Em seguida, na assertiva “estou satisfeito com os serviços de contabilidade ofertados a minha empresa”, 65% do total de 100 respostas apontaram como concordando totalmente com a assertiva. Isso reflete que grande parte dos gestores estão satisfeitos com os serviços ofertados; porém, vale ressaltar que 35% dos respondentes não estão satisfeitos por completo com os serviços que recebem.

Através das assertivas foi possível identificar que a maioria dos respondentes acredita que os serviços ofertados pela contabilidade são de qualidade e estão satisfeitos com eles; mas vale ressaltar que pequena parte dos respondentes, equivalente a pouco mais de 30%, não enxerga os serviços ofertados como tendo qualidade e não se sentem satisfeitos. Com isso, se enfatizou ainda mais a utilização da tecnologia para impulsionar a prestação de serviços com maior qualidade, agregando uma maior satisfação e fidelização dos seus clientes.

4.3 Análise fatorial

Como apresentado anteriormente, para o tratamento dos dados foi utilizada a técnica da análise fatorial. Inicialmente, na Tabela 2, são apresentadas as descrições de cada fator:

Tabela 2 - Estatísticas Descritivas

Questão		N
6	As ferramentas tecnológicas facilitam o trabalho dos profissionais contábeis.	100
7	As ferramentas tecnológicas proporcionaram agilidade na execução dos serviços.	100
8	As ferramentas tecnológicas aprimoram e atualizam as oportunidades para atuação no mercado de trabalho.	100
9	Os <i>softwares</i> e programas proporcionam uma maior qualidade nos serviços prestados.	100
10	A implantação de tecnologias modernas aprimora os serviços ofertados.	100
11	As ferramentas tecnológicas proporcionaram uma comunicação rápida e instantânea.	100
12	A tecnologia é responsável por uma comunicação frequente entre o cliente e o escritório.	100
13	As ferramentas tecnológicas proporcionam um atendimento com mais praticidade e agilidade.	100
14	A transmissão em tempo hábil das obrigações acessórias é decorrente do meio tecnológico.	100
15	A transmissão das informações através das ferramentas tecnológicas torna o processo mais efetivo.	100
16	A tecnologia proporciona aos profissionais diferenciais competitivos.	100
17	As ferramentas tecnológicas proporcionaram segurança na execução dos serviços.	100
18	As inovações proporcionam uma maior confiabilidade nos serviços recebidos.	100
19	A tecnologia utilizada contribui para a entrega das obrigações no prazo evitando a geração de multas.	100
20	As ferramentas tecnológicas são aliadas na execução de serviços e obrigações inesperadas.	100
21	A tecnologia impacta na imagem, integridade e confiabilidade da empresa de contabilidade.	100
22	A tecnologia contribui para o crescimento da empresa de contabilidade, atraindo mais espaço e clientes.	100

Fonte: Elaborado pelos autores (2021).

A seguir são apresentados os coeficientes de correlação de Pearson entre cada par de variáveis com os seus níveis de significância, na Tabela 3:

Tabela 3 - Coeficientes de Correlação

	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	
6	1																	2
7	0.71	1																2
8	0.63	0.63	1															
9	0.71	0.65	0.61	1														
10	0.53	0.56	0.61	0.69	1													
11	0.43	0.33	0.43	0.64	0.59	1												
12	0.21	0.14	0.28	0.34	0.30	0.39	1											
13	0.33	0.31	0.42	0.55	0.55	0.58	0.54	1										
14	0.26	0.30	0.27	0.46	0.43	0.28	0.27	0.34	1									
15	0.43	0.45	0.55	0.66	0.62	0.54	0.41	0.57	0.52	1								
16	0.78	0.93	0.65	0.59	0.41	0.49	0.38	0.61	0.07		1							

1	0.44	0.37	0.39	0.50	0.46	0.38	0.40	0.73	0.37	0.56	1							
6	77	31	60	92	17	93	52	67	70	73								
1	0.44	0.33	0.39	0.53	0.43	0.35	0.50	0.64	0.42	0.47	0.80	1						
7	85	08	09	65	03	14	80	01	97	56	35							
1	0.29	0.31	0.31	0.44	0.50	0.38	0.46	0.72	0.45	0.52	0.73	0.73	1					
8	37	75	58	85	67	13	26	14	74	64	08	53						
1	0.36	0.28	0.32	0.50	0.40	0.32	0.38	0.61	0.43	0.49	0.70	0.68	0.64	1				
9	53	59	82	48	76	85	22	23	83	24	58	87	18					
2	0.45	0.35	0.53	0.63	0.52	0.51	0.26	0.46	0.46	0.70	0.58	0.61	0.56	0.62	1			
0	86	26	15	57	13	87	19	27	02	25	96	53	67	42				
2	0.32	0.29	0.32	0.47	0.40	0.36	0.40	0.58	0.43	0.43	0.66	0.61	0.60	0.61	0.50	1		
1	44	80	77	05	12	44	74	97	11	25	63	27	90	18	07			
2	0.38	0.41	0.39	0.50	0.54	0.46	0.52	0.55	0.36	0.41	0.49	0.51	0.60	0.38	0.36	0.59	1	
2	62	71	38	85	81	96	71	84	80	59	49	04	41	13	06	11		

Fonte: Elaborado pelos autores com uso do *software* Stata (2021).

Conforme exposto, existem altas correlações entre as variáveis, o que representa um indício de que a análise fatorial poderá agrupar essas variáveis em fatores.

Em seguida, foi utilizada a medida de adequação global da análise fatorial, que pode ser avaliada pelos resultados da Kaiser Meyer-Olkin (KMO) e o Bartlett's test of sphericity (BTS), para a verificação da relevância do conjunto das variáveis analisadas, conforme a Tabela 4.

Tabela 4 - KMO and Bartlett's test of sphericity

Kaiser-Meyer-Olkin	Measure	of	Sampling	Adequacy	–	KMO
0,896						
Bartlett test of sphericity			Chi-square			
			1304.111			
			Degrees of freedom			136
			p-value			0.000

Fonte: Elaborado pelos autores com uso do *software* Stata (2021).

Obtivemos um KMO de 0,896 que é considerado bom, demonstrando que as variáveis têm um percentual alto de variância compartilhada. Segundo Fávero e Belfiore (2017), valores mais próximos de 1 indicam correlações de Pearson altas.

Partindo a análise para o valor do teste Bartlett = 1304.111, calculado para 136 graus de liberdade e com *p-value* de 0.000, mostrando que se rejeitou a hipótese nula, com isso não obtendo problemas de interdependência e assim concluindo a possibilidade da continuação da análise fatorial. Fávero e Belfiore (2017) destacam que devem sempre optar pelo teste de Bartlett para a adequação da análise fatorial, visto que representa um teste de nível de significância.

Logo em seguida é determinada a quantidade de fatores a serem extraídos de todas as variáveis apresentadas, conforme Tabela 5.

Tabela 5 - Fatores extraídos

	Fac1	Fac2	Fac3	Fac4	Fac5	Fac6	Fac7	Fac8	Fac9	Fac10	Uniqueness
6	0.6447	0.4716	0.0186	0.2810	0.0836	0.1045	0.0062	0.0384	0.0279	0.0102	0.2623
7	0.5962	0.5262	0.0816	0.2917	0.1414	0.0832	0.0030	0.0054	0.0218	0.0127	0.2484
8	0.6487	0.4134	0.0159	0.0569	0.0573	0.0637	0.1796	0.1100	0.0638	0.0274	0.3482
9	0.8188	0.3511	0.0032	0.0370	0.0101	0.1288	0.0876	0.0892	0.0241	0.0051	0.1720
10	0.7744	0.3123	0.0946	0.1359	0.0422	0.1341	0.0640	0.0062	0.0028	0.0002	0.2514
11	0.6598	0.1730	0.1456	0.3020	0.2455	0.0915	0.1267	0.0171	0.0182	0.0011	0.3371
12	0.5414	0.2545	0.3233	0.1534	0.0219	0.0879	0.2488	0.0494	0.0135	0.0068	0.4413
13	0.8051	0.2681	0.1699	0.0264	0.1840	0.1472	0.0551	0.0713	0.0447	0.0459	0.1826
14	0.5466	0.0339	0.1309	0.1751	0.3413	0.0372	0.0183	0.1240	0.0002	0.0103	0.5185
15	0.7888	0.1317	0.2054	0.2689	0.0730	0.1385	0.1111	0.0485	0.0346	0.0373	0.2041
16	0.8083	0.3185	0.0980	0.2252	0.1296	0.1218	0.0475	0.0450	0.0511	0.0541	0.1434
17	0.7980	0.3405	0.0354	0.1630	0.0607	0.0394	0.1084	0.0171	0.0993	0.0318	0.1912
18	0.7610	0.3865	0.0324	0.0212	0.1159	0.1497	0.0880	0.0933	0.0935	0.0218	0.2085
19	0.7409	0.3016	0.2564	0.1695	0.0067	0.1118	0.0196	0.0453	0.0149	0.0573	0.2472
20	0.7585	0.0393	0.4161	0.1949	0.0855	0.0827	0.0004	0.1524	0.0274	0.0014	0.1738
21	0.6960	0.2782	0.0378	0.0939	0.1126	0.1559	0.0771	0.0587	0.1182	0.0132	0.3674
22	0.6771	0.0748	0.3939	0.0241	0.1577	0.0714	0.0346	0.1217	0.0063	0.0210	0.3337

Fonte: Elaborado pelos autores com uso do *software* Stata (2021).

Nota-se que antes da extração havia 17 variáveis no conjunto de dados, após a extração e rotação foram obtidos 10 fatores que explicam esse conjunto de variáveis; para a extração desses fatores foi utilizado o método dos componentes principais; segundo Fávero e Belfiore (2017, p. 391), este “é formado pelo maior percentual de variância compartilhada pelas variáveis originais”.

A Tabela 6 demonstra a variância compartilhada de cada variável em todos os fatores extraídos:

Tabela 6 - Comunalidades das variáveis

Factor	Cumulative
Factor 1	0.3617
Factor 2	0.6580
Factor 3	0.7723
Factor 4	0.8859
Factor 5	0.9836
Factor 6	1.0211

Factor 7	1.0373
Factor 8	1.0514
Factor 9	1.0625
Factor 10	1.0638

Fonte: Elaborado pelos autores com uso do *software* Stata (2021).

Conforme Fávero e Belfiore (2017), essa comunalidade dos fatores é extraída a partir de autovalores maiores que 1. A partir disso, podemos verificar que na formação do fator 1 temos 36% de fator explicativo, no fator 2 esse percentual explicativo aumenta significativamente para 65%, e quando chegamos na formação do fator 5 temos praticamente 100% de fator explicativo, demonstrando o percentual de variância compartilhada pelas variáveis.

Na Tabela 7, são apresentadas as cargas fatoriais rotacionadas, em que será possível observar as 17 variáveis e que nesse conjunto de dados foram extraídos 10 fatores:

Tabela 7 - Cargas fatoriais rotacionadas

	Fac1	Fac2	Fac3	Fac4	Fac5	Fac6	Fac7	Fac8	Fac9	Fac10	Uniqueness
6	0.2281	0.7988	0.0570	0.0421	0.1528	0.0394	0.0917	0.0297	0.0905	0.0152	0.2623
7	0.1371	0.8332	0.0620	0.1457	0.0040	0.0577	0.0951	0.0324	0.0098	0.0015	0.2484
8	0.1736	0.6891	0.1616	0.1328	0.1410	0.2515	0.0098	0.0332	0.1344	0.0252	0.3482
9	0.2931	0.6719	0.1656	0.3206	0.3779	0.0658	0.0530	0.0628	0.0805	0.0080	0.1720
10	0.2359	0.6020	0.2323	0.3273	0.3526	0.0558	0.1689	0.0015	0.1154	0.0106	0.2514
11	0.2050	0.3603	0.2843	0.1566	0.6109	0.1077	0.0090	0.0287	0.0032	0.0015	0.3371
12	0.3463	0.0766	0.6228	0.1232	0.1500	0.0461	0.0461	0.0528	0.0167	0.0044	0.4413
13	0.6705	0.2272	0.3623	0.1107	0.3643	0.0381	0.0859	0.0572	0.1617	0.0417	0.1826
14	0.2826	0.1902	0.1508	0.5761	0.0794	0.0268	0.0164	0.0522	0.0264	0.0103	0.5185
15	0.3467	0.4123	0.1677	0.5268	0.2877	0.2623	0.0320	0.1227	0.1745	0.0451	0.2041
16	0.8452	0.2657	0.1276	0.1139	0.1582	0.0319	0.0164	0.0249	0.1115	0.0539	0.1434
17	0.7785	0.2330	0.3030	0.1490	0.0912	0.1201	0.0115	0.0617	0.0763	0.0437	0.1912
18	0.7198	0.1280	0.2859	0.2735	0.1275	0.0327	0.2855	0.0346	0.0211	0.0068	0.2085
19	0.7626	0.2093	0.0868	0.2622	0.0665	0.1537	0.1131	0.0352	0.0716	0.0627	0.2472
20	0.4683	0.3235	0.0148	0.3876	0.3446	0.4815	0.0036	0.0205	0.0281	0.0000	0.1738
21	0.6200	0.1899	0.2783	0.2261	0.0982	0.0348	0.0124	0.2683	0.0199	0.0097	0.3674
22	0.3577	0.3231	0.5380	0.1683	0.1585	0.0544	0.1850	0.2308	0.0175	0.0164	0.3337

Fonte: Elaborado pelos autores com uso do *software* Stata (2021).

Segundo Fávero e Belfiore (2017), a rotação maximiza as cargas das variáveis em determinado fator. A Tabela 6 demonstra que das 17 variáveis para analisar a percepção dos gestores empresariais quanto ao meio tecnológico na prestação dos serviços contábeis, foram condensados 10 fatores que agrupam todas as variáveis explicativas.

Para a agrupação dessas variáveis, de acordo com Nunes *et al.*, (2020) quanto mais próximo de 1, que é o valor máximo por variável, mais esse tópico reflete a percepção desse fator geral. Realizando a análise das cargas das variáveis em cada fator, é possível rotular em 10 (dez) fatores, conforme disposto na Tabela 8:

Tabela 8 - Rótulo dos 10 fatores

Fatores	Construtores
Fator 1	Confiabilidade e segurança dos serviços com o uso da tecnologia
Fator 2	Agilidade e aprimoramento devido ao meio tecnológico
Fator 3	Integração proporcionada pela tecnologia
Fator 4	Tempo economizado com a tecnologia
Fator 5	Comunicação rápida proporcionada pela tecnologia
Fator 6	A tecnologia proporciona maior resolução de imprevistos
Fator 7	Crescimento da empresa com uso da tecnologia
Fator 8	A tecnologia é responsável pelo aumento do marketing da empresa
Fator 9	Processo mais efetivo através das ferramentas tecnológicas
Fator 10	A tecnologia presente nos diferenciais competitivos

Fonte: Elaborado pelos autores com uso do *software* Stata (2021).

No fator 1, algumas das variáveis com as maiores cargas são: “as ferramentas tecnológicas proporcionam um atendimento com mais praticidade e agilidade”, “as ferramentas tecnológicas proporcionaram segurança na execução dos serviços”, “as inovações proporcionam uma maior confiabilidade nos serviços recebidos”. Essas variáveis enfatizam a confiabilidade e a segurança proporcionadas aos serviços contábeis através do aparato tecnológico.

No fator 2, composto pelas variáveis “as ferramentas tecnológicas proporcionaram agilidade na execução dos serviços”, “as ferramentas tecnológicas facilitam o trabalho dos profissionais contábeis”, “as ferramentas tecnológicas aprimoram e atualizam as oportunidades para atuação no mercado de trabalho”, “os *softwares* e programas proporcionam uma maior qualidade nos serviços prestados” e “a implantação de tecnologias modernas aprimora os serviços ofertados”, corroboram para a agilidade e aprimoramento dos serviços contábeis devido ao meio tecnológico.

O fator 3, composto pela variável “a tecnologia é responsável por uma comunicação frequente entre o cliente e o escritório”, aponta a integração e comunicação

entre o escritório e o cliente para a resolução das suas demandas. O fator 4 tem como variável “a transmissão em tempo hábil das obrigações acessórias é decorrente do meio tecnológico”, que destaca o tempo economizado devido ao uso da tecnologia.

Os fatores 5 e 6, compostos pelas variáveis, respectivamente, “as ferramentas tecnológicas proporcionaram uma comunicação rápida e instantânea” e “as ferramentas tecnológicas são aliadas na execução de serviços e obrigações inesperadas”, explicam a comunicação rápida proporcionada pela tecnologia e a tecnologia como aliada para a resolução de imprevistos nos serviços ofertados pelos escritórios.

No fator 7, a variável com maior carga de autovalor, “a tecnologia contribui para o crescimento da empresa de contabilidade, atraindo mais espaço e clientes”, ressalta sobre como a tecnologia impacta no crescimento da empresa. O fator 8, que detém da variável “a tecnologia impacta na imagem, integridade e a confiabilidade da empresa de contabilidade”, realça o marketing proporcionado pelo meio tecnológico, gerando assim divulgação das empresas.

Já o fator 9, composto pela variável “a transmissão das informações através das ferramentas tecnológicas torna o processo mais efetivo”, salienta a efetividade proporcionada pelas ferramentas tecnológicas.

E por último, o fator 10, com a variável “a tecnologia proporciona aos profissionais diferenciais competitivos”, evidencia como a tecnologia é uma aliada para a conquista dos diferenciais competitivos no mercado atual para assim contribuir para o crescimento e conquista de mais clientes para a empresa.

5 Considerações Finais

O objetivo deste estudo foi analisar a percepção dos gestores empresariais sobre os efeitos da tecnologia na prestação dos serviços profissionais de contabilidade, tendo em vista o atual cenário tecnológico vivenciado que sofre atualizações e modernizações constantemente.

Os resultados obtidos indicaram que 10 fatores impactam nos serviços contábeis considerando o ambiente tecnológico na percepção dos gestores empresariais; são eles: a confiabilidade e a segurança; a agilidade e aprimoramento; a integração proporcionada; o tempo economizado; a comunicação instantânea; a resolução de imprevistos; o crescimento da empresa; o marketing; a efetividade das atividades e os diferenciais competitivos que

são diretamente impactados pelo meio tecnológico em relação aos serviços contábeis ofertados.

Em seguida, foi explanado sobre a qualidade e a satisfação dos serviços contábeis recebidos pelos gestores empresariais, em que 64% dos respondentes concordaram que os serviços contábeis ofertados são de qualidade e 65% acreditam estar satisfeitos com esses serviços. Isso leva a avaliar que os serviços contábeis atuais estão satisfazendo os clientes, e que um meio para aumentar essa satisfação é investir nas ferramentas tecnológicas que impactam significativamente na qualidade desses serviços.

Através dessa pesquisa foi possível identificar que a aceleração é inevitável ao se tratar da tecnologia, contudo deve-se tentar acompanhar essas transformações, desse modo os serviços contábeis podem ser diferenciados e competitivos para o mercado atual. Foi possível realizar essa constatação por meio dos 10 fatores expostos sobre o impacto da tecnologia nos serviços contábeis. Com isso, sugere-se e orienta-se que os profissionais contábeis invistam mais ainda na agregação de ferramentas tecnológicas em seus serviços e assim obtenham mais espaço no mercado e maior satisfação dos seus clientes.

Visto que esses 10 fatores têm em comum o meio tecnológico nos serviços ofertados, conforme aponta o estudo de Silva *et al.* (2020) essa tecnologia aumenta a confiabilidade com o serviço ofertado pelo profissional.

Acredita-se que esse estudo pode contribuir para as discussões sobre o tema no âmbito acadêmico, bem como para orientar os profissionais de contabilidade para que direcionem seus recursos no desenvolvimento e no uso das ferramentas tecnológicas para agregarem uma maior qualidade nos seus serviços e assim satisfazerem em um grau maior os seus clientes.

No tocante a limitações desta pesquisa, destaca-se o fato de ser direcionada à cidade de Petrolina-PE, e ter partido de uma amostragem não probabilística e por acessibilidade, restringindo a abrangência das conclusões apresentadas.

Como sugestão para novas pesquisas, sugere-se ampliar a pesquisa em outras regiões ou em nível nacional, como também aplicar em outros serviços especializados, como de consultoria contábil, auditoria, planejamento tributário, dentre outros ligados ao ramo da contabilidade.

Referências

ALMEIDA, J. E. F. Revolução tecnológica no mundo dos negócios e algumas oportunidades e desafios na área contábil. **Revista de Contabilidade e Organizações**, v. 14, n. 165516, p. 1-12, 2020.

ANDRADE, C. B. H.; MEHLECKE, Q. T. C. As Inovações Tecnológicas e a Contabilidade Digital: Um Estudo de Caso sobre a Aceitação da Contabilidade Digital no Processo de Geração de Informação Contábil em um Escritório Contábil do Vale do Paranhana/RS. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 1, p. 93-122, 2020.

CARMONA, L. J. D. M.; SILVA, T. B. J.; GOMES, G. Cultura organizacional, inovação e desempenho em escritórios de contabilidade brasileiros. **Revista Contabilidade Vista**, v. 29, n. 3, p. 121-145, 2018.

CARVALHO, J. R. M.; TOMAZ, F. A. S. Qualidade em Serviços Contábeis: Um estudo nas empresas do setor de comércio varejista de material de construção. **Revista Alcance - Eletrônica**, v. 18, n. 2, p. 91-103, 2010.

DIAS FILHO, F. F., SANTOS, V. A percepção dos profissionais contábeis de Belo Horizonte sobre a utilidade do marketing de serviços para os escritórios de contabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 14, n. 51, p. 16-23, 2013.

ECKERT, A. *et al.* Fatores determinantes para a retenção de clientes em escritórios de contabilidade: um estudo multicaso realizado em uma cidade da Serra Gaúcha. **Revista Eletrônica de Estratégia & Negócios**, v. 6, n. 3, p. 1-29, 2013.

FARIA, A. C.; ALMEIDA, L. B. Alavancando e sustentando a vantagem competitiva dos profissionais de contabilidade. **ConTexto** (Porto Alegre), v. 4, n. 7, p. 1-7, 2004.

FÁVERO, L. P.; BELFIORE, P. Manual de análise de dados. 1. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2017.

FILHO, F. F. D.; SANTOS, V. A percepção dos profissionais contábeis de Belo Horizonte sobre a utilidade do marketing de serviços para os escritórios de contabilidade. **Revista Mineira de Contabilidade**, v. 14, n. 51, p. 16-23, 2013.

FILIPIN, R. *et al.* Impactos e benefícios da implantação do EFD social para os profissionais de escritórios de contabilidade. **Revista Gestão e Planejamento**, v. 17, n. 2, p. 367-382, 2016.

MACIEL, A. R.; MARTINS, V. A. Percepção da qualidade em Serviços Contábeis: Estudo de caso em um Escritório Contábil em Foz do Iguaçu/PR. **Revista Evidenciação Contábil & Finanças**, v. 6, n. 2, p. 95-113, 2018.

MARION, J. C. **Contabilidade Básica**. 8. ed. São Paulo: Atlas S.A., 2009.

NEGRÃO, C. G. N.; PERIN, S.; BORGES, F. Q. Padrão estratégico e competitividade organizacional. **Revista Observatorio de las Ciencias Sociales en Iberoamérica**, v. 1, n. 6, p. 1-16, 2021.

NUNES, V. G. *et al.* A Percepção dos Acadêmicos de Ciências Contábeis da AEVSF/FACAPE Quanto a Relevância do Estudo da Contabilidade Ambiental para sua Formação Profissional. *In: XXII ENGEMA. Anais...* p. 1-17, 2020.

OLIVEIRA, W. F. M.; EL-AOUAR, W. A.; NÓBREGA, K. C. A elaboração de cenários estratégicos como vantagem competitiva. **Revista Raunp**, p. 41-58, 2017.

PÉREZ-GRAU, S. L. Perspectiva tecnológica de la práctica contable. Ontología y episteme de la contabilidad de gestión. **Entramado**, v. 15, n. 2, p. 120-128, 2019.

PONTES, T. T. S.; GENUÍNO, S. L. V. P. Desenvolvimento econômico e capacidade de inovação tecnológica no brasil: uma análise com dados em painel. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 7, n. 1, p. 138-158, 2019.

REIS, L. E. M. Qualidade na Prestação de Serviço e a Satisfação dos Clientes de Escritórios de Contabilidade. *In: EnANPAD*, 2018. **Anais...** v. 1488, p. 1-17, 2018.

SANTOS, E. K.; KONZEN, J. A percepção dos Escritórios de contabilidade do Vale do Paranhana/RS e de São Francisco de Paula/RS sobre a Contabilidade Digital. **Revista Eletrônica de Ciências Contábeis**, v. 9, n. 2, p. 101-130, 2020.

SANTOS, P. V. S. A introdução de tecnologias a favor da eficiência em operações logísticas: um estudo de caso no setor de serviços. Navus - **Revista de Gestão e Tecnologia**, v. 9, n. 3, p. 55-68, 2019.

SHIGUNOV, T. R. Z.; SHIGUNOV, A. R. A qualidade dos serviços Contábeis como ferramenta de gestão para os Escritórios de Contabilidade. **Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)**, v. 2, n. 1, p. 1-23, 2003.

SILVA, G. O. *et al.* O impacto da tecnologia na profissão contábil sob perspectivas de pessoas com formação e/ou experiência profissional na área. **Revista Contribuciones a las Ciencias Sociales**, p. 1-23, 2020.

SILVA, T. F. DA *et al.* Determinantes da Qualidade e da Satisfação nos Serviços Contábeis: Um estudo sobre a percepção dos empresários e gestores empresariais da atividade comercial do polo Petrolina-PE e Juazeiro-BA. **Revista de Gestão e Contabilidade da UFPI**, v. 5, n. 1, p. 100-115, 2018.

STAATS, C.; MACEDO, F. As Inovações Tecnológicas e a Contabilidade Digital: Um Estudo de Caso sobre a Aceitação da Contabilidade Digital no Processo de Geração de Informação Contábil em um Escritório Contábil de Joinville/SC. **Revista Controladoria e Gestão**, v. 2, n. 1, p. 348-369, 2021.

TURRA, E. B.; MIORANZA, C.; COLTRE, S. M. A inovação como vantagem competitiva: estudo de caso em uma pequena empresa. **Revista Brasileira de Gestão e Inovação**, v. 5, n. 1, p. 1-22, 2017.

ZWIRTES, A.; ALVES, T. W. Os impactos causados pela inovação tecnológica em escritórios de contabilidade do Rio Grande Do Sul: uma análise fatorial. **Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade**, v. 8, n. 1, p. 39-53, 2014.



Fenomenologia da Vida e Orixalidade: aspectos ontológicos do pensamento de matriz Yorùbá

Arthur de Oliveira Machado¹

Resumo: O desenvolvimento da tese central deste artigo, suas considerações ontológicas orientadas pela Fenomenologia da Vida, exige uma dupla tarefa. A tarefa de apresentar (1) a hipótese do privilégio pré-ontológico presente na interpretação da existência humana veiculada pelas narrativas dos grupos etnolinguísticos Yorùbá. Neste caso, aqueles fundamentam as práticas religiosas afrodiáspóricas brasileiras de culto de Orixá. Além desta etapa, a consideração comparativa, cuja finalidade é a de exibir o pressuposto privilegiado como tal (quer dizer: em relação a qual narrativa é possível determinar haver um privilégio), requer a (2) exposição da crítica ao denominado *monismo ontológico*, como desenvolvida pelo fenomenólogo Michel Henry (1922 - 2002). Como procedimento preparatório às teses centrais e à conclusão, uma explicitação de natureza metateórica deverá integrar-se ao texto: a justificativa da pertinência e da articulação conceitual, bem como da orientação desta investigação desde uma ontologia fenomenológica. Por fim, este trabalho concluirá que, diferente da filosofia ocidental clássica, a expressão narrativo-cultural e a interpretação existencial preservada na experiência religiosa de culto de Orixá guarda em suas práticas aspectos aléticos fundamentais da natureza fenomenológica da Vida Subjetiva.

Palavras-chave: Fenomenologia da Vida; culto de Orixá; Yorùbá; Michel Henry.

Phenomenology of Life and Orixality: ontological aspects of Yorùbá thinking

Abstract: The development of the central thesis of this article, its ontological considerations guided by the Phenomenology of Life, demands a dual task. The task of presenting (1) the hypothesis of the pre-ontological privilege present in the interpretation of human existence conveyed by the narratives of the Yorùbá ethnolinguistic groups. In this case, these narratives underpin the Brazilian Afro-diasporic religious practices of Orixá worship. In addition to this stage, the comparative consideration, whose purpose is to display the privileged assumption as such (meaning: in relation to which narrative it is possible to determine there is a privilege), requires the (2) exposition of the critique of so-called ontological monism, as developed by the phenomenologist Michel Henry (1922 - 2002). As a preparatory procedure for the central theses and conclusion, an explanation of a metatheoretical nature should be integrated into the text: the justification of the relevance and conceptual articulation, as well as the orientation of this investigation from a phenomenological ontology. Finally, this work will conclude that, unlike classical Western philosophy, the narrative-cultural expression and existential interpretation preserved in the religious experience of Orixá worship retains in its practices fundamental alethic aspects of the phenomenological nature of Subjective Life.

Keywords: Phenomenology of Life; Orixá worship; Yorùbá; Michel Henry.

Fenomenología de la Vida y Orixalidad: aspectos ontológicos del pensamiento Yorùbá

Resumen: El desarrollo de la tesis central de este artículo, sus consideraciones ontológicas guiadas por la Fenomenología de la Vida, requiere una doble tarea. La tarea de presentar (1) la hipótesis del privilegio preontológico presente en la interpretación de la existencia humana transmitida por las narrativas de los grupos etnolinguísticos

¹ Doutorando (UFSM). Professor (UFSM). E-mail: arthurmchado@gmail.com.

Yorùbá. En este caso, éstas subyacen a las prácticas religiosas afrodiáspóricas brasileñas de adoración a Orixá. Además de esta etapa, la consideración comparada, cuyo propósito es mostrar el supuesto privilegiado como tal (es decir: en relación a qué narrativa es posible determinar que hay un privilegio), requiere de la (2) exposición de la crítica del llamado monismo ontológico, tal como lo desarrolló el fenomenólogo Michel Henry (1922 - 2002). Como procedimiento preparatorio de las tesis centrales y de la conclusión, se debe integrar al texto una explicación de carácter metateórico: la justificación de relevancia y articulación conceptual, así como la orientación de esta investigación desde una ontología fenomenológica. Finalmente, este trabajo concluirá que, a diferencia de la filosofía occidental clásica, la expresión narrativa-cultural y la interpretación existencial preservada en la experiencia religiosa del culto a Orixá mantiene en sus prácticas aspectos aléticos fundamentales de la naturaleza fenomenológica de la Vida Subjetiva.

Palabras clave: Fenomenología de la Vida; culto a Orixá; Yorùbá; Michel Henry.

1 Introdução

Os cultos religiosos fundados a partir da narrativa cosmológica Yorùbá, que culminam nas mais variadas expressões culturais afrodiáspóricas, carregam consigo uma compreensão privilegiada de aspectos da existência humana e, não obstante, da *verdade do ser* em geral. Dessa forma, o culto de Orixá – dentre outras expressões culturais, artísticas e religiosas² –, como fundamentado sobre as expressões culturais supracitadas, preserva o modo de manifestação e revelação conforme a natureza da *vida subjetiva*, como será visto.

A tese apresentada acima não depende apenas da simples tematização: exibindo os elementos narrativos da cultura assinalada e seu antagonismo metateórico para com aqueles outros elementos da tradição ocidental grega e cristianizada a partir do helenismo. Assim, ficam entrevistas duas considerações de natureza metateórica. A primeira diz respeito à natureza dessa reflexão: desde a ontologia fenomenológica; a segunda, orientada por uma chave pertencente a esta corrente de pensamento, expõe o modo sobre o qual as determinações histórico-filosóficas ocidentais clássicas se erguem, a saber: a partir da unilateralidade da razão objetivista em detrimento do que é considerado historicamente como *patológico*³. Essas considerações de base, sem as quais se torna mais difícil

² Assinalo aqui o caráter irrestrito dessa defesa. As análises e as defesas a seguir dizem respeito a uma, dentre outras tantas expressões, da adequada manifestação da vida subjetiva; isto é, que não esteja comprometida com o monismo ontológico em sua base. Assim, o pensamento afrodiáspórico que devemos colocar em discussão é uma das formas possíveis de expressões religiosas, artísticas e de pensamento.

³ *Patológico*, que não se refere à doença, mas sim àquilo que se opõe ao “prático”; refere-se, desde a Crítica da Razão Pura, ao que é afetado por causas sensíveis, que não pertence à “[...] a independência da vontade em relação à coerção causada pelos impulsos da sensibilidade. Uma vontade é sensível na medida em que é afetada patologicamente (por causas sensíveis)” (Cf. Kant, 2001, p. 470. KRV, p. 562). No original: “[...] die Unabhängigkeit der Willkür von der Nötigung durch Antriebe der Sinnlichkeit. Denn eine Willkür ist sinnlich, sofern sie pathologisch (durch Bewursachen der Sinnlichkeit)”.

fundamentar a tese principal deste trabalho, constituem o núcleo do pensamento desenvolvido por Michel Henry (1922-2002) e sua pretensão de oposição a alguns aspectos da fenomenologia e da metafísica na história do ocidente⁴.

A crítica ao objetivismo busca evidenciar a presença de determinações desta ordem como pressuposto ontológico das compreensões e dos conceitos filosóficos clássicos. Assinalamos, contudo, que a fragilidade conceitual não é encontrada no saber da ciência racional, universalmente válido e reconhecido por todos que tem por sua base uma orientação objetivista. Neste saber, os pressupostos encontram-se mais bem acabados. O prejudicial, aponta a crítica, é que este saber e a natureza metateórica desse saber torne-se um fundamento universal da verdade em geral. Dessa forma, mesmo nas interpretações consideradas relativistas e particulares – e por isso mesmo comumente classificadas como subjetivistas –, um traço essencial daquela configuração epistemológica se faz presente. A saber, é a consideração da natureza substancial da experiência que é mediada por uma chave interpretativa objetivista essencialmente indexical e/ou mensurável. Isto significa que toda experiência de algo é tida como a fenomenalização mediada por uma opacidade ou distância: seja de um objeto frente ao sujeito, de um objeto intencional presente à consciência ou de um ente dotado de sentido que é compreendido no mundo. Em suma, é num “pôr à distância” que surge a “visibilidade” de tudo que é suscetível de se tornar visível. Esse “pôr à distância” que faz algo se tornar visível é por excelência uma forma de objetificação – *Ob-jeto* como aquilo que é “posto diante de”.

Ora, mas a crítica henryana, por mais impiedosa que seja, não busca encurtar essa distância substituindo por completo essas determinações metateóricas nos saberes em geral. Ou seja, o filósofo não rejeita a condição indexical⁵ apresentada no que se fenomenaliza na experiência humana. O que ocorre é que busca reconhecer um outro registro que, dentre várias caracterizações: (1) é um modo de fenomenalização que antecipa a condição indexical da experiência humana, por isso mais fundamental àquela;

⁴ Michel Henry, que embora seja um continuador radical do pensamento de Edmund Husserl e Martin Heidegger, dois exemplares do pensamento ocidental contemporâneo, ao fim de sua obra pontua que a orientação objetivista arraigada nas bases da filosofia até a contemporaneidade é um pressuposto grego. Ou ainda, aquilo que em suas obras de juventude classificou como o *monismo ontológico* do pensamento ocidental, posteriormente, em suas obras tardias, é anunciado como derivado do modo de *Logos Grego*. Em Encarnação (Cf. Em nota de rodapé: Henry, 2014, p. 35), define a obra de Emmanuel Levinas, e seu envolvimento metodológico com o judaísmo, como um pensamento renovado em relação à “fenomenologia histórica”.

⁵ Por condição indexical chamamos toda experiência de um ato intencional, a relação com algo enquanto algo, com um ente qualificado. Mesmo que pré-judicamento e não proposicional. E, em alguns casos, se intencional, na experiência pré-reflexiva.

(2) ao contrário da condição fenomenológica de “visibilidade”, é essencialmente “invisível”, ou seja, começa e termina com o que experimenta⁶ e se funde no experimentado, sem distância ou relatividade; por essa condição, (3) é uma verdade indubitável, assim como o *ver* é originariamente verdadeiro em detrimento do que nele é *visto*, o objeto que pode ser falsificado; e por fim, constitui (4) a matéria da subjetividade em sua concepção originária. Para ser resumido, a realidade da experiência indexical depende de uma instância fenomenológica mais fundamental, que é a experiência sensível dos conteúdos impressionais, uma experiência que precede qualquer ato intencional por natureza. Em linguagem fenomenológica: a fenomenalização da fenomenalidade é invisível e sua qualidade fenomênica é de autoafecção da afetividade.

Baseado nesse resgate, da crítica ao denominado monismo ontológico e seu enraizamento epistemológico nas variadas correntes de pensamento, é que se torna possível sustentar a tese central deste estudo. E ainda mais, não só averiguar o privilégio pré-ontológico nas manifestações culturais e narrativas supracitadas, bem como, tomando um exemplo da filosofia moderna, verificar a interpretação motivada por essas razões de natureza metateórica, além do racismo indiscutivelmente presente. A partir dessa reconstrução e do possível uso da teoria henryana, com sua crítica ao *monismo ontológico* é possível concluir as fases preliminares à temática.

Por fim, a etapa final do presente estudo, que toma como base a exposição reconstrutiva anterior, busca erigir uma hipótese ainda inédita na literatura da Fenomenologia da Cultura e da Religião⁷. Uma longa seção de justificativa deve preceder às teses do trabalho.

2 O que ainda pode uma Fenomenologia e por quê?

Duas perguntas abrem a discussão aqui presente. Por que uma ontologia fenomenológica, uma disciplina europeia, é que deve dar legitimidade ao conteúdo manifesto nas expressões culturais supracitadas? O uso do aparato conceitual e

⁶ Cf. Henry, 2014, p. 13.

⁷ Como pares, é necessário pontuar os esforços de Lima (2020) em realizar uma fenomenologia do corpo, orientada pelo pensamento de François Dagognet, em diálogo com a concepção corporal dos grupos etnolinguísticos Yorùbá. Além disso, a leitura de Heidegger presente em conjunto com a filosofia Nagô é um célebre marco realizada por Sodré (2017). Há algumas aproxima es da Quadratura heideggeriana aos fundamentos dos It s do candomblé. Por fim, é interessante ressaltar, não tanto na área da fenomenologia da religião e da cultura, que Beauvoir (Cf. 2009, p. 383-386) dedica algumas reflexões às cerim nias e   cultura candomblé que visitou em sua vinda ao Brasil (e que registra em um volume da trilogia de suas memórias).

metodológico da fenomenologia henryana não é uma contradição quase performativa do enunciado que sustenta a tese deste trabalho? Dentro dessas duas questões, outros esclarecimentos devem ser feitos.

Com relação ao primeiro questionamento, nele há duas perguntas. Primeiramente, parece haver uma pedra angular que deve ser colocada: por que uma onto-fenomenologia? Ora, apesar de estar situada em um contexto discursivo próprio, de larga tradição, especialmente no que se refere a sua transformação em ontologia, e isso significa afirmar um quadro conceitual bastante particular, a pretensão da fenomenologia é mais geral que qualquer ambição metafísica. A primeira justificativa quanto ao seu uso deriva da natureza transcendental e transcultural dessa disciplina e de seus resultados. Enquanto uma disciplina que busca tematizar a experiência humana, e em um tipo de descrição fiel, a fenomenologia é o esforço de interpretar os fenômenos e o modo como eles se dão.

Ao adotar a atitude fenomenológica, tematizamos a dação dos objetos. Entretanto, não visamos o objeto precisamente como eles se dão. Visamos as estruturas das respectivas experiências do objeto, e assim adquirimos clareza de nossas operações subjetivas, e da intencionalidade que está em jogo para que os objetos apareçam com tais. Quando investigamos o aparecer dos objetos, também descobrimos nós mesmos como aqueles a quem os objetos aparecem. O ponto da análise fenomenológica não é um sujeito sem mundo. A fenomenologia não ignora o mundo em proveito da consciência. Portanto, a fenomenologia tem interesse na consciência porque ela é reveladora-de-mundo. Isto significa compreender como o mundo pode aparecer da forma que o faz, e qual validade e significado ele possui. A fenomenologia investiga o ato revelador da consciência intencional. Em vez de se dedicar a uma exploração limitada ao domínio psicológico, toma uma investigação minuciosa da intencionalidade preparando o terreno à compreensão adequada da realidade e da objetividade (Zahavi, 2019, p. 27, tradução nossa⁸).

De muitas formas e com suas particularidades próprias, o esforço fenomenológico em sua generalidade pode ser compreendido a partir dessa direção. Sua pretensão fundamental é a de descrição da experiência com a coisa mesma visada, de tematizar relações com os entes enquanto tais e interpretar as estruturas dessa relação: “[...] consiste

⁸ Do original: “By adopting the phenomenological attitude, we thematise the givenness of objects. But we do not simply focus on the objects precisely as they are given; we also focus on the structure of the respective object experience, thereby becoming aware of our subjective accomplishments and of the intentionality that is at play in order for the objects to appear as they do. When we investigate appearing objects, we also disclose ourselves as those to whom objects appear. The topic of phenomenological analyses is, consequently, not a worldless subject, and phenomenology does not ignore the world in favour of consciousness. Rather, phenomenology is interested in consciousness because it is world-disclosing. It is in order to understand how the world can appear in the way it does, and with the validity and meaning it has, that phenomenology comes to investigate the disclosing performance of intentional consciousness. Rather than merely amounting to a limited exploration of the psychological domain, an in-depth investigation of intentionality is taken to pave the way for a proper understanding of reality and objectivity”.

descobri-los tal *como* se dão, em sua doação mesma” (Henry, 2009, p. 55). Em suma, o modo com o qual a fenomenologia se desfaz de grande parte dos prejuízos metafísicos é porque não se compromete com as abstrações envolvidas, mas adota uma atitude de se “reconectar” à riqueza da cotidianidade diária. “É importante ressaltar que a fenomenologia está primariamente interessada no ‘como’ antes do ‘quê’ dos objetos” (Zahavi, 2019, p. 9). Isto significa que o interesse não na natureza do objeto, em suas substâncias componentes, mas na experiência e nas estruturas determinantes na constituição da significatividade do que é experienciado.

Justamente porque a fenomenologia prioriza a experiência significativa humana e suas estruturas mais fundamentais, esse traço é entendido como um comprometimento da reflexão com a antropologia⁹. No entanto, a fenomenologia resgata a vida cotidiana do paradigma do sujeito-objeto e da filosofia da consciência e, elaborando uma sofisticada atualização da ontologia, põe a experiência humana e sua qualidade no centro dos problemas filosóficos acerca da questão do ser. Não se trata de antropologia, mas de determinar a fenomenalidade e as estruturas essenciais a ela como responsáveis pela individuação de um objeto dotado de significado. A disciplina da fenomenologia pode determinar como a realidade se constitui enquanto tal, salvando assim o problema do sentido do ser das incompreensões herdadas da tradição.

2.1 Uma fenomenologia da Vida e do invisível

Na teoria e investigação desenvolvida por Michel Henry, os interesses primeiros da fenomenologia, o “*como*” do seu objeto e as estruturas da experiência, são radicalizados e os limites do questionamento são levados, conforme vimos, a recolocar questões sobre o ser. Ainda que continuem sendo aqueles princípios os que guiam a tarefa da fenomenologia, para Henry não basta tematizar somente os domínios da experiência que descobrem um ente. Repetindo o princípio anteriormente citado, o filósofo defende que “O objeto da fenomenologia, o objeto no *Como*, no *Como* de sua doação. O objeto da fenomenologia é o *como* enquanto tal” (Henry, 2009, p. 55, grifo do autor). Contudo, este “*como*” deverá ser compreendido em seu estatuto radical: o objeto da fenomenologia henryana é o “como enquanto tal”, isto é, a fenomenalidade em geral. Mais exatamente, o

⁹ Importante mencionar que uma das direções de recepção de Ser e Tempo se ocupou de caracterizá-lo como antropologismo. E o próprio Heidegger chega a advertir contra as leituras antropologistas de sua obra.

modo original segundo o qual se fenomenaliza toda fenomenalidade. Ora, se a fenomenalidade é decorrente das estruturas intencionais, o que entra em questão é se perguntar acerca daquilo que sustenta fenomenologicamente a própria intencionalidade, isto é, seu fundamento. Porém, se a intencionalidade é o que revela tudo, o que revela a intencionalidade, sua essência, não é intencional. Esta última concepção é aquela sobre a qual se baseia a Fenomenologia da Vida.

A Fenomenologia da Vida é uma ontologia fenomenológica porque, segundo ela, é a partir da intencionalidade e suas qualidades de atribuição categorial que os objetos podem ser compreendidos. Com isso, o ser dos entes não é aglutinado à simples subsistência deles, mas se torna condição de inteligibilidade pressuposta em todo comportamento intencional para com um ente compreendido. E mais radicalmente – e esse é seu traço distintivo –, em um nível mais alinhado à proposta de Henry: a sustentação fundamental da realidade significativa (isto é, o ser-do-mundo) *aparece, se fenomenaliza*, de maneira não intencional através das dinâmicas afetivas que preenchem a base da relação com os objetos intencionais e com a conjuntura significativa (mundo). Em outras palavras, o aparecer afetivo primordial, a fenomenalização com tal, identifica-se ao ser e precede ao mundo.

Com isso, voltamos à segunda problemática com que abrimos esta seção. O uso do aparato conceitual e metodológico da fenomenologia henryana, uma teoria francesa, não é uma contradição quase performativa do enunciado que sustenta a tese deste trabalho e sua pretensão decolonial? Como a fenomenologia não se compromete com pressupostos metafísicos ocidentais? Se sim, prejudicaria toda possibilidade de abordar um pensamento alheio à tradição.

2.2 Entre uma antropologia e a destruição fenomenológica

A fenomenologia, ainda que comprometida com a estrutura intencional da consciência ou ainda, mais fundamentalmente, com os comportamentos intencionais e compreensivos do existente humano, de alguma forma não rejeita a tradição. Assim, a pretensão das teses a seguir não se identifica ao esforço de filósofos e filósofas decoloniais, se decolonialidade exige uma espécie de rejeição e iconoclastia teórica da tradição. A orientação fenomenológica opta pelo contrário. E isso de uma maneira cautelosa. A saber, justamente por herdarmos fundamentalmente a narrativa metafísica cristã, ocidental e

européia, é essa tradição que deve nivelar os conceitos legados, inclusive no exercício de negá-los em rejeição. Neste último exemplo, o aparato conceitual auto-evidente, mesmo enquanto criticado e negado, é produto de uma forma de herdar a tradição na via negativa. Os problemas filosóficos, portanto, não conseguem obter resultados e respostas sólidas na negação crítica que pretende saltar fora da tradição. Se o existente humano, o ente que nós mesmo somos, nasce e cresce no interior de uma interpretação de si mesmo herdada da tradição, sua destruição inicia ao assumir o que nela há de verdadeiro. Com fenomenologia, significa afirmar a verdade naquilo que se revela tal como é na experiência vivida. Uma pergunta permanece aberta: do quão longe pode ir a fenomenologia em sua tarefa de *destruição*¹⁰ dos diversos preconceitos filosóficos da tradição.

No tocante à proposta de nosso trabalho, sobre a utilização de pensamentos ocidentais em comunhão com aqueles alheios à tradição, dada a familiaridade das propostas (Cf. Lima, 2020), recorreremos a um esclarecimento que o autor faz.

Neste caso, vale ressaltar que se podemos utilizar as concepções ocidentais para explicar os universos africanos, devemos refletir que tais empréstimos não passam de aproximações conceituais ou leituras do pensamento ocidental quando se propõe compreender a ideia sobre o corpo neste contexto Yorubano (Lima, 2020, p. 2).

Ainda que seja uma solução válida e considerável, há algumas diferenças. Compartilhamos da aplicação emprestada e aproximação conceitual. Entretanto, a noção de aproximação conceitual só é plenamente válida na situação de duas orientações de pensamento distintas. É razoável que em primeira instância é o que se apresenta. Entretanto, se fenomenologia considera simplesmente o “*como enquanto tal*” da experiência humana em sua raiz, não só os grandes preconceitos da metafísica moderna são filosoficamente destruídos. A fenomenologia vai poder implodir os problemas clássicos da metafísica na raiz das perguntas e reduzir às coisas mesmas os distintos modos de interpretação.

3 O monismo Ontológico: o resultado de uma razão objetivante na compreensão da existência humana

¹⁰ Cf. Ramos, 2000, p. 150-151: “Destruição terá o sentido de reapropriação dos conceitos ontológicos fundamentais, mas que estará voltada para a apresentação das fontes onde tais conceitos foram genuinamente apresentados.”

Conforme já apresentado brevemente na introdução, o que Michel Henry entende como *monismo ontológico* não se refere a uma determinação da natureza da relação substancial de uma realidade específica. Diferente do significado atribuído pela metafísica moderna, onde a discussão é desenvolvida no contexto filosófico do círculo cartesiano, monismo não diz respeito à natureza da realidade e às substâncias que supostamente compõem essa realidade – seja a realidade e constituição metafísica do mundo ou a realidade do existente humano –, como significou naquele contexto metafísico.

Pelo termo “ontológico” aqui empregado, não se pretende delimitar a investigação sobre a realidade em seu sentido metafísico (mundo exterior, coisa em si, etc.). A teoria henryana ao adotar esse conceito em sua crítica à tradição, reconduz à reflexão elaborada por Heidegger. A tese já nos é conhecida: a análise filosófica se mantém orientada por elementos da tradição, dependente de considerações fundamentais indeterminadas e regidas por princípios que são consolidados na sistemática um “amontoado de peças soltas formando um edifício”. Se Heidegger se preocupava com pressupostos indeterminados na resposta à pergunta pelo sentido-do-ser, que se consolida em preconceitos ontológicos¹¹ que oblitera a profundidade da questão e igualmente se cristaliza nos pressupostos científicos, Henry está muito mais preocupado com as determinações do pensamento ocidental que produzem uma metodologia objetivista de investigação¹². “Tais pressupostos regem, desde sua origem na Grécia, o desenvolvimento do pensamento ocidental; indicar a única direção de busca e localização na qual algo pode ser exibido” (Henry, 2015, p. 87).

O pensamento ocidental que se compromete desde o início da investigação com um objetivismo de base, em detrimento da razão objetiva, abandona à esfera do sensível um importante elemento constituinte da realidade humana. Portanto, o Monismo Ontológico se refere à unilateralidade da razão sobre a sensibilidade na busca pelo fundamento da manifestação do real, do que é.

3.1 A análise hegeliana de aspectos étnicoculturais africanos e o monismo ontológico

¹¹ Fazemos referência aos três preconceitos referentes ao conceito de ser. É a partir da crítica aos preconceitos que Heidegger justifica e liberta as condições para um perguntar originário e, portanto, uma reformulação na pergunta pelo sentido do ser.

¹² E mesmo a fenomenologia e, posteriormente, sua elaboração orientada à ontologia não conseguem libertar, sob o signo do conceito de Verdade originária, sua significação primeira e mais fundamental.

Certamente Hegel é o maior representante da filosofia ocidental na idade da razão. Contudo, ao mesmo tempo que utiliza seu método de compreensão do movimento no interior de múltiplas determinações – o método dialético –, apresenta uma parcial infertilidade no seu pensamento quando toma a tarefa de pensar a cultura e a variedade da experiência religiosa e cultural¹³. Dentre alguns objetivos, pretende-se tomar o texto hegeliano apenas como um exemplar, em estado da arte, de um processo histórico de pensar o problema do ser e as condições gerais de fenomenalização a partir de uma determinada posição. Quer dizer, trata-se de assinalar o hegelianismo dentro de um amplo quadro filosófico cujo pressuposto ontológico incapacita a reflexão na tarefa de capturar o elemento mais originário de certos fenômenos, sejam ontológicos, mas consequentemente antropológicos, culturais e religiosos. Ou seja: certamente, não se trata de uma exclusividade do pensamento do velho Hegel, mas uma orientação que a história da filosofia ocidental se envolve, com algumas exceções momentâneas e acidentais, e compromete a interpretação.

Em Hegel encontramos o que seria o estado da arte de uma tradição intelectual do ocidente, evidentemente, antes das correntes da suspeita. No que diz respeito à subjetividade e à cultura, é preciso lembrar que ao desenvolver sua Filosofia do Espírito, ele trata diretamente do primeiro tema, e indiretamente do segundo, ainda na primeira seção que se chama *sobre o Espírito Subjetivo*. Ainda que ele admita, conforme a *Enciclopédia* (Cf. Hegel, 2011, p. 38), que a cultura não é considerada nessa etapa, mas a constituição de sujeitos singulares como tal. Neste contexto, a característica tripartite do sistema hegeliano compõe o espírito subjetivo em três momentos: Em-si, a alma (antropologia); Para si ou mediatizado, da consciência enquanto reflexão idêntica sobre si (Fenomenologia); e razão que se torna objetiva para si mesma, do espírito que se determina em si mesmo enquanto sujeito de si (Psicologia). Tomaremos para considerações o primeiro momento. Ali, ele desenvolve algumas reflexões valiosas, mas que não passam despercebidas as suas interpretações sobre o continente e, indiretamente, da cultura africana.

Os *negros* devem ser tomados como uma nação-de-crianças, que não saiu de sua ingenuidade desinteressada e sem interesse. São vendidos e se fazem vender, sem refletir se isso é justo ou não. Sua religião tem algo de infantil. O ser superior que eles sentem, não o fixam; atravessa sua cabeça de maneira fugidia.

¹³ Ainda que o movimento dialético, no seu uso mais contemporâneo – pensemos o pós-estruturalismo, por exemplo –, é capaz de tematizar dinâmicas de reconhecimento, da identidade e alteridade.

Transferem esse ser superior para a primeira pedra melhor que encontrarem, fazem dela seu fetiche e rejeitam esse fetiche quando não os ajudou [...] lá eles não chegam ao sentimento da personalidade do homem: lá seu espírito está totalmente dormitando, permanece submerso dentro de si, não faz nenhum progresso; e corresponde assim à massa compacta, *indiferenciada* da terra africana (Hegel, 2011, p. 58, grifos do autor).

Além do racismo evidente, característico da análise das raças como um universal antropológico da *Enciclopédia*, estas são algumas entre outras passagens que Hegel integra a “identidade africana” em seu sistema. Em uma direção parecida, mas seguindo a tese do determinismo geográfico no desenvolvimento histórico do espírito, em suas *lições*, encontramos:

Assim, pois, encontramos na África isso que se tem chamado de “estado de inocência”: da unidade do homem com Deus e com a natureza. É o estado da inocência de si. [...] O modo de ser dos africanos explica como seja tão extraordinário fácil fanatiza-los. O reino do espírito é entre eles tão pobre e o espírito tão intenso, que uma representação que se lhes inculque basta para instigá-los (Hegel, 1999, p. 282-292).

A tese da exclusão (da América do Sul, da Austrália e da África) e do determinismo geográfico na história do espírito, onde a Europa é o centro e o término do Velho mundo, são expressões de um historicismo racista e xenófobo. Mas esses últimos são juízos que, embora genuínos, mantêm-se no nível mais superficial da crítica ao pensamento hegeliano. O texto é claro em uma determinação que se repete: da infantilidade, da inocência e do atrofiamento do Espírito (ainda em unidade com a natureza) nessas culturas. O que no entendimento de Hegel é de caráter primitivo e inocente, tal como demonstrado por essas culturas, é o que não se realiza, nem se manifesta sob a forma de uma determinação objetiva, porque se veneram objetos particulares da natureza ao invés de universais (como seria o caso da religião dos Persas e a veneração da luz). Em outras palavras, são considerados elementos primitivos avaliados sob a régua de um pressuposto determinado. Ora, nada mais é que a continuação do que consideramos como a unilateralidade dos pressupostos ontológicos, um dos efeitos, no pensamento filosófico ocidental, do que Michel Henry denomina como Monismo Ontológico.

Esse pensamento unilateral engendra, entre outras consequências, a matematização do real e a exclusão quase completa da esfera afetiva e subjetiva. Em resumo, podemos dizer que a filosofia histórica ocidental, que é marcada pelo pensamento do monismo ontológico, coloca como condição do que se pode conhecer, aquilo que se expressa através

da opacidade, “[...] da divisão, da separação, oposição, [...] precisamente as condições da fenomenalidade no monismo ontológico” (Henry, 2015, p. 90). Em outras palavras, é um modo de pensar *o ser* que ignora esferas afetivas do âmbito de uma subjetividade concreta e a natureza sensível de sua matéria e fundamento.

4 O privilégio da compreensão pré-ontológica: O Invisível como elemento fundamental

Ainda que não sejam factuais todos os elementos apresentados por Hegel como constituintes da cultura geral de povos do continente africano, a afetividade, a sensibilidade e o corpo, dentro da “cosmovisão” etnolinguística Yorùbá, adquirem um estatuto diferente frente à racionalidade da narrativa greco-romana. Isto é, não se subordinando a ela. Essa característica e esses elementos são preservados na cultura afrodiaspórica concretizada no Culto de Orixás. A noção Yorùbá de pessoa, sua concepção de temporalidade, de saúde e de cura, em suma, o conjunto de práticas de culto de Orixá carregam elementos fundamentais e verdades originárias. Não se tratando somente de uma alternativa narrativa ao modo de pensar característico do mundo greco-romano, mas possuindo em sua organização cosmológica um determinado privilégio, o pensamento Yorùbá e, sobretudo, o conjunto de costumes e práticas que envolvem os cultos aos Orixás preservam como fundamento aquilo que a fenomenologia enquanto filosofia transcendental descobre muito tarde em seu próprio registro conceitual: uma subjetividade absoluta e a esfera da imanência radical de uma interioridade autoafetiva. Tais elementos ontológicos presentes nessas narrativas e práticas culturais, para serem plenamente compreendidos e interpretados de acordo com seu estatuto, de acordo com sua natureza, também “[...] exigem a superação decisiva da problemática hegeliana do fenômeno e da filosofia monista da manifestação em geral” (Henry, 2015, p. 697).

Para sustentar de modo integral essas teses, entretanto, unicamente a presença da fenomenologia não basta. Obedecendo alguns limites¹⁴, introduzo algumas noções indispensáveis.

¹⁴ Na verdade, por razões de espaço, a filosofia hegeliana encontra-se encurtada e resumida ao que é tema de nossa discussão; pelo mesmo motivo não é reconstruída aqui a crítica fenomenológica à história da filosofia. Contudo, é incontornável aos propósitos deste texto a introdução de algumas concepções ontológicas e antropológicas do pensamento e religião iorubá afrodiaspórica.

4.1 A Mitologia dos Orixás

É bastante frágil a tentativa de resumir a complexidade e variedade do pensamento afrodiaspórico em um único discurso ou pensamento, mesmo aqueles inscritos sob o signo etnolinguístico Yorùbá. Sabemos que se refere a um complexo cultural variado

[...] cujas origens remontam à Nigéria e a Benin (ex-Daomé) – que compreende nações conhecidas como Egbá, Egbádo, Ijebu, Ijexá, Ketu, Sabé, Iaba, Anagô e Eyó, incorporando traços dos Adja, Fon, Huedá, Mali, Jegum e outros conhecidos no Brasil com o nome genérico de Jeje. Em termos históricos e geográficos, essas nações provinham da Costa da Mina (área que hoje abrange Benin, Nigéria e Togo) e começaram a chegar ao Porto de Salvador, na Bahia, em ns do século XVIII, como moeda de troca africana para a aquisição de fumo produzido no recôncavo baiano. Já no século XIX, os últimos grupos chegados foram os jejes (de língua fon, também conhecidos como ewês) e os nagôs. Nagô tornou-se um nome genérico para a diversidade do complexo cultural, na verdade equivalente à palavra iorubá, designativa dos falantes desta língua, que em determinados momentos teve trânsito mais amplo na África (Sodré, 2017, p. 103).

O esforço, contudo, pode ir ao encontro de uma caracterização daqueles elementos fundamentais que constituem o pensamento “nagô” e que são conservados no Culto de Orixás (de alguma forma, representa a contiguidade compreendida na dinâmica entre *mythos* e rito).

Na constituição da antropologia Yorùbá¹⁵, é sob a ordem de Olodumaré [Odudua] que o Orixá [Òrìsà] Obàtálá se torna responsável por criar o ente que somos como um ente dentre outros. É pelo sopro de Olódùmarê que o coração respira [Èmi], que fundamenta sermos o que somos. “Olódùmarê *pôs no homem o Èmi e ele viveu. Mas Obatalá se esqueceu de fazer a cabeça*”. Conforme o Itã, Obatalá fez na lama todas as partes do corpo, mas esqueceu a cabeça. Olódùmarê, portanto, ordenou a Ajalá que completasse a obra criadora de Obàtálá. Assim, é “*Ajalá quem faz as cabeças dos homens e mulheres. Quando alguém está para nascer, vai à casa do oleiro Ajalá, o modelador das cabeças*”.

Ainda que a cabeça [orí], tenha importância primordial, é pelo Èmi que Olódùmaré dá vida ao ente que nós somos. Èmi, contudo, não pode ser traduzido como coração, nem como alma; além disso, não se trata de uma substância porque, inclusive, é possível fazer uma aproximação conceitual com o termo “respiração”. Para precisar, vejamos a explicação de Sodré (2017, p. 37):

¹⁵ “Ajalá modela a cabeça do homem” (Prandi, 2001, p. 470-471). A versão original deste Itã pode ser encontrada em: Abimbola, 1975, p. 32-33 e 125-132.

Vale referir-se ao que os nagôs chamam de *èmi*, termo de tradução ambígua porque oscila entre “alma” (de influência cristã) e “coração”, mas não o coração físico (*okan*), representativo de aspectos do caráter individual (*iye-iwa*) e sim uma característica eterna ou imperecível da personalidade humana, porque transcende a realidade do corpo físico (*ara-aiye*), estendendo-se até à realidade do corpo “espiritual” (*ara-orun*). Guardadas as diferenças doutrinárias ou ritualísticas, em ambos os casos, o corpo configura-se como um microcosmo, com um virtual “coração” coletivo (Sodré, 2017, p. 37).

Em resumo, segundo a cultura Yorùbá, é a divindade de mais alto grau que atribui algo tal como a Vida no momento em que dá a afetividade que anima o corpo: O *Èmi*, ou a respiração do coração, um coração particular que ao mesmo tempo integra uma dimensão coletiva. Uma afetividade comunitária¹⁶. Embora sejamos um ente incompleto na feitura do *Orí*, o que fundamenta o destino do que somos é algo tal como uma dimensão afetiva e comunitária. Em outras palavras, é a partir da afetividade que o ser humano constitui-se como tal, que pode ser aberto ao horizonte de possibilidades e por ela que podemos *estar-com os outros*.

Assim, os cultos de Orixás, ao manterem em suas raízes tal narrativa mitológica resguardam uma possibilidade genuína de pensamento¹⁷. Eles celebram a afecção pura, a experiência do indivíduo em sentir-se a si mesmo no presente imediato, o tambor, os odores, as danças e as canções são estímulos concretos que celebram as impressões sensíveis, as tonalidades afetivas e o encontro de um si-mesmo subjetivo e imediato através do culto a um Orixá. Daí que o elemento mais significativo dos rituais, os *orikis* cantados, a própria palavra, que opera de acordo com uma conjuntura de significados (o mundo, em linguagem fenomenológica), precisa ser animada sensivelmente pelo ritmo e encarnado pela dança, expressando o claro entendimento da “Vida como fundamento do Mundo”¹⁸. Em outras palavras, como compreende *Sàlámì*: “[...] para que a fala produza um efeito total, as palavras precisam ser entoadas ritmadamente, porque o movimento precisa de ritmo” (*Sàlámì*, 1997, p. 44). Sob o estímulo sensível típico da ritualística, rítmico-sonoro, da visão, paladar e olfato, o que é experimentado, é a si mesmo; o que se venera é aquilo que em si mesmo é experimentado sensivelmente.

¹⁶ Michel Henry formula o conceito de *Pathos-Com* para denominar o que no pensamento Yorùbá constitui-se como pilar existencial: a comunidade afetiva e espiritual que precede a relação do *ser-com mundano*. Entretanto é um tópico que poderemos apenas vislumbrar rapidamente.

¹⁷ “[...] a possibilidade de um genuíno pensamento por parte de intelectuais ‘orgânicos’ da diáspora africana. Quem são esses? São ex-escravos e seus descendentes” (Sodré, 2017, p. 29).

¹⁸ Resumidamente, esta é a tese central do pensamento henriano.

4.2 Corpo e a comunidade no sagrado Yorùbá

Conforme o Itã, o *Èmi* – que transcende a individualidade física e o caráter biológico é afetivamente constituído – nós já vimos, é atribuído ao existente humano por *Obatalá/Oludumaré* e àquele constitui-se como essência e o indivíduo. A esse termo as noções dualistas e antitéticas de corpo e espírito não parecem corresponder. Quanto à temática da corporeidade, podemos pensar a partir do signo linguístico *Èmi* em uma compreensão fenomenológica de corpo e sua relação afetiva com a comunidade.

Sobre o tema do corpo, Correa (1992), ao tomar como objeto de estudo uma manifestação religiosa afrodiáspórica de matriz majoritariamente Yorùbá (o Batuque), vai ao encontro das argumentações de Sodré, complementando sua exposição da noção segundo a qual *Èmi* não se justapõe ao conceito de alma.

Ao contrário do Ocidente, não há a idéia expressa e bem definida de que corpo e alma são entidades de natureza totalmente distinta: pode-se inferir — porque isto não é objeto de muitas reflexões, como tanta coisa no Batuque — que ambos formariam como que um bloco único, indistinto. [...] Não há, como no Ocidente, uma rejeição ao corpo - o que equivaleria dizer ao componente “humano” do indivíduo segundo a visão ocidental. É durante a possessão que esta valorização ganha maior destaque. [...] Conforme a concepção batuqueira, na possessão o orixá toma conta total do corpo do indivíduo - cérebro, músculos, órgãos em geral - e através dele se manifesta (Correa, 1992, p. 264).

Nessa concepção religiosa, o corpo ocupa local de primeira importância no ritual. E isso em dois planos. Um primeiro diz respeito às danças, suaves ou agressivas e como elas são interpretadas naquele contexto intencional, que também diz respeito às roupas e adornos que buscam ressaltar o corpo e seus movimentos. Em resumo, pode-se falar do corpo em uma concepção objetiva, do que é visto e exposto, das mensagens significativas que carrega e que interage com o contexto. Contudo, a sensibilidade, seja do *cavalo de santo*¹⁹, torna aquele corpo uma matéria encarnada, o veículo de um “princípio vital” específico (nem espiritual, nem material, nem substancial). Neste sentido, a sustentação do que se dá naquele *estilo de ser* objetivamente situado em certos contextos intencionais é de ordem igualmente afetiva e invisível. Invisível porque se dá a si mesmo como pura afecção, sem distância indexical; afetividade fundamental como uma nervura invisível que agrega unida as partes de um todo aparente. O corpo, ao mesmo tempo em que se objetiva, subjetiva-se por meio das sensações: é Práxis.

¹⁹ Termo designado àqueles que se ocupam com o Orixá que se manifesta no corpo do indivíduo.

Enquanto Práxis se autoafetando ela se determina e se individualiza nessa autoafecção e por meio dela. Pois tudo o que sente e experimenta a si mesmo se sente e se experimenta necessariamente, não só desta ou daquela maneira, mas enquanto isto ou aquilo, na forma de uma experiência individual, se for verdade que a essência da autoafecção é a da ipseidade. Essa práxis determinada, singular e individual é nosso Corpo (Henry, 2012, p. 78).

Em correlação a corporeidade nessa concepção, ao compreender o *Êmi* como um princípio vital afetivo, devemos voltar e explicitar o conceito fenomenológico de Vida.

4.3 O conceito fenomenológico de Vida e Axé, segundo o pensamento Nagô

Com o conceito fenomenológico de Vida, tal como compreendido por Michel Henry, não se pode entender o que fica expresso em *bios*, e que pertence ao mundo da biologia. A “Vida Transcendental” é um conceito fenomenologicamente orientado que designa o que está “antes” do *Mundo*. O “antes” não indica uma situação inicial ou temporária, mas menciona uma condição permanente de base, aquilo que se chama na fenomenologia de uma condição interna de possibilidade: uma essência. E assim, aquilo que vem “antes” do mundo jamais virá a ele. Na verdade, nunca virá por uma razão de princípio, como dizem os fenomenólogos. Não virá porque não pode se mostrar nele, senão de maneira derivada enquanto tonalidade afetiva. Assim, pois, dá-se a matéria formal da *Vida* em sua manifestação. O ente que “sente” a Vida através da sensibilidade afetiva não experimenta nenhuma distância em relação ao que surge nela, como um objeto ou um ente mediado pela compreensão diante de sua lida. Pelo contrário, seu aparecer, sua fenomenalização, é idêntica ao que é doado: seu modo de doação é o da autodoação. O aspecto puramente afetivo é experimentado como uma certeza absoluta presente na autoexperiência: o autoexperimentar-se.

O pensamento Yorùbá preserva em um signo linguístico aquilo que, filosoficamente, o símbolo *Vita* não preservou no senso comum quando se fala em *Vida*, em detrimento dele, manteve-se *vita* com sinonímia à *bios* grega. O importante conceito que ressalta o privilégio do pensar nagô é simbolizado em *Axé*. Conforme Sodré (Cf. 2017, p. 104), é o “princípio propriamente filosófico (pois não se trata apenas de crença religiosa, mas principalmente de pensamento cosmológico e de ética, cuja terminologia é variável)”. *Axé*, ao mesmo tempo que reivindica uma proximidade ao termo Origem (*asèsè*, o funeral enquanto reencontro com a Origem; ou *ìgbá iwa axé*), não termina em sua literalidade. Ao

mesmo tempo que, enquanto Origem, referencia a comunidade ancestral, os antepassados, no conceito de *Asé* está contido também um recurso ao *Princípio* divino, o Axé pertence igualmente aos Orixás.

Ainda que seja possível estipular uma proximidade entre *Axé* e a *Arkhai* (esta última tal como concebida pelos gregos), pois ambos signos remetem à noção de Origem ou *Princípio Natural*, no conceito de *Axé* é possível verificar outra peculiaridade. Ainda que *Axé* remeta aos Orixás e estes são referências aos fenômenos da natureza, neles não encontramos uma justa identidade com os fenômenos naturais (o que a tradição ocidental denominou animismo ou fetichismo). Conforme anota o antropólogo Norton Correa sobre uma das tradições brasileiras de Culto de Orixás:

Os ocutás do Bará, para o Ayrton do Xangô, não podem ser erguidos de seu alquidar, pois o Orixá “fugirá”. Isto mostra como, na cosmovisão batuqueira, o orixá está na pedra e não se confunde com ela, pois. Isto é, quando se rotulam (e muito seguidamente com o sentido de acusação, para demonstrar seu “primitivismo”) estas religiões de “fetichistas” ou “animistas” incorre-se num grosseiro erro de interpretação. Fetichistas porque adorariam “fetiches”, objetos a que seriam atribuídos poderes “mágicos” (outro termo de conotação valorativa negativa, também, porque se opõe ao “racional” do Ocidente); e animistas por atribuir alma a seres inanimados. O erro consiste em ler a concepção batuqueira à luz das concepções ocidentais (Correa, 1992, p. 125).

Sobre a hipótese de justaposição, ainda que Correa admita uma variabilidade de posições entre os líderes religiosos de Culto de Orixá, pois “[...] pensar cartesianamente e a todo momento sobre estas coisas da religião não faz parte das preocupações cotidianas do batuqueiro” (1992, p. 175), é possível encontrar uma unidade de respostas entre os religiosos que vão nessa direção.

Outro pai-de-santo, João do Xapanã, quando perguntei-lhe que relação havia entre Iemanjá e o mar, meditou um pouco e respondeu: “Os orixás não são nem bem um espírito, mas uma força espiritual que governa as coisas e que é o fundamento delas. Iemanjá é o fundamento do mistério do mar” (Correa, 1992, p. 175).

Embora sabido que há uma representação relacional aos fenômenos da natureza, o que não significa uma justaposição, sua noção de Origem, através do Axé deles, também inclui a noção de *atualidade*. Desta forma, o culto aos Orixás relacionados aos fenômenos naturais e princípios naturais, encontram *atualidade* nas afinações afetivas (coragem, confiança, tristeza, alegria) que lhes correspondem, cultuá-los é recordar que somos afetados por afecções enquanto uma potência fundamental e imanente. Ou mais que isso, o

Axé não é uma substância subsistente presente em algum lugar, é um retorno à Origem. Tampouco podemos interpretar o retorno à Origem como um retorno temporalmente linear, biológico ou físico-químico. *Axé* é o retorno ao originário atual no que é validado afetivamente, nas sensações e nas disposições afetivas que se *atualizam*, é uma relação relacional consigo mesmo cuja validação é autoafetiva: “sei que sinto porque sinto”.

Origem, vale deixar bem claro, não é começo, e sim a atualidade manifestada como expansão e continuidade de um princípio que chamamos de Arché. Esta é sentida como irradiação de uma corporeidade ativa, da qual provém a potência (*axé*) com seus modos de comunhão e diferenciação. É o sensível enquanto protodisposição originária do comum que engendra a unidade dos sentidos e a conversão analógica (não dialética) de uns nos outros, desvelando a conaturalidade ou o copertencimento entre corpo e mundo (Sodré, 2017. p. 93).

Como não pode ser entendido como uma substância²⁰, *Axé* é encontrado enquanto potência tida na relação cujos relatos são: o ente que nós mesmo somos e os entes que estão presentes-à-vista. Entretanto, apesar da variedade de entes com os quais podemos reivindicar *Axé*²¹, o múltiplo relacional de intensidades tem comunhão no sincretismo de afetos (Cf. Sodré, p. 157). Ou seja, o que é atravessado e é comum a todos, é uma base afetiva única capaz de validar a variedade significativa do que é experienciado. Por *Axé*, e sua validação afetiva, podemos entender “um poder desvelante sem o qual nenhum desvelamento se produziria, sem o qual, conseqüentemente, nada do que é verdadeiro no segundo sentido do que é desvelado seria possível” (Henry, 2014a, p. 41).

Finalmente, se o *Axé* não é uma substância subsistente da orixalidade, mas é a Vida sustentando a relação com o divino, para haver essa relação, precisa do existente humano e, não obstante, haver *Vida subjetiva*. Queremos dizer que a verdade dos Orixás, o seu *Axé*, é uma potencialidade da relação para com entes que é atravessada por afeto. Esta verdade da Origem, isto é, uma manifestação da Origem, tem como critério a si mesma. Uma dinâmica de autoadoção afetiva que a fenomenologia, sem jamais desconfiar do privilégio conceitual de “*Axé*” dos Yorúbás, tematiza da seguinte maneira:

Esse critério é a fenomenalidade de que ela é feita e na qual consiste a fenomenalidade patética da subjetividade absoluta, ou seja, a vida como idêntica a essa fenomenalidade original, e constituindo-a. Como tal, essa verdade testemunha a si mesma, sendo o que é, em sua autoafecção e por meio dela, de maneira invencível e sem contestação possível (Henry, 2012, p. 112).

²⁰ Até mesmo as substâncias subsistentes necessitam de alguém capaz de compreendê-las como tais e como presentes-à-vista.

²¹ O *axé* dos Orixás, dos elementos naturais, dos indivíduos vivos, dos ancestrais, dos procedimentos rituais, etc.

Em outras palavras, o *Axé* dos *Orixás* é uma verdade que pode ser experimentada nas modalidades da vida (na oscilação entre o sofrimento e alegria e em cada tonalidade afetiva derivada): enquanto tudo aquilo que a vida faz prova à medida em que se propuser como matéria dessa prova. E assim, oferecendo-se à fenomenalização, *historializa-se* na própria carne do indivíduo e através dela, concretizando-se nas manifestações de cultura; que nada mais é que “[...] a vida se dando a sentir o que ela é em tudo o que ela pode ser” (Henry, 2012, p. 114).

Para haver Culto de Orixá, para dar-se o *Axé*, ou ainda e mais radicalmente: para haver orixalidade é necessário haver *Vida*. Mas isso não é nenhum desconhecimento do pensamento Yorùbá.

Os nagôs dizem “*o si enia, imale o si*”, algo como “os deuses existem, já que existem os homens”. Mesmo levando-se em conta o terreno movediço das traduções, é possível aproximar esse aforismo do dito de Mefistófeles (no Fausto, de Goethe): “No fim, dependemos de criaturas que fizemos” (Sodré, 2017, p. 252).

5 Considerações Finais

No início de nosso estudo, estabelecemos o cenário para uma investigação interdisciplinar sobre os cultos religiosos derivados da narrativa cosmológica Yorùbá, com foco nas expressões culturais afrodiáspóricas do culto de Orixá. Ao apresentar uma crítica orientada pela fenomenologia henryana, o texto oferece uma perspectiva para compreender não apenas as manifestações culturais em questão, mas também para questionar os pressupostos ontológicos e epistemológicos subjacentes às tradições filosóficas ocidentais. A partir dessa análise crítica, busca-se lançar luz sobre a natureza da experiência humana e sua relação com a verdade, abrindo caminho para uma abordagem fenomenológica que reconheça e valorize a singularidade das expressões culturais estudadas e seu privilégio pré-ontológico. Ao reconhecer a complexidade e a riqueza dessas manifestações, esta investigação visa contribuir para uma compreensão mais profunda e inclusiva da diversidade cultural e religiosa.

A implicação é exibida na tese segundo a qual o retorno ao cotidiano vivido e a tematização da essência da significatividade em geral, que caracteriza o esforço fenomenológico, assegura uma verdade indubitável através da investigação da relação de

dependência genética entre as estruturas constituintes da experiência significativa e a descrição deste complexo estrutural. Essa verdade identifica o mal-entendido das distintas tradições metafísicas e recupera o conteúdo experiencial dentro das formas narrativas em que as tradições veiculam sua compreensão da realidade da experiência humana. A fenomenologia identifica nos elementos narrativos da cultura estudada a prevalência de uma compreensão pré-ontológica veiculada na imagem mítica que os sujeitos inseridos nessa tradição possuem a respeito da própria existência. O privilégio assinalado, portanto, é defendido sob a presença de elementos que representam, dentro do quadro conceitual e identitário de suas narrativas, a afetividade originária como constituição da subjetividade absoluta pensamento Yorùbá.

Finalmente, ao destacar o privilégio da tradição Yorùbá, especialmente quando comparamos os conceitos fenomenológicos de Vida e Axé, afirmamos que ambos transcendem a mera subsistência biológica ou material. Eles abrangem uma dimensão ontológica que não pode ser reduzida a uma substância, mas é vivenciada afetivamente como uma atualização da Origem: uma verdade primordial.

Este trabalho, que representa uma etapa inicial na interpretação conceitual e na desconstrução dos preconceitos da tradição em questão, objetiva a abertura de um horizonte de investigação, ainda que modesto. As análises aqui não apenas abrem caminho para considerações onto-fenomenológicas apropriadas sobre o culto de Orixá, mas também para uma imersão na verdade que ele representa. Quanto à problemática que continua a ressurgir e demanda nossa atenção – a respeito da orientação teórica que adotamos –, como diz a máxima popular atribuída aos esforços radicais e críticos da segunda geração da fenomenologia francesa: “tendo nascido na Grécia, só podemos escapar dela montando em um cavalo grego”.

Referências

ABIMBOLA, W. **Sixteen Great Poems of Ifá**. Lagos: Unesco. 1975.

BEAUVOIR, S. **A força das Coisas**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.

CORREA, N. **O batuque no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1992.

HEGEL, G. **Enciclopédia das Ciências Filosóficas em Compêndio (1830)**. Volume III. A Filosofia do Espírito. São Paulo: Edições Loyola, 2011.

HEGEL, G. **Lecciones sobre la Filosofía de La Historia Universal**. Madrid: Tecnos ed., 1999.

HENRY, M. **A Barbárie**. São Paulo: É Realizações, 2012.

HEGEL, G. **Fenomenología Material**. Madrid: Ed. Encuentro, S.A., 2009.

HEGEL, G. **La esencia de la Manifestación**. Salamanca: Ediciones Sígueme, 2015.

KANT, I. **Crítica da Razão Pura**. Lisboa: Edição da Fundação Calouste Gulbenkian, 2001.

KANT, I. **Kritik der Reinen Vernunft**. Hamburg: Verlag von Felix Meinerin, 1956.

LIMA, R. P. O Corpo: A Concepção dos Grupos Etnolinguísticos Yorùbá e algumas contribuições dos Diálogos Epistemológicos de François Dagognet. **Apoena: Periódico dos Discentes de Filosofia da UFPA**, v. 2, n. 4, p. 143-166, 2020.

MACHADO, A. O. **A Fenomenologia do Invisível e Religiões de Matriz Africana: Só um Orixá nos poderá Salvar**. 2023. Disponível em: <https://anpof.org.br/comunicacoes/coluna-anpof/a-fenomenologia-do-invisivel-e-religoes-de-matriz-africana-so-um-orixa-nos-podera-salvar>. Acesso em: 24 fev. 2024.

MACHADO, A. O. **O Giro Ontológico da Verdade: De Heidegger à Fenomenologia Material de Michel Henry**. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Centro de Ciências Sociais e Humanas, Programa de Pós-graduação em Filosofia. Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria, RS, 2022.

PRANDI, R. **Mitologia dos Orixás**. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

RAMOS, R. R.; ROCHA, R. P. **Filosofia Hermenêutica**. Santa Maria: Ed. da UFSM, 2000.

SÀLÁMÌ, S. (King). **Dor e Júbilo nos rituais de Morte**. São Paulo: Editora Oduduwa, 1997.

SÀLÁMÌ, S. (King); RIBEIRO, R. I. **Exu e a ordem do universo**. 2. ed. São Paulo: Oduduwa, 2015.

SODRÉ, M. **Pensar Nagô**. Petrópolis: Editora Vozes, 2017.

ZAHAVI, D. **Phenomenology: The Basics**. Nova York: Routledge Imprint, 2019.



Do mal como vivência subjetiva ao sentido ontológico da conversão a partir de Santo Agostinho

Leonardo Ferreira Almada¹

Resumo: O sentimento mal aflige a humanidade desde a origem dos tempos: desde que o ser humano se tornou um ser pensante, o mal, enquanto sentimento, foi situado no reino da consciência, constituindo uma das mais significativas realidades ontológicas da vida humana. Nosso interesse no equacionamento do problema do mal na perspectiva assumida por Agostinho ao refletir sobre sua conversão se deve ao fato de não ter depreciado o valor do vivido enquanto elemento psíquico e subjetivo, divergindo, assim, daqueles que circunscrevem o problema ao âmbito de discussões cosmológicas e/ou teológicas. Para além dos limites de sua condicionalidade histórica, ou seja, das querelas religiosas com que se defrontou enquanto Bispo, Agostinho soube problematizar o sentido do mal na esfera da consciência. Sua visão do mal como falta, erro ou pecado é decisiva para a compreensão do problema da ação moral no mundo moderno. E esta é a maneira de explicar por que podemos retomar o problema do mal em Agostinho em vista de sua visão do problema na esfera da consciência. Assim, não só poderemos concentrar-nos na gênese do problema como problema moral, como também podemos esclarecer o sentido de nossa justificativa acima quanto ao propósito de todo o estudo filosófico desde o preceito socrático ‘conhece-te a ti mesmo’, a saber: elevar o homem à consciência de si e fornecer-lhe a compreensão do próprio destino.

Palavras-chave: sentido ontológico do mal; autoconsciência; conversão e consciência de si.

From evil as a subjective experience to the ontological meaning of conversion from Saint Augustine

Abstract: The feeling of evil has afflicted humanity since the beginning of time: since the human being became a thinking being, evil, as a feeling, has been situated in the realm of consciousness, constituting one of the most significant ontological realities of human life. Our interest in addressing the problem of evil from the perspective assumed by Augustine when reflecting on his conversion is due to the fact that he did not depreciate the value of what was experienced as a psychic and subjective element, thus diverging from those who limit the problem to the scope of cosmological and/or theological discussions. Beyond the limits of his historical conditionality, that is, the religious quarrels he faced as Bishop, Augustine knew how to problematize the meaning of evil in the sphere of conscience. His view of evil as a fault, error or sin is decisive for understanding the problem of moral action in the modern world. This explains why we can return to Augustine's problem of evil in view of his vision of the problem in the sphere of consciousness. Thus, we not only will we be able to concentrate on the genesis of the problem as a moral problem, but we can also clarify the meaning of our justification above regarding the purpose of all philosophical study since the Socratic precept ‘know thyself’ namely: raising man to self-consciousness and provide him with an understanding of his own destiny.

Keywords: ontological meaning of evil; self-consciousness; conversion and self-consciousness.

Del mal como experiencia subjetiva al significado ontológico de la conversión desde San Agustín

¹ Doutor em Filosofia (UFRJ). Professor (UFU). E-mail: umamenteconsciente@gmail.com.

Resumen: El sentimiento del mal ha afligido a la humanidad desde el principio de los tiempos: desde que el ser humano se convirtió en un ser pensante, el mal, como sentimiento, se ha situado en el ámbito de la conciencia, constituyendo una de las realidades ontológicas más significativas de la vida humana. Nuestro interés por resolver el problema del mal desde la perspectiva asumida por Agustín al reflexionar sobre su conversión se debe a que no desvalorizó lo vivido como elemento psíquico y subjetivo, divergiendo así de quienes limitan el problema al ámbito de las discusiones cosmológicas y/o teológicas. Más allá de los límites de su condicionalidad histórica, es decir, de las disputas religiosas que enfrentó como obispo, Agustín supo problematizar el significado del mal en la esfera de la conciencia. Su visión del mal como falta, error o pecado es decisiva para comprender el problema de la acción moral en el mundo moderno. Y esta es la manera de explicar por qué podemos volver al problema del mal de Agustín en vista de su visión del problema en la esfera de la conciencia. Así, no sólo podremos concentrarnos en la génesis del problema como problema moral, sino que también podremos aclarar el significado de nuestra justificación anterior con respecto al propósito de todo estudio filosófico desde el precepto socrático 'conócete a ti mismo', a saber: elevar al hombre a la autoconciencia y proporcionarle la comprensión de su propio destino.

Palabras clave: significado ontológico del mal; conciencia de sí mismo; conversión y autoconocimiento.

1 Sentido ontológico do mal: o mal como vivência subjetiva

Tão antiga quanto a história do homem é a história do sentimento do mal: desde que o ser humano se tornou um ser pensante – e, nesse mesmo sentido, desde que passou a sofrer em decorrência das múltiplas vivências psíquicas da dor – o mal, enquanto sentimento, foi situado no reino da consciência, sendo, ao mesmo tempo, elevado ao estatuto de uma das mais significativas realidades da vida humana. Enquanto sentimento, o mal está associado ao sofrimento, isto é, à dor. Nesse mesmo sentido, podemos dizer que a história do homem é também a história da dor. Com efeito, a dor condiciona a vida humana: para deste sentimento nos esquivarmos, nós, os humanos, temos, desde sempre, estruturado nossas vidas individuais, familiares, comunitárias, institucionais e políticas. Parte importante da criação e desenvolvimento das artes, religiões, culturas e modos de vida está sem dúvida associada à nossa intenção de escapar a este sentimento.

É conhecido o personagem de Sófocles (495-405 a.C.), Édipo, que, sem o saber, tornou-se rei ao assumir o papel de filho e marido da mesma mulher, pai e irmão das mesmas crianças, além de assassino do próprio pai, papel esse cuja monstruosidade significa, por força do determinismo inerente à natureza, a dor como condição do conhecimento de si e da própria felicidade: “Assim, não consideremos feliz nenhum ser

humano, enquanto ele não tiver atingido, sem sofrer os golpes da fatalidade, o termo de sua vida” (Sófocles, **Édipo Rei**, 1953 [V a.C.], Coro final).

Antes de Sófocles, Homero (ca. IX-VII a.C.) situara no foro da consciência a origem do mal:

Caso curioso, que os homens nos culpem dos males que sofrem! Pois, dizem eles, de nós lhes vão todos os danos, conquanto contra o Destino, por próprias loucuras, as dores provoquem, bem como Egisto que, contra o Destino, à legítima esposa do próprio Atrida se uniu, imolando-o no dia da volta, certo do fim que o esperava sinistro, pois antes lhe enviamos Hermes de tudo a avisar, o brilhante e certo vigia, que nem se unisse à mulher, nem, tampouco, o marido matasse, pois a vingança do filho de Atreu lhe viria [...]. Hermes assim o avisou; mas Egisto não quis convencer-se dos bons conselhos de então. Ora paga por junto os seus crimes (**Odisseia**, I, 2015 [ca. IX-VII a.C.]).

Modernamente, Søren Kierkegaard denominou “doença do eu” à dor experimentada no âmbito da consciência de si enquanto uma relação entre a alma e o corpo. Seu argumento, que aparece na abertura de **O desespero humano**, pode resumir-se ao seguinte: se todo o homem é, por natureza, um composto, uma síntese de alma e corpo, e se a consciência de si tem a sua origem no separar-se a alma do corpo, o *eu* se revela como a relação entre esses dois termos; mas essa relação que se estabelece em função dos dois termos em separado é em princípio doente porque, ao atender-se à discordância interna entre os dois termos, desatende-se à própria natureza, pois o *eu* não se constitui como relação entre os dois termos senão em face da ideia de que a síntese originária, isto é, a própria existência, não foi posta por ele mesmo:

Daí provém duas formas do verdadeiro desespero. Se o nosso eu tivesse sido estabelecido por ele mesmo, uma só existiria: não quereremos ser nós mesmos, quereremos desembaraçar-nos do nosso eu, e não poderia existir esta outra: a vontade desesperada de sermos nós mesmos (Kierkegaard, **O desespero humano**, 1979 [1849], p. 319).

A convergência para a relação entre a dor, o sentimento do mal e a consciência de si entre os gregos antigos e o moderno dinamarquês podem ilustrar em que sentido temos aqui um objeto universal (e, portanto, filosófico) de reflexão acerca do sentido da existência.

Eis por que temos um interesse filosófico no sentimento do mal: a dor é parte constituinte da estrutura ontológica humana. É inconteste que a dor se torna um problema universal na mesma medida em que ninguém pode se eximir de todo o padecimento, da injustiça e da imperfeição. Neste sentido, a problematização filosófica do mal implica a

nossa compreensão, sustentada explicitamente desde os antigos orientais, de que a filosofia tem uma função essencialmente prática, o que consiste, neste mundo de ciência, na tarefa de proporcionar ao homem um instrumento de poder, não sobre a natureza, já que este cabe à ciência, mas sobre si mesmo no tanto quanto o homem é um ente moral. Em última instância, nosso interesse é o de associar o problema do mal aos domínios filosóficos e psíquicos da autoconsciência.

Muitos se debruçaram sobre o sentimento do mal. Dentre esses, entretanto, damos destaque a Agostinho (354-430). Reconhecem seus estudiosos que o sentimento do mal é um daqueles que mais o angustiaram, seja antes de sua conversão, e no âmbito dos estudos acadêmicos – quando aderiu ao racionalismo dos maniqueus – seja depois da conversão, quando, à luz do cristianismo, buscou perscrutar o problema a partir de suas variáveis ontológicas, cosmológicas e teológicas. Seu esforço, acreditamos, não foi em vão, pois, como se sabe, sua doutrina sobre o mal se estendeu aos escolásticos, especialmente a Tomás de Aquino (1224/5-1274), mas se estendeu também aos modernos, expressando-se como fonte de referência para a ideia de que toda a ação boa e bela, e, portanto, moral, implica a liberdade.

2 Sentido ontológico do mal em Santo Agostinho

Agostinho não foi o primeiro a pensar o mal como problema. Cremos, no entanto, ser Agostinho que, em suas **Confissões**, e mais precisamente por meio de sua reflexão sobre a conversão, introduz um novo modo de equacionar do problema: o sentimento do mal passa, então, a ser considerado a partir do valor do vivido enquanto elemento psíquico e subjetivo. Agostinho muito contribui para que o mal deixe de ser exclusivamente pensado como uma maldição ou um infeliz destino da natureza e passe a ser concebido como um elemento constitutivo de nossa experiência subjetiva.

Nosso interesse filosófico na doutrina de Agostinho acerca do mal se deve ao fato de que seu pensamento não se deixa limitar pela condicionalidade histórica do problema. O que queremos dizer com isso? À época de Agostinho, a visão do mal como problema se insere num determinado contexto. A religião cristã carecia de alguém que defendesse a concepção de que a crença no Criador da natureza, sumamente bom e poderoso, não é incompatível com o fato de existirem a injustiça e a dor no mundo; mais do que isso, porém, era necessário mostrar que, em virtude da própria ideia do ser sumamente bom e

poderoso, ao Criador da natureza não se deve imputar a existência da injustiça e da dor no mundo. Impunha-se à Igreja Cristã evitar que, na busca de uma orientação para enfrentar a injustiça e a dor no mundo, se desfigurasse a ideia do Deus cristão, enfim a ideia de que Deus é amor: “Nisto consiste o amor: não fomos nós que amamos a Deus, mas foi ele quem nos amou e enviou-nos o seu Filho como vítima de expiação pelos nossos pecados” (Bíblia Sagrada, 1Jo: 4, 10). Eis, portanto, o modo como o problema se apresenta em sua condicionalidade histórica a Agostinho: por um lado, a necessidade de uma resposta mais consistente da Igreja Cristã às crescentes heresias e heterodoxias acerca da origem do mal; por outro lado, a necessidade de contradizer a tese de que a religião cristã fora o mal que acometeu a civilização romana, a causa de sua desintegração. Ele soube atender a esse apelo histórico e tornou-se o criador da teologia ocidental na medida da importância que concedeu à filosofia como propedêutica para suas investigações. Independentemente da condicionalidade histórica do problema, Agostinho nos legou como herança filosófica a ideia de que a vontade, com a qual somos capazes de agir bem, evitando o erro e o pecado, e com a qual vivemos felizes, não se encontra sob o mecanismo da necessidade natural. Tal compreensão, de caráter teleológico, é decisiva para a ideia de ação virtuosa ou moral com base no livre-arbítrio, isto é, a ação livre, porém submetida a princípios, regras e leis, no mesmo sentido em que se diz, como condição prévia da perfeita realização das coisas no mundo, “é necessário que assim seja” ou “é necessário que assim se faça”. Do ponto de vista da natureza da ação moral, podemos distinguir, em Agostinho, um sentido da universalidade do problema que não se confunde com a sua condicionalidade histórica.

Independentemente da condicionalidade histórica do problema em Agostinho, sua visão do mal como falta, erro ou pecado, é decisiva para a compreensão do problema da ação moral no mundo moderno. Esta é uma maneira de explicar por que podemos retomar o problema do mal em Agostinho em vista de sua visão do problema na esfera da consciência, e não das querelas religiosas com que se deparou. Assim, não só poderemos concentrar-nos na gênese do problema como problema moral, como também podemos esclarecer o sentido de nossa justificativa acima quanto ao propósito de todo o estudo filosófico desde o preceito socrático “conhece-te a ti mesmo”, a saber: elevar o homem à consciência de si e fornecer-lhe a compreensão do próprio destino.

Queremos sustentar que a doutrina de Agostinho sobre o mal tem um sentido ontológico, e não apenas teológico. Isso significa que tal problema é condição prévia para

falarmos do modo do ser próprio do homem, isto é, o modo do ser moral, no âmbito do seu dever-ser.

Entendemos que todo aquele que estuda a natureza do pensamento moral precisa recorrer à subjetividade do *vivido*, como ocorre no Livro VIII das **Confissões** (2001 [400]). Mas isso quer dizer, em sua significação filosófica, que o problema diz respeito unicamente à esfera do espírito humano como sujeito de ação moral, livre de fatores externos que o determinem, e não à condicionalidade histórica do problema.

O problema da conversão, que constitui o grande tema do Livro VIII das **Confissões**, traz desdobramentos que igualmente constituem problemas de caráter universal, quais sejam: o problema da indiferença da vontade frente ao mecanismo do hábito; o problema da necessidade de firmeza moral; a contraposição, estabelecida por Agostinho entre o reino da liberdade, pertencente à esfera do espírito, e o reino da necessidade próprio da esfera natural; a necessidade da dúvida quanto à possibilidade da evidência de si mesmo; as relações entre a conversão e o conhecimento de si; e as relações entre o nível do dever-se e à formação do ente moral.

Esses desdobramentos permitem o estabelecimento de relações entre Agostinho e outros filósofos que também visam à universalidade do problema do mal enquanto problema filosófico. Por essa via, a investigação em Agostinho nos permite, olhando para trás, uma aproximação com a ética de Aristóteles (384-322 a.C.); olhando para frente, permite-nos aproximações com Descartes (1596-1640) e Kant (1724-1804).

A estes nomes, acrescentamos o do Padre Antônio Vieira (1608-1697). Por que este, se não é propriamente filósofo? Porque Vieira, em pleno século XVII, se propõe, como Agostinho, discutir a conversão como princípio da consciência de si – “Que coisa é a conversão de uma alma senão entrar um homem dentro em si, e ver-se a si mesmo?” –, estabelecendo assim a possibilidade de um *cogito* que, embora não se confunda com o *cogito* cartesiano, coloca-se na mesma perspectiva do conhecimento de si, e encontra a sua referência histórica mais apropriada e mais consistente no autor das **Confissões**. Vale lembrar que ao momento de Vieira corresponde na Europa, depois do **Discurso do método** (1637) e das **Meditações Metafísicas** (1641), de Descartes, o início do racionalismo: é o momento da Lógica de Port-Royal, com **La logique, ou l’art de penser** de Antoine Arnauld e Pierre Nicole (1683); é o momento de uma compreensão racional das normas universais do Direito sem necessidade de recorrer à revelação divina, com as obras de Pufendorf (1672).

Nos homens cultos, prevalece a crença exacerbada no uso teórico da razão, culminando, progressivamente, no dogmatismo da razão, que foi desmascarado por Hume (1711-1776) e, de acordo com a **Crítica da razão pura** (1997 [1781]), descartado por Kant. Antônio Vieira, assim como Agostinho ante as vacilações de Vitorino (**Confissões**, VIII), rejeita a atitude intelectualista e tem, basicamente, entre suas preocupações, no **Sermão de Santo Antônio** (1642), a transformação do homem, originariamente submetido ao mecanismo da natureza, e por isso mesmo falho e pecador, num ente moral:

Não é necessária Filosofia para saber que um indivíduo não pode ter duas essências [...]. Quis-nos ensinar Cristo Senhor nosso, que pelas conveniências do bem comum se hão de transformar os homens, e que hão de deixar de ser o que são por natureza, para serem o que devem ser por obrigação (Vieira, Sermão de Santo Antônio, 2003 [1642], V).

Sua preocupação era, sobretudo, com o grande perigo no qual o racionalismo dogmático incorria: o de excluir toda a aspiração à transcendência, e de abafar, com isso, a significação prática do uso da razão na ação moral. Esta visão do problema se torna ainda mais clara com Kant (1997 [1781]), segundo o qual a alma pode ser considerada como fenômeno, e dessa forma submetida a todo o mecanismo da natureza, inclusive o do hábito, sendo, portanto, não livre; mas também pode ser considerada no âmbito das coisas em si, e então pensada como livre, isto é, não submetida a mecanismos da natureza, tornando-se assim capaz de evitar o erro e o pecado, ou seja, o espírito como sujeito de ação moral. Ora, para que se possa falar em moralidade, ou em ato moral, nada mais é preciso a não ser que a liberdade, pressuposto do ato moral, não se contradiga e não intervenha no outro reino, o do mecanismo natural. Portanto, a distinção ontológica estabelecida por Kant (1997 [1781]), entre “coisa em si” e “fenômeno”, nos permite fundamentar a concepção de coexistência de ambos os modos do ser, pela natureza e pelo dever, conforme o entendimento vieiriano, o qual remonta a Agostinho. Desta forma, o homem, enquanto sujeito ao determinismo natural, erra, o que quer dizer, peca. Daí a exigência do conhecimento de si para compreendermos toda a problemática que envolve o livre-arbítrio.

3 De Agostinho a Padre Antônio Vieira: o sentido ontológico da conversão e a relação entre o conhecimento de si e ação moral

Nosso interesse no equacionamento do problema do mal em Agostinho se deve ao fato dele não ter depreciado, quando da abordagem do tema, o valor do vivido enquanto elemento psíquico e subjetivo, divergindo, assim, de um extenso grupo de pensadores antigos, cuja análise da questão circunscrevia-se, sobretudo, ao âmbito dos elementos objetivos de validade universal (a razão ou Deus como ideias universais).

É certo que, para além dos limites de sua condicionalidade histórica, ou seja, para além das querelas religiosas com que se defrontou enquanto bispo de uma nascente Igreja cristã, Agostinho, sem prejuízo da ideia de Deus, soube problematizar o sentido do mal, enquanto problema universal, na esfera da consciência. E é exatamente em vista do caráter psíquico de nossa investigação que incluiremos, nesta discussão, a questão da autoconsciência a partir do problema da conversão.

Esta inserção, com efeito, ocorre, primeiramente, em virtude de Agostinho compartilhar do antigo princípio teológico para o qual o que funda a autoconsciência é a conversão religiosa; mais que isso, justificamo-la no fato de Agostinho ter se apoiado num sentido de autoconsciência inerente à conversão, em conformidade com o qual o conhecimento de si, em sua significação prática, é condição de uso da razão quanto à possibilidade de ação moral. Em última instância, na medida em que Agostinho vinca a ideia de que a autoconsciência inerente à conversão é condição indispensável na formação do ente moral, porquanto a possibilidade de superar o determinismo da natureza e de se transformar, conseqüentemente, em princípio de conhecimento e de ação, consideramo-lo a fonte mais remota de uma tradição que institui o sentido de conversão como princípio de inteligência e liberdade. E foi exatamente esta tradição que vigorou até o momento de Descartes, o qual, ao suprimir a significação religiosa da autoconsciência inerente à conversão, proclamando o *Cogito, ergo sum*, tornou-se o responsável pela mudança de princípio que passou a vigorar na filosofia moderna.

Desse modo, é possível afirmarmos que esta peculiar consideração da necessidade de autoconsciência a partir da conversão, longe de restringir-se apenas à problemática acerca do mal, é, na verdade, intrínseca à própria ideia de filosofia: “desde o ‘Conhece-te a ti mesmo’ socrático ao cogito cartesiano, passando pelo cogito agostiniano, toda a história da filosofia gira em torno ao conhecimento de si como ponto crucial” (Cerqueira, 2002, p. 7).

Quem distingue claramente no âmbito da conversão a necessidade de autoconsciência é o Padre Antônio Vieira. Desse ponto de vista, seu pensamento remete ao

de Agostinho. De fato, ambos estabelecem a anterioridade da alma em vista do conhecimento e compartilham da mesma orientação quanto à possibilidade de o homem ver-se a si mesmo “na estranha ambiguidade de objeto e sujeito de conhecimento” (Cerqueira, 2000, p. 224). Do mesmo modo, a autoconsciência, indistintamente, “é a condição de uso da razão, quer do ponto de vista prático, quanto à possibilidade de ação moral, quer do ponto de vista teórico, quanto à possibilidade de ciência universal” (Cerqueira, 2002, p. 20). Ademais, independentemente das distinções existentes entre Vieira e Agostinho, nos quais destacamos, historicamente falando, a subordinação da atividade filosófica às preocupações teológicas, ou mesmo das distinções entre eles e Descartes, cujas preocupações, de caráter teórico e científico se dirigem para a fundamentação de um modelo de ciência, todos três podem ser relacionados do ponto de vista da necessidade de conhecimento de si como espírito.

Com a finalidade de sustentar que é exatamente do conhecimento de si como espírito, e não como corpo, que se segue a possibilidade de superação do determinismo da natureza e, em consequência, de realização de “boas obras”, Vieira proclama, em **As Cinco Pedras da Funda de Davi** (1673), que “neste mundo racional do homem, o primeiro móbil de todas as nossas ações é o conhecimento de si mesmos”. Em seguida, visando a justificar, a partir desta concepção, a necessidade da conversão religiosa na formação do ente moral, acentua “a ideia de que a alma busca-se a si mesma para desfazer-se de uma falsa imagem sensível”, distinguindo, “a ‘limpa’ consciência de si, a subjetividade pura, o eu não misturado”, isto é, o que há de mais sublime no homem e por meio do qual ele pode reconhecer-se sujeito a uma necessidade espiritual, “dos objetos dos sentidos e das necessidades corporais” (Cerqueira, 2002, p. 70), no interior dos quais não pode o homem verdadeiramente conhecer-se, senão ignorar-se, a não ser por uma ciência infusa, adquirida passivamente, a qual não basta. Dessa forma, o conhecimento de si enquanto espírito é, em Vieira, condição de uma experiência atual de sabedoria e, por isso, possibilidade de alguém vir a se transformar em princípio de conhecimento:

Qual será logo no homem o limpo conhecimento de si mesmo? Digo que é conhecer persuadir-se cada um, que ele é a sua alma. O pó, o lodo, o corpo, não é eu; eu sou a minha alma: este é o verdadeiro, o limpo e o heroico conhecimento de si mesmo; o heroico porque se conhece o homem pela parte mais sublime; o limpo, porque se separa de tudo o que é terra; o verdadeiro, porque ainda que o homem verdadeiramente é composto de corpo e alma, quem se conhece pela parte do corpo, ignora-se, e só quem se conhece pela parte da alma se conhece [...]. Homem, se te ignoras, se te não conheces, sai fora. Eu bem sei que a causa de muitas ignorâncias é o não sair; o homem tanto sabe, quanto sai, e aqueles que

não saíram, não sei como podem saber, se não for por ciência infusa, a qual ainda não basta (**As Cinco Pedras da Funda de Davi**, 2003 [1673], II).

A concepção de Vieira quanto ao fato de ser a consciência princípio ontológico nos reporta, no quadro do aristotelismo em que ele se situa (Cerqueira, 2002, p. 70), ao pensamento de Tomás de Aquino (**Suma Teológica**, 2002 [1267-1269], I. q. LXXIX, a. XIII), o qual afirma que esta mesma consciência supõe, necessariamente, uma experiência atual, do que se segue que ela “não é uma potência, mas um ato”. Em outras palavras: a consciência é um ato porque só se realiza na ação. Esta ideia, consoante Tomás, encontra sua origem na própria análise do termo “consciência”, cujo sentido etimológico (*conscientia* → *cum alio scientia*) implica a dualidade de sujeito e objeto de conhecimento, no sentido de que toda a consciência é sempre consciência de, a começar pela consciência de si. Esta conclusão, outrossim, se aplica a todos os atributos que resultam dos atos de consciência, na medida em que eles têm suas origens no conhecimento ou ciência que temos do que fazemos, o que torna possível defender a tese de que a consciência de si é o conhecimento primordial na ordem da ciência. É irrefragável, porém, que esta compreensão, a saber, de que o conhecimento de si enquanto espírito é condição inelutável para que o sujeito possa se afirmar princípio de conhecimento, tem como fonte Agostinho: “Como é possível uma mente conhecer outras mentes, se não se conhece a si mesma?” (**A Trindade**, 1994 [400-416], IX, III, 3). Com efeito, se levarmos em consideração que Agostinho vinca a ideia de que o conhecimento de si é desencadeador de todas as outras evidências, inclusive da existência de Deus, e que Vieira afirma a insuficiência da ciência adquirida passivamente, é nítida a convergência que ambos estabelecem quanto à supracitada tese e é clara a aproximação que mantêm, neste sentido específico, com o cogito cartesiano. Afinal, a autoconsciência em Agostinho e em Vieira é, decerto, a “mesma consciência de si inerente ao cogito cartesiano, porque é o único princípio de uma experiência atual de conhecimento que começa por si, contrariamente à ciência infusa” (Cerqueira, 2002, p. 14-55).

Sem embargo, contrariamente à postura de Descartes, cuja característica principal é a busca do conhecimento objetivo de todas as coisas, dentre as quais o conhecimento de si mesmo “como razão abstrata e atemporal em vista da necessidade de fundar o modo matemático-experimental do saber”, Vieira enfatizou o aspecto existencial e moral da consciência de si como “razão concreta e histórica em vista da necessidade de fundar as próprias ações, inclusive o ato de conhecer, no âmbito do vivido” (Cerqueira, 2002, p. 71).

Em outras palavras: este conhecimento de si mesmo enquanto espírito é condição de o homem libertar-se do determinismo da natureza e transformar-se em princípio de conhecimento e ação. Tomás de Aquino, outrossim, ao analisar as atividades que cabem à consciência, no caso, o atestar, o incitar, o obrigar, o acusar, o reprovar e o repreender as ações humanas, consequência, todas elas, da “aplicação de algum conhecimento ou ciência que temos do que fazemos”, destaca que a consciência é um movimento atual do sujeito com o fim de, a partir do conhecimento de si e de seus atos, fundar suas ações no âmbito do vivido: “tudo isto resulta da aplicação atual de nosso conhecimento à nossa ação” (**Suma Teológica**, 2002 [1267-1269], I, q. LXXIX, a. XIII). Destarte, ao estabelecer-se em um sentido de consciência como conhecimento de si e de seus próprios atos, ou melhor, uma vez que a concebe como o julgamento moral do sujeito em relação às suas próprias ações, o Aquinate também privilegiou o aspecto moral e existencial da consciência de si. No entanto, a ideia segundo a qual o sujeito se transforma não só em princípio de conhecimento, mas também de ação por meio do conhecimento de si mesmo enquanto espírito, nos remete, inevitável e novamente, ao pensamento de Agostinho, o qual, do fato de ter constatado que a principal causa dos erros humanos consiste exatamente nesse desconhecimento de si, sustentou, em consequência, que a autoconsciência inerente à conversão religiosa é condição de superação do determinismo da natureza e de realização de “boas obras”.

Na medida em que Vieira se assentou numa tradição que institui o sentido de consciência de si como razão concreta e histórica, acabou por assumir, conseqüentemente, uma posição contrária em relação ao racionalismo do século no qual se inseriu, caracterizado por um sentido de consciência de si como razão abstrata e atemporal e marcado, portanto, pela dicotomia mente/corpo. A partir disso, podemos compreender o porquê de não ter concebido “a ‘visão interior’ de si mesmo sem a corporeidade”, inclusive porque “a corporeidade mesma de todo o sujeito serve à autoconsciência na medida em que é necessário antes sair de si para depois entrar em si” (Cerqueira, 2002, p. 71):

Enquanto o homem não sai do corpo, ignora-se, e só quando dele sai se conhece [...]. Para que o homem se conheça, há de entrar em si mesmo; e este sair de si, é entrar em si; porque é sair do exterior do homem, que é corpo, e entrar e penetrar no interior dele, que é a alma (Vieira, **As Cinco Pedras da Funda de Davi**, 2003 [1674], II).

Por isso, não levar em conta o papel da experiência e dos sentidos, e supor, com a tradição racionalista surgida no século XVII, que “a visão interior” de si mesmo vem exclusivamente por intermédio da razão (Cerqueira, 2002, p. 85-86), é recair em erro, uma vez que é “o homem um composto [...] formado de duas partes tão distintas como lodo e divindade, ou quando menos uma parte dela” (Vieira, **As Cinco Pedras da Funda de Davi**, 2003 [1674], II). Esta concepção, decerto, reflete sua posição em face do agostinismo no interior do aristotelismo. Com efeito, Tomás de Aquino, apoiado em uma tese de Agostinho de acordo com a qual “o homem não é só alma, nem só corpo, mas [...] simultaneamente alma e corpo” (**Suma Teológica**, 2002 [1267-1269], I, q. LXXV, a. IV), reitera a ideia de que, ainda que a alma seja subsistente, ela só é completa por natureza, ou melhor, só há um homem, uma pessoa, ou um *eu* em razão de sua indissociável união com o corpo. O mesmo Agostinho, em que se apoia Tomás quanto à inseparabilidade das duas partes de que é constituído o homem, é aquele que, refletindo sobre a conversão de Vitorino, chama a atenção para o fato de viver, frente às duas vontades que nele coabitavam, uma ambiguidade no querer, reveladora da comparticipação do eu tanto no corpo quanto no espírito (Cerqueira, 2002, p. 71):

Assim compreendia, por experiência própria, aquilo que lera – de que modo a carne tem desejos contra o espírito e o espírito contra a carne – e eu, na verdade, estava em ambos, mas estava mais naquilo que em mim aprovava do que naquilo que em mim não aprovava. Pois já aí havia mais de não eu, porque, em grande parte, mais o sofria contra a vontade, do que fazia querendo [...] porque, querendo, eu tinha chegado aonde não queria (Agostinho, **Confissões**, 2001 [400], VIII, V, 10-11).

De fato, da possibilidade moral de alguém vir a se libertar da primazia de uma vontade carnal, ou de “estar mais naquilo que em mim aprovava”, não se segue, de modo algum, a hipótese de aniquilamento, ou de exclusão da esfera da corporeidade e das necessidades dela derivadas: “e, assim, existem duas vontades, porque uma delas não é completa, e está presente numa aquilo que falta à outra” (Agostinho, **Confissões**, 2001 [400], VIII, IX, 21). É certo que a vontade espiritual tem seu surgimento posterior em relação às “inatas” necessidades corporais, e as excede, mas sem as excluir, uma vez que são inerentes à vida biológica humana, do que se segue que, nesta visão dialética, exceder não se sinonimiza com excluir. Portanto, uma vez que é preciso que o homem “saia” de seu exterior, que é corpo, para que depois possa “entrar dentro em si”, isto é, se e na medida

em que a necessidade moral só se afirma quando se sobrepõe às necessidades corporais, ela implica, e não pode ser de outro modo, a corporeidade.

Entretanto, este papel exercido pela corporeidade na “visão interior” de si mesmo não contradiz a ideia de que é tão somente por meio do conhecimento de si enquanto espírito que o homem pode vir a se identificar e afirmar sua superioridade ontológica sobre os animais: “o pó, o lodo, o corpo, não é eu; eu sou a minha alma [...] o homem visto pela parte do corpo se ignora, e visto ou considerado pela parte da alma se conhece [...]. Porque quem vê o corpo, vê um animal; quem vê a alma, vê ao homem” (Vieira, **As Cinco Pedras da Funda de Davi**, 2003 [1674], II). Esta superioridade humana, de cunho ontológico, se deve ao fato de que, enquanto aos animais só é dado o ser e o viver, ao homem é concedido, além destas duas instâncias, o entender, ou a inteligência, que é a capacidade de “‘ver dentro’ todas as coisas, a começar por si mesmo” (Cerqueira, 2002, p. 88). Tanto é assim que, por meio da inteligência, o homem se torna até mesmo capaz de dominar os animais que o superam em força e que apresentam maior proficiência no uso de outros sentidos, do mesmo modo que, imbuído da “força do conhecimento de si mesmo”, o pequenino Davi “triunfou com as mãos, porque já havia triunfado com os pensamentos” o gigante Golias (Vieira, **As Cinco Pedras da Funda de Davi**, 2003 [1674], I):

Tendo isso em vista, é indubitável que as preocupações de Agostinho e Vieira, assim como ocorre nas **Meditações** de Descartes, é a de orientar-se pelo pensamento, ou pelo espírito. Agostinho, embora não conceba o homem fora dos domínios da união da alma com o corpo, isto é, ainda que creia “não ser o homem apenas a alma nem somente o corpo, mas a alma e o corpo juntos”, acentua que, dentre estas duas partes que compõem a natureza humana, a superior e a mais nobre é, de fato, a alma. Afinal, é tão somente por meio da alma que o homem pode saber, com certeza, que existe, que vive e, especialmente, que entende: “a alma sabe que existe e vive, como existe e vive a inteligência. Ninguém duvida que aquele que entende está vivo [...] a alma humana, porém, vive, entende e existe, de modo peculiar e mais nobre” (Agostinho, **A Trindade**, 1994 [400-416], X, X, 13). Em outras palavras: do fato de o homem saber que existe por intermédio da inteligência, se segue, como consequência, a possibilidade de ver-se a si mesmo não só como realidade externa e como um vivente sujeito à causalidade da natureza, mas como alguém a quem é permitido fundar sua própria existência como espírito. Assim sendo, é tão somente por essa via que poderemos justificar nossa tese quanto ao fato de visualizarmos, em Agostinho, a fonte mais remota do sentido de consciência de si como inteligência:

Julgo que de nenhum modo a consciência pode ser má, a não ser que, transformando a palavra, digamos, ‘consciência’ no lugar de ‘experiência’. Com efeito, experimentar nem sempre é bom, como acontece quando se passa pela experiência de suplícios. Realmente, como poderá ser um mal aquilo a que chama pura e propriamente consciência, dado que se alcança com a razão ou a inteligência? (Agostinho, **Diálogo sobre o livre-arbítrio**, 2001 [387-395], I, VII, 17).

Vieira, por sua vez, e certamente convergindo com o pensamento agostiniano, vinca, em seu **Sermão da Sexagésima** (1655), contemporaneamente às **Meditações Metafísicas** (1641), o sentido de conversão como princípio de inteligência, isto é, como condição de o homem, por meio da “visão interior” de si mesmo, libertar-se do determinismo da natureza e fundar sua própria existência como espírito, e não como corpo: “Que coisa é a conversão de uma alma senão entrar um homem dentro em si, e ver-se a si mesmo?” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], III):

Para um homem ver-se a si mesmo, são necessárias três coisas: olhos, espelho e luz. Se tem espelho e é cego, não se pode ver por falta de olhos; se tem espelho e olhos, e é de noite, não se pode ver por falta de luz [...]. Para esta visão são necessários olhos, é necessária luz e é necessário espelho. O pregador concorre com o espelho, que é a doutrina; Deus concorre com a luz, que é a graça; o homem concorre com os olhos, que é o conhecimento (*ibidem*).

Assim, se e na medida em que o sentido de consciência de si como inteligência é um dos motes característicos do pensamento vieiriano, este é, *ipso facto*, um dos motivos pelos quais o associamos a Descartes quanto à exigência do conhecimento de si como espírito e, obviamente, a razão pela qual o consideramos uma ponte entre Agostinho e os modernos. No entanto, este sentido de consciência como inteligência em Vieira é indissociável da ação doutrinária e educativa do pregador, uma vez que, diferentemente de uma consciência de si fundada em um caráter *a priori*, autônoma de todo e qualquer fator externo, a autoconsciência inerente à conversão é caracterizada pela dependência de um fator externo. Isso porque, conquanto a transição, impressa por Descartes, de um sentido de autoconsciência inerente à conversão para o princípio ontológico no qual “a própria existência tem seu fundamento na consciência de si como pensamento”, Vieira manteve-se sob a vigência “do antigo princípio teológico de que a própria existência se funda na universalidade da conversão, entendida a conversão como a visão interior de si mesmo mediante o auxílio do pregador” (Cerqueira, 2001, p. 17). Esta concepção, certamente, é o reflexo da presença do agostinismo no interior do aristotelismo em Vieira. De fato, esta

ideia já está em Agostinho, quando, refletindo sobre a conversão de Vitorino, destaca que o este só pôde possuir firmeza moral e libertar-se do jugo de uma vontade carnal que o fazia recear perder os amigos, as riquezas, as honras e as glórias no momento em que Simpliciano, fazendo o papel do pregador, o levou a ver-se a si mesmo “como réu de um grande crime, por se envergonhar dos mistérios da humildade do teu Verbo e não se envergonhar das cerimônias sacrílegas dos soberbos demônios” (Agostinho, **Confissões**, 2001 [400], VIII, II, 4).

No entanto, “a ação doutrinária e educativa (do pregador) para esse fim não se justificaria sem uma compreensão clara do intelecto como ‘luz interior’”. Neste sentido, há que se distinguir essa necessidade em Vieira quando afirma que “não pode o homem entrar dentro em si e ver-se a si mesmo” se não “concorre com os olhos, que é o conhecimento”. Embora isso remeta, no âmbito do aristotelismo a que pertence Vieira por formação, à tese de Aristóteles segundo a qual o intelecto agente é uma certa luz interior (Aristóteles, **De anima**, 2006 [335-322 a.C], III, 5), também está de acordo com Agostinho, quando este demonstra ser consenso universal que, assim como o homem exterior é “dotado de sentidos corporais”, por entremeio dos quais “percebe por eles os corpos”, o homem interior, por sua vez, “é dotado de inteligência”, de sorte que, possuindo esta “visão interior”, lhe é facultada a possibilidade de “entrar dentro em si” e conhecer-se a si mesmo. Harmonizando-se Agostinho com a supracitada concepção aristotélica, podemos observar que o que um dos sentidos “nos revela há de valer para os outros. Por isso, apoiemo-nos principalmente no testemunho da visão [...] o mais excelente dos sentidos e, ainda que de outro gênero, mostra-se o mais próximo à visão da inteligência” (Agostinho, **A Trindade**, 1994 [400-416], XI, I, 1).

Assim, tendo em vista, por um lado, a necessidade da “luz interior” inerente ao intelecto agente na visão de si mesmo e, por outro, a evidência de que o concurso de Deus “não falta, nem pode faltar”, a responsabilidade pelo fato de que “não há um homem que em um Sermão entre em si e se resolva” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], II), só pode estar, em consequência, na inaptidão do pregador: “se a palavra de Deus até dos espinhos e das pedras triunfa [...] não triunfar hoje a palavra de Deus [...] não é por culpa nem por indisposição dos ouvintes”. Esta questão, destarte, implica “a ideia de participação da luz divina pela criatura racional” (Cerqueira, 2000, p. 223). Neste sentido, Vieira reflete o pensamento de Tomás no interior do aristotelismo: “porque assim como o que tem fogo e não é o fogo, tem o fogo por participação, também o que tem o ser e não é o ser, é um ente

por participação” (Aquino, **Suma Teológica**, 2002 [1267-1269], I, q. LXXIX, a. IV). Tomás, com efeito, assumindo o propósito de demonstrar que o intelecto agente é parte da alma, e não algo separado dela, afirma que é necessário que haja, para além da “alma intelectual do homem, um intelecto superior que lhe dá a potência de conhecer”. Afinal, o intelecto humano, uma vez “móvel e imperfeito, pressupõe a existência de algo que é essencialmente essa coisa, e que é imóvel e perfeito”. Por conseguinte, “é preciso afirmar na alma humana uma potência que participa do intelecto superior, e pelo qual ela torna os inteligíveis em ato [...]. Deve portanto, haver um intelecto superior que ajuda a alma a conhecer” (Aquino, **Suma Teológica**, 2002 [1267-1269], I, q. LXXIX, a. IV). Diante da tese de Aristóteles, o qual compara o intelecto agente “à luz que é algo difundido no ar”, e de Platão, o qual compara “o intelecto separado ao sol que imprime sua luz em nossas almas”, Tomás afirma que “o intelecto separado, conforme o ensino de nossa fé, é o próprio Deus, criador da alma, e em quem ela é unicamente bem-aventurada”. Daí concluir que “é portanto por ele que a alma humana participa da luz intelectual”. Na **Suma Contra os Gentios** (Aquino, **Suma contra os gentios**, 1990 [1259-1265], livro III, LVII, 1), Tomás lembra que qualquer intelecto, seja do grau que for, pode participar da visão divina: “como para a visão da substância divina o intelecto criado é elevado por uma certa luz natural [...] não há intelecto criado de tal modo inferior, quanto à sua natureza, que não pode ser elevado a essa visão”. Donde afirmar que, “pelo exposto é refutado o erro de alguns que diziam que a alma humana, por mais elevada que estivesse, não alcançaria o nível dos intelectos superiores”. É neste espírito que Tomás vinca a ideia de que pela visão de Deus participa-se da vida eterna (Aquino, **Suma contra os gentios**, 1990 [1259-1265], livro III, LXI). De fato, apesar de a alma inteligível ser a última da ordem dos inteligíveis, ela tem a sua substância elevada acima da matéria corpórea e independente dela. Assim, se a operação dessa alma, por um lado, é material, por meio da qual ela se une às coisas inferiores e temporais, por outro, todavia, “ela participa da eternidade, pela sua operação, pela qual se une às coisas superiores intemporais. Ora, assim é o mais alto grau da visão da substância divina”. Daí concluir que “por meio desta visão participa da eternidade e, pela mesma razão, qualquer outro intelecto criado que vê a Deus”. Posto isso, a inaptidão do pregador em levar o ouvinte a “entrar dentro em si e ver-se a si mesmo” consiste no “fracasso da ação doutrinária e educativa em elevar o intelecto à luminosidade da luz do criador, sob a qual o homem torna-se capaz de ver-se a si mesmo na estranha ambiguidade de sujeito e objeto do conhecimento” (Cerqueira, 2000, p. 224).

Tomando a concepção de Tomás como ponto de partida, podemos avançar para o problema histórico que enfrenta o pregador do século XVII, mais precisamente o “de elevar a consciência empírica ao nível de universalidade da mensagem cristã, mas sem reduzir a interpretação do texto religioso a uma concepção racionalista da linguagem” (Cerqueira, 2000, p. 224). O fato é que, tanto para Agostinho quanto para Vieira, isto é, para todo o pensamento elaborado por cristãos, as palavras, mais que representar a expressão e formulação de ideias, como é próprio, obviamente, do espírito racionalista do século XVII, revelam o “‘homem interior’ no sentido de que ele usa de um sistema de sinais para significar a própria vontade” (Cerqueira, 2000, p. 224). Este sentido de autoconsciência mediante o auxílio do pregador, reclama, certamente, “uma teoria acerca do uso das palavras” (Cerqueira, 2000, p. 224):

Antigamente se convertia o mundo, hoje por que se não converte ninguém? Porque hoje pregam-se palavras e pensamentos, antigamente pregavam-se palavras e obras. Palavras sem obras, são tiros sem balas; atroam, mas não ferem [...]. Basta que havemos de trazer as palavras de Deus a que digam o que nós queremos, e não havemos de querer dizer o que elas dizem! (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], IV e IX).

E é exatamente a partir dos aspectos inerentes à linguagem que se dará a interpelação de Vieira aos pregadores de seu tempo. Com efeito, tendo em vista que “assim como Deus não é hoje menos Onipotente, assim a sua palavra não é hoje menos poderosa do que dantes era” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], II), se o pregador não concorre mais para a “visão interior” de si mesmo, é porque suas “palavras são palavras, mas não são palavras de Deus” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], IX). E, ainda que se possa objetar que, em seus sermões, utilizavam-se, basicamente, do texto bíblico, se não há a tentativa, por parte do pregador, de elevar-se e elevar a consciência do ouvinte à universalidade da mensagem cristã, isto é, se se limitam a pregar “palavras de Deus”, e não “a palavra de Deus”, os pregadores não concorrem, outrossim, para a “visão interior” de si mesmo. Afinal, o fim do Sermão, a conversão, depende, inexoravelmente, que a pregação se fundamente nas palavras que o texto, a priori, já quer dizer, como condição para que o pregador possa atingir o que está para além da realidade das línguas pátrias: “as palavras de Deus pregadas no sentido em que Deus as disse, são palavras de Deus, mas pregadas no sentido que nós queremos, não são palavras de Deus”. Portanto, se as palavras do pregador não se conformam ao sentido mesmo das palavras divinas, o Sermão será infrutífero, uma vez que, neste sentido, os pregadores se circunscrevem a

tomar as palavras divinas “pelo que toam, e não pelo que significam, e talvez nem pelo que toam” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], IX). Dessa maneira, se trazemos “as palavras de Deus a que digam o que nós queremos e não ao que elas querem dizer” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], IX), não haverá, decerto, “um homem que entre em si e se resolva”. Sobre a universalidade da lei divina, Vieira está de acordo com Agostinho, quando este afirma que:

E então aquela lei, a que chamamos razão suprema, à qual se deve obedecer sempre, pela qual os maus merecem ser infelizes e os bons ter uma vida feliz, e pela qual a outra lei, que dissemos que se devia chamar temporal, se estabelece com justiça e, também com justiça, se altera: poderá parecer, a alguém capaz de refletir, que não é imutável e eterna? (Agostinho, **Diálogo sobre o livre-arbítrio**, 2001 [387-395], I, VI, 15).

Mais que isso, porém, para que o pregador possa, de fato, se revestir de autoridade e elevar a consciência dos ouvintes à universalidade da mensagem divina, é necessário também que ele queira o que elas dizem, de modo que se evite que, ainda que “as palavras” proferidas nos Sermões sejam “verdadeiras”, as “testemunhas” sejam “falsas” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], IX). Afinal, é o fim, mas enquanto querido, o que “move o indivíduo a agir em conformidade à razão, aprendendo e conhecendo, subordinando-se a princípios, regras e leis” (Cerqueira, 2000, p. 226). O sentido desta virtude intelectual já se encontra, sem dúvida, em Aristóteles, quando define o bem como um fim desejável, ou como aquela virtude ou excelência que, apoiado “em uma atividade da alma segundo a razão [...] sempre se escolhe por si mesmo e nunca por outra coisa” (Aristóteles, **Ética Nicomáquea**, 2000 [335-322 a.C], I, 7 1097a, 30; 1098a, 5). No entanto, à simples função da alma, que faz com que o continente “obedeça a razão [...] pois em tudo concorda com a razão” (Aristóteles, **Ética Nicomáquea**, 2000 [335-322 a.C], I, 13, 1102b, 25), acrescenta a ideia de que as ações virtuosas são, para o homem reto, “por si mesmo agradáveis” (Aristóteles, **Ética Nicomáquea**, 2000 [335-322 a.C], I, 8, 1099a, 20), o que o faz querer aquilo que sabe fazer.

O pregador que, (i) além de não dizer o que as palavras *a priori* querem dizer, (ii) não quiser para si o que elas querem, isto é, se (i) além de não elevar a consciência do ouvinte à universalidade das palavras divinas, (ii) não se conformar a uma experiência “da qual participa concreta e historicamente segundo a própria vontade” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], IX), ele se comportará como os atores no palco, porquanto inteiramente destituído do compromisso com a verdade:

São fingimentos, porque são sutilezas e pensamentos aéreos, sem fundamento de verdade; são comédias, porque os ouvintes vêm à pregação como à comédia; e há pregadores que vêm ao púlpito como comediantes [...]. Pouco disse S. Paulo em lhe chamar comédia, porque muitos sermões há, que não comédia, são farsa (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], IX).

Em contrapartida, o pregador que assume única e exclusivamente o compromisso com a verdade, aderindo voluntariamente ao sentido das palavras e querendo o que elas querem, lhe será indiferente “pregar com fama e sem fama” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], X): “pregar o que convém, ainda que seja com descrédito de sua fama, isso é ser pregador de Jesus Cristo” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], X). Neste sentido, Vieira se propõe converter aqueles homens de “entendimento agudo”, que “vêm só a ouvir sutilezas, a esperar galantarias, a avaliar pensamentos”, assim como os de “vontade endurecida” (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], III), ou melhor, naqueles homens em que, tal qual Agostinho, se consolidara em mecanismo uma vontade carnal:

Que médico há que repare no gosto do enfermo, quando trata de lhe dar saúde? Sarem, e não gostem; salvem-se, e amarga-lhes, que para isso somos médicos das almas. Quais vos parece que são as pedras sobre que caiu parte do trigo do Evangelho? Explicando Cristo a Parábola diz, que as pedras são aqueles que ouvem a pregação com gosto [...]. Pois será bem que os ouvintes gostem, e que no cabo fiquem pedras?! Não gostem e abrandem-se; não gostem, e quebrem-se; não gostem, e frutifiquem [...]. De maneira que o frutificar não se ajunta com o gostar, senão com o padecer; frutifiquemos nós, e tenham eles paciência (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], III).

Assim sendo, as “três coisas necessárias para um homem ver-se a si mesmo” concorrem para que o ouvinte possa, de fato, “ver-se a si mesmo como réu de um grande crime”, “envergonhar-se da vaidade”, para, finalmente, “ter vergonha perante a verdade” que se lhe impõe, de sorte que, dessa visão interior de si mesmo em erro e em pecado, possa advir um sofrimento que é estritamente moral e, em consequência, a hipótese de ver-se sujeito a uma necessidade espiritual que tem em vista a superação da indiferença e do determinismo da natureza:

A pregação que frutifica, a pregação que aproveita, não é aquela que dá gosto ao ouvinte, é aquela que lhe dá pena. Quando o ouvinte a cada palavra do pregador treme; quando a cada palavra do pregador é um torcedor para o coração do ouvinte; quando o ouvinte vai do sermão para a casa confuso e atônito, sem saber parte de si, então é a pregação qual convém, então se pode esperar que faça fruto [...]. Algum dia vos enganastes tanto comigo, que saíeis do sermão muito contentes do pregador; agora quisera eu desenganar-vos tanto, que saíeis muito

descontentes de vós [...]. O que devemos pretender nos nossos sermões, não que os homens saiam contentes de nós, senão que saiam muito descontentes de si; não que lhe pareçam bem os nossos conceitos, mas que lhe pareçam mal os seus costumes, as suas vidas, os seus passatempos, as suas ambições, e enfim, todos os seus pecados. Contanto que se descontentem de si, descontentem-se embora de nós (Vieira, **Sermão da Sexagésima**, 2003 [1655], X).

Este sentimento de desagravo por detectar em si mesmo a sujeição à incontinência e a uma vontade carnal que, com o “peso do hábito”, havia-se consolidado em mecanismo, está presente tanto no episódio da conversão de Vitorino, quando “a si mesmo se viu como réu de um grande crime” e, por esta razão, “se envergonhou da vaidade e teve vergonha perante a verdade” (Agostinho, **Confissões**, 2001 [400], VIII, II, 4) quanto no momento da conversão de Agostinho: “quando, do mais íntimo recôndito da minha alma, uma profunda meditação arrancou e acumulou toda a minha miséria diante do olhar do meu coração” (Agostinho, **Confissões**, 2001 [400], VIII, XII, 28). Com efeito, na medida em que a conversão religiosa é condição inexorável para que o sujeito “possa entrar dentro em si e ver-se a si mesmo” e, assim, detectar a sua singularidade e sua finitude, vindo a se angustiar, ou a se desagravar consigo mesmo ao reconhecer-se em erro e em pecado, ela é, irrefragavelmente, princípio da autoconsciência:

Ponticiano contava isto e tu, Senhor, enquanto ele falava, voltavas-me para mim mesmo, arrancando-me das minhas próprias costas, onde eu me tinha posto, porque não queria ver-me, e colocavas-me diante do meu rosto, para que visse quão torpe eu era, quão disforme e sujo, impuro e coberto de chagas. E eu via e horrorizava-me, e não havia para onde fugir de mim. E se tentava afastar de mim o meu olhar, Ponticiano contava o que contava, e tu me punhas de novo defronte de mim, e atiravas-me para diante dos meus olhos, para que descobrisse a minha iniquidade e a odiasse (Agostinho, **Confissões**, 2001 [400], VIII, VII, 16).

Tanto quanto Vieira, Agostinho sustenta a ideia de que a autoconsciência inerente à conversão religiosa representa um salto qualitativo do ente moral frente aos que, em momento algum, veem-se a si mesmos em erro: “pois também tu, ó Pai misericordioso, te alegras mais por uma pessoa que faz penitência do que por noventa e nove justos que não precisam de penitência” (Agostinho, **Confissões**, 2001 [400], VIII, III, 6). A visão de si mesmo como refém de uma vontade carnal consolidada em mecanismo, ou como servo de si mesmo em virtude da submissão ao determinismo da natureza é, de fato, o momento da libertação, da qual se segue a possibilidade de alguém, por meio de sua consciência moral, ver-se sujeito a uma necessidade espiritual e de acrescentar, ao seu ser, o dever.

4 Considerações finais

Embora não nos seja lícito ignorar que muitos foram os que, de um modo ou de outro, depararam-se com a necessidade de problematizar o mal, defendemos a hipótese que foi com Agostinho que a questão se apresentou em sua significação propriamente filosófica e universal. Para que tal hipótese pudesse ser confirmada, todos os nossos esforços se deram no sentido de demonstrar que o pensador, ao ter em vista a subjetividade do vivido, e ao conceber o mal como um sentimento constituinte da estrutura ontológica da vida humana, soube reconhecer a significação universal do problema e transcender os limites do mundo antigo e medieval. Tanto é assim que nos foi possível comprovar que, em virtude de sua abordagem, Agostinho estabeleceu uma doutrina que, além de ter ressoado por toda filosofia medieval, se estendeu também aos modernos, como fonte de referência para a ideia de que a vontade, com a qual somos capazes de agir bem, evitando o erro e o pecado, e com a qual vivemos felizes, não se encontra sob o mecanismo da necessidade natural, mas implica a liberdade.

Deste modo, buscamos reiterar que sua visão do mal é fundamental para a compreensão do problema da ação moral no mundo moderno, razão pela qual optamos por retomar a questão em vista de sua visão do problema em sua significação ontológica, e não teológica. Com efeito, na medida em que toda a problematização foi situada na esfera da consciência, isto é, no sujeito consciente de si como inteligência e liberdade, pudemos corroborar, de fato, a tese de que a doutrina agostiniana é capaz de despertar um vivo interesse que não se circunscreve aos aspectos históricos e teológicos do problema e, outrossim, de tornar-se digna de atenção para todo aquele que se dedica ao pensamento moral no ocidente.

Longe de ter sido uma mera escolha aleatória, o fato de termos girado a nossa pesquisa em torno ao livro VIII das Confissões deveu-se à nossa hipótese de que foi exatamente aí que a questão, considerando-se o problema da luta das vontades, se revelou em sua significação ontológica. Com efeito, fomos levados a perceber que toda discussão de Agostinho estava inteiramente centrada no espírito humano e circunscrita ao mundo do vivido na medida em que este livro girava em torno ao seu reconhecimento de que, por um lado, estava situado entre duas vontades contrárias entre si e, por outro, de que o motivo pelo qual era levado ao erro e ao pecado consistia na sua submissão, por ausência de firmeza moral, aos mandos de uma vontade carnal.

Propusemos que Agostinho, de uma forma ou de outra, instituiu a ideia de que o conhecimento de si enquanto espírito é condição de superação do mecanismo do hábito, de o indivíduo transformar-se em princípio de conhecimento e de ação, e portanto, de realização de “boas obras”. Por isso, fez-se necessário acrescentarmos a questão da autoconsciência a partir do problema da conversão. Deste ponto de vista, introduzimos o Padre Antônio Vieira, o qual apoiou-se, outrossim, em um sentido de conversão como princípio de inteligência e liberdade, isto é, como possibilidade de o homem, por meio da “visão interior” de si mesmo, libertar-se do determinismo da natureza e fundar sua própria existência como espírito, e não como corpo. Depreendemos daí que o conhecimento de si é condição de uso da razão, quer do ponto de vista prático, quanto à possibilidade de ação moral, quer do ponto de vista teórico, quanto à possibilidade de ciência universal. A aproximação que estabelecemos entre Agostinho e Vieira deveu-se ao fato de ambos terem, entre suas preocupações, a transformação de um homem, originariamente submetido ao mecanismo da natureza, e por isso mesmo falho e pecador, num ente moral. De posse disso, destacamos a compreensão de Agostinho e de Vieira de que deve deixar o homem de ser o que é por natureza para ser o que deve, isto é, o seu dever-ser. É neste sentido que os dois distinguiram, como os dois modos do ser do homem, o modo do ser natural e o modo do ser moral. Esta distinção, com efeito, se fundou no entendimento de que o homem, por um lado, encontra-se sujeito às determinações de leis eternas e universais, sendo assim não livre, ao passo que, se tomado pelo modo do ser em que o exercício da vontade e inteligência humanas concorrem para a realização de ações morais, ou seja, se concebido pelo modo do ser em que não está sujeito ao mero determinismo natural, pode ser pensado como livre.

Daí a necessidade de associarmos ao problema a distinção estabelecida por Kant entre a alma tomada como “fenômeno” e a alma tomada enquanto “coisa em si”. Finalmente, procuramos estabelecer uma relação entre Agostinho e Kant quanto à necessidade de evidenciar a significação prática da filosofia. Afinal, o esforço de ambos em salvaguardar a autonomia da vontade residiu, em última análise, na ideia de que sem a liberdade nada mais restaria, a não ser a esfera do mecanismo da natureza, na qual não cabe falar em moralidade. Destarte, vimos que Agostinho concordaria com Kant no que tange à concepção de que, para que se possa falar em moralidade, ou em ato moral, nada mais é preciso a não ser que a liberdade, pressuposto do ato moral, não se contradiga e não intervenha no outro reino, o “do mecanismo natural da própria ação”. Por isso, ainda que

estes filósofos estejam tão separados, não só historicamente como em função de seus interesses gerais, é clara a convergência que mantêm entre si quanto ao caráter transcendente da ação moral.

Finalmente, cabe ressaltar que se Agostinho, por um lado, concedeu um papel fundamental à conciliação entre liberdade e necessidade em vista do entendimento do problema do mal, e se em Kant, por outro, essa conciliação tem em vista a tarefa de evidenciar a significação prática do uso da razão, ambos se uniram na ideia de que a filosofia tem uma função essencialmente prática, o que consiste na tarefa de elevar o homem à consciência de si e fornecer-lhe a compreensão do próprio destino.

Referências

AGOSTINHO, S. [Aurelius Augustinus]. **Diálogo sobre o livre-arbítrio**. 2. ed. São Paulo, SP: Paulus, Diálogo sobre o Livre-Arbítrio. Introdução e tradução de Paula Oliveira e Silva. Lisboa: INCM, 2001 [387-395].

AGOSTINHO, S. [Aurelius Augustinus]. **Confissões**. Edição bilíngue. Trad., introd. e notas de Arnaldo do Espírito Santo, João Beato, Maria Cristina Pimentel, Manuel Barbosa Freitas e José Maria Rosa. Lisboa: INCM, 2001 [400].

AGOSTINHO, S. [Aurelius Augustinus]. **A Trindade**. Tradução e introdução de Agustino Belmonte. Petrópolis, RJ: Editora Vozes, 1994 [400-416].

AQUINO, T. **Suma contra os gentios (2 volumes)**. Tradução de D. Odilão Moura, O.S.B e D. Ludgero Jaspers, O.S.B. Revisão de Luiz Alberto de Boni. Porto Alegre, RS: Escola Superior de Teologia São Lourenço de Brindes: Sulina; Caxias do Sul: Universidade de Caxias do Sul, 1990 [1259-1265].

AQUINO, T. **Suma teológica: A criação, o anjo, o homem (Vol. II, parte I, questões 44-119)**. Edição bilíngue. Tradução de Aldo Vannucchiv, Bernardino Schreiber, Bruno Palma *et. al.* São Paulo, SP: Edições Loyola, 2002 [1267-1269].

ARNAULD, A.; NICOLE, P. **La logique de Port-Royal**. Paris: Éditions Gallimard, 1996 [1683].

ARISTÓTELES. **De anima**. Tradução de Maria Cecília Gomes dos Reis. São Paulo, SP: Editora 34, 2006 [335-322 a.C].

ARISTÓTELES. **Ética Nicomáquea**. Introducción por Emilio Lledó Íñigo. Tradución y notas por Julio Pallí Bonet. 5ª reimpresión. Madrid: Editorial Gredos, S.A., 2000 [335-322 a.C].

BÍBLIA SAGRADA. **Bíblia Sagrada (Bíblia de Jerusalém)**. Tradução de Comissão Bíblica Pontifícia. São Paulo, SP: Paulus, 2002.

CERQUEIRA, L. A. A projeção do aristotelismo português no Brasil. *In*: CERQUEIRA, L. A. (Org.). **Aristotelismo antiaristotelismo**: ensino de Filosofia. Rio de Janeiro, RJ: Editora Ágora da Ilha, 2000.

CERQUEIRA, L. A. Gonçalves de Magalhães e a idéia de Filosofia Brasileira. *In*: MAGALHÃES, D. J. G. **Factos do espírito humano**. Prefácio de Luiz Alberto Cerqueira. 3. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda, 2001.

CERQUEIRA, L. A. **Filosofia brasileira**: ontogênese da consciência de si. Petrópolis, RJ: Editora Vozes; Rio de Janeiro, RJ: FAPERJ, 2002.

DESCARTES, R. **Discours de la méthode**. Paris: Éditions Gallimard, 1979 [1637].

DESCARTES, R. **Méditations métaphysiques**. Traduction de Étienne Gilson. Paris: Éditions Gallimard, 1979 [1641].

DESCARTES, R. Discurso do método. *In*: **Obras Escolhidas**. Introdução de Gilles-Gaston Granger; prefácio e notas de Gérard Lebrun; tradução de J. Guinsburg e Bento Prado Júnior. 3. ed. São Paulo, SP: Bertrand Brasil, 1994 [1637].

HOMERO. **Odisseia**. 25. ed. Tradução e prefácio Carlos Alberto Nunes. Rio de Janeiro, RJ: Nova Fronteira, 2015 [ca. IX-VII a.C.].

KANT, I. **Crítica da razão pura**. Tradução de Manuela Pinto dos Santos; trad., introd. e notas de Alexandre Fradique Morujão. 4. ed. Lisboa: Ed. Calouste Gulbenkian, 1997 [1781].

KERKEGAARD, S. A. **O desespero humano**. Tradução de Carlos Grifo, Maria José Marinho, Adolfo Casais Monteiro. São Paulo, SP: Abril Cultural, 1979 [1849].

PUFENDORF, S. **De jure naturae et gentium**. Frankfurt, DE: Apud Johannem Anthonium & Hermannum à Sande, 1672.

SÓFOCLES. **Édipo Rei**. Prefácio, Tradução e Notas de J. B. de Mello e Souza. 17. ed. Rio de Janeiro, RJ: W. M. Jackson INC, 1953 [V a.C.].

VIEIRA, P. A. **Sermões** (Tomos I e II). Org. de Alcir Pécora. São Paulo, SP: Ed. Hedra, 2003.



Demarcações Epistemológicas: a Fronteira entre Ciência e Metafísica na Obra de Karl Popper

Jan Clefferson Costa de Freitas¹

Resumo: Este artigo apresenta uma análise e descrição das deliberações de Karl Popper para a demarcação epistemológica entre ciência e metafísica, com foco particular sobre a relevância metodológica do seu princípio de falseabilidade. Popper defendeu que uma teoria deve ser considerada científica apenas se for passível de refutação por meio de testes empíricos. Este critério sugere que a capacidade de um sistema teórico ser empiricamente testado e contestado tem um caráter fundamental para garantir a objetividade do conhecimento científico. Sendo assim, com base em uma metodologia multilateral que combina revisão bibliográfica, leitura aproximada e escrita criativa, o presente trabalho tem por finalidade investigar e evidenciar os critérios epistemológicos que permeiam o conjunto das ideias hipotético-dedutivas de Karl Popper. Em poucas palavras, o resultado idealizado nesta aventura conceitual consiste na demonstração teórico/empírica das importantes contribuições do pensador contemporâneo à filosofia da ciência.

Palavras-chave: Epistemologia; Filosofia da Ciência; Metafísica.

Epistemological Demarcations: the Boundary between Science and Metaphysics in the Work of Karl Popper

Abstract: This article presents an analysis and description of Karl Popper's reflections on the epistemological demarcation between science and metaphysics, with particular focus on the methodological relevance of his principle of falsifiability. Popper argued that a theory should be considered scientific only if it is susceptible to refutation through empirical testing. This criterion suggests that the ability of a theoretical system to be empirically tested and challenged is fundamental to ensuring the objectivity of scientific knowledge. Therefore, based on a multilateral methodology combining literature review, close reading, and creative writing, this study aims to investigate and elucidate the epistemological criteria that underlie Karl Popper's hypothetico-deductive ideas. In summary, the envisioned outcome of this conceptual adventure is to provide a theoretical/empirical demonstration of the significant contributions of the contemporary thinker to the philosophy of science.

Keywords: Epistemology; Philosophy of Science; Metaphysics.

Demarcaciones Epistemológicas: la Frontera entre Ciencia y Metafísica en la Obra de Karl Popper

Resumen: Este artículo presenta un análisis y descripción de las reflexiones de Karl Popper sobre la demarcación epistemológica entre ciencia y metafísica, con un enfoque particular en la relevancia metodológica de su principio de falsabilidad. Popper sostuvo que una teoría solo debe considerarse científica si es susceptible de refutación mediante pruebas empíricas. Este criterio sugiere que la capacidad de un sistema teórico para ser probado y cuestionado empíricamente es fundamental para garantizar la objetividad del conocimiento científico. Por lo tanto, basándose en una metodología multilateral que combina revisión bibliográfica, lectura cercana y escritura creativa, este estudio tiene como objetivo investigar y elucidar los criterios epistemológicos que subyacen a las ideas hipotético-deductivas de Karl Popper. En resumen, el resultado previsto de este esfuerzo conceptual es proporcionar una demostración teórico-empírica de las significativas contribuciones del pensador contemporáneo a la filosofía de la ciencia.

Palabras clave: Epistemología; Filosofía de la Ciencia; Metafísica.

¹ Doutor com Pós-Doutorado em Filosofia (UFRGS). E-mail: jancleffersonphil@gmail.com.

1 Introdução: a Distinção Popperiana entre a Ciência e a Metafísica

Karl Raimund Popper [1902-1994], proeminente filósofo do século XX, analisou o problema da demarcação como parte de uma investigação mais ampla tanto da natureza quanto da metodologia da ciência. Em *A Lógica da Pesquisa Científica*, obra publicada pela primeira vez em 1934, Popper oferece uma visão revolucionária da epistemologia e propõe critérios claros para distinguir teorias científicas de outras formas de conhecimento. Neste trabalho magistral, considerado na contemporaneidade uma pedra angular do pensamento científico: “Popper criticou fortemente os positivistas lógicos do Círculo de Viena, inaugurando uma filosofia que defendia o falibilismo epistemológico como um método crítico que adota a falseabilidade como um critério de demarcação entre as teorias científicas e as não científicas” (Penha, 2022, p. 373-374). As fortes críticas elaboradas pelo autor ao positivismo lógico e ao método indutivo, bem como a sua defesa da falseabilidade como princípio demarcatório da fronteira entre especulação filosófica e experiência empírica, ladrilharam o caminho em direção de uma reviravolta nos horizontes das ciências naturais e também humanas. A distinção delineada por Karl Popper entre enunciados científicos e concepções metafísicas vem a repercutir como um dos debates mais relevantes da atualidade dentro dos campos epistemológicos. Na citação subsequente ele define o trabalho dos cientistas:

Um cientista, seja teórico ou experimental, formula enunciados ou sistemas de enunciados e verifica-os um a um. No campo das ciências empíricas, para particularizar, ele formula hipóteses ou sistemas de teorias, e submete-os a teste, confrontando-os com a experiência, através de recursos de observação e experimentação. A tarefa da lógica da pesquisa científica, ou da lógica do conhecimento, é, segundo penso, proporcionar uma análise lógica desse procedimento, ou seja, analisar o método das ciências empíricas (Popper, 1972, p. 27).

O cerne da demarcação de Popper reside no conceito de falseabilidade. Ele argumenta que, independentemente da sua popularidade ou apelo intuitivo, uma teoria pode ser considerada científica apenas se for passível de ser refutada por evidências empíricas observáveis. O princípio da falsificação não apenas demarca o escopo do conhecimento científico, mas também possibilita a edificação de uma estrutura sólida para avaliar a robustez das mais diversas teorias epistemológicas. O filósofo em destaque “defende ser possível com a lógica dedutiva a validação de um enunciado, onde é permitida a falseabilidade de suas proposições e, assim, ser testada severamente sobre

todos os pontos para que se confirme sua aceitação” (Krohl, 2022, p. 2). A perspectiva popperiana estabelece um contraponto em relação ao que ele chama de critério de verificabilidade, sendo este atribuído ao círculo vienense e considerado insuficiente para distinguir a ciência da metafísica. Dito de outra maneira, a abordagem de Popper vai de encontro com a visão positivista anterior, segundo a qual um enunciado teórico só poderia ser considerado legítimo se pudesse ser verificado em termos indutivos. A ênfase de Popper na falseabilidade como critério de demarcação passa a ser, assim, uma resposta direta aos problemas epistemológicos encontrados na verificação indutiva, que ele compreendia como incapaz de garantir o avanço das teorias científicas de forma segura e legítima.

Karl Popper (1972) destaca a importância da falseabilidade como critério fundamental para distinguir o que são teorias científicas e não-científicas. Ele argumenta que as especulações, visto não poderem ser empiricamente testadas, ou seja, não serem falseáveis, devem ser consideradas metafísicas e, assim, de muito pouca ou quase nula similaridade com a ciência: “Desse modo, o elemento crucial do falseamento é saber se a nova teoria oferece alguma informação nova, excedente, comparada com sua predecessora, e se parte dessa informação excedente é corroborada” (Lakatos, 1979, p. 155). A ausência de uma margem falseável em quaisquer enunciados pretensamente epistemológicos permite que estas concepções perdurem sem jamais serem refutadas, o que as torna imunes à crítica empírica e as mantém fora do domínio correspondente ao método científico, além de impossibilitar uma comparação entre os sistemas teóricos precedentes e presentes, o que tem por consequência a interdição das inovações dentro das ciências:

Parece-me claro que especulações desse gênero são “metafísicas” e sem qualquer significado para a ciência. Parece igualmente claro que esse fato se associa à não-falseabilidade – isto é, ao fato de que sempre parecerá lícito, em quaisquer circunstâncias, aparentar certa indulgência para com essas especulações. Meu critério de demarcação parece, pois, ajustar-se muito bem ao uso comum que se faz do vocábulo “metafísica”. As teorias que se valem da probabilidade não serão, portanto, científicas – se não forem utilizadas com certas precauções. É preciso afastar seu emprego metafísico, se queremos que tenham alguma utilidade nas aplicações práticas da ciência empírica (Popper, 1972, p. 217-218).

No recorte precedente, Popper ressalta a importância de manter a ciência empiricamente fundamentada e livre de especulações não-falseáveis ou metafísicas: o que implica na demarcação de uma fronteira entre os enunciados pertencentes à epistemologia e aqueles correspondentes a outras áreas do saber. O filósofo defende uma perspectiva

crítica e orientada pela empiria na prática científica, quer dizer, uma abordagem por meio da qual as hipóteses são testificadas e refinadas de forma constante com base em evidências observacionais, de modo a garantir não somente a solidez e a confiabilidade do conhecimento científico, mas a possibilidade de que este esteja aberto à contestação através de fatos originários da experiência: “O falsificacionista vê a ciência como um conjunto de hipóteses que são experimentalmente propostas com a finalidade de descrever ou explicar acuradamente o comportamento de algum aspecto do mundo ou do universo. Todavia, nem toda hipótese fará isto” (Chalmers, 1993, p. 66). Nesse sentido, as teorizações científicas devem ser constituídas de maneira a incluir a possibilidade de refutação por evidências empíricas, de sorte que doravante o uso da probabilidade no âmbito epistemológico deve ser cuidadosamente controlado, mesmo que até certo ponto possa ter utilidade, a fim de evitar as digressões de uma experimentação metodológica para os domínios especulativos da metafísica. Com base nos critérios precedentes, Popper sugere que o ponto de partida para o traçado de uma linha demarcatória entre as ciências e os demais conhecimentos deve ser, seguramente, o princípio da falseabilidade.

Karl Popper (1972) apresenta a demarcação entre ciência empírica e outros sistemas teóricos, bem como evidencia que o critério de falseabilidade possibilita diferenciar com distinção e clareza os elementos pertencentes aos conjuntos da epistemologia e da metafísica, sem negar completamente o valor ou o sentido dos enunciados metafísicos. As concepções metafísicas, conforme interpretadas pelo autor, muitas vezes serviram de inspiração para as teorias norteadoras das ciências empíricas: “Embora o filósofo procure distinguir as teorias científicas das metafísicas, considerando as primeiras como testáveis ou refutáveis, e as últimas como irrefutáveis, admite que elas têm algumas características em comum, pois ambas são racionais” (Dias, 2022, p. 208-209). Por essa linha de entendimento principiológico, que preza pela diferença entre sistemas hipotéticos refutáveis e irrefutáveis nas suas pretensões de chegar à verdade, Karl Popper acena para o reconhecimento da filosofia como indispensável na formação do pensamento científico. Na citação subsequente fica evidente que o ideário metafísico, mesmo operante em um espaço epistemológico diferente, ou seja, não sujeito às exigências da empiria, ainda assim proporciona contribuições de relevância para o progresso das teorias científicas:

Efetivamente, nosso critério de falseabilidade estabelece uma distinção suficientemente precisa entre os sistemas teóricos das ciências empíricas e os

sistemas da Metafísica (e sistemas convencionais e tautológicos), sem, contudo, asseverar que a Metafísica é destituída de sentido (recordando que, sob uma perspectiva histórica, a Metafísica pode ser vista como a fonte de que brotam as teorias das ciências empíricas) (Popper, 1972, p. 345-346).

A citação em análise destaca a posição de Karl Popper em relação às ideias metafísicas. Estas últimas, na perspectiva do pensador, podem ser consideradas incompatíveis com os resultados esperados através da empiria. Ao adentrar o universo conceitual de Popper, o propósito deste trabalho vem a ser não apenas compreender a natureza da ciência sob sua ótica, mas também estimular reflexões de caráter crítico sobre os princípios epistemológicos que determinam as distinções entre conhecimento científico e outras formas de saber, como, por exemplo, a metafísica. Para alcançar esta finalidade vem a ser imprescindível proporcionar a compreensão de que: “Com o desenvolvimento do critério de falseabilidade, Popper pôde oferecer uma consistente proposta de demarcação entre enunciados científicos de um lado e enunciados metafísicos do outro” (Parmeggiani, 2023, p. 333). Além disso, pretende-se demonstrar em que medida a demarcação popperiana afeta os mais diferentes campos científicos, desde as ciências naturais até as humanas, bem como de que maneira ela desafia o convencionalismo das concepções acerca do que poderia constituir o cerne da investigação científica. Em linhas gerais, este artigo pretende oferecer, através de uma metodologia que gravita em volta da leitura aproximada, escrita criativa e revisão bibliográfica, uma análise e descrição abrangentes da fronteira entre ciência e metafísica na obra de Karl Popper, para fins de apresentar como resultado uma possível compreensão dos limites tanto da atividade epistemológica quanto da reflexão filosófica.

2 Os Critérios Metodológicos da Epistemologia Dedutiva de Karl Popper

Karl Popper (1972) questiona a validade dos enunciados universais que supostamente derivam da experiência, como as hipóteses e teorias das ciências empíricas muitas vezes consideradas verdadeiras, desenvolvidas com base em um método indutivo. Ele observa que as experiências podem fornecer apenas observações ou resultados específicos, exposições singulares, e não generalizações universalmente válidas. Expresso com outra formulação: “não se pode fazer derivar um conhecimento absolutamente verdadeiro e consolidado na forma de um enunciado universal a partir de observações singulares, mesmo que altamente regulares” (Parmeggiani, 2023, p. 324). Dessa maneira,

qualquer inferência sobre a verdade de proposições universalizantes realizada a partir de um experimento vem a ser logicamente falha, visto não haver garantias de que os eventos futuros seguirão padrões observados no passado. O problema da indução, do ponto de vista popperiano, constitui um desafio central na filosofia da ciência relacionado à justificação da universalidade das declarações fundamentadas na experimentação. A crítica do autor às limitações do indutivismo pode ser compreendida na seguinte citação:

O problema da indução também pode ser apresentado como a indagação acerca da validade ou verdade de enunciados universais que encontrem base na experiência, tais como as hipóteses e os sistemas teóricos das ciências empíricas. Muitas pessoas acreditam, com efeito, que a verdade desses enunciados universais é “conhecida através da experiência”; contudo, está claro que a descrição de uma experiência – de uma observação ou do resultado de um experimento – só pode ser um enunciado singular e não um enunciado universal (Popper, 1972, p. 28).

Popper propõe um método alternativo fundamentado na dedução e na falsificação das proposições, ao argumentar com plausibilidade que as teorias científicas devem ser formuladas de modo a serem suscetíveis a testes e potencialmente refutáveis por evidências empíricas. O critério demarcatório entre cientificidade e especulação por ele apresentado está erigido sobre os alicerces da experiência, o que não se aplica aos postulados constituintes da esfera metafísica: “a testabilidade proposta pelo filósofo, não deve ser vista como um critério de rejeição, mas sim de distinção e, tampouco, deve ser identificada com um critério de sentido, que visa atribuir valor a um determinado sistema teórico em detrimento de outro” (Dias, 2023, p. 207). O contraponto de Popper à indução tem implicações significativas para a metodologia da ciência, pois evidencia a falibilidade do indutivismo na tentativa de estabelecer os enunciados universalizantes como epistemologicamente verdadeiros a partir das suas singularidades proposicionais. A sua abordagem dedutiva de prova ressalta a importância da crítica e da revisão contínua do conhecimento científico com base em dados observáveis, em vez de confiar nas formulações indutivas que não podem nem poderão oferecer uma base lógica para o estabelecimento de verdades universais, sendo estas últimas se não quase inexistentes, então muito distantes do domínio e do propósito das ciências.

Karl Popper (1972) discute as diferentes linhas pelas quais uma teoria pode ser testada ou provada. A multilateralidade destes critérios enfatiza a importância da crítica na construção e validação do conhecimento científico, sendo estes alicerces e validações lastreados não apenas na lógica interna das teorias, mas também na capacidade destas de

enfrentar problemas e prever fenômenos observáveis no mundo empírico. Simplificado em outras palavras: “Tal procedimento, além de assegurar a racionalidade da ciência, permite justificar racionalmente a escolha entre teorias concorrentes e, por conseguinte, o avanço em direção da verdade” (Moreira Filho, 2014, p. 8). Esta principiologia não se aplica nos conjuntos especulativos, metafísicos e filosóficos, por mais que nestes também exista uma certa busca pela verdade. Na perspectiva popperiana, a comprovação de um sistema teórico pode vir a ser obtida a partir da aplicabilidade empírica das conclusões que dele sejam dedutíveis, o que implica em testificar as previsões práticas da teorização por meio de experimentos ou observações. O autor apresenta quatro abordagens distintas para submeter as formulações teóricas à prova dedutiva, cada uma delas a destacar os diversos aspectos do processo de avaliação científica:

Poderemos, se quisermos, distinguir quatro diferentes linhas ao longo das quais se pode submeter a prova uma teoria. Há, em primeiro lugar, a comparação lógica das conclusões umas às outras, com o que se põe à prova a coerência interna do sistema. Há, em segundo lugar, a investigação da forma lógica da teoria, com o objetivo de determinar se ela apresenta o caráter de uma teoria empírica ou científica, ou se é, por exemplo, tautológica. Em terceiro lugar, vem a comparação com outras teorias, com o objetivo sobretudo de determinar se a teoria representará um avanço de ordem científica, no caso de passar satisfatoriamente as várias provas. Finalmente, há a comprovação da teoria por meio de aplicações empíricas das conclusões que dela se possam deduzir (Popper, 1972, p. 33).

As diversas abordagens para a prova dedutiva de teorias propostas por Popper destacam a complexidade do processo de validação científica. O autor faz menção à comparação lógica das conclusões dentro do sistema teórico, a fim de avaliar a consistência não-contraditória de umas com as outras, assim como procura determinar se a teoria possui características que a tornam empírica ou se não passa de uma mera tautologia, com o propósito de identificar se os dados teóricos são suscetíveis à testagem e se produzem conteúdo informativo sobre o mundo. Com lastro nesse procedimento torna-se inteligível que: “A ideia do método hipotético-dedutivo não é a reconstituição da descoberta por todas as fases a qual passou até ser formulada, mas sim avaliar as variáveis para que possa ser devidamente testada” (Krohl, 2022, p. 6). Não obstante, o filósofo sugere a disposição de novo quadro comparativo, dessa vez entre as teorizações precedentes e concorrentes, como teste para avaliar o presente progresso do conhecimento científico. Por conseguinte, Popper reconhece a comprovação de quaisquer formulações teóricas através de uma aplicação das conclusões deduzidas em situações empíricas. As

quatro linhas de prova acima descritas refletem uma abordagem crítica, abrangente e empiricamente fundamentada para a realização das investigações científicas.

Karl Popper (1972) enfatiza não somente a importância da definição precisa do conceito de ciência empírica, mas também acena para a relevância da demarcação clara entre os enunciados científicos e metafísicos. Ele reconhece que, apesar das contribuições históricas da metafísica para o desenvolvimento da epistemologia, transparecer uma distinção entre as duas referidas áreas do conhecimento vem a ser indispensável ao desenvolvimento da prática científica. Por essa razão: “Quanto maior for o número de teorias conjecturadas, que são confrontadas pelas realidades do mundo, e quanto mais especulativas forem essas conjecturas, maiores serão as chances de avanços importantes na ciência” (Chalmers, 1993, p. 71). Do ângulo de visão popperiano, demarcar os limites que diferenciam as ideias metafísicas das enunciações científicas constitui uma problemática central nos horizontes pertencentes à filosofia das ciências, sobretudo porque com base nesta fronteira podem ser estabelecidos os critérios que distinguem as teorias passíveis de testes empíricos daquelas são impassíveis de refutação. Nas considerações do autor:

Apesar de eu haver feito todas essas advertências, continuo a considerar que a primeira tarefa da lógica do conhecimento é a de elaborar um conceito de ciência empírica, de maneira a tornar tão definida quanto possível uma terminologia até agora algo incerta, e de modo a traçar uma clara linha de demarcação entre Ciência e ideias metafísicas – ainda que essas ideias possam ter favorecido o avanço da Ciência através de sua história (Popper, 1972, p. 40).

Popper argumenta que, embora as ideias metafísicas possam ter desempenhado um papel fundamental na história do progresso científico, não deixa de ser importante reconhecer que elas operam em um domínio diferente, sem assim estarem sujeitas aos mesmos padrões de testagem e falseabilidade que as teorias científicas. De toda forma, mesmo que estas disciplinas tenham esferas de pertencimento bem demarcadas: “não há como se desvencilhar da metafísica, e mesmo um saber científico é guiado por determinados programas de pesquisa metafísicos que possibilitam ao cientista ousar e conjecturar em vista de desenvolver suas teorias” (Parmeggiani, 2023, p. 340). O pensador tem como meta promover uma abordagem rigorosa e criteriosa na demarcação entre ciência empírica e metafísica especulativa, sem deixar de reconhecer o valor histórico da última, ao mesmo tempo que persiste na necessidade de distingui-la com clareza da primeira e, simultaneamente, observar uma possível relação de coexistência entre ambas. Demarcar de uma forma apropriada a diferença das duas áreas do conhecimento não

apenas proporciona transparência conceitual, mas também possibilita a preservação da integridade, validade e confiabilidade, bem como a consciência dos limites da investigação científica.

Karl Popper (1972) delinea três critérios que um sistema teórico deve atender para ser considerado válido dentro do contexto da investigação epistemológica. Estes princípios refletem a abordagem hipotético-dedutiva do autor na avaliação do conhecimento científico e enfatizam a importância da experimentação como método na construção de teorias que sejam capazes de resistir à mais rigorosa contestação. Desta feita: “O acordo se estabelece com base na corroboração que os testes propiciam à teoria, o motivo por sua vez, poderia ser tanto o seu valor preditivo, quanto a dominação da natureza, ou qualquer outro que se queira aventar” (Pereira, 2011, p. 23). Os sistemas teóricos que sobrevivem à falseabilidade se tornam aceitos, mas temporariamente, pois inexitem garantias de que no futuro estes sigam a valer, ou seja, não existem enunciados imperecíveis dentro da lógica que acompanha a pesquisa científica proposta por Karl Popper. A principiologia desenvolvida pelo filósofo reforça a centralidade do rigor lógico e originalidade da empiria na verificação, validação e credibilidade das enunciações epistemológicas, das teorias que pretendem representar o mundo real, ou seja, o conjunto das realidades possíveis no qual ocorre a experiência humana. Em termos popperianos:

A fim de tornar a ideia um pouco mais precisa, podemos distinguir três itens que nosso sistema teórico deverá satisfazer. Em primeiro lugar, ele deve ser sintético, de modo que possa representar um mundo não contraditório, isto é, um mundo possível. Em segundo lugar, deve satisfazer o critério de demarcação, ou seja, deve ser não metafísico, isto é, deve representar um mundo de experiência possível. Em terceiro lugar, deve ser diferente, de alguma forma, de outros sistemas semelhantes como o único representativo de nosso mundo de experiência (Popper, 1972, p. 40).

Na passagem superposta Karl Popper acentua a importância da experimentação enquanto base metodológica necessária à construção de sistemas teóricos úteis e válidos nos âmbitos da ciência. Para alcançar esta finalidade, o critério inicial a ser atendido pelo sistema consiste em que este seja capaz de representar, em termos sintéticos, uma realidade não-contraditória, isto é, um mundo possível no qual as mais diversas informações e observações estejam integradas a sua estrutura de uma forma coerente. Exposto em uma linguagem epistemológica, a corroboração científica de um conjunto de hipóteses antes de tudo parte da autocrítica, ou seja, da “atitude do cientista em adotar procedimentos que tentem localizar os possíveis erros de suas teorias, através de testes de falseabilidade e do

confronto com outras teorias, para substituí-las por outras que não contenham os erros da anterior e com maior conteúdo informativo” (Köche, 2011, p. 77). A exigência intermediária de aceitabilidade a ser satisfeita pelo conhecimento científico requer deste que não seja metafísico ou especulativo e represente uma realidade possivelmente experimentável, alinhada com os princípios da falseabilidade que apontam para uma dimensão do real suscetível tanto às refutações quanto às invalidações através das mais rigorosas formas da empiria. Se tiverem conseguido sobreviver ao escrutínio do método hipotético-dedutivo, o princípio final ao qual os enunciados epistemológicos devem corresponder, para que sejam corroborados e tentarem se manter incólumes, vem a ser o da originalidade em relação às teorias tanto precedentes quanto presentes, de maneira que assim possam provar o seu valor diante das propostas concorrentes, sendo estas cada vez mais numerosas na contemporaneidade.

Karl Popper (1972) expõe sua perspectiva sobre o critério da falseabilidade como sendo indispensável à ação demarcatória da fronteira entre ciência empírica e outras áreas do saber. Popper argumenta que um sistema teórico só pode ser considerado científico quando está sujeito à refutação pela experimentação. No pensamento popperiano: “Há uma condição fundamental que toda hipótese ou sistema de hipóteses deve satisfazer para ter garantido o *status* de lei ou teoria científica. Para fazer parte da ciência, uma hipótese deve ser *falsificável*” (Chalmers, 1993, p. 66-67). Comunicado em outros dizeres, a validade de uma teoria não pode ser estabelecida de forma definitiva, pois a sua estrutura lógica deve permitir que venha a ser testificada e possivelmente refutada por evidências de caráter empírico. Ao exigir que uma teorização seja capaz de resistir à falsificação pela experiência, Popper abraça uma abordagem crítica e empiricamente embasada para a constituição de uma epistemologia dedutiva. Nas palavras do pensador:

Contudo, só reconhecerei um sistema como empírico ou científico se ele for passível de comprovação pela experiência. Essas considerações sugerem que deve ser tomado como critério de demarcação, não a verificabilidade, mas a falseabilidade de um sistema. Em outras palavras, não exigirei que um sistema científico seja suscetível de ser dado como válido, de uma vez por todas, em sentido positivo; exigirei, porém, que sua forma lógica seja tal que se torne possível validá-lo através de recurso a provas empíricas, em sentido negativo: deve ser possível refutar, pela experiência, um sistema científico empírico (Popper, 1972, p. 42).

Popper rejeita o critério de verificabilidade segundo o qual um sistema teórico exigiria ser confirmado de forma positiva por evidências indutivas. Em vez disso, ele

propõe a falseabilidade como princípio de demarcação entre ciência e metafísica, ao seguir por um caminho através do qual uma teoria científica deve ser elaborada de maneira a permitir que suas previsões sejam testadas e possivelmente refutadas pela experiência. Depreende-se dos termos precedentes que: “As teorias científicas não são como as matemáticas ou as metafísicas, porque são passíveis de serem falsificadas empiricamente. Por mais confirmações que se obtenha de uma teoria, ela continua sendo falsificável” (D’Almeida, 2020, p. 9). A abordagem popperiana reflete o comprometimento do filósofo com a empiria e a crítica na prática epistemológica, visto ressaltar a importância de um método aberto à falsificação como meio de garantir a confiabilidade e a validade do conhecimento científico. Se um conjunto de enunciados científicos consegue resistir à testagem empírica, então pode vir a ser considerado como provisoriamente aceito até que novas evidências possam refutá-lo. Por essa razão, o pensamento popperiano promove um método epistemológico mais dinâmico e progressivo, onde as teorias passam a ser sofisticadas e ampliadas de modo constante, para que possam constituir enunciados pontuais, flexíveis e de uma certa forma confiáveis sobre o mundo.

3 Conclusão: as Contribuições de Popper à Filosofia da Ciência

Tal qual verificado nas linhas precedentes, Karl Popper discute a aplicação do critério de falseabilidade enquanto um método de demarcação entre a ciência empírica e outras formas de conhecimento, tais como a metafísica e a matemática. Na epistemologia popperiana, a clareza e precisão de um conjunto hipotético vem a ser medida pela sua elasticidade teórica, ou pelo seu potencial em poder ser a qualquer instante colocado à prova pelos princípios metodológicos da empiria: “Esse teste objetivo de falsidade é o que faz o sistema dedutivo, em cuja construção temos grande liberdade, um sistema dedutivo de hipóteses científicas. O homem propõe um sistema de hipóteses: a Natureza dispõe da sua verdade ou falsidade” (Lakatos, 1979, p. 125). Popper observa que, na prática da pesquisa epistemológica, demarcar a fronteira entre teorias científicas e concepções especulativas muitas vezes vem a ser uma necessidade urgente, em especial quando no processo de investigação experimental o saber científico está em confronto com sistemas teóricos equivalentemente abrangentes. Entrementes, ele também destaca que, embora equívocos de interpretação possam ocorrer, os cientistas não enfrentam dificuldades em reconhecer a natureza empírica das proposições singulares, da mesma forma que também

encontram facilidades em identificar o caráter especulativo das enunciações universais. Assim constata o pensador:

Com efeito, na prática da pesquisa científica, a demarcação é, por vezes, de urgência imediata, em face de sistemas teóricos, ao passo que, em face de enunciados singulares, raramente surge dúvida quanto a apresentarem caráter empírico. É certo que ocorrem erros de observação e que estes podem dar origem a enunciados singulares falsos, mas o cientista raramente tem ocasião de apresentar um enunciado singular como não empírico ou metafísico (Popper, 1972, p. 45).

No excerto em superposição, Karl Popper estabelece a diferença na aplicação do critério de falseabilidade entre sistemas teóricos e enunciados singulares quando em exercício da investigação científica. Ele reporta que, com notável regularidade, a demarcação entre ciência e metafísica torna-se mais urgente ao se tratar de avaliar a suscetibilidade de falsificação das proposições universais do que na abordagem das enunciações particulares. Por esse motivo, não deixa de ser útil rememorar que: “A falsidade de afirmações universais pode ser deduzida de afirmações singulares disponíveis. O falsificacionista explora ao máximo esta particularidade lógica” (Chalmers, 1993, p. 57). Este fato metodológico-dedutivo se justifica na medida em que os conjuntos hipotéticos têm um caráter mais complexo e abstrato, a serem de tal forma mais suscetíveis às falsificações, ao passo que por sua vez, as determinações específicas são detentoras de uma natureza empírica, sendo pouco ou muito raro margeadas pela dúvida. O método investigativo de Popper, fundamentado sobre os esteios da dedução, sugere que a principiologia do falseamento pode ser aplicada de maneiras diferentes, quer dizer, de modos mais ou menos rigorosos, a depender do contexto crítico no qual se desdobra a reflexão epistemológica.

Conforme foi possível constatar, Karl Popper determina a distinção crucial entre objetividade científica e convicção subjetiva enquanto imprescindível no desenvolvimento das atividades epistemológicas. Do ponto de vista popperiano, existe uma relação de reciprocidade entre as esferas objetiva e subjetiva: “A cultura forja a consciência individual, a objetividade vigente age sobre a formação do indivíduo e constitui sua subjetividade, ao mesmo tempo, transcende-a. Por sua vez, a cultura resulta dos esforços dos ‘eus’, de consciências individuais” (Schorn, 2011, p. 2011). Mais ainda, Popper destaca a importância de garantir que todos os enunciados científicos sejam passíveis de testagem empírica, em vez de serem simplesmente aceitos como verdadeiros com base nas

inclinações pessoais ou na receptividade acrítica. E ainda mais, ele rejeita a ideia de que certas proposições científicas devam ser tomadas como verdadeiras simplesmente porque não parecem ser testáveis devido a uma certa impressão de logicidade. Assim atestam os propósitos do filósofo:

Desejo simplesmente assinalar que o fato de os testes não poderem prolongar-se indefinidamente não conflita com a exigência por mim feita de que todo enunciado científico seja suscetível de teste. Pois não exijo que todo enunciado científico tenha sido efetivamente submetido a teste antes de merecer aceitação. Quero apenas que todo enunciado científico se mostre capaz de ser submetido a teste. Em outras palavras, recuso-me a aceitar a concepção de que, em ciência, existam enunciados que devamos resignadamente aceitar como verdadeiros, simplesmente pela circunstância de não parecer possível, devido a razões lógicas, submetê-los a testes (Popper, 1972, p. 50).

Popper acentua que a confirmação de uma teoria científica deve ser edificada na evidência empírica e na sua capacidade de resistir à rigurosidade dos mais diversos testes de falseabilidade, em vez de ser uma questão de crença pessoal ou argumento de autoridade. Independente do gabarito do pesquisador que estrutura um sistema de hipóteses, ou das suas expectativas referentes à aceitação dos seus enunciados, este conjunto de teorias em formação só terá valor real se for testável e contestável: “E é esse critério, segundo Popper, o da falseabilidade, que deve demarcar a ciência da não-ciência e que oferece maior segurança para os resultados alcançados. Se uma hipótese for falseável, será considerada científica” (Köche, 2011, p. 74). A abordagem dedutiva ressalta a relevância da objetividade na ciência, onde a validade, verificabilidade e confiabilidade de um sistema teórico não estão determinadas pelas convicções individuais de seus proponentes, mas sim estruturadas sob o critério de serem tanto testáveis e quanto contestáveis a partir da experiência, para além de opiniões pré-concebidas ou escrutínios subjetivos. Popper ressalta que, embora não pretenda exigir de todos os enunciados científicos uma exposição efetiva à prova antes de serem amplamente aceitos, os seus objetivos podem ser sintetizados em promover a demarcação de uma fronteira entre epistemologia e metafísica, para fins de consolidar uma metodologia aberta e crítica das investigações científicas: o que repercute como uma grande contribuição à filosofia da ciência.

Referências

CHALMERS, A. F. **O que é Ciência afinal?** Trad. Raul Filker. São Paulo: Editora Brasiliense, 1993.

D'ALMEIDA, P. A. C. Repensando o Falsificacionismo de Karl Popper. **Revista Lumen**, São Paulo, UNIFAI, v. 5, n. 9, p. 1-13, 2020.

DIAS, E. A. O Papel dos Programas de Investigação Metafísica no Avanço da Ciência no Pensamento de Popper. **Revista Disputatio**, Madrid, Universidad de Salamanca, v. 12, n. 24, p. 205-225, 2023.

KÖCHE, J. C. **Fundamentos de Metodologia Científica: Teoria da Ciência e Iniciação à Pesquisa**. Petrópolis: Vozes, 2011.

KROHL, D. R. A Lógica Dedutiva de Karl Popper como Suporte para o Ensino de Ciências. **Revista Tear**, Santa Catarina, IFSC, v. 11, n. 1, p. 1-12, 2022.

LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Orgs.). **A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento**. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1979.

LAKATOS, I. O Falseamento e a Metodologia dos Programas de Pesquisa Científica. *In*: LAKATOS, I.; MUSGRAVE, A. (Orgs.). *In: A Crítica e o Desenvolvimento do Conhecimento*. Trad. Octavio Mendes Cajado. São Paulo: Cultrix/EDUSP, 1979.

MOREIRA FILHO, A. **O Problema do Progresso da Ciência em Karl Popper**. 2014. 110 p. Dissertação (Mestrado em Filosofia) - Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Centro de Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2014.

PARMEGGIANI, R. P. M. O Problema da Demarcação Científica e o Status da Metafísica no Racionalismo Crítico de Popper. **Revista Kinesis**, Marília, UNESP, v. 25, n. 39, p. 320-341, 2023.

PENHA, P. S. A Lógica da Pesquisa Científica de Karl Popper: a Falseabilidade como Critério de Demarcação Científica. **Revista Ideação**, Feira de Santana, UEFS, v. 1, n. 46, p. 373-383, 2022.

PEREIRA, J. C. R. O Realismo como Pressuposto Metafísico na Filosofia da Ciência de Karl Popper. **Revista Theoria**, Pouso Alegre, FCPA, v. 3, n. 8, p. 9-34, 2011.

POPPER, K. R. **A Lógica da Pesquisa Científica**. Trad. Leonidas Hegenberg e Octanny Silveira da Mota. São Paulo: Editora Cultrix, 1972.

SCHORN, R. A Coemergência do “Eu”, do Cosmo e do Conhecimento. **Revista Princípios**, Natal, UFRN, v. 18, n. 30, p. 253-270, jul./dez., 2011.



O fenômeno do morrer na novela “A morte de Ivan Ilitch” de Lev Tolstói: uma análise fenomenológico-psicológica das vivências psíquicas

Heitor Henrique Nunes Silva¹
Tommy Akira Goto²

Resumo: O artigo aborda a relação entre a Psicologia e a Literatura, destacando a influência mútua entre essas disciplinas desde o final do século XIX até os dias atuais. Autores como S. Freud e C.G. Jung utilizaram obras literárias para embasar suas teorias, enquanto a Literatura, por sua vez, foi influenciada pelo avanço psicológico, explorando temas relacionados à natureza humana. O trabalho investiga o “fenômeno do morrer” na novela “A morte de Ivan Ilitch” de Lev Tolstói, analisando as vivências psíquicas do protagonista diante desse processo. Para obtenção e manipulação dos dados, a presente pesquisa utilizou-se da proposta “pesquisa fenomenológico-empírica” apresentada por Giorgi e Souza (2010), e ampliada por Goto (2022). Utilizando a metodologia fenomenológico-empírica, foram identificadas as vivências psíquicas de dor física, sofrimento psíquico afetivo e a consciência de uma vida sem sentido. A fundamentação teórica baseou-se na Fenomenologia e na Psicologia Fenomenológica de Husserl. O estudo contribui para a compreensão das vivências psíquicas relacionadas à morte e destaca a importância da interdisciplinaridade entre a Psicologia e a Literatura na análise dos aspectos humanos mais profundos.

Palavras-chave: Psicologia Fenomenológica; método fenomenológico-empírico; sentido de vida.

The phenomenon of dying in the novel “The death of Ivan Ilitch” by Lev Tolstoy: a phenomenological-psychological analysis of psychic experiences

Abstract: The article addresses the relationship between Psychology and Literature, highlighting the mutual influence between these disciplines from the late 19th century to the present day. Authors such as S. Freud and C.G. Jung used literary works to support their theories, while Literature, in turn, was influenced by psychological advances, exploring themes related to human nature. The study investigates the “phenomenon of dying” in Lev Tolstoy's novel “The death of Ivan Ilyich”, analyzing the protagonist's psychic experiences in the face of this process. For the collection and manipulation of data, the present research utilized the proposal of “phenomenological-empirical research” presented by Giorgi and Souza (2010), and expanded by Goto (2022). Using the phenomenological-empirical methodology, psychic experiences of physical pain, affective psychological suffering, and the awareness of a meaningless life were identified. The theoretical foundation was based on Phenomenology and Husserl's Phenomenological Psychology. The study contributes to the understanding of psychic experiences related to death and highlights the importance of interdisciplinary collaboration between Psychology and Literature in analyzing deeper human aspects.

Keywords: Phenomenological Psychology; phenomenological-empirical method; meaning of life.

El fenómeno de morir en la novela “La muerte de Ivan Ilitch” de Lev Tolstói: un análisis fenomenológico-psicológico de las experiencias psíquicas

¹ Graduado em Psicologia (UFU). E-mail: heitor.nunes@ufu.br.

² Doutor em Psicologia como Profissão e Ciência (PUC Campinas). Professor (UFU). E-mail: tommy@ufu.br.

Resumen: El artículo aborda la relación entre la Psicología y la Literatura, destacando la influencia mutua entre estas disciplinas desde finales del siglo XIX hasta la actualidad. Autores como S. Freud y C.G. Jung utilizaron obras literarias para fundamentar sus teorías, mientras que la Literatura, a su vez, fue influenciada por el avance psicológico, explorando temas relacionados con la naturaleza humana. El trabajo investiga el “fenómeno de morir” en la novela “La muerte de Iván Ilich” de Lev Tolstói, analizando las vivencias psíquicas del protagonista ante este proceso. Para la obtención y manipulación de los datos, la presente investigación utilizó la propuesta de “investigación fenomenológico-empírica” presentada por Giorgi y Souza (2010), y ampliada por Goto (2022). Utilizando la metodología fenomenológico-empírica, se identificaron las vivencias psíquicas de dolor físico, sufrimiento psíquico afectivo y la conciencia de una vida sin sentido. La fundamentación teórica se basó en la Fenomenología y en la Psicología Fenomenológica de Husserl. El estudio contribuye a la comprensión de las vivencias psíquicas relacionadas con la muerte y destaca la importancia de la interdisciplinariedad entre la Psicología y la Literatura en el análisis de los aspectos humanos más profundos.

Palabras clave: Psicología Fenomenológica; método fenomenológico-empírico; sentido de la vida.

1 Introdução

A arte está presente na história da humanidade desde os primórdios dos seres humanos – assim como o desenvolvimento da técnica e seu consequente avanço – e desde então, detém a responsabilidade de enquadrar as manifestações daquilo que se mostra mais humano, que os afetaram, os afetam e que, possivelmente, os afetarão, ao longo das gerações e presente entre os mais variados povos. A Literatura é um dos exemplos dentre essas manifestações, sendo um produto cultural que data seu surgimento junto ao próprio eclodir da civilização ocidental; dado ao fato que figuraram, entre os indícios mais remotos a respeito dessa história, os textos literários.

Desde o surgimento da Literatura, é possível encontrar indícios, a datar dessa mesma época, de teorizações a respeito da arte literária. Assim, teorizar sobre algo quer dizer adotar um objeto de estudo e realizar um estudo de caráter metódico e analítico. Com o passar do tempo, muitas teorias foram elaboradas para lidar com a produção literária, principalmente quando buscavam tornar a arte literária em objeto de estudo. Quando rejeitado esse princípio, a Literatura fora tratada a partir de sua fruição, resistindo às considerações metódicas, que tendem à sistematização, e ocupando-se apenas com o registro de uma impressão, um sentimento ou julgamento de origem subjetiva. Essa atitude anti-teórica, sendo uma resposta para a objetividade científica que permeou as teorias hegemônicas do século XIX, ficou conhecida pelo nome de impressionismo crítico, atingindo seu auge em fins do século XIX e início do XX (Souza, 1995).

Por outro lado, aqueles que tornaram a Literatura um objeto de estudo, produziram e travaram muitos debates, principalmente tratando-se de discussões interdisciplinares. No campo das ciências em geral, a Sociologia e a Psicologia, mais precisamente a Psicologia moderna, disciplina relativamente recente, realizaram inúmeros estudos sobre análises e/ou compreensões dessas produções artísticas ao longo das épocas, atuando com os mais variados tipos de produções, tendo assim, repercutido uma enorme reação dentre os estudiosos que se ocupavam exclusivamente da arte. No caso da Literatura, essa reação foi bastante delineada por aqueles que defendiam o estudo literário como a única forma de se compreender a Literatura (Leite, 1967).

A partir desse debate, e com o avanço dos estudos e do material produzido na área, fora constatado que a qualidade literária de um texto não dependeria, direta ou exclusivamente, da capacidade dessa produção em exprimir fidedignamente os processos psicológicos descritos pela ciência; ou mesmo, os aspectos sociais que molduram a época de sua produção, pois somente adquiriria o sentido de luta no instante de seu surgimento, e de obra documental após a superação de sua denúncia. O texto literário que se torna uma obra de arte, sobrevive ao tempo graças ao fato de ir além das condições sociais de seu contexto de criação, ou puramente das descrições psicológicas. Os textos são capazes de exprimirem uma condição daquilo que é mais humano e válido nas mais inusitadas situações e, portanto, como Leite (1967) pontua em seu ensaio sobre Psicologia e Literatura: “A obra artística, ainda que fosse criação resultante de determinada infraestrutura ou de sublimação, seria, também mais alguma coisa, caracteristicamente artística” (p. 15).

Assim, é possível utilizar os recursos da Sociologia e da Psicologia, orientando-os para além do momento de produção da obra literária, e aplicando-os no auxílio da compreensão da própria narrativa e de sua própria estrutura particular que o texto produz. Aqui os pesquisadores de ambas as áreas abdicam das referências às condições externas ao texto e explicam, ou analisam, a obra literária a partir dos aspectos constituintes que se tornam partes integrantes da obra. Nessa condição, a análise psicológica ou sociológica adquire também uma função literária. No caso da análise psicológica, ela é capaz de abandonar os aspectos históricos ou sociais da produção e buscar por definir, ou expressar, experiências psíquicas fundamentais válidas em qualquer tipo de situação; como o amor, o ciúme, a inveja, a percepção do outro. Aspectos esses comportamentais presentes em diversas épocas e pertencentes a variados contextos, sendo possível elaborar princípios

gerais dessas manifestações. Esse tipo de análise possibilita uma maior pureza teórica, contudo, apesar disso não se exclui a importância de se compreender as condições significativas de uma época para o entendimento esclarecedor de um texto literário (Leite, 1967).

De modo geral, pode-se dizer que comentar sobre determinada obra literária seria impossível fazê-lo sem realizar qualquer tipo de alusão aos processos psicológicos que atravessam sua narrativa. Então, a escolha do crítico não diz respeito sobre utilizar ou não do linguajar psicológico, mas sim decidir por apoiar-se ou não à produção da psicologia científica ou permanecer na psicologia de senso comum. Percebe-se assim que Literatura e Psicologia andam lado a lado, enquanto a Literatura tende a apresentar descrições técnicas muito completas, não se responsabilizando por explicitá-las, a Psicologia, diferentemente, ocupa-se das explicações psicológicas, a partir de suas descrições esquemáticas; e, vale ressaltar que essa interação entre ambas as disciplinas torna-se ainda mais complexa quando se destaca que os escritores não permaneceram indiferentes à História da Psicologia e sua conseqüente evolução com suas teorias psicológicas (Leite, 1967).

Para quem estuda a História da Literatura, ou está familiarizado em ler aclamadas obras literárias mundialmente conhecidas, está acostumado a ouvir nomes como das inglesas Jane Austen, Virginia Woolf, Emily Brontë e suas irmãs, ou dos norte-americanos Ernest Hemingway e William Faulkner, do irlandês James Joyce, do francês Gustave Flaubert ou do colombiano Gabriel García Márquez; mesmo na língua portuguesa temos nomes como Machado de Assis, Jorge Amado e José Saramago. Os clássicos da literatura mundial ultrapassam as barreiras do tempo e as do território, conquistando, a cada geração e por todo o globo, cada vez mais leitores e aficionados pela arte literária. Dentre esses nomes, e pertencendo também a um grupo importante para a história da literatura mundial, junto aos russos Fiódor Dostoiévski, Anton Tchekhov e Ivan Turguêniev, temos a polêmica e contraditória figura de Lev Tolstói, considerado um dos maiores escritores da literatura russa e mundial.

Por questões das traduções para o português ao longo do tempo, Lev Nikolaevitch Tolstói também pode ser mais conhecido por Leon, Leo, Leão ou Liev Tolstói. Nasceu em 09 de setembro de 1828, na vasta propriedade rural de Iasnaia-Poliana, próximo à Tula, na Rússia, e viveu a vida de sua classe privilegiada. Foi educado por tutores estrangeiros, tendo à sua disposição inúmeros servos, e aos 19 anos demonstrou compartilhar da tendência russa ao exagero, ao tornar-se um abastado proprietário de terras, dissipando sua

herança com cantores ciganos e na jogatina. Mesmo contraindo enormes dívidas de jogo, numa época a qual concebia ideais ambiciosos, e fracassava na tentativa de viver à altura deles, Lev Tolstói iniciou sua trajetória literária passando a escrever romances extremamente longos (Bartlett, 2013).

Tolstói se tornou um nobre arrependido, envergonhado por sua cumplicidade na imoral instituição da servidão, sentia uma profunda culpa pelo campesinato russo e, assim como os populistas, passou a ver a classe camponesa como a melhor das classes sociais da Rússia e o futuro da nação. Com a busca de abolição da servidão, Tolstói lançou-se à tarefa de alfabetização das crianças camponesas, assim lecionou aulas e escreveu cartilhas, porém sua notoriedade mundial veio mesmo por meio de seus romances calhamaços. Esses escritos se mantiveram graças a estabilidade emocional propiciada por sua esposa, Sófia Berhs, que ao longo da vida conjugal com Lev, esteve ao seu lado frente aos numerosos lapsos dos ideais radicais aos quais era acometido seu marido até o fim de seus dias (Bartlett, 2013).

Em 1873, quando deu início à escrita de um de seus mais conhecidos romances, Anna Kariênina, Lev encontrava-se diante de uma depressão, crise espiritual, temor da morte e de suas ideações suicidas. A literatura de Tolstói refletiu muito sua busca por respostas. Dessa forma, o tema da morte e do morrer acompanhou o autor até sua última obra-prima, a pequena novela “A morte de Ivan Ilitch” (1886/2022) que, ao leitor mais desatento, é facilmente seduzido pela simplicidade da mensagem contida. Contudo, esse provável leitor poderá ignorar o sofisticado modo pela qual a história é elaborada, em seus níveis temáticos e narrativos; a clareza literária conquistada às custas de muito trabalho faz com que Lev Tolstói seja posto na prateleira junto aos maiores escritores da história da literatura mundial.

Diante disso, o presente estudo teve como objetivo investigar o Fenômeno do Morrer na novela intitulada “A morte de Ivan Ilitch” (2022), do autor russo Lev Tolstói (1828-1910), a partir da identificação e da análise das vivências psíquicas do protagonista Ivan Ilitch.

2 “A Morte De Ivan Ilitch” de Lev Nikolaevitch Tolstói – uma breve resenha

A novela de Tolstói (“A morte de Ivan Ilitch” (2022)), do mesmo modo que ocorre em “Crônica de uma morte anunciada” (1981/2017), romance do escritor colombiano

Gabriel García Márquez, não só declara a morte de seu protagonista logo nas primeiras páginas do livro, como, semelhante ao feito por Machado de Assis em sua obra “Memórias Póstumas de Brás Cubas” (1881/2016), já o condena antes mesmo da prosa começar.

A partir da tradução de Boris Schnaiderman, baseada na edição das *Obras reunidas* de L. N. Tolstói, publicada em 1958-1959 pela Goslitizdat (Editora estatal de Literatura) de Moscou, e publicada no Brasil pela Editora 34, tomamos conhecimento da história de Ivan Ilitch, organizada em doze capítulos distribuídos ao longo da novela, descobrimos não somente sobre sua morte, mas, principalmente, sobre a vida que levava até ser arrebatado por um sofrido desfecho, como simbolizado pelos gritos incessantes de dor que perduraram os últimos três dias de sua vida.

A trama abre com o protagonista da obra morto. Tomamos conhecimento de sua morte por meio da reação de amigos e colegas com quem Ilitch trabalhava. Ao folhear o jornal daquele dia, Piotr Ivânovitch, um dos companheiros mais próximos do defunto, depara-se com a declaração publicada pela esposa do morto e compartilha com seus companheiros ali, então, presentes juntos ao gabinete. Por se tratar de ser o mais próximo de Ilitch, dentre todos, Piotr havia de comparecer ao funeral e fazer uma visita de pêsames à viúva do pobre coitado. Em sua visita ao velório, o homem é acometido por uma súbita sensação de que a expressão de Ilitch carregava um ar de censura, ou mesmo de aviso, endereçado aos vivos. Piotr refugia-se para longe do defunto. Uma tentativa irracional de distanciar-se do desagradável sentimento que o encontro com a morte havia desencadeado.

Até a chegada de seu funeral, Ivan Ilitch levou uma vida simples e comum. Filho de um funcionário, que fizera carreira em Petersburgo, Ilitch era o secundogênito dentre três irmãos. Considerado uma pessoa inteligente, viva, agradável e decente, o garoto cursou a Faculdade de Direito e já na faculdade era aquilo que seria ao longo de toda sua vida: um homem alegre, bonachão, comunicativo, entretanto servo cumpridor do que colocava como seu dever maior, isto é, tudo aquilo que considerava como tal as pessoas mais altamente colocadas da sociedade russa de sua época. Concluída sua formação, o jovem Ilitch viajou para a província determinado a ocupar o cargo de funcionário adido ao governador, desempenhando o papel dos encargos especiais e sendo essa uma oportunidade arranjada pelo próprio pai.

Apesar da sua mocidade e da tendência para uma alegria leve, Ilitch mostrava-se extremamente controlado, oficial e até mesmo severo. Contudo, perante a sociedade era frequentemente brincalhão, espirituoso e, como já o era na época da faculdade, sempre

bonachão. Passando de seu primeiro emprego a outro, Ilitch muda-se de cidade e passa a exercer seu novo cargo como juiz de instrução. Fez novas relações e dentre elas buscou aproximar-se mais dos ciclos os quais compunham os nobres ricos da cidade ou os com cargos judiciários. Foi nesse mesmo período que Ilitch conheceu quem viria a ser sua futura esposa, Prascóvia Fiódorovna, que se apaixonou pelo jovem rapaz e por quem Ilitch não encontrou razões contrárias que o impedissem de se casar.

Diante sua vida conjugal, não demorou muito para que Ilitch e Prascóvia passassem a apresentar forte tensão matrimonial, as quais desaguavam em inúmeras desavenças cotidianas. A reação de Ilitch para com sua vida a dois passou a não exigir muito: contentava-se somente com as comodidades do jantar, da posição da esposa como dona de casa, do leito e, principalmente, com a decência das formalidades sociais que a opinião pública assim decretava. Quando essa tranquilidade era ameaçada, Ilitch refugiava-se para sua vida funcional, e no trabalho encontrava o encanto que outrora fora importunado.

Passados sete anos, então estabelecidos na mesma cidade, Ilitch é incumbido pelo trabalho para exercer um cargo de promotor em outra província. Os novos ares não agradaram às vontades de sua esposa, Prascóvia, e mesmo recebendo mais, a vida por ali tornara-se mais cara, irrompendo na consequente escassez financeira. Não só isso, com o falecimento de dois filhos do casal, a vida conjugal, que antes já se mostrara afetada, torna-se ainda mais desagradável para o novo promotor

Conforme as desavenças aumentavam, Ivan Ilitch buscava meios para distanciar-se, cada vez mais, de sua família; e isso só não o magoava como, em verdade, julgava ser natural de sua própria função dentro da constituição familiar que pertencia. O seu papel consistia em livrar-se da grande parte das contrariedades que poderiam vir a ter, ora se mantendo o mais ausente possível, ora garantindo a evitação com a presença de desconhecidos. No entanto, nada dessas fugas sobrepuja-se ao fato de existir a sua vida de funcionário. Ilitch, imerso nesse conflituoso contexto doméstico, dirigia todo o seu interesse existencial para concentrar-se no mundo judiciário a qual exercia e que, assim, absorvia-o. Desta forma, Ilitch passou mais sete anos. Nesse meio tempo, mais um filho do casal acaba falecendo, restando a filha mais velha, que adentra seus dezesseis anos de idade, e um menino, um ginasião que nutre o temperamento conflituoso de seus pais.

No trabalho, Ilitch aguardava por uma promoção, coisa que acaba não acontecendo conforme o planejado. Um colega de ofício passa-lhe à frente para ocupar o cargo idealizado e, após isso, a consequente irritação de Ilitch leva-o a ser tratado com frieza por

seus colegas e superiores, dado aos inúmeros conflitos que o nervoso homem destila sobre eles que, novamente, culmina em mais prejuízos para o funcionário. Deste modo, o ano de 1880 torna-se o mais penoso na vida de Ivan Ilitch. O ordenado que recebia pelo seu serviço definitivamente mostra-se insuficiente para a vida ali, contudo, o que Ilitch mais sentia era que todos haviam o esquecido, e que julgava esse abandono como “a mais cruel injustiça contra ele” (Tolstói, 2022, p. 27), mas que, para todos, mantinham-se na esfera da indiferença.

Com sua vida funcional conturbada, Ilitch acaba refugiando-se para o campo. Entretanto, sem suas obrigações do serviço, pela primeira vez Ilitch é acometido pelo sentimento não só de tédio, mas de uma angústia insuportável que o impele a tomar medidas decisivas a evitar uma possível vida pacata no interior e que retornasse ao seu ofício independente de qual fosse. Com sorte, no mesmo ministério em que havia criado tensões e inimizades, com aqueles os quais haviam cometido aparentemente injustiças contra ele, Ivan Ilitch recebe uma promessa de emprego melhor. Uma designação que o tornava duas classes acima dos seus colegas com quem trabalhava, com um aumento do ordenado que recebia e com direito a ajuda de custos. Sentindo-se bastante realizado com as boas notícias, a felicidade sentida por Ilitch facilmente fez com que ele esquecesse toda mágoa que nutriu contra todo o ministério e os inimigos que ali fizera.

Ilitch mudou-se novamente de cidade, mas dessa vez fora sozinho na frente de sua família, para que assim cuidasse dos preparativos de seu novo apartamento. Nesse período, revela-se extremamente realizado e contente conforme os avanços com a nova residência progressivamente sobrevém. Todavia, seria meio a esses agrados com a sua nova casa que Ilitch sofreria um acidente que mudaria todo o rumo de sua vida. Teve uma queda aparentemente banal, dada sua saúde e constituição física, mas que conseqüentemente culminaria no declínio ferrenho e gradual de sua existência.

Mesmo depois do acidente da queda, Ilitch seguiu seus afazeres. Sua família muda-se para casa nova. No trabalho, desempenha o seu melhor de ofício e de suas relações mantém encontros para as alegrias genuínas que o conhecido jogo de uíste lhe garantiam, quando acompanhado de bons parceiros de carteados e com a boa sorte das mãos fartas. Nesse meio tempo, o baque causado pela queda havia resultado em uma sensação desagradável que, por assim dizer, ainda não se transformara em dor propriamente dita, mas em uma consciência permanente de um peso carregado do lado afetado que, por conseguinte, lhe desencadeou um péssimo humor. Mau humor esse que crescia

continuamente. A vida conjugal, que outrora já vinha ameaçada, agrava-se ainda mais com o crescente mau humor que acometia Ivan Ilitch. Prascóvia considerava-se terrivelmente infeliz, no entanto acobertava de seu marido essa irritação, coisa que aumentava ainda mais a irritação de Ilitch. E agora a dor surgia, crescia e mantinha-se ao seu lado. Algo havia de ser feito.

Assim, por insistência de Prascóvia, Ilitch consulta-se com um médico famoso da região. Da conversa com o médico, dos questionamentos do paciente e das respostas dadas, Ilitch conclui de todo o resumo que sua situação estava indo mal, e que, desse seu retrato gritante, o médico, e também as próprias pessoas ao seu redor, tratavam-no com indiferença. A partir de sua dor, uma dor surda, abafada, que não cessava um segundo sequer, e da sua consulta ao médico, Ilitch passou a ocupar-se completamente com a realização das prescrições quanto à higiene e à ingestão de seus remédios referidos pelo doutor. Conseqüentemente, passou a se interessar mais por temas sobre doença e saúde e tudo que lhe aparecia sobre relatos semelhantes ao dele, que brotavam das conversas alheias banais, interessava-o. Nessa, a dor não diminuía, mas Ilitch esforçava-se por pensar que estava melhorando.

O estado de Ilitch só agravava. Progressivamente sua dor aumentava e também um gosto ruim na boca aparecera, causando-lhe um hálito horrível que, conseqüentemente, tirava o seu apetite. No entanto, posto de lado sua condição enferma, uma de suas principais inquietações que o acometia demasiado era a de que ele próprio era o único a saber de seu real estado. Todos ao seu redor eram incapazes de compreender, ou mesmo não desejavam por tanto, e Ilitch sentia que todos estavam como de costume e esse pensamento o atormentava impiedosamente.

Com o sentimento de solidão, Ilitch imerge nas mais profundas reflexões sobre sua real condição existencial. Sentia que sua vida se esvaia sem ao menos ter o direito de intervir para bem contê-la. Restava-lhe apenas esvair-se na morte e que, morrendo, teria de passar os dias na companhia de sua dor, que não o abandonava nunca, até sabe-se lá quantos dias que iriam se suceder; e isso também se tornou uma das razões maiores que o desesperava. Ilitch não conseguia acreditar que passava por tudo isso. Via que estava morrendo e o desespero penetrava-o. Não se acostumara à ideia da morte, ainda mais ela sendo tão escancarada para ele, e por causa dele, era impossível de se compreender.

Nesse momento, buscando caminhos que evitassem todo esse imaginário mórbido, Ilitch dispunha suas energias em direção a ocupações e pensamentos que o alienassem

daquele seu retrato macabro e que pudesse encontrar algum tipo de conforto. Entretanto, Ilitch percebe que, mesmo conquistando temporariamente esses consolos, eles pouco se mantinham por muito tempo. E, gradualmente, Ilitch definhava-se. No terceiro mês de sua doença, o seguinte imaginário havia-se instaurado entre ele, a mulher, a filha, o filho, os criados, os conhecidos, os médicos, entre todos esses Ilitch retinha que: “se não demoraria muito a desocupar finalmente o seu lugar, a livrar os vivos da opressão causada pela sua presença, e a livrar-se ele mesmo dos seus sofrimentos” (Tolstói, 2022, p. 52).

Então, bastante fragilizado, e na maior parte do tempo acamado, Ivan Ilitch, por meio de exercícios introspectivos desencadeados pela solidão, e pela permanente companhia de sua dor, tudo aquilo que Ilitch acreditava e que pareciam ser suas alegrias eternas dissolvia-se e dava margem para transformar-se em algo desprezível e asqueroso para o coitado. Nesse percurso introspectivo, Ilitch reconstrói sua vida e percebe que quanto mais longe de sua infância mais insignificantes e duvidosas tornavam-se suas alegrias. Disso, Ivan Ilitch é acometido pela dúvida se ele havia vivido ou não uma boa vida; e para isso, até então, não encontrou respostas. Mesmo assim, esse questionamento o atormentava, fazendo com que se colocasse em busca de não pensar sobre.

A dor era inevitável, mas Ilitch, incutido pelo desespero de sua solidão, recorria ao passado e às alegrias que outrora sentiu genuinamente ter vivido, para refugiar-se. Assim como alegava o médico que frequentemente ia à casa de Ilitch para examiná-lo, dizia a verdade quando falava sobre que os sofrimentos físicos do enfermo eram terríveis, todavia, eram os sofrimentos morais que mais o atormentavam. Ele buscava resistir a todo custo, mas, cada vez mais, era inevitável atravessar-lhe de súbito à mente o pensamento de que: “E o que será se realmente toda a minha vida, a minha vida consciente, tiver sido ‘outra coisa’?” (Tolstói, 2022, p. 72). O estado de Ilitch agravava-se e mutuamente a isso emergia a propensão a acreditar que ele não havia realmente vivido a vida que tanto achara bem vivida. E, se porventura não tivesse aproveitado mesmo os seus dias, o que restava a fazer? Dessa reflexão passou a observar nos outros a mentira descabida que assim também viveu.

Desse crescente aumento de sua consciência sobre como os outros viviam, e de como ele mesmo havia vivido, de que tudo aquilo que faziam não era realmente o que devia ser, ou um mero embuste que ocultava tanto a vida quanto a morte, suas dores físicas duplicaram-se. Chega-se, portanto, aos gritos que perdurariam os três dias a fio até a sua morte. Ilitch compreendia que estava perdido, não havia escapes possíveis e que agora havia chegado o seu fim, e ainda a dúvida não estava resolvida, persistia. Debatia-se,

gritava, Ilitch esvaía-se em direção à morte. Em seu último caso, Ilitch cede à realidade de que sua vida não havia sido o que imaginara, mas por quê? Fraco, quase todo entregue, o filho do homem, o garoto ginasião, rodeia a cama do pai que ali tanto grita e coloca-se próximo a ele. Ilitch, involuntariamente, encontra a cabeça do menino com a sua mão. Nisso, o garoto agarra-a para si, comprime-a contra os próprios lábios e põem-se a chorar. E aqui, Ivan Ilitch, encontra a sua redenção.

Ilitch buscou pela dor, buscou pelo seu medo da morte e dali nada encontrou. A significação desse instante não se alterou mais e àquela altura não existia mais morte, havia apenas luz. Ivan Ilitch escuta alguém por cima gritando “Acabou!” e, por fim, repete para si mesmo em espírito: “A morte acabou — disse a si mesmo. — Não existe mais” (Tolstói, 2022, p. 76).

3 Método

Este estudo teve como objetivo investigar o “Fenômeno do Morrer”, a partir da identificação e análise das vivências psíquicas do protagonista Ivan Ilitch, da novela escrita pelo autor russo Lev Tolstói, intitulada “A morte de Ivan Ilitch” (2022). Reconhecendo a complexidade que se mostra ao intencionar realizar uma análise de teor literário, a pesquisa optou-se por restringir seu alcance somente às discussões de caráter psicológico. Portanto, não se almeja atingir interpretações ou identificar o nível de literariedade que a designada obra carrega, mas sim elencar as estruturas psicológicas que atravessam a vivência do nosso protagonista ao longo da narrativa. Todavia, não se negam as contribuições da pesquisa para o aprofundamento do estudo literário da obra empregada, pois a Literatura e a Psicologia, dado ambas histórias, estão mais entrelaçadas que dispersas.

Para obtenção e manipulação dos dados relacionados à problemática, a presente pesquisa utilizou-se da proposta “pesquisa fenomenológico-empírica” apresentada por Giorgi e Souza (2010), e ampliada como pesquisa psicológico-fenomenológica por Goto (2022). Esse método se caracteriza em ser uma metodologia qualitativa, de caráter descritivo, que detém em perspectiva a coleta dos materiais a serem analisados sem qualquer distinção prévia por parte do pesquisador; intentando permanecer o mais autêntico possível ao fenômeno investigado, evitando hipóteses e atentando-se, precisamente, ao problema emergente através da aplicação metodológica.

Todavia, não se tratando de uma pesquisa empírica no sentido convencional, com participantes e entrevistas, o presente estudo adaptou a metodologia escolhida ao campo empírico do texto literário, isto é, considerando a narrativa literária como uma narrativa vivencial, onde cada capítulo da obra constituiu momentos da entrevista de um possível participante. O método fenomenológico-empírico de Giorgi e Souza (2010) constituiu-se em quatro etapas: 1) a primeira, “Estabelecer o Sentido Geral”, trata-se de apreender o sentido geral da transcrição, isto é, aqui, dos capítulos da obra literária; 2) a segunda, “Determinação das Partes: Divisão das Unidades de Significado”, refere-se a um passo operacional, ou seja, dividir o escrito em partes menores com o objetivo da realização de uma análise mais aprofundada. Para o estabelecimento das unidades de significado do texto literário foram agrupadas, a cada capítulo, todas as passagens cujas vivências psicológicas vividas pelo personagem central da novela de Tolstói eram encontradas; 3) a terceira etapa, “Transformação das Unidades de Significado em expressões de caráter psicológico”, através da aplicação da redução fenomenológico-psicológica e da análise eidética, a linguagem do senso comum seria, portanto, transformada em expressões a fim de clarificar e explicitar o significado psicológico das descrições dadas pelos participantes do estudo, contudo, tratando-se de um texto literário, fora empregada a redução fenomenológico-psicológica e a variação livre imaginativa com o intuito de converter a linguagem literária em descrições psicológicas, buscando retirar seus aspectos contingentes e particulares e atentando-se ao caráter essencial dos significados psicológicos; 4) por último, a quarta etapa do método de Giorgi e Souza (2010), “Determinação da estrutura geral de significados psicológicos”, o passo final do método dos dois autores remete a uma síntese das unidades de significado psicológico com o intuito de elencar os variantes e invariantes encontrados ao longo da investigação.

Por fim, atendo-se aos objetivos de uma Psicologia Fenomenológica, tal como idealizada por Husserl, isto é, identificar e descrever as vivências psíquicas, ampliou-se o método supracitado (Giorgi; Souza, 2010) incluindo uma “quinta etapa” proposta por Goto (2022). Nesta etapa, última, o autor propõe chegar à análise das vivências psíquicas propriamente dita, aquelas que estão correlatas aos significados vividos (Giorgi; Souza, 2010), porque em uma pesquisa psicológica mostra-se necessário descrever e identificar as vivências psíquicas/psicológicas, suas estruturas e elementos psíquicos.

4 Síntese dos significados psicológicos encontrados nas vivências psíquicas do personagem Ivan Ilitch (I.)

A partir da aplicação do método proposto por Giorgi e Souza (2010), adaptado para a narrativa literária, obtiveram-se as seguintes sínteses das experiências do Fenômeno do Morrer vividas pelo protagonista Ivan Ilitch:

Na unidade 1, iniciada no capítulo 3 – foram desconsiderados os capítulos 1 e 2, em razão de: no primeiro, respectivamente, o protagonista já se encontrar morto, impossibilitando o acesso a suas vivências psíquicas e, no segundo, o evento desencadeador de sua experiência de morte ainda não ter sido transcorrido – I. irrita-se com frustrações vividas no trabalho. É o único a ter consciência de suas frustrações do serviço e da vida familiar. Sente um tédio e uma profunda angústia ao estar longe de sua vida funcional. Quando suas ambições são correspondidas, I. é capaz de esquecer suas mágoas contra os outros e sentir-se alegre. Mesmo sofrendo um acidente, sua saúde e seu estado de humor alegre se mantêm. Sente prazer quando exerce sua função no serviço, recebendo convidados, na sua vida social e, principalmente, jogando uíste, nos encontros com amigos.

Na unidade 2, I. sente as consequências físicas e psicossomáticas de seu acidente. Irrita-se com as desavenças na vida conjugal e, no serviço, com a indiferença dos outros em relação ao seu estado de saúde, com infortúnios quaisquer e pessoas que o desagradam. Qualquer tipo de frustração leva-o ao desespero. Sente compaixão por si mesmo, medo da sua situação, e reconhece que está sofrendo de algo terrível. Sente-se atormentado com a indiferença dos outros, com a própria indiferença e com ter de lidar com todo o sofrimento de sua condição sozinho, estando os outros incapazes de compreendê-lo e apiedar-se dele.

Na unidade 3, I. sente-se desamparado com a evolução da doença no seu corpo. Sente que sua vida está se esgotando. Irrita-se com a convivência conjugal e em como os outros vivem suas vidas felizes sem se preocuparem com a morte. Sente-se atormentado quando pensa sobre sua morte; sente medo, desespero. Rememora os dias, a angústia e a evolução da doença.

Na unidade 4, I. não compreende a possibilidade de sua morte, ele desespera-se com ela. Sente-se impotente diante da dor, sente-se atormentado. Vê com sarcasmo como está perdendo a vida por conta de um acidente. Magoa-se com a negligência dos outros em relação a algo que investiu tanto amor (seu apartamento).

Na unidade 5, I. tem em pensamento quanto tempo levará até sua morte, livrando-se do sofrimento que sente. Mediante o tratamento anestésico, a dor física é substituída pela angústia. I. sofre com o modo como os outros o tratam como se não estivesse morrendo e fosse possível recuperar-se seguindo as prescrições médicas. Ele deseja ser cuidado, contudo, omite essa vontade. Mas se sente melhor com a ajuda prestada pelo seu empregado; devido ao seu acolhimento, ao conversar e estar em sua companhia, sente-se acalmado pelo prestador, sendo ele a única pessoa a compreender sua condição.

Na unidade 6, I. sente-se indiferente com o passar do tempo. Atormenta-se com a dor, com a angústia, com a consciência de que está morrendo, ainda impotente e incapaz de compreendê-la. Irrita-se com a presença de sua esposa.

Na unidade 7, I. sente medo da morte, mas, ao mesmo tempo, sente vontade que ocorra uma resolução dessa trama toda. Sente compaixão por si mesmo e sente que algumas memórias suas perderam seus valores. Chora por causa de sua solidão. Resiste ao pensamento de que não viveu uma boa vida, esforça-se para rejeitar esse pensamento.

Na unidade 8, I. sofre sozinho sua doença no passar dos dias, sentindo uma solidão profunda. Seu estado diante a doença oscila entre desespero e esperança, assim, refugia-se nas memórias do passado. Sente medo da morte, impotente, incapaz de aceitar que não vivera uma boa vida.

Na unidade 9, I. irrita-se com todos e com a presença de sua esposa, em que sua figura remete às frustrações que viveu e está vivendo em sua vida. Despertado pela boa saúde de seu ajudante, ele reconhece a possibilidade de não ter vivido uma boa vida. Sendo incapaz de resistir a esse pensamento, a consciência dessa ideia intensifica seus tormentos físicos e psicológicos. Alivia-se, sentindo um breve instante de esperança, ao confessar-se ao sacerdote.

Na unidade 10, I. sente que está condenado, sem ainda ter respondido sua dúvida: havia vivido uma boa vida? Desespera-se com sua impotência em relação à morte. Atormenta-se com sua incapacidade de entregar-se a ela, sustentada pela convicção de que havia vivido uma boa vida. Devido ao espontâneo acolhimento do filho, I. aceita que não viveu como deveria ter vivido, mas que ainda era possível corrigi-la. Sente pena da esposa e do filho e que, portanto, havia de libertá-los desse sofrimento, livrar-se a si mesmo. Sente que os tormentos diminuam conforme se entregava ao seu destino final. Sente como é bom e simples esse sentimento. Sente alegria ao solucionar seu conflito existencial.

A partir do relato narrativo-experiencial de Ivan Ilitch, foram encontradas unidades de significados comuns (invariantes) no desdobrar-se do fenômeno investigado, o Fenômeno do Morrer, assim como unidades de significados particulares (variantes), presentes em vividos pontuais. Os significados essenciais das experiências do personagem, visíveis no decorrer de sua história, enquanto protagonista vivo, foram identificados como: a dor física, o sofrimento psíquico afetivo e a consciência de uma vida sem sentido.

A história de vida do personagem principal, da novela russa de Tolstói, é atravessada por inúmeros episódios de desgaste, tormento ou sofrimento psíquico em reação às condutas dirigidas por outrem a ele ou por infortúnios inesperados quaisquer. Assim como ocorre no capítulo 3 da obra, pouco tempo antes de sofrer o acidente que mudaria o rumo de sua vida, quando Ilitch, sentindo-se injustiçado pelos seus colegas de trabalho, refugia-se para o campo em busca de um alento qualquer:

No campo, sem as obrigações do serviço, Ivan Ilitch sentiu pela primeira vez não apenas tédio, mas uma angústia intolerável, e decidiu que não se podia viver assim, que era indispensável tomar algumas medidas decisivas. Depois de uma noite de insônia, que Ivan Ilitch passou toda caminhando pelo terraço, decidiu viajar para Petersburgo, a fim de tomar certas providências e, para castigá-los, isto é, àqueles que não souberam apreciá-lo, passar a um outro ministério (Tolstói, 2022, p. 28).

Nesse episódio encontramos não somente o invariante *sofrimento psíquico afetivo*, como também sintomas de uma *vida sem sentido*, ao passo que o protagonista, quando confrontado por uma realidade a qual se vê longe de sua função ou de seus dedicados ideais, desperta-se em uma angústia delatora, que nos desvela sua condição existencial ao perceber-se desapropriado de suas crenças fundamentais.

Essas unidades de significado experiencial estão presentes ao longo de vários momentos da enferma história de Ilitch:

Mas bastava ocorrer um contratempo nas suas relações com a mulher, um insucesso no serviço, cartas ruins no uíste, para que ele sentisse imediatamente toda a força da sua doença; em outros tempos, ele suportava tais insucessos, esperando poder a qualquer momento corrigir o que ia mal, sobrepujar as dificuldades, alcançar o êxito, conseguir no jogo um *grand slam*. Mas agora qualquer insucesso derrubava-o, levava-o ao desespero (Tolstói, 2022, p. 40).

E, ainda:

“[...] Eu não existirei mais, o que existirá então? Não existirá nada. Onde estarei então, quando não existir mais? Será realmente a morte? Não, não quero.” Levantou-se de um salto, quis acender a vela, apalpou em volta, as mãos

trêmulas, deixou cair no chão o castiçal com a vela e tornou a descair para trás, sobre o travesseiro (Tolstói, 2022, p. 47).

Outro elemento que não o abandonou nessa pregressa jornada até a morte fora a dor física: “O machucado lhe doeu, mas a dor passou logo. Durante todo esse tempo, Ivan Ilitch sentia-se particularmente alegre e com saúde” (Tolstói, 2022, p. 30). O que Ilitch sentia não se podia denominar como algo sério: “Gozavam todos de boa saúde. Não se podia chamar de doença o fato de Ivan Ilitch dizer às vezes que tinha um gosto esquisito na boca e certa sensação desagradável no lado esquerdo do estômago” (Tolstói, 2022, p. 35). Mas, essa sensação fora avançando: “Mas aconteceu que esta sensação desagradável começou a aumentar e a transformar-se não ainda em dor, mas na consciência de um peso permanente do lado e em mau humor” (Tolstói, 2022, p. 36). Até que, com a evolução de seu quadro, Ilitch era incapaz de ignorar o que estava sentindo: “A dor do lado não cessava de atormentá-lo, parecia cada vez mais forte, tornava-se permanente, o gosto na boca era cada vez mais esquisito, estava com a impressão de ter hálito asqueroso, e cada vez tinha menos apetite, menos forças. Não podia mentir a si mesmo: acontecia nele algo terrível, novo e muito significativo, o mais significativo que lhe acontecera na vida” (Tolstói, 2022, p. 41).

Além dessas três invariantes, foram encontrados outros significados circunstanciais (variantes), ou seja, qualidades particulares, biográficas de Ilitch, ao vivenciar o Fenômeno do Morrer. Como no capítulo 3 (unidade 1): o *desejo por notoriedade e poder*; no capítulo 9: a *evitação e/ou esquivia dos conflitos*; nos capítulos 3, 7 e 10: *busca de prazer*; e, por fim, nos capítulos 4, 6, 7, 8, 9, 11 e 12: a *dualidade entre consciência e negação da morte*.

5 Discussão dos Resultados

Após a análise da obra, coletado os dados seguindo os passos metodológicos de Giorgi e Souza (2010), segue para a etapa final da investigação: o quinto passo proposto por Goto (2022), a qual se propõe em descrever e identificar as vivências psíquicas/psicológicas, suas estruturas e elementos psíquicos, presentes nos significados experienciais encontrados.

Ao buscar investigar o Fenômeno do Morrer, a partir dos significados do personagem Ivan Ilitch, que vivenciou sua própria experiência de morte, como descrito na novela de Tolstói, chegou-se aos seguintes invariantes experienciais encontrados, como: a

dor física, o sofrimento psíquico afetivo e a consciência de uma vida sem sentido. Esses são significados vivenciais que pertencem à tradição fenomenológica nos estudos empregados a respeito dos fenômenos humanos. Husserl propôs, como parte basilar do desenvolvimento de seu projeto fenomenológico, enquanto disciplina fundamental, a elaboração de uma ciência que correspondesse ao rigor e à segurança adotada pela Fenomenologia, quando diante aos estudos da subjetividade. A essa ciência ele a denominou como sendo: a Psicologia Fenomenológica – uma disciplina conjunta e relativa à Fenomenologia, que visa ser uma psicologia pura, racional e não experimental, a qual almeja pela descrição do caráter universal eidético das vivências; isto é, o eidético (eidos) como sendo a estrutura permanente e invariável das diversas ordens das vivências, intuitivamente doadas à consciência (Goto; Telles; Paula, 2016).

Nesse sentido, consoante ao método fenomenológico-empírico utilizado na presente pesquisa, buscou-se a fundamentação fenomenológico-teórica desses achados vivenciais, permanecendo de acordo com o caráter descritivo pela qual o método fenomenológico é caracterizado, ou seja, uma análise das vivências (Haro, 2019), a partir de um método distinto e rigoroso, que renuncia de todo conhecimento teórico e cientificamente derivado, em benefício de um retorno às coisas mesmas, atendo-se aos fenômenos vividos tal qual se mostram a si mesmos à consciência (Goto; Telles; Paula, 2016).

Ainda, como Haro (2019) afirma, a vida consciente não experiencia uma única vivência por vez, ou de alguma forma apartada das demais vivências, diferentemente, a vida consciente é um fluxo de consciência experienciando uma multiplicidade de experiências individuais, a todo momento, de uma só vez:

[...] ninguém vive, em nenhum momento de sua existência, de sua vida consciente, uma única experiência; ninguém vive uma única experiência preenchendo o presente em que está situado, mas sim, em cada momento, em todos os momentos, vive-se uma multiplicidade de experiências individuais, todas ocorrendo ao mesmo tempo (Haro, 2019, p. 38, tradução nossa).³

À vista disso, os três principais significados experienciais encontrados na experiência de morrer de Ilitch, mesmo interpenetrados de uma forma que seja possível elaborar uma narrativa sequencial de seus efeitos relacionais, vale colocar em perspectiva que o personagem as vivencia conjunta e simultaneamente com a coexistência de suas

³ “[...] nadie vive, en ningún momento de su existencia, de su vida consciente, una única vivencia; nadie vive una sola vivencia llenando el presente en el que está situado, sino que, en cada momento, en todo momento, se vive una multiplicidad de experiencias individuales, todas ellas ocurriendo a la vez” (Haro, 2019, p. 38).

afetações sucedendo de modo bidirecional entre todos os fenômenos notados. Cabe ilustrar que no campo dos estudos sobre a dor e o sofrimento, por exemplo, a influência cientificista culminou na distinção e separação entre consciência e corpo. Todavia, essa distinção não se sustenta definitivamente em uma análise fenomenológica, pois consciência e corpo não são polos dicotômicos, visto que mudanças qualitativas em um resultará em alterações dos estados do outro (Ferreira, 2021).

Assim sendo, a Fenomenologia busca distanciar-se das descrições dualistas/naturalistas dos fenômenos humanos, apresentando-se como uma terceira via dentre os enfoques naturalistas e historicistas, ou psicologistas, concebendo o corpo como um corpo subjetivo a qual seu caráter ambíguo mostra-se necessário para a elaboração dos estudos fenomenológicos sobre a corporeidade; e, conseqüentemente, a investigação dos demais fenômenos que se ocupam desse corpo vivo (Romero, 2015), como, por exemplo, o sofrimento e a dor.

Ainda, Moraes (2020), adotando como base a antropologia fenomenológica de Edith Stein, filósofa e discípulo de Husserl, explicitou que as vivências humanas estão fundadas em uma estrutura tripartite: denota-se, portanto, uma camada corpórea (corpo vivo), uma psíquica e outra espiritual. Ele soma que, apesar de cada instância determinar sua peculiaridade essencial, elas organizam-se em tom de unidade: “conferindo um caráter pessoal e individual à estrutura corpórea-anímica do homem” (p. 162). Sobre a questão da dor e sofrimento, Moraes (2020) coloca especificamente que a dor detém um caráter sensorial, que apresenta uma localização corpórea, enquanto, por outro lado, o sofrimento mostra-se da ordem do reflexivo, do relacional e do sentido, mesmo que: “Ambos os fenômenos apresentam disposições essenciais específicas, mas somente podem ser compreendidos no âmbito da unidade da pessoa humana” (p. 167). Por isso, para o autor, tanto a dor, quanto o sofrimento, são fenômenos distintos, complexos e multifacetados, que englobam constituintes afetivos, cognitivos, sensoriais, sociais, culturais, etc., e que desvelam peculiaridades específicas, porém que estão um penetrado no outro (Moraes, 2020).

O mesmo pode-se dizer da vivência psíquica da afetividade, que para Romero (2001), de um modo formal e abstrato: é uma dimensão da existência humana que abrange todas as formas que possam afetar subjetivamente o ser humano em relação com o mundo. Ainda para o autor, seguindo uma leitura fenomenológico-existencial, o ser humano está dado a uma interação incessante com o mundo; uma interação homem-mundo pela qual os

eventos, os objetos e as pessoas detêm uma ressonância que reverbera na constituição da subjetividade do sujeito que afeta toda sua existência (Romero, 2001). Ademais, como mostra Guerra (2014) existe também a importância da temporalidade nos estudos sobre a afetividade que, partindo das ponderações de Husserl, cujo o cerne da relação afetiva do homem com o mundo, com as pessoas, com os objetos e com nós mesmos, transcorre no âmbito do “agora”, do presente vivo:

Husserl nos fala da afetividade como a força ou intensidade que excita o ego no sentido de estabelecer a coincidência entre as impressões, entre as experiências que entram constantemente no fluxo da consciência, e aquelas que estão enterradas, adormecidas ou negligenciadas no passado, em memória (inconsciente). Husserl dirá que só existe um campo original e determinante da afetividade: o presente vivo, o “agora” impressional em constante fluxo. Esse é o *non plus ultra* da desconstrução dos afetos, ou seja, da sua constituição temporal, ou a única forma possível de compreender o que são. Algo como afirmar que o cerne da nossa relação emocional com o mundo, com os outros e com nós mesmos não é outro senão o presente vivo (Guerra, 2014, p. 44, tradução nossa).⁴

Os afetos possuem a capacidade de influenciar o contato do homem com o mundo a nível fundamental. A partir disso, é possível pontuar como os objetos e os estados de coisas são marcados, através da constituição subjetiva dos atos de consciência de ordem afetiva (Goto; Telles; Paula, 2016).

5.1 A vivência corpórea como base psíquica da dor física

Para escrever sobre o sofrimento corpóreo vivenciado por Ilitch, mais especificamente a dor física, mostra-se necessário constatar fenomenologicamente a distinção proposta por Husserl, e retomada por Merleau-Ponty, entre o corpo vivo (*Leib*) e o corpo físico (*Körper*). Esta distinção é a premissa que suporta os estudos fenomenológicos a respeito da corporeidade e, conseqüentemente, a possibilidade de se investigar e aprofundar em outros fenômenos (Romero, 2015). Entende-se como *Körper* o corpo meramente físico que, no ser humano, toma forma viva a partir da atividade orgânica a nível mais primitivo, que o estabelece como um organismo vivo e sendo animado por um

⁴ “Husserl nos habla de la afectividad como la fuerza o intensidad que excita al yo en el sentido de establecer la coincidencia entre las impresiones, entre las vivencias que constantemente ingresan a la corriente de la conciencia, y las que hallan sepultadas, dormidas o desatendidas en el pasado, en la memoria (inconsciente). Husserl dirá que hay sólo un campo originario y determinante de la afectividad: el presente viviente, el ‘ahora’ impresional en constante flujo. Ese es el non plus ultra de la desconstrucción de las afecciones, es decir, su constitución temporal, o la manera única posible de comprender lo que ellas sean. Algo así como afirmar que el núcleo de nuestra relación afectiva con el mundo, los otros y nosotros mismos no es otro que el presente viviente” (Guerra, 2014, p. 44).

processo vital. O *Leib*, o corpo vivo, além de deter uma vida orgânica que o constitui desde seu interior, possui uma animação própria no ser humano, promovendo uma experiência corporal psíquica que revela uma abertura ao mundo exterior. O corpo vivo (*Leib*) está em constante diálogo com esse mundo exterior e, conseqüentemente, é afetado por ele. A sensibilidade que permite esse espaço entre homem-mundo é a responsável por promover uma dupla abertura, pela qual o sujeito é capaz de sentir tanto os estímulos exteriores, quanto também seu próprio corpo (Moraes, 2020).

De acordo com Moraes (2020), a dor não é apenas física, mas deve ser compreendida como uma sensação tátil vivida de modo desagradável que revela estar na constituição fundamental do corpo vivo (*Leib*). A respeito de seu aspecto eidético da dor, o autor pontua que: “a dor caracteriza-se por apresentar uma localização corpórea a ser vivida pelo indivíduo não como uma falta, mas como um excesso, isto é, algo que transborda ao sujeito” (Moraes, 2020, p. 182); ela é sentida em uma determinada região do *Leib*, enquanto o sofrimento, diferentemente, orienta-se para as vivências de ordem psíquica e/ou espiritual.

A partir de um corpo adoentado, que chega a deter um sofrimento, a dor promove um desvio da atenção da consciência para si mesma, contendo-a em sua imediatez e sob a localização nesse corpo vivo que está em perturbação (Ferreira, 2021). Em caso de uma dor intensa, a dor chega a produzir um desequilíbrio, uma desordem ou perturbação geral dos outros níveis de atenção (Haro, 2019).

No fenômeno do morrer, a experiência de Ilitch com a dor física fora vivida de diferentes formas e intensidades, pois seu quadro de dor fora evoluindo gradativamente após sua queda. Do impacto causado pelo acidente, Ilitch sentira uma vivência corpórea da dor localizada e aguda, todavia, que não imediatamente o havia colado em estado de alerta a respeito de sua saúde; apenas um imprevisto. Porém, com o passar dos dias essa vivência da dor assumiu uma nova qualidade, tornou-se em uma presença, mas ainda passível de distração: “A dor não diminuía; mas Ivan Ilitch esforçava-se, a fim de se obrigar a pensar que estava melhor. E ele conseguia enganar-se, enquanto nada o perturbava” (Tolstói, 2022, p. 40). Isso perdurou até quando Ilitch foi capaz de suportá-la, quando nada que tentasse se mostrava mais efetivo, a dor assumiu uma qualidade definitiva, apossou de sua atenção e ali nada que tentasse era capaz de distanciar-la de sua consciência. Assim, a vivência da dor não cessou em nenhum instante, acompanhando-o até o seu último dia de vida.

5.2 A vivência do sofrimento psíquico afetivo

A respeito do sofrimento psíquico, é necessário situar a vida psíquica que anima o corpo vivo (*Leib*) humano, a qual se distingue dos animais. A *psique* humana se estabelece além da vida instintiva (animais) e se mostra também como uma consciência transcendental, ou seja, a possibilidade de se vivenciar algo que está “fora” dentro dela, que são reveladas como vivências conscientes (intencionais) que fundam o humano dotado de atributos e características anímicas específicas. A vida psíquica estabelece-se como um fluxo contínuo, dado que possui uma necessidade essencial de se desvelar em uma condição permanente de atividade. Para Husserl (1952/2005, citado por Moraes, 2020, p. 107), a vida anímica (alma), dotada de uma *psique* em constante atividade, não transcorre no sentido causalista-determinista, como o objetivismo científico buscou aprendê-la. Apesar dessa realidade psíquica deter uma dependência de circunstâncias, exclusivamente como o corpo físico, ela se estabelece na qualidade de um fluxo que, diferentemente da realidade material, não é conduzido por um determinismo causal. Cabe lembrar que o humano não tem experiência de seu corpo como meramente físico, sempre o experiencia como vivo e com isso, tal como evidencia Stein (1922/2005, citado por Moraes, 2020, p. 229) a experiência corpórea se constitui sempre como corpórea-psíquica.

Ainda, a partir das investigações antropológico-fenomenológicas de Edith Stein, chegou-se em uma descrição que evidenciou o psiquismo como possuidor de uma causalidade própria, ou seja, enquanto no domínio da matéria há a causalidade mecânica (determinista), na esfera da vida anímica há uma causalidade psíquica (Moraes, 2020). Todavia, a constatação da filósofa não desconsidera os pareceres de Husserl, pois o fenomenólogo já havia apontado que a realidade material e anímica, mesmo que entrelaçadas (uma na outra), ao mesmo tempo, são esferas distintas que possuem diferenças essenciais que, apesar da analogia de Stein, ambos os domínios demonstram uma legalidade causal própria. Desta forma, as vivências psíquicas nutrem-se da esfera vital, esta que suporta o corpo vivo (*Leib*), e o mecanismo causal das vivências psíquicas transcorre em consequência das diversas variações desta esfera vital. Assim como Moraes (2020) explica:

O mecanismo causal da *psique* ocorre de maneira que a causa não se intercala entre o acontecer causado e causante, mas se coloca como condicionante desse.

As diferentes variações da esfera vital (causa) condicionam a manifestação de diversos sentimentos vitais (acontecer causante). Como consequência, tem-se que na realidade psíquica é impossível que o acontecer causante ocorra sem produzir determinado efeito, visto que o aparecimento daquele está atrelado à própria causa das vivências (Moraes, 2020, p. 114).

Assim como já mencionada, uma dessas vivências como psíquicas é a vivência afetiva, cujas variações dos sentimentos anímicos não exibem apenas um registro no corpo vivo (*Leib*), como “sensíveis”, mas sim amplia-se em um registro psíquico, fundando-se enquanto sentimentos e estados de ânimo, que afetam a estrutura eidética desses vividos e que, de modo geral, gravam neles uma coloração compatível com o estado do instante da força vital. Nesse sentido, assim como Moraes (2020) afirma: “é possível conjecturar que o sofrimento, em sua faceta psíquica, se institui enquanto um sentimento comum anímico que promove uma alteração na vitalidade psíquica e colore o fluxo de vivências com uma — áurea aflitiva/nauseante” (p. 186).

Vale ressaltar que o sofrimento, no âmbito psíquico, desvela-se essencialmente como uma reação a determinado estímulo, sendo possível pontuar a causalidade e reatividade da atividade psíquica, dado a passividade que caracteriza o sofrimento em seu nível anímico (Moraes, 2020). Contudo, assim como já contextualizado, a lógica causal da vida anímica, isto é, das vivências psíquicas, possui uma distinção essencial da lógica causal que rege a esfera material. Cabe ilustrar essa questão na experiência de Ilich quando:

Nas ruas, tudo lhe pareceu triste. Estavam tristes os cocheiros, as casas, os transeuntes, as vendas. E essa dor, uma dor surda, abafada, que não cessava um segundo sequer, parecia receber, em consequência das palavras imprecisas do médico, um significado novo, mais sério. Ivan Ilitch prestava agora atenção a ela com um sentimento penoso diferente (Tolstói, 2022, p. 38).

Percebe-se, por fim, que Ilitch, após fazer uma visita ao médico, levado pela dor corpórea e pelo agrave das brigas conjugais, desencadeou vivências cujo caráter cromático e dramático se caracterizam como sofrimento psíquico afetivo, mais especificamente, certa emoção de tristeza e sentimentos negativos. Ilitch, ao longo de toda narrativa, as vivenciam de diferentes maneiras, conforme há uma acentuação do seu estado mau humorado, refletido na forma de tristeza, raiva, desamor, solidão, desespero, etc.

5.3 A consciência de uma vida sem sentido

O ser humano não se resume à sua vida consciente corpórea e psíquica, mas como visto por Husserl e Stein, é atravessado também por vivências especificamente humanas, isto é, vivências espirituais, caracterizadas pela vontade, pela liberdade e pela razão. A partir disso, seguindo a análise do ser humano, além de sentir afetivamente, ele é capaz de ter ciência desse sentir, encaminhando esse sofrimento psíquico, de caráter passivo (corpóreo) e reativo (psíquico), para a possibilidade de um sofrer de caráter propriamente espiritual (Moraes, 2020).

Adentrar à dimensão espiritual do ser humano é corroborar que o indivíduo não se limita às atividades psíquicas, pois os atos espirituais o possibilita ultrapassá-las. A vida espiritual é concebida por meio da atividade intencional da consciência como transcendental, conceito fundante do pensamento fenomenológico de Husserl, cuja vida intencional transcorre no domínio da atividade do humano, que se manifesta por meio do fluxo dos atos na consciência. Este movimento funda a subjetividade humana, também como espiritual, pela qual concebe um indivíduo desperto, ativo e consciente (Moraes, 2020). Esta disposição do ser humano como um ser transcendental, que se mostra, necessariamente, como um sistema aberto, inconcluso, é esta característica de abertura para buscas e renovações que o torna capaz de transformações de engrandecimento e de enriquecimento de sua realidade (Morais, 1997). Dessa forma, a vida humana é considerada como um projeto (uma existência), caracterizada por um ir ao passado e futuro; sendo essa abertura a possibilidade de surgir o problema do sentido; o fazer a vida, o doar sentido para a existência por intermédio do emprego da liberdade humana (Carvalho, 2010).

Agora como analisa Stein, o sofrimento espiritual, diferentemente do sofrimento corpóreo-psíquico, manifesta-se por meio dos elos de motivação que transcorrem no fluxo dos atos intencionais, ou seja, não se trata de uma reação meramente passiva e reativa (causalidade), mas caracteriza-se pela sua qualidade ativa, consciente, a qual requer a ação de um sujeito atuante (Moraes, 2020). É a dimensão que, por funcionar pelos elos motivacionais, é responsável por inaugurar o domínio da liberdade, cujo sujeito espiritual se mostrará como um ser livre, dotado de vontade e capaz de realizar atos de liberdade. Por outro lado, esse mesmo caráter livre da subjetividade espiritual do sujeito é também responsável por instaurar o domínio da responsabilidade, a qual estabelece um sofrer

vivido enquanto uma angústia, que constitui a condição de ser do humano e que, em contrapartida, mostra-se incapaz de se desvincular dela. Portanto, essa característica de ser livre corrobora um estar em contínuo estado de sofrimento/angústia, que caracteriza o sofrer espiritual, sendo possível o distinguir do sofrer corpóreo-psíquico (Moraes, 2020).

A dependência por relações motivacionais essenciais ao sofrimento espiritual permite que se tenha diversas possibilidades a definir esse sofrer, ou seja, a origem do sofrimento espiritual desse sujeito pode ser determinada pela esfera da moral, a partir de um dilema vivido, por questões religiosas ou frutos de conflitos existenciais. O que se tem é que o humano não vive de modo meramente passivo e reativo, diferentemente, é dotado de uma racionalidade pela qual o possibilita refletir e buscar compreender as razões, os sentidos e motivos que atravessam os sofrimentos psíquicos que vivencia (Moraes, 2020).

Então, como Moraes (2020) analisou, um sujeito acometido por uma doença grave, pela qual a dor rapta a atenção de sua consciência e a faz atentar-se a si mesma, em sua imediatez, essa virada abrupta do mundo exterior para as vivências internas dessa realidade interior provoca no indivíduo uma relação fragilizada, pela qual sente que sua existência está ameaçada. É possível constatar essa vivência em Ilitch, a partir da descrição presente na obra, a qual mostra como no sofrimento propriamente humano, surge no Fenômeno do Morrer a possibilidade dos conflitos existências de sentido de vida:

Para quê fizeste tudo isto? Para quê me trouxeste aqui? Para quê, para quê me torturas tão horrivelmente? [...] Ele nem esperava resposta, e chorava porque não havia nem podia haver uma resposta. A dor cresceu novamente, mas ele não se movia, não chamava ninguém. Dizia consigo: “Está bem, mais ainda, bate mais! Mas por quê? O que foi que eu Te fiz? Por quê?” (Tolstói, 2022, p. 66).

Pompeia e Sapienza (2004) colocam que enquanto o homem não detém razões que tornem a morte um tema vivido em seu cotidiano, há normalmente um esquecimento a respeito da fragilidade da vida humana. Com isso instala-se uma impressão a qual a vida é uma condição garantida, que estará ali sempre disponível e que, por conta disso, justificam-se os descuidos a seu respeito; os acontecimentos, as coisas, até mesmo as pessoas acabam perdendo suas qualidades notórias e sofrendo de um certo apagamento. Todavia, os autores complementam que, quando esse sujeito, que atribui à vida um caráter banal, depara-se com uma situação pela qual vê limitado seu acesso a suas vontades, ou são prejudicados pela ação dos outros, ou sofrem algum tipo de perda, para esse indivíduo, a vida assume um caráter injusto; assim concluem que: “a vida, enquanto a temos, é só

isto, e é tudo isto: dádiva que diariamente chega. E quando a perdemos é dádiva que cessou” (Pompeia; Sapienza, 2004, p. 85).

Ao se olhar a experiência de dor e sofrimento psíquico que Ilitch viveu, pode-se dizer que esses sofrimentos vividos, que não se permitiam cessar, mas sim ampliar-se, levou-o a tomar consciência de uma dúvida fundamental sobre o sentido de sua vida: havia realmente vivido uma boa vida? Essa dúvida que o acompanhou até os últimos instantes de vida fora, sem dúvidas, a motivação de seu sofrimento espiritual. O sentido que ele doou para sua vida, antes do aparecimento do Fenômeno do Morrer, estava pautado pelos pressupostos dos outros, aqueles mais altamente colocados na sociedade de sua época, sustentado desde muito jovem, mas que não fora capaz de fazê-lo apossar de sua morte.

De acordo com Pompeia e Sapienza (2004) é somente a partir da consciência do sentido doado à vida que se permite transformar a morte num gesto próprio. Quando esse sentido se manifesta em sua plenitude, o sujeito é capaz de se apossar da morte e torná-la o fim da “sua” vida. Isso transcorre nas vivências de Ilitch somente quando já estava bastante debilitado, quando se passa a ter a persistência da dor corpórea e do sofrimento psíquico afetivo. Nesse momento desperta-se a consciência de um sofrimento espiritual que possibilita a Ilitch doar um sentido à sua vida capaz de significar o seu morrer. Ilitch imerso no seu desespero desencadeado pela dor corpórea, acamado gritando a todos o seu profundo sofrimento, ao receber a visita de seu filho, que se esgueira pelo quarto e toma a mão de seu pai e a beija, sendo nesse instante dado ao protagonista a possibilidade de se desapegar às suas convicções passadas e viver sua condição de morrer:

E justamente então Ivan Ilitch caiu no fundo, viu a luz e percebeu que a sua vida não fora o que devia ser, mas que ainda era possível corrigi-lo. Perguntou a si mesmo: “mas o que é ‘aquilo’?” — e silenciou, o ouvido atento. Sentiu então que alguém lhe beijava a mão. Abriu os olhos e dirigiu-os para o filho. Teve pena dele. A mulher aproximou-se. Olhou-a. Ela também o olhava, a boca aberta, uma expressão de desespero e tendo lágrimas não enxugadas sobre o nariz e a face. Teve pena dela (Tolstói, 2022, p. 75).

Por fim, entendeu-se que foi dessa maneira que Ivan Ilitch tornou-se capaz de ressignificar sua vida sem sentido: “Tudo isso lhe aconteceu num instante, e a significação desse instante não se alterou mais” (Tolstói, 2022, p. 76); sendo que nos seus últimos instantes de vida Ilitch foi capaz de apropriar-se de sua morte e vivenciar um morrer significativo.

6 Considerações Finais

A Psicologia e Literatura são disciplinas que, no mínimo, detêm a familiaridade pelas descrições humanas. Contudo, mesmo com vislumbres de importantes contribuições oriundas entre ambas as áreas, e com um certo grau de similaridades entre elas, a transposição teórica ou metodológica empregada nas investigações em busca de suas intersecções não deixa de requerer uma criticidade e revisão de seus instrumentos e fundamentos. Reconhecendo essas fronteiras, a presente pesquisa buscou estabelecer um estudo de caráter fenomenológico-psicológico, abdicando-se da responsabilidade de lidar com a carga literária da obra de Lev Tolstói: “A morte de Ivan Ilitch” (Tolstói, 2022); com o intuito de investigar o Fenômeno do Morrer, a partir das vivências psíquicas vividas pelo protagonista Ivan Ilitch.

Para a realização desse estudo foi utilizada a “pesquisa fenomenológico-empírica” de Giorgi e Souza (2010), que objetivou identificar os variantes e invariantes na experiência do morrer do personagem. É a partir dessas variantes que é possível singularizar o vivido do protagonista, porém, o que interessou nesse estudo foram os invariantes encontrados, pois mostram o caráter essencial do Fenômeno do Morrer. Na narrativa literária analisada, ou seja, da experiência de Ilitch, a partir de um quadro evolutivo de dor e sofrimento, chegou-se que diante o Fenômeno do Morrer o humano tem experiências significativas como a dor física, o sofrimento psíquico afetivo e a consciência de uma vida sem sentido. Apesar de identificar essas experiências de Ilitch como essenciais no Fenômeno do Morrer, ou seja, como experiências sempre presentes no morrer humano, cabe advertir que dizem respeito apenas ao morrer ligado a uma desordem físico-orgânica, tal como foi pesquisado aqui.

Ainda, como a pesquisa se baseou em uma análise psicológica do Fenômeno do Morrer, recorreu-se incorporar um passo a mais na análise fenomenológico-empírica proposta por Giorgi e Souza (2010), ou seja, foi incluída a complementação proposta por Goto (2022), que buscou identificar e analisar as vivências psíquicas presentes nas experiências significativas. Isso quer dizer que se procurou fundamentar psiquicamente as experiências significativas encontradas no Fenômeno do Morrer, mantendo-se de acordo com o caráter descritivo definido pelo método fenomenológico-psicológico, quer dizer, descrever as estruturas psíquicas da experiência da dor física, do sofrimento psíquico

afetivo e da tomada de consciência do sentido da vida pela qual Ivan Ilitch viveu até findar-se em seu dramático desfecho.

Dessa análise, concluiu-se que, o Fenômeno do Morrer ligado à causação orgânica, vivido especificamente a partir de um quadro evolutivo de dor física, do sofrimento psíquico afetivo e da tomada de consciência do sentido da vida, envolve toda a estrutura tripartite que constitui o ser humano: a corpórea, a psíquica e a espiritual. No entanto, a vivência do morrer, nesse caso, tem características psicológicas peculiares: a) a experiência da dor física é vivida como uma experiência local (sensações) no corpo vivo (*Leib*), que possibilita a condição de uma consciência não só instintiva, porém transcendental (abertura ao mundo); com isso tem-se então um sentir (sentimentos) que se constitui como uma vivência do sofrimento psíquico afetivo, em correspondência com a dor física (sensação), sendo passiva e reativa, porém, possuindo uma lógica causal própria distinta da vivida na corporeidade; a partir dessas condições adentra-se a um sofrimento espiritual, pertencente à esfera do espírito, pela persistência da vivência da dor e do sofrimento afetivo, levando a certa tomada de consciência em relação às vivências morais, religiosas e/ou existenciais; ou seja, todas formas vivenciais ligadas à questão do sentido da vida.

A experiência do morrer, vivida singularmente pelo protagonista Ivan Ilitch, é desencadeada por um acidente e agravada com o tempo como matéria de sua doença (dor física), atingindo reativamente seus sentimentos (sofrimentos psíquicos afetivos). A persistência e evolução de seu quadro, dado a dor física e sentimentos negativos, leva Ilitch a uma condição fragilizada, colocando-o diante a realidade moribunda da morte. Toda essa condição corpórea e psíquica do sofrer diante à possibilidade mais certa de uma morte, conduz o personagem a uma tomada de consciência sobre o sentido de sua vida, afinal: havia vivido realmente uma boa vida? A partir desses questionamentos, ou seja, da tomada de consciência sobre o sentido de vida, os sofrimentos de Ilitch adquirem uma nova qualidade, não se limitando apenas à experiência corpórea ou psíquica do sentir dor, mas uma perspectiva cada vez mais limitante de sua condição de viver. Até que, nos últimos instantes de sua vida, fora capaz de ressignificá-la, tornando-se capaz de apropriar de sua morte e vivenciar um morrer significativo.

Por fim, tendo como objetivo analisar as vivências psíquicas no Fenômeno do Morrer, a partir da vivência do protagonista Ivan Ilitch, tal como narrada por Lev Tolstói, pode-se concluir que as vivências psíquicas se caracterizam como vivências corpóreas de dor, de sentimentos negativos (tristeza, raiva, desamor, solidão, desespero) e pela tomada

de consciência sobre o sentido da vida. É imperativo dizer que essa análise se restringiu à experiência de morrer que possui uma causação orgânica, sendo necessário outros estudos que evidenciem outras causações (psíquicas) ou motivações (espirituais).

Referências

ASSIS, M. **Todos os romances e contos consagrados de Machado de Assis**. 1. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016. (Obra original publicada em 1881).

BARTLETT, R. **Tolstói - A biografia**. 1. ed. São Paulo: Globo, 2013.

CARVALHO, J. M. O problema do sentido. **Estudos Filosóficos**, São João del-Rei, n. 5, p. 28-42, 2010.

FERREIRA, R. B. Fenomenologia do corpo adoentado. **Geografares** [Online], Abaetetuba, v. 1, n. 32, p. 1-11, jan./jun. 2021.

GIORGI, A.; SOUZA, D. **Método fenomenológico de investigação em psicologia**. 1 ed. Lisboa: Fim de Século Edições, 2010.

GOTO, T. A. Pesquisa em enfoque fenomenológico: A psicologia fenomenológica como ciência psicológica e método de investigação. In: BARROSO, S. M. (Org.). **Pesquisas em psicologia e humanidades**. Petrópolis: Vozes, 2022. p. 354-396.

GOTO, T. A.; TELLES, T. C. B.; DE PAULA, Y. A. A questão dos afetos na fenomenologia de Edmund Husserl: Um estudo preliminar. **Pesquisa Qualitativa**, São Paulo, v. 4, n. 4, p. 30-50, abr. 2016.

GUERRA, G. E. El fenómeno de la afectividad en Husserl. **Páginas De Filosofia**, v. 9, n. 11, p. 43-70, 2014.

HARO, A. S. Introducción a la fenomenología del dolor: la experiencia del dolor físico desde el punto de vista filosófico. **d'Humanitats**, Barcelona, v. 3, p. 30-42, nov. 2019.

LEITE, D. M. (1967). **Psicologia e literatura**. 2. ed. São Paulo: Companhia Nacional, 1967.

MÁRQUEZ, G. G. **Crônica de uma morte anunciada**. 65. ed. Rio de Janeiro: Record, 2017. (Obra original publicada em 1981).

MORAES, M. A. B. **Por uma fenomenologia do “sofrimento psíquico grave”**: As contribuições da antropologia fenomenológica de Edith Stein. 2020. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade de Brasília, Instituto de Psicologia, Programa de Pós-graduação em Psicologia Clínica e Cultura, 2020.

MORAIS, R. **Stress existencial e sentido da vida**. 1. ed. São Paulo: Edições Loyola, 1997.

POMPEIA, J. A.; SAPIENZA, B. T. **Na presença do sentido**: Uma aproximação fenomenológica a questões existenciais básicas. 1. ed. São Paulo: Educ, 2004.

ROMERO, E. **As formas da sensibilidade - Emoções e sentimentos na vida humana**. 2. ed. São Paulo: Della Bidia, 2001.

ROMERO, P. D. Consideraciones sobre el dolor desde una perspectiva fenomenológica. **Co-herencia**. Medellín, v. 12, n. 23, p. 89-106, jul./dez. 2015.

SOUZA, R. A. **Teoria da Literatura**. 5. ed. São Paulo: Ática, 1995.

TOLSTÓI, L. **A morte de Ivan Ilitch**. Tradução: Schnaiderman, B. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2022. (Obra original publicada em 1886).